Ata da Sessão da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia vinte e oito de dezembro do ano de dois mil e dezoito.

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência da Sra. Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro.

Ao iniciar a sessão, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

"Boa tarde a todos. Quero cumprimentar todos os presentes e desejar que estejam a ter um bom período festivo.

Antes de dar início aos trabalhos vamos dar posse à nova Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sra. Ana Teresa Ferreira dos Santos Falcão de Brito, porque houve uma alteração no Executivo da Junta de Freguesia em resultado do pedido de renúncia do Sr. Dr. António Manuel Nunes Soares.

Passo a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes. Para proceder à leitura da ata de tomada de posse."

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, procedeu à leitura da ata de tomada de posse e informou que, nos termos do nº 4 do artigo 76º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, foi verificada pela Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, a identidade e legitimidade da eleita, Ana Teresa Ferreira dos Santos Falcão de Brito.

Verificada a identidade e legitimidade da eleita, Ana Teresa Ferreira dos Santos Falcão de Brito, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, considerou-a investida nas suas funções, podendo consequentemente entrar em atividade.

Seguidamente foi assinada a ata avulsa da tomada de posse do Membro da Assembleia Municipal, Ana Teresa Ferreira dos Santos Falcão de Brito, que ficará apensa à ata da Sessão da Assembleia Municipal.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Neste momento não poderia deixar de felicitar a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sra. Ana Teresa Ferreira dos Santos Falcão de Brito, e desejar-lhe as maiores felicidades nesta função que passa a exercer ao serviço da sua Freguesia e também do nosso Concelho."

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, efetuou a chamada dos Membros deste Órgão tendo-se verificado que não estava presente a Sra. Deputada Maria Alice Antunes Mendes Gouveia, que solicitou a sua substituição, tendo sido substituída pelo Dr. Paulo Sérgio Dias Minas.

Igualmente o Sr. Deputado Dr. Rui Paulo Martins Monteiro está ausente e solicitou substituição, tendo sido substituído pelo Dr. André Duarte Pereira.

O Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa está ausente e apresentou a respetiva justificação.

O Sr. Deputado Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo também está ausente e solicitou substituição tendo sido substituído pela Dra. Patrícia Alexandra Tavares Santos.

Também o Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, estava ausente e foi substituída pelo Tesoureiro da Junta Sr. Vitor Manuel Mendes Curinha.

Igualmente o Presidente da Junta da União das Freguesias de Lagos da Beira e Lageosa, Sr. Nuno Marco Ferreira Batista, estava ausente e informou que seria substituído pelo Secretário da Junta de Freguesia, Sr. Paulo Sérgio Campos de Brito, que também ficou impedido de estar presente e solicitou a justificação da falta.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos Membros da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do n.º1 do artigo 6º do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Carlos Alexandrino Mendes e os Srs. Vereadores, Dr. José Francisco Tavares Rolo, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, Eng.º João Paulo Pombo Albuquerque, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro, Dr. Carlos Jorge Mamede de Carvalheira Almeida, e Eng.ª Teresa Maria Mendes Dias.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Feita a chamada e verificada a existência de quórum declaro aberta a Sessão.

Passamos de imediato à apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária de vinte e oito de setembro de dois mil e dezoito e pergunto se há alguma alteração ao teor da ata. Não havendo alterações ao teor da ata passávamos à votação."

Efetuada a votação, a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e oito de setembro de dois mil e dezoito, foi aprovada por unanimidade.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"O Sr. Presidente da Câmara Municipal solicitou a inclusão de mais dois Pontos na Ordem do Dia e, por isso, coloco à consideração dos Membros desta Assembleia Municipal a aprovação da inclusão destes dois Pontos na Ordem do Dia. Estes Pontos, caso seja aprovada a sua inclusão, passam a ser o Ponto VIII e IX e o Ponto VIII passa a ser o Ponto X da nova Ordem do Dia.

Solicito ao Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia para fazer a leitura dos respetivos Pontos."

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

"Os dois Pontos a incluir são referentes aos seguintes assuntos:

Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 16º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de isenções em matéria de tributos próprios.

Ponto IX - Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 33º e para efeitos da alínea a) do nº1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da 3ª Revisão das Grandes Opções do Plano, Constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para o Quadriénio 2018/2021.

Dizer ainda que a informação referente aos processos judiciais, que faz parte do Ponto I, chegou-nos depois da saída da convocatória e dos documentos e, por isso, será distribuída agora."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Todos os Membros da Assembleia já têm a documentação referente a estes dois novos Pontos e também foi distribuída uma nova Ordem do Dia com o alinhamento dos Pontos.

Assim sendo, submeto à vossa consideração a inclusão destes Pontos na Ordem do Dia."

Efetuada a votação, a inclusão do Ponto VIII e do Ponto IX na Ordem do Dia, foi aprovada por unanimidade.

Da presente Sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no nº 4, do artigo 4º, do Decreto-Lei nº 130/2017, de 9 de outubro, da Proposta de Dispensa de Elemento Instrutório no Âmbito do Regime Excecional de Controlo Prévio.

III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Avô, como apoio à aquisição de mobiliário para equipar a Extensão de Saúde de Avô, no montante de 14.172,14 € (catorze mil, cento e setenta e dois euros e catorze cêntimos).

IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea n) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o previsto no n.º 1, do art.º 53.º, aplicável por remissão do n.º 3, do art.º 56.º, ambos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, da proposta de alteração dos Estatutos da Associação de Municípios do Portugal Romano.

V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Regulamento para Atribuição de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes Afetadas pelos Incêndios de 2017.

VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Regulamento de Atribuição dos Donativos Financeiros - Conta Solidária.

VII - Apreciação e votação, nos termos do disposto no artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de fixação da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano de 2019, em 5%.

VIII - Apreciação e votação, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 16º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de isenções em matéria de tributos próprios.

IX - Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 33º e para efeitos da alínea a) do nº1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da 3ª Revisão das Grandes Opções do Plano, Constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para o Quadriénio 2018/2021.

X - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, das propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes para o Quadriénio 2019/2022, o Orçamento da Receita e da Despesa para 2019, a Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para 2019.

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, fez a seguinte intervenção:

"Relativamente ao expediente recebido e expedido esta informação já está na vossa posse."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Na sequência do falecimento do Dr. Vicente da Costa Pinto, a Mesa da Assembleia Municipal, sentiu necessidade de expressar um Voto de Pesar.

Vou proceder à leitura desse Voto de Pesar: *"Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Vicente da Costa Pinto - Foi com profundo pesar que tomámos conhecimento, no dia vinte e dois de dezembro de dois mil e dezoito, da triste notícia de falecimento do Dr. Vicente da Costa Pinto.*

Natural da Freguesia de Meruge, Concelho de Oliveira do Hospital, onde nasceu em um de maio de mil novecentos e vinte e quatro, Vicente da Costa Pinto licenciou-se em Ciências Médico-Veterinárias, na Escola Superior de Medicina veterinária, no ano de mil novecentos e cinquenta e cinco.

Civicamente empenhado, assumiu desde sempre os valores da democracia e da liberdade.

Profissionalmente, desenvolveu, durante muitos anos, uma intensa atividade como médico veterinário e, em mil novecentos e setenta e sete, foi nomeado, numa comissão de serviço, Diretor Regional de Agricultura da Beira Litoral.

No início dos anos oitenta, o prestigiado médico veterinário foi incumbido de proceder à elaboração do Programa de Ovinicultura para a área de produção do queijo Serra da Estrela e passa a assumir um papel de grande relevo no setor em colaboração com a ANCOSE - Associação Nacional de Criadores de Ovinos Serra da Estrela.

Foi também um dos fundadores da Confraria Queijo Serra da Estrela.

Tendo feito parte de um grupo de trabalho que tinha como incumbência estudar e melhorar os ovinos leiteiros da Serra da Estrela, Vicente da Costa Pinto teve um grande protagonismo nesta área e esteve sempre intimamente ligado a todo o processo de preservação e evolução de um dos mais afamados tesouros gastronómicos de Oliveira do Hospital e de toda a região - O Queijo Serra da Estrela.

Em consequência do seu valiosíssimo trabalho em prol da agricultura, do desenvolvimento rural e, especialmente, do Queijo Serra da Estrela, a Câmara Municipal decidiu homenageá-lo, no dia sete de outubro de dois mil e quinze, através da atribuição da Medalha de Mérito do Município de Oliveira do Hospital.

O desaparecimento do Dr. Vicente da Costa Pinto, representa uma enorme perda para o Concelho e para a região, propondo-se assim que a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, neste momento de tristeza, e como forma de expressar a sua gratidão, delibere aprovar um Voto de Pesar, expressando à família as suas mais sentidas condolências."

É este Voto de Pesar que eu ponho à consideração dos Membros da Assembleia Municipal."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

"Também trazia uma proposta de um Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Vicente da Costa Pinto.

Penso que estas propostas de Voto de Pesar podem ser votadas em conjunto e, por isso, solicitava ao Sr. Secretário da Mesa para fazer a sua leitura."

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, fez a leitura da proposta de Voto de Pesar apresentada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia:

"*Proposta de Voto de Pesar ao Dr. Vicente da Costa Pinto - No passado dia vinte e dois de dezembro faleceu, em Coimbra, com noventa e quatro anos, Dr. Vicente da Costa Pinto, nosso ilustre concidadão. As cerimónias fúnebres tiveram lugar no dia vinte e três, nessa cidade, sendo posteriormente sepultado, por sua expressa vontade, em campa de família no Cemitério Paroquial de Meruge.*

Nascido a um de maio de mil novecentos e vinte e quatro, na localidade de Meruge, licenciado em Ciências Médico-Veterinárias, pela Universidade de Lisboa o Dr. Vicente da Costa Pinto, exerceu os mais destacados e prestigiados cargos, decorrentes da sua capacidade e alta formação profissional.

Destacam-se nesse campo o exercício do cargo de Veterinário Municipal do Concelho de Arganil, Veterinário da Intendência Pecuária de Coimbra, Diretor Regional de Agricultura da Beira Litoral, primeiro Diretor do Parque Natural da Serra da Estrela, responsável pela elaboração do Programa de Ovinicultura para a criação da Região Demarcada do Queijo Serra da Estrela, delegado do Livro Genealógico da Ovelha Bordalesa da Serra da Estrela, para além de ter sido escolhido pela sua competência e conhecimentos científicos,

para representar várias Direções Gerais de Agricultura em simpósios e grupos de trabalho nacionais e internacionais, associados à melhoria dos efetivos pecuários de várias raças de ovinos e caprinos.

Como cidadão o Dr. Vicente da Costa Pinto, destacou-se pela sua intervenção corajosa pela liberdade e a democracia no nosso país, antes e depois do 25 de Abril de 1974, tendo-se destacado em vários cargos como militante do Partido Socialista.

Como merugense, nutriu sempre um amor profundo pela sua terra natal, mantendo, até à sua morte, uma ligação afetiva que o trouxe, enquanto a saúde lho permitiu, regularmente até ao nosso convívio, fosse em eventos, como a Feira do Porco e do Enchido ou, simplesmente, para matar saudades e encher a alma com os cheiros e a paisagem da sua adorada aldeia. No exercício das inúmeras tarefas de responsabilidade que exerceu com brio, procurou sempre que a sua terra não ficasse fora das oportunidades de obtenção de meios do Estado proporcionadores de desenvolvimento. Aconteceu assim com a construção da Sede da Associação dos Amigos de Meruge e com a construção do regadio em toda a extensão da Freguesia.

A Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital reconheceu já todo este percurso, com a justa homenagem que lhe prestou no feriado municipal de 2015, outorgando-lhe em vida a Medalha de Mérito Municipal.

O Notável percurso de vida cívica e profissional do Dr. Vicente da Costa Pinto é um exemplo maior que honra a Freguesia de Meruge, o Concelho de Oliveira do Hospital e o Portugal nascido do 25 de Abril de 1974.

Em sua memória e como preito de merecido reconhecimento, proponho que a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital aprove o presente Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Vicente da Costa Pinto e que manifeste à sua família as mais sentidas condolências e ainda que este voto seja enviado à Comunicação Social."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Naturalmente que o espírito é o mesmo e cabe-me salientar a honra que representa num momento de transição a comunidade do Concelho sentir necessidade de tecer elogios desta natureza a um cidadão. Isto é bom. Ele teve a capacidade de suscitar esse reconhecimento.

Parece-me que os dois Votos de Pesar podem ser votados conjuntamente e, por isso, coloco à consideração da Assembleia a apreciação destes dois Votos de Pesar."

De seguida foi efetuada a votação das propostas dos Votos de Pesar pelo falecimento do Dr. Vicente da Costa Pinto, que foram aprovados por unanimidade.

Seguidamente, foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sra. Ana Teresa Ferreira dos Santos Falcão de Brito, que fez a seguinte intervenção:

"Tenho a dizer que assumi este cargo com muito orgulho e acredito que tenho a confiança de quem represento.

Tudo farei para contribuir de forma positiva, solidária, e com sentido de responsabilidade, a função que agora exerço.

Não posso deixar de dar um agradecimento muito especial à minha equipa, que fez questão de estar aqui presente, e agradecer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, o Prof. josé Carlos Alexandrino, e aos seus Vereadores.

Agradecer também aos funcionários municipais com quem tenho trabalhado, aos meus amigos e a todas aquelas pessoas que, de algum modo, manifestaram o seu total apoio e confiança em mim.

Aos meus colegas, Presidentes de Junta, quero dizer que a Junta de Freguesia de Travanca de Lagos está aberta e disponível para trabalhar e colaborar em tudo o que e for possível com todos vós.

Desejo a todos um bom ano novo.

O meu bem-haja."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Neste momento quero também exprimir algumas palavras de agradecimento ao Presidente da Junta de Freguesia de Travanca demissionário, Sr. Prof. António Manuel Nunes Soares. Independentemente das razões que o terão levado a demitir-se das suas funções, quero, para além de lhe desejar felicidades e um bom ano, agradecer os contributos que ele deu para o bom andamento dos trabalhos desta Assembleia e para a vida política do nosso Concelho. Acho que foi uma pessoa que tinha uma atitude construtiva e que procurou sempre ajudar-nos a fazer caminho."

Seguidamente iniciaram-se as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia e foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, que fez a seguinte intervenção:

"Primeiro quero dar os parabéns e as boas vindas à Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos e desejar-lhe todos os êxitos para o seu mandato.

A minha intervenção é relativa à Estrada Nacional 230 simplesmente para, mais uma vez, falar da injustiça que cometeram com a nossa região. Sei que o Sr. Presidente da Câmara se tem preocupado bastante e que tem tido alguns contactos com as entidades e, por isso, gostaria que nos fizesse o ponto da situação.

Em conjunto com os meus colegas do Partido Socialista resolvemos apresentar uma moção que passo a ler:

"*Moção de reivindicação pela imediata requalificação do troço da E.N. 230 entre a Ponte das Três Entradas e o limite da Freguesia de Alvôco das Várzeas.*

Os Membros da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital vêm propor que seja aprovada uma moção de reivindicação pela imediata requalificação da Estrada Nacional 230, no troço entre a Ponte das Três Entradas e o limite da Freguesia de Alvôco das Várzeas, que é também o limite do Distrito de Coimbra, de acordo com os seguintes pressupostos:

1 - Decorre neste momento a requalificação do troço da EN 230 entre as Vendas de Galizes e a Ponte das Três Entradas, numa extensão de 9 km, obra que consideramos de extrema importância para a melhoria das condições de segurança e circulação naquele troço;

2 - Só após o início da referida obra foi dado a conhecer, pelas Infraestruturas de Portugal, a extensão da obra a realizar nesta fase, a qual não corresponde à totalidade da extensão da EN 230 no Concelho de Oliveira do Hospital, num total de 17 km, tal como seria de esperar;

3 - O restante troço, num total de 8 km, entre a Ponte das Três Entradas e o limite da Freguesia de Alvôco das Várzeas com o concelho de Seia, apresenta um elevado estado de degradação, que piorou bastante, logo após os incêndios podendo mesmo colocar em causa a segurança rodoviária;

4 - Este é um troço que serve também de entrada para a Serra da Estrela, sendo uma via importantíssima para a promoção turística do Concelho de

Oliveira do Hospital, nomeadamente dos vales dos rios Alvôco e Alva, sendo, por isso, uma via de grande tráfego e de grande importância para o desenvolvimento do Concelho e das Freguesias que serve;

5 - Dado que já se encontra adjudicada a requalificação do troço entre as Vendas de Galizes e a Ponte das Três Entradas, não se compreende que não se conclua o troço restante, aproveitando os recursos já existentes no terreno, o que levaria a uma poupança financeira na extensão da referida obra.

Face a todos estes argumentos, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, vem exigir junto das Infraestruturas de Portugal, junto do Ministério das Infraestruturas e do Planeamento e junto do Governo, a imediata conclusão da requalificação da EN 230 no troço entre a Ponte das Três Entradas e o limite da Freguesia de Alvôco das Várzea."

Desejo a todos um bom ano de 2019."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Esta situação da Estrada Nacional 230 diria que é, como o Sr. Presidente da Junta disse, e bem, uma coisa esquisita. É uma coisa esquisita por duas ou três razões: Falei, aqui, na Assembleia Municipal, várias vezes, no relatório das Infraestruturas de Portugal que considerava esta estrada, desde a Ponte das Três Entradas até ao limite do Concelho, na Freguesia de Alvôco das Várzeas, como uma estrada péssima. Neste relatório, numa pontuação de 1 a 5, era atribuída uma classificação de 1,4.

A Câmara Municipal nunca deixou de reivindicar a requalificação desta estrada, mas há algumas coisas que são estranhas. As Infraestruturas de Portugal lançaram uma obra entre a Ponte das Três Entradas e as Vendas de Galizes e esqueceram-se da outra parte. Fizeram também aquela parte para Avô.

Nós não estamos contra a realização destas obras mas estamos contra as obras que não fizeram e que deveriam ter feito. Mais grave do que isso é que a Câmara Municipal só foi informada do início da obra por aquela placa que foi afixada. As Infraestruturas de Portugal nunca deram uma satisfação à Câmara Municipal de Oliveira do Hospital e isto faz toda a diferença porque havia um conjunto de obras que poderiam e deviam ter sido lançadas e não foram.

Relativamente às Infraestruturas de Portugal há uma deselegância e há obras que não foram lançadas na Ribeira de Santiago, em Vila Pouca da Beira. Nós tínhamos o projeto feito para a rede de saneamento e para a substituição da rede de água e não nos deram ordem para fazer a obra. A obra estava

orçamentada em cerca de duzentos mil euros e era fundamental que a obra fosse feita.

As Infraestruturas de Portugal não nos autorizaram a realização destas obras porque aquando da realização das obras de saneamento na Estrada Nacional 17 houve muita gente que escreveu e atacou por causa das condições da estrada e até houve alguns que colocaram uns filmes. Eles disseram-me: Sr. Presidente, não nos vai acontecer aquilo que nos aconteceu com a Estrada Nacional 17 e, por isso, nós não vamos autorizar. Encontre outras soluções.

As Infraestruturas de Portugal indeferiram a realização das obras e, por isso, não tivemos possibilidade de as executar.

Espero desbloquear este processo e não deixaremos cair esta luta, mas é verdade que temos aqui um problema que ainda não conseguimos resolver e que já devia estar resolvido.

Lamento muito que as Infraestruturas de Portugal não tenham lançado a obra, que era aquilo que eles deveriam ter feito. Por isso, Sr. Presidente de Junta, o Senhor tem toda a razão para protestar e o Senhor conta com a solidariedade do Presidente da Câmara. O Senhor sabe, e teve oportunidade de ver, que falei várias vezes com o Sr. Ministro mas parece que as Infraestruturas de Portugal estão, de certa forma, a boicotar. Havemos de perceber porquê?"

Efetuada a votação, a Moção de reivindicação pela imediata requalificação do troço da E.N. 230 entre a Ponte das Três Entradas e o limite da Freguesia de Alvôco das Várzeas, foi aprovada por unanimidade.

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado, José Ferreira da Cruz Loureiro, que fez a seguinte intervenção:

"Sr. Presidente, o assunto que trago aqui não será um assunto fácil, mas é importante esclarecer esta Assembleia e esclarece o povo de Oliveira do Hospital. Na Zona Industrial há cerca de dezanove tratores. Não sei se são da Câmara ou se são da Cáritas. Houve-se dizer que foi a Cáritas que os ofereceu para as pessoas lesadas com os incêndios.

Solicito ao Sr. Presidente que nos informe de quem é a responsabilidade da entrega dos mesmos. Acredito que em 15 de outubro não arderam só dezanove tratores e que arderam muitos mais e, por isso, acredito que há muita gente com necessidade deles mas, os dezanove tratores, não chegam para todos e essa parte será muito complicada. Não sei se a Cáritas entregou alguma

listagem para a sua distribuição ou se definiu critérios de seleção para a entrega dos tratores.

Solicito ao Sr. Presidente que nos informe porque é que os tratores estão ali e porque é que ainda não foram entregues.

Desejo que o ano de 2019 seja bom para todos nós e também para o nosso Concelho."

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

"Sr. Presidente da Câmara Municipal, trago aqui algumas questões que gostaria que depois nos esclarecesse. Começo por dizer o seguinte: Ontem à noite esteve muito nevoeiro, demorei cerca de meia hora para chegar desde Lagares da Beira até aqui a Oliveira do Hospital. Sabemos que está a ser reposta alguma sinalização vertical e gostaria que o Sr. Presidente nos dissesse em que ponto está a recuperação da sinalética horizontal, nomeadamente a pintura dos pavimentos.

Relativamente aos incêndios de 2017 e àquilo que o incêndio destruiu, aparecem, às vezes, em alguns programas de televisão e em alguma Comunicação Social, e, como não sou maldoso e penso que certamente por escassez de tempo dos programas, ficamos com a sensação de que nem tudo está bem e que há mais coisas que estão mal que bem. Aqui no terreno sabemos que não é assim. Sabemos que há coisas que estão a ser recuperadas e também sabemos que tudo leva o seu tempo.

A bem da defesa da democracia e para tentar evitar alguma forma de populismo, gostaria que o Sr. Presidente esclarecesse esta Assembleia sobre a reconstrução das casas de primeira habitação. Felizmente vimos hoje na televisão que foram entregues mais algumas casas.

Relativamente às empresas dizer que se perderam muitos postos de trabalho. Houve empresas que ficaram completamente destruídas. Também sabemos que este Município, o Sr. Presidente e todo o seu Executivo, têm estado a fazer o possível e o impossível para que estas situações se vão resolvendo. Gostaria também que o Sr. Presidente nos fizesse o ponto da situação relativamente à recuperação das empresas.

Relativamente às casas de segunda habitação sabemos que tem um plano, sabemos que tem algumas formas de tentar ajudara a resolver este problema e gostaríamos também que nos dissesse o que pensa fazer neste ponto.

Para terminar gostaria de fazer aqui um agradecimento ao Ex-Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Prof. António Soares, que deu, durante o seu mandato, um contributo, quer para esta Assembleia, quer para a população de Travanca, e também para o Concelho.

Dar as boas vindas à nova Presidente de Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Ana Teresa Ferreira dos Santos Falcão de Brito. Desejar-lhe as maiores felicidades no cumprimento destas novas funções.

Desejo um bom ano de 2019 para todos vós. Desejo que seja um ano com muitas obras e sobretudo com muita solidariedade."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Luciano Marques Correia, que fez a seguinte intervenção:

"Sr. Presidente da Câmara Municipal a minha intervenção é sobre o subsídio relativo à recolha do lixo na Freguesia de São Gião. Como sabe fazemos a recolha do lixo e continuamos a fazer o trabalho que já fazíamos antes da Câmara Municipal entregar a recolha do lixo a esta empresa e já lá vão dois anos sem recebermos nada. Se alguma coisa correu mal entre a negociação da Câmara Municipal e a empresa que faz a recolha do lixo, nós, na Junta de Freguesia, somos alheios a essa situação, essa negociação não foi connosco e não venha cá ninguém dizer que quem devia pagar é a empresa que recolhe o lixo. Venho pedir ao Sr. Presidente da Câmara para resolver esta situação porque, como disse, vão dois anos decorridos sem receber o subsídio.

Para terminar, desejo um feliz ano novo para todos."

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho, que fez a seguinte intervenção:

"Começo por saudar todos e desejar um ótimo ano de 2019.

Saudar a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Ana Teresa Falcão de Brito, e desejar-lhe os maiores sucessos nesta empreitada que se avizinha.

Queria também saudar o Agrupamento de Escolas, na pessoa do Prof. Carlos Carvalheira, por terminar com a venda de garrafas de plástico. Parece-me que é uma excelente medida e lançava o desafio à Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal para que aqui também pudéssemos seguir exatamente o mesmo exemplo. Sei que a Mesa já o segue mas deste lado continuamos a usar a garrafa de plástico. Parece-me que era bom seguirmos o exemplo do Agrupamento de Escolas que neste caso tem sido pioneiro.

Por fim não podia deixar de aproveitar o facto de estarmos aqui todos para dar um grande abraço publicamente ao ilustríssimo Deputado Municipal e meu amigo Zé Ferreira pelo seu aniversário.

No âmbito do espírito de concórdia da época, quero salientar um facto que, estou certo, nos honra a todos, independentemente da bancada a que pertencemos, nos enche de satisfação: O Município de Oliveira do Hospital ficou entre os três primeiros Municípios do País classificados como melhores exemplos de boa governação local, no estudo "Qualidade da Governação Local em Portugal" da Fundação Francisco Manuel dos Santos(FMS), na Jornada do Poder Local que decorreu em Portalegre. Neste estudo editado pela FMS, o trabalho das autarquias é analisado em cinco dimensões - Voz dos cidadãos e prestação de contas; Estabilidade política; Eficácia governamental; Acesso e regulamentação do mercado; Estado de direito e prevenção - e vinte e dois indicadores como, por exemplo, a transparência, gestão da dívida, procedimentos de contratação pública ou a qualidade dos contratos submetidos à fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

Depois de ponderados todos os resultados alcançados naqueles cinco pontos de um estudo independente e idóneo que avalia a qualidade da governação local nos trezentos e oito municípios portugueses, o Município de Oliveira do Hospital acaba assim por ver o seu desempenho autárquico premiado com um terceiro lugar ao nível das autarquias consideradas como melhor exemplo de governação local.

Esta distinção chegou-nos pela mão de uma instituição idónea, altamente reputada, como é a Fundação Francisco Manuel dos Santos, que avalia a qualidade da governação local em Portugal. Bem sabemos que não fazemos mais do que a nossa obrigação mas afirmar Oliveira do Hospital como um Município em que as boas práticas de governação vêm sendo reconhecidas e premiadas por diversas instituições, é motivo de orgulho para todos os Oliveirenses.

Paralelamente, Oliveira do Hospital foi também considerado como sétimo Município mais transparente do País e o primeiro classificado ao nível do Distrito de Coimbra, no Índice de Transparência Municipal (ITM) 2017, pela Associação "Transparência e Integridade, Associação Cívica (TIAC)" - a entidade que em Portugal avalia o grau de transparência dos trezentos e oito municípios do país.

Na região centro do país e também no território composto pelos dezanove municípios que integram a Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra,

Oliveira do Hospital posicionou-se como o município melhor classificado, ao subir catorze lugares comparativamente ao *ranking* de 2016.

Neste estudo da TIAC, mais exigente que o de anos anteriores, a média alcançada pelos municípios portugueses cifrou-se em cinquenta e um pontos, numa escala de zero a cem, e os dez municípios melhores classificados - onde se inclui Oliveira do Hospital - obtiveram pontuação acima dos oitenta e dois pontos. A TIAC, representante em Portugal da rede global anticorrupção Transparência Internacional, é uma ONG sem fins lucrativos que tem como missão combater a corrupção.

Anualmente, e pelo quinto ano consecutivo, elabora o Índice de Transparência Municipal, com base numa análise à informação disponibilizada pelas câmaras municipais aos munícipes nos seus *web sites*, com várias dimensões cruciais para a vida do município, desde a organização do município, até à transparência económico-financeira, à prestação de contas, aos contratos celebrados pela autarquia, num total de setenta e seis indicadores.

Ou seja, também quanto ao índice transparência municipal, Oliveira do Hospital está bem e recomenda-se. Também aqui, com base em estudos independentes e realizados por entidades idóneas, numa avaliação feita a trezentos e oito municípios, Oliveira do Hospital classifica-se nos dez municípios mais transparentes do país. É o reconhecimento da gestão de transparência e rigor que este Executivo vem imprimindo à governação autárquica.

Uma vez mais, Sr. Presidente, bem sei que pensa que estes resultados não são mais do que a nossa obrigação no cumprimento escrupuloso do mandato autárquico que nos foi conferido, no entanto, ainda assim, quando outros tentam beliscar a nossa governação é sempre motivo de satisfação saber que outros, de olhar independente e idóneo, nos classificam como bom exemplo de gestão autárquica. É para mim, como Deputado Municipal e como Oliveirense, um motivo de orgulho neste Executivo."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Sobre a questão da sugestão da supressão do plástico também vou pedir à Câmara Municipal que nos apoie. Obviamente que a comodidade imediata das pessoas vai ficar um pouco prejudicada se colocarmos uma mesa com copos e jarras como aqui temos na Mesa da Assembleia mas acho que a sustentabilidade do planeta também justifica essa incomodidade imediata.

Sr. Deputado, João Ramalhete, a sua sugestão não vai "*cair em saco roto*" e é muito bem-vinda."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Bobadela, Sr. Vasco Marques Brantuas Ribeiro, que fez a seguinte intervenção:

"Não vou fazer uma retrospetiva do ano de 2018 porque isso roubar-me-ia o tempo todo. Faço apenas um pequeno balanço: Não me canso de elogiar o grande investimento que foi feito na Bobadela pela família Dias nomeadamente o Museu do Azeite. Dizer também que tanto a Câmara Municipal como a Junta de Freguesia estiveram sempre desde a primeira hora de acordo e sempre com uma grande ansiedade de ver o projeto crescer.

Agradecer também o trabalho que tem sido feito ao nível do turismo nomeadamente no caso do Centro Interpretativo que já conta, em tão pouco tempo, com cerca de cinco mil visitas.

Uma palavra para a Sra. Vereadora da Cultura que, de facto, tem feito um trabalho exemplar e que quero enaltecer.

Desejar-vos um bom ano de 2019."

Seguidamente foi dada a palavra à Sra. Deputada, Dra. Ana Marta Mendes Garcia, que fez a seguinte intervenção:

"A minha intervenção, hoje, pretende dar nota que atualmente Oliveira do Hospital tem uma cobertura assistencial médica total. Finalmente não existem utentes sem médico de família no Concelho, o que já não acontecia há muitos anos.

Temos um Centro de Saúde cada vez mais organizado, otimizado, mais próximo dos padrões que se preconizam. São poucos os Concelhos nos quais existem médicos de família para todos os utentes. Atendimento de doença aguda durante vinte e quatro horas e um conjunto de profissionais a trabalhar em equipa no Centro de Saúde nomeadamente equipa de saúde mental, com psiquiatra, psicólogos; Unidade de cuidados à comunidade, Assistente Social, Delegada de Saúde e em breve Dentista.

Vive-se também um momento de estabilidade na organização encontrada. Estão-se a colher os frutos dos esforços realizados por este Executivo que muito para além daquilo que são as suas competências na área da saúde tem tudo feito para que a população de Oliveira do Hospital possa ter os melhores cuidados de saúde. Como profissional da área o meu reconhecimento por esse esforço.

Estamos no caminho certo e cada vez mais próximos de alcançar os cuidados de saúde que os Oliveirenses merecem.

Bom ano para todos."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, Sr. Rui Jorge Campos Coelho, que fez a seguinte intervenção:

"Começo por dar as boas vindas e desejar um bom mandato à nossa colega Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos. Seja muito bem-vinda ao grupo dos Presidentes de Junta que tanto fazem por este Concelho.

Já tive a oportunidade de abordar este assunto numa reunião com o Sr. Presidente e com os restantes membros das Juntas de Freguesia. Vou referir-me concretamente à zona do Vale do Alva e dizer que as bermas das estradas continuam ameaçadas por árvores que estão em risco eminente de tombar para cima de pessoas e veículos que circulam nas nossas estradas.

Sr. Presidente, pedia-lhe, uma vez mais, que fossem tomadas medidas que reduzissem esses riscos. Cada vez mais se vão somando episódios de queda de árvores, ainda não tivemos nenhum acontecimento trágico, mas seria bom que fizéssemos uma intervenção que diminuísse o risco e não estarmos à espera de que algo mais grave possa vir a acontecer para depois irmos a terreiro.

Depois deixar aqui um alerta que também me tem deixado bastante preocupado, e também já tivemos oportunidade de falar, que tem a ver com a Estrada Municipal 514, no troço Penalva de Alva/Ponte de São Gião/Sandomil. Houve uma derrocada bastante grande e a estrada está consolidada mas se as condições atmosféricas se alterarem e as chuvas começarem a cair poderemos ter ali problemas graves. Gostava que a Câmara Municipal fizesse uma avaliação aprofundada, sei que os técnicos já estiveram no terreno, mas pedia-lhe uma vez mais a sua melhor atenção para aquele episódio.

Depois, desejar a todos um bom ano de 2019."

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que fez a seguinte intervenção:

"Começo por desejar um feliz ano de 2019 a todos.

Gostaria de enaltecer a retoma do Orçamento Participativo Jovem. De facto foi um processo, do ponto de vista da participação de candidaturas, que teve um número elevado de candidaturas. Houve uma boa envolvência das

Freguesias. Podíamos ter tido uma maior participação de votação e penso que esse será o único ponto a melhorar no futuro.

Quero aproveitar a ocasião para dar os parabéns ao projeto vencedor.

O nosso colega João Ramalhete teve a oportunidade de falar sobre a classificação do Município de Oliveira do Hospital como terceiro melhor exemplo de governação. De facto, no primeiro parâmetro, da voz dos cidadãos, os orçamentos participativos são um dos elementos avaliados, e nessa medida é um trabalho a continuar.

Por fim gostaria de reconhecer, aqui, a relevância do reconhecimento do Município de Oliveira do Hospital, pelo quarto ano consecutivo, e por ter sido galardoado como a autarquia mais familiarmente responsável. De certa forma este reconhecimento não deixa esta Assembleia Municipal surpresa porque temos votado a redução de taxas de IMI para famílias numerosas, temos votado opções do plano que preveem medidas de apoio à natalidade e ainda hoje vamos votar uma medida de cento e cinquenta mil euros. Também não surpreende porque no ano passado votámos o Regulamento dos Serviços de Água onde se previa um tarifário social especial para famílias numerosas."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, Sr. Eng.º Bruno Ricardo Dias Amado, que fez a seguinte intervenção:

"Começo por desejar a todos vós um bom ano de 2019 a nível pessoal e profissional.

Felicitar a nova Presidente de Junta de Freguesia de Travanca de Lagos e dizer-lhe que a União de Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira está ao seu dispor para o que pretender dentro das nossas capacidades e limitações.

Trago um discurso que me vou arrepender de o dizer e vou começar desta forma: Vinha fazer um resumo do ano que, como sabem, foi bastante atribulado. Foi um campeonato à parte. Tivemos que lutar via judicial e tivemos que executar o trabalho da Freguesia, com uma casa literalmente desarrumada.

Estamos numa época de Natal e chegar aqui e ser o mau da fita não fica nada bem.

Sr. Presidente, a União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira tem sido prejudicada. Não sei se fui eu que dei o passo errado consigo, não sei se fui eu que dei o passo errado com todos vós, mas é certo que quando me propus ser Presidente e as pessoas votaram em maioria, é porque

acreditavam nessa diferença. Dessa fase para cá sempre nos propusemos trabalhar e é com esse intuito que estamos cá.

Não sou uma pessoa de guerras e de intrigas, muito pelo contrário. Sou amigo do meu amigo e se puder dar a minha camisola eu dou.

Não vale a pena estar aqui a criar atritos porque todos temos cores diferentes, todos temos ideologias diferentes, mas todos nós sabemos respeitar. E isso é que é fundamental.

Sr. Presidente, a União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, está disposta para começar 2019 com o pé direito e no que for necessário estaremos cá."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

"Começo por desejar um bom ano para todos.

Felicito também a nossa nova colega, Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, e desejar-lhe muitas felicidades no exercício das suas funções.

Referir que fiquei muito satisfeito com a intervenção da minha conterrânea, Dra. Ana Marta Mendes Garcia. O que ela veio dizer é bom para os nossos fregueses. É bom para os nossos fregueses terem uma cobertura mais digna no que diz respeito à saúde.

No entanto também quero chamar a atenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal porque nem tudo ainda está bem.

Quero agradecer à Câmara Municipal, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara, todo o apoio que foi dado para a realização do evento Feira do Porco e do Enchido. Infelizmente este ano o tempo não esteve bom, o que não nos ajudou muito, mas, mesmo assim e apesar de ter sido um dia bastante chuvoso, ainda fomos visitados por muita gente o que quer dizer que estamos no caminho certo. A Feira do Porco e do Enchido é um evento que tem de ser apoiado, já está num determinado patamar e temos que manter o nível de exigência. Temos de continuar a trabalhar nesse sentido e isso dignifica muito a nossa Freguesia e o Concelho. É com eventos desta natureza que nos podemos afirmar ao nível do País.

Este ano não nos correu muito bem, os incêndios de 15 de outubro vieram baralhar isto tudo, e trouxeram-nos muitos problemas. Esperamos que o ano de 2019 venha a ser melhor, no que diz respeito à realização de obras e à realização do que nos tínhamos proposto quando nos candidatámos.

Após os incêndios, a preocupação era repor as comunicações em todo o lado e isso foi feito no tempo mais célere possível, no entanto penso que esse serviço foi um bocado atabalhoado e mal feito. Podíamos ter aproveitado essa oportunidade para arrancar todos os fios velhos e meter a fibra. Penso que devemos chamar a atenção de quem de direito de que os fios velhos deviam ser todos retirados.

Sr. Presidente, peço desculpa por voltar a insistir nisto, a ser chato, já andamos há seis anos a falar nas Ligações Técnicas. Este assunto nunca mais tem fim. Isto incomoda-me tanto que o Senhor nem pode imaginar! Mas eu tenho que ser chato e tenho que continuar a insistir enquanto não vir este assunto resolvido."

Seguidamente, foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Seixo da Beira, Sra. Isabel Margarida Neves Claro Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

"Começo por endereçar um cumprimento especial à nova colega, Presidente de Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, desejando-lhe as maiores felicidades no novo cargo.

Enquanto Presidente de Junta de Freguesia do Seixo da Beira, e porque visito regularmente as localidades anexas e contacto com as comunidades, têm-me sido colocadas questões que considero pertinentes e para as quais peço um esclarecimento por parte do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, nomeadamente a questão que se prende com os plátanos existentes ao longo da EM 231, junto à Felgueira Velha e até à ponte do rio Mondego.

Atendendo ao corte de que foram alvo os plátanos do Ervedal da Beira e não tendo o Executivo daquela União de Freguesias sido contactado ou tido qualquer informação sobre os trabalhos que foram desenvolvidos, questiono o Sr. Presidente, se há, ou não, intenção de abater aquelas árvores na Felgueira Velha e, a existir, quais são os critérios a considerar?

Aproveito ainda esta intervenção para comunicar a esta Assembleia Municipal que amanhã será inaugurada a sede requalificada do Clube Desportivo e Recreativo Vasco da Gama, obra de extrema importância quer para o clube quer para a população. Agradeço, em nome da direção do clube, todo o apoio dado pela Câmara Municipal de Oliveira do Hospital e endereço a todos os presentes o convite para nos visitarem amanhã a partir das dezasseis horas e trinta minutos.

Desde já os meus votos de um ano de 2019 cheio de sucessos pessoais e profissionais."

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

"Chegados ao final do primeiro ano de mandato cumpre ao Partido Popular fazer um pequeno balanço daquilo que foi o primeiro ano deste Executivo, sendo certo, não o escamoteamos, que este se desenrolou em condições historicamente adversas e condicionará o mandato de todos os autarcas oliveirenses exigindo, como nunca na história do município, um compromisso político sincero e constante com exigência máxima por parte dos oliveirenses.

Não obstante, também devido a essas condicionantes se devem como nunca exigir resultados a este Executivo dada a miséria, o desespero e a angústia que se assolou sobre centenas de famílias de um Município já hostilizado por sucessivos Governos, tendo perdido competências jurídicas, sendo lesado no direito à saúde que lhe compete assegurar, primeiro por falta de médicos e, depois, pelo encerramento do Serviço de Urgências, não estando, em boa verdade, nenhum dos partidos aqui representados isento de culpas pelo sucessivo abandono e depauperização a que o Estado nos tem sujeitado.

O que também não é menos verdade é o facto deste Executivo ter sido conivente com algumas destas situações e, em última instância, até solidário com alguns dos seus intervenientes mais recentes, condecorando-os, pasme-se, neste mesmo espaço, Salão Nobre do Município, com uma desfaçatez e despudor incomensuráveis que granjearam algo tão inédito quanto a concordância de todas as outras forças políticas do Concelho, desde o Partido Popular, passando pelo PSD e terminando no PCP, deixando o Partido Socialista sozinho numa distopia política tão atroz que só no "Admirável Mundo Novo" de *Aldous Huxley* ou no "1984" de *George Orwell* encontra paralelo.

Já que a este Executivo escolheu associar-se aos atos da CCDR-C de forma clara e laudatória atribuindo-lhe de forma oprobriante a mais alta distinção do Município a essa Senhora, o Partido Popular por uma questão de transparência escolhe associar os atos da CCDR-C a este Executivo.

O Partido Popular quer responder aos problemas do Município, e já que o Sr. Presidente tem andado numa azáfama para legitimar o trabalho dessa Senhora, nós, pelo contrário, escolhemos ouvir os Oliveirenses, deslocámo-nos

a Nogueira do Cravo, que é a maior Freguesia do Concelho, excetuando o polo urbano da cidade, dando voz àqueles que infelizmente não a têm, fomos perceber se, afinal, era, ou não, sensacionalismo aquilo que nos disse a tão famigerada reportagem. Facilmente se conclui que não, e que a incompetência que os Senhores optaram por premiar, de facto, existe. De facto, as adjudicações diretas foram dúbias, de facto, as verbas contratualizadas pela CCDR-C nesses contratos são insuficientes, a seu tempo denunciadas pelos empresários Oliveirenses, e que o nosso Presidente, mais uma vez, escolheu ignorar.

Sr. Presidente, estão obras paradas por falta de verbas, famílias que passam o segundo Natal em condições precárias e inadmissíveis.

Temos o setor primário ao abandono, e que este Governo considera um setor económico de segunda, dado ao facto de atribuir indemnizações por demais reduzidas face aos outros agentes económicos.

Temos ainda sinalização por colocar no Concelho.

Tempos houve, Sr. Presidente, em que lhe era reconhecida capacidade reivindicativa. De vigílias e buzinões sobram agora bajulações a quem tanto mal faz às nossas gentes. No Partido Popular ficamos com a dúvida se será pela mudança partidária no governo ou se é o Partido Socialista que o pressiona à defesa dos interesses partidários em detrimento do interesse dos Oliveirenses?"

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Sr. Luís Filipe Nina Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Começo por felicitar a nossa nova colega, Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, e desejar-lhe as maiores felicidades no exercício do seu mandato.

Foi aqui dito que foi feita uma visita, por parte dos membros do CDS, a essa grande Freguesia chamada Nogueira do Cravo, a segunda maior Freguesia do Concelho e com muito orgulho.

Dizer-lhes que, no âmbito dessa visita para ver o ponto de situação das casas que foram destruídas nos incêndios de outubro de 2017, temos sete casas de perda total e das quais ainda hoje, o Sr. Presidente da Câmara Municipal e a Sra. Presidente da CCDR-C, convidaram-me para os acompanhar e entregar as chaves de duas casas que já estão prontas. Há uma terceira que também já está pronta mas o proprietário não está cá.

É muito bom que visitem o nosso Concelho e digam o que ainda não foi feito mas muita coisa também já foi feita.

Estas entrevistas também servem para denegrir o trabalho de muita gente de bem que anda aqui desde a primeira hora a ouvir as pessoas e a "dar a cara". Nós estamos lá desde a primeira hora, bem como o Sr. Presidente da Câmara Municipal, os Técnicos da Câmara Municipal que têm estado no terreno e os Técnicos da CCDR-C.

Para além das três casas que estão concluídas, hoje, as outras quatro estão em reconstrução. Eu também gostava que estivessem todas prontas. Eu ficava muito mais satisfeito se isso acontecesse mas também já há casas reconstruídas na sua totalidade.

Gostaria de dizer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e ao seu Executivo que continue como tem estado e sem abrandar o seu espírito de reivindicação. Continue a desempenhar as suas funções com sentido de responsabilidade, com proximidade, dando a cara, indo ao terreno sem ter medo de coisa nenhuma. Também sei que há casas que arderam, que estão abandonadas há muitos anos, e que não vão ser reconstruídas.

Nem tudo serve para fazer propaganda política, ainda por cima com a desgraça alheia. Temos que ver aquilo que está feito. É bom realçar os aspetos positivos. Realçar somente os aspetos negativos é propaganda política de muito baixo nível e é triste.

Gostaria de elogiar a os agentes de Proteção Civil do nosso Concelho porque têm respondido com muita celeridade às várias solicitações.

Para concluir quero desejar um feliz ano novo para todos, e para os respetivos familiares, e desejo que o que falta fazer na reconstrução das casas de perda total que seja concluído o mais brevemente possível."

De seguida, foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Sra. Dra. Olga Maria Filipe Bandeira, que fez a seguinte intervenção:

"Venho aqui a esta Assembleia para dar conta de três pontos que gostava que fossem mais esclarecidos afim de eu poder prestar mais alguns esclarecimentos à população de Lagares: Um dos pontos é referente à requalificação do antigo quartel dos Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira, cuja obra pertence à da Câmara, e, sem dúvida nenhuma, vai engrandecer a Vila de Lagares da Beira mas também o Concelho, uma vez que terá, certamente esse âmbito concelhio.

Como o Sr. Presidente sabe, Lagares da Beira tem várias Associações de índole cultural, com atividades ao longo de todo o ano. Um espaço como o que

foi requalificado era, sem dúvida, imperioso realizar. Por isso, endereço os parabéns à Câmara Municipal pelo investimento que está naquele espaço.

Pelo que sei a obra já deveria estar concluída mas outras circunstâncias não o permitiram o que é perfeitamente compreensível. Sei que algumas retificações vão ter de ser feitas, há mobiliário também para adquirir, e a minha intervenção vem no sentido de que dentro da brevidade possível os trabalhos possam ser concluídos a fim de dinamizar e rentabilizar o equipamento existente, e prende-se também com o facto de solicitar ao Sr. Presidente que me possa facultar mais alguma informação sobre o ponto de situação.

O segundo ponto prende-se com o abastecimento de água aos habitantes do lugar de Adarnela: Já tivemos a oportunidade de reunir com as pessoas, como o Sr. Presidente sabe, porque também esteve presente, e tem havido por parte dos moradores abordagens no sentido de saber para quando será possível responder a este anseio dos habitantes da Adarnela. Solicito também alguma informação adicional.

Outro ponto tem a ver com a estrada Lagares/Ervedal – a estrada da ribeirinha - que em certos sítios necessita de railes de proteção para prevenir que algum despiste ou distração resulte num acidente grave, nomeadamente a queda de algum veículo para o precipício. Solicitava ao Sr. Presidente a ida de técnicos para fazerem a devida avaliação.

Cumprimento a nova Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sra. Ana Teresa, e dizer-lhe que há um ponto de ligação entre Lagares e Travanca que é a ponte. Espero que para além desse ponto de ligação possamos também defender os interesses das nossas Freguesias. Desejo que tenha sucesso nesse cargo que vai começar agora a desempenhar.

Desejar ao Presidente cessante, ao Prof. António Manuel, um bom ano e dizer que também ele contribuiu para o desenvolvimento da sua Freguesia.

Por último, desejar a todos um ano novo com muita saúde e paz, e que cada um de nós possa contribuir para um ano mais solidário e fraterno. Bom ano novo."

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. André Duarte Pereira, que fez a seguinte intervenção:

"Começo por felicitar o Rafael Dias pela sua eleição para as Estruturas Federativas da Juventude Popular, bem como felicito o Sebastião Barbosa pela sua eleição para as Estruturas Nacionais da Juventude Socialista.

Dar já uma nota rápida ao Rafael: Só tenho a dizer-te que tu és um pouco mais novo e eu também não sou muito mais velho, para ti que só conheceste a realidade deste Executivo é normal que penses assim, mas podes ter a certeza de uma coisa: Este é o melhor Executivo que Oliveira já conheceu. E se tiveres dúvidas disso, pergunta à população porque acho que os votos foram por eles.

O que venho aqui dizer pode ser um pouco diferente do que se estava à espera, em função daquilo que já se pôde ouvir hoje: Embora a Saúde em Oliveira do Hospital não seja da competência da Câmara, nem da Assembleia Municipal, é algo que nos deve preocupar.

O que vos venho transmitir é que o Dr. Avelino Pedroso, Diretor Executivo do Agrupamento dos Centros de Saúde do Pinhal Interior Norte, suspendeu o protocolo de contratação dos médicos de urgência permanentes a partir do dia 2 de janeiro do próximo ano. Como sabem temos doze médicos de família, não temos ninguém sem médico, mas apenas temos dois médicos que garantem o serviço de urgência permanente.

Com a suspensão deste protocolo o Centro de Saúde passa a ter disponíveis apenas consultas de emergência. O problema é que estas consultas ficam disponíveis nos horários das 11 horas às 14 horas e das 17 horas às 20 horas. Com isto desaparece mais um pouco o nosso serviço de urgências e torna-se importante que as pessoas tomem precauções para não se magoarem entre as 14 horas e as 17 horas. É cada vez mais um luxo ter um serviço de urgências sem surpresas. Sr. Presidente, se souber de algo que contrarie esta informação seria bem-vindo.

O segundo ponto que gostaria de partilhar convosco é uma comparação com concelhos vizinhos e com condições semelhantes: A Pampilhosa da Serra tem quatro mil e quinhentos habitantes, tem um Serviço de Atendimento Permanente durante 24 horas e sete dias por semana; Góis tem quatro mil e duzentos habitantes, tem o Centro de Saúde aberto todos os dias, incluindo sábados, domingos e feriados, das 10 horas às 20 horas; Tábua com doze mil e setecentos habitantes tem Centro de Saúde aberto todos os dias, sábados, domingos e feriados, das 8 horas à meia-noite; Oliveira do Hospital, com vinte mil e oitocentos habitantes, tem o Centro de Saúde fechado no próximo sábado, domingo, segunda-feira e terça-feira. É claro que nós temos a Fundação Aurélio Amaro Dinis durante o resto do tempo, onde o tão prometido raio-X também não funciona tal como não funcionava no Centro de Saúde, mas em termos de serviço de urgências foi conseguido aquilo a que podemos chamar de um mal menor. Perdemos um pouco mas não se perdeu tudo e para termos este serviço o

Estado paga cerca de vinte mil euros por mês à Fundação Aurélio Amaro Dinis, e não sendo o ideal é, pelo menos, uma solução. Então qual é o problema?

O problema é que a Fundação Aurélio Amaro Dinis não pertence ao Serviço Nacional de Saúde e, como tal, não pode fazer domicílios.

O que são domicílios? São tratamentos, pensos, injetáveis ou algaliações. Uma algaliação é a introdução de um tubo pela uretra até à bexiga. Este é um tratamento que o cidadão português tem direito a receber no seu domicílio, menos em Oliveira do Hospital. Em Oliveira do Hospital chama uma ambulância para o levar à Fundação Aurélio Amaro Dinis e depois aguarda por outra para o levar para casa. Só pode haver domicílios quando o Centro de Saúde está aberto mas em Oliveira do Hospital o Centro de Saúde fecha fins de semana e feriados e faz pontes.

Terminando, se a solução de quem decide estas coisas é passar as urgências definitivamente para a Fundação Aurélio Amaro Dinis, que assim seja. Perdem-se umas coisas mas ganham-se outras. O que não faz sentido é o funcionamento mínimo do Centro de Saúde estar a ser constrangido pelas sucessivas decisões e contradições.

Posto isto, será que vamos continuar a ter urgências em Oliveira e será que vamos voltar a ter domicílios?

Sra. Presidente da Assembleia Municipal, se me conceder mais dois minutos gostaria de partilhar com os presentes uma breve história: Hoje, às oito da manhã, deu entrada no Centro de Saúde uma Senhora com sinais de enfarte, uma mãe com cerca de quarenta anos. Relembro que às oito horas é o momento das dúvidas existenciais dos Bombeiros, que têm de decidir se seguem para o Centro de Saúde ou para a Fundação Aurélio Amaro Dinis, e que a partir do dia dois, se calhar, nem um nem outro.

A Senhora dá entrada no Centro de Saúde às oito horas. A médica liga para o CODUS e são solicitados os Bombeiros de Lagares da Beira para que a levem para Coimbra. O estado da Senhora piora. A médica liga para o CODUS novamente e é solicitado aos Bombeiros de Oliveira do Hospital que a levem para Coimbra. A dor irradia para as costas, estende-se para os braços, e tudo indica que se trata mesmo de um enfarte. A médica liga novamente para o CODUS, e desta vez vem o Suporte Imediato de Vida. O Suporte Imediato de Vida de Seia demora vinte minutos a chegar a Oliveira, o Suporte Imediato de Vida de Arganil demora trinta e cinco minutos a chegar. Chegaram, estabilizaram a doente, administraram morfina, o quadro clínico melhora e acabam por ser os Bombeiros de Lagares a levar a Senhora para Coimbra.

A moral da história depende da opinião de cada um, mas gostaria de propor uma conclusão analítica: Só as SUB - Serviço de Urgência Básico é que dispõem de stock de morfina e a SIV - Suporte Imediato de Vida naturalmente também, mas em Oliveira do Hospital há mais de vinte mil pessoas que se tiveram um enfarte podem ter a certeza que não é em Oliveira que encontram morfina. Hoje correu tudo bem mas amanhã podemos ser nós e podemos não ter a mesma sorte."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Avô, Sr. Enf.º José Carlos Martins Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

"Começo por dar os parabéns e desejar um bom mandato à nova Presidente de Junta de Travanca de Lagos e dizer-lhe que a Junta de Avô estará sempre disponível para o que necessitar.

Gostaria de propor uma pequena reflexão: Há cerca de três semanas estava a prestar cuidados domiciliários a uma utente e em conversa com o marido da Senhora ele colocou-me esta questão: Muitas vezes nós os autarcas não pensamos mas esta é a realidade dos factos. O fogo veio, ardeu tudo e mais alguma coisa, o Ministério da Agricultura deu algum dinheiro, e há de facto plantações de oliveiras e videiras mas quando é que vai haver fruto?

A questão é esta, já passaram dois anos, e em termos de colheitas, nesta altura era feita a colheita da azeitona com a qual se fazia o azeite. Quando é que vamos ter novamente azeite? Esta era a questão do Senhor. Segundo os entendidos só daqui a dez anos é que as novas oliveiras vão produzir azeite mas dez anos é muito tempo para haver novas colheitas. Isto é apenas só uma reflexão.

Também quero abordar um tema que o Presidente da Junta de São Gião, Sr. Luciano, também já abordou. Já tivemos uma reunião com o Executivo no passado dia treze de novembro e focámos este aspeto. A Freguesia de Avô também é uma das Freguesias em que atendendo às ruas estreitas que tem os funcionários da Junta têm que fazer a recolha do lixo e têm que o colocar num determinado local onde depois o Planalto Beirão faz a recolha. De facto nós recebíamos um subsídio anual e em dois mil e dezassete e dois mil e dezoito não foi pago. O Sr. Presidente nessa reunião prometeu que ia resolver a situação e, por isso, quero questionar se vamos receber, ou não, esse dinheiro.

Um terceiro aspeto tem a ver com um agradecimento público, que já tinha feito em privado. Quero fazer um agradecimento ao Sr. Presidente da Câmara, Prof. José Carlos Alexandrino, e ao Sr. Vereador, Prof. Nuno Ribeiro. No

passado dia um de novembro participaram num ato nobre, um evento simples que foi a transmissão da missa de Todos os Santos pelo canal 1 da RTP e que foi transmitida para os quatro cantos do mundo. Ou seja, Avô, a sua pequena freguesia, a sua igreja matriz e também um pouco de Oliveira do Hospital foi vista por esse mundo fora com a transmissão da missa de Todos os Santos. Por isso, o meu muito obrigado.

Gostaria de terminar desejando a todos os presentes, sem exceção, continuação de boas festas, e um ano novo cheio de paz e principalmente com muita saúde."

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Paulo Sérgio Dias Minas, que fez a seguinte intervenção:

"Como poderão notar esta é a primeira vez que participo ativamente nesta Assembleia embora esteja a substituir a Sra. Maria Alice. Não será necessariamente a primeira vez que venho neste dia ao Salão Nobre do Município porque quem me conhece sabe seguramente que já me viu aqui algumas vezes no local destinado ao público onde com interesse venho assiduamente assistir ao debate sobre o meu Concelho.

Hoje estou aqui enquanto cidadão eleito pela Coligação Construir o Futuro um facto que em nada, ou quase nada, me diz respeito porque este mérito é sem dúvida todo do Luís Lagos, alguém em quem eu sempre vi espelhada a minha opinião nesta Assembleia, alguém com conhecimento elevado de valor acerca do concelho e da região. No fundo uma pessoa que ainda terá muito para dar à sua terra e muita gente quererá contar com a sua participação no futuro.

Estou aqui acima de tudo porque gosto de participar enquanto cidadão independente. Não tenho qualquer filiação partidária. Estou aqui exclusivamente a pensar pela minha cabeça e estou, ainda mais, porque existe um claro défice de pensamento crítico, autónomo e criativo nesta Assembleia, neste Concelho, quer entre os jovens, quer entre os mais velhos. É esse contributo que eu posso e espero dar.

Antes de começar pelos pontos que trago aqui e porque ouvi a intervenção do André, que agora não está aqui, e queria dizer que foi das intervenções mais sóbrias e das intervenções mais necessárias que alguma vez ouvi nesta Assembleia e, por isso, quero agradecer as palavras dele porque realmente são mesmo muito necessárias.

O primeiro ponto que me traz aqui, e eu refleti muito antes de o trazer, mas acabei por faze-lo quase por dever de consciência. Enquanto Oliveirense

entristeceu-me muito ver, no passado dia sete de outubro, que a mais alta distinção do Município fosse atribuída à Sra. Presidente da CCDR-C, Dra. Ana Abrunhosa. Não lhe quero tirar o mérito do seu trabalho, as circunstâncias foram difíceis e raramente foram as ideais mas aquilo que a Sra. Presidente da CCDR-C fez foi precisamente e simplesmente o seu trabalho. Aliás nem sequer se distinguiu um pouquinho que fosse para lá das suas competências para merecer uma Medalha de Ouro Municipal, pois, se o tivesse feito, passado um ano dos incêndios, todas as casas de primeira habitação estariam reconstruídas, para lá caminhamos, e ainda bem, e não estaria uma única empresa ainda no chão. Neste momento não senti essa necessidade de atribuir uma Medalha de Ouro Municipal à Dra. Ana Abrunhosa mas obviamente que respeito a decisão democrática do Executivo e desta Assembleia como sempre o farei, mas quando fá-lo em défice de pensamento crítico é também aqui que eu quero chegar.

Segundo ponto, e aqui numa perspetiva mais utópica e admito que muita gente possa vê-la dessa forma mas o Copérnico também tinha a ideia que a terra era redonda e de facto era: Sr. Presidente, quero deixar-lhe aqui um repto e espero que faça uso da sua influência na Comunidade Intermunicipal de Coimbra, junto do Primeiro-Ministro, junto do Presidente da República, junto de quem quiser, e concentre-se naquela que será porventura a obra mais relevante de sempre para a nossa região. Se o IC6 é fundamental, é claro que sim! A requalificação das estradas nacionais é importante, sem qualquer dúvida! Mas, é o aeroporto de Coimbra, uma ideia criada pelo Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Prof. Manuel Machado. O aeroporto de Coimbra é uma questão estratégica e essencial que nos pode aproximar definitivamente da linha de desenvolvimento do litoral e dos grandes centros urbanos muito mais rapidamente do que o IC6 e que dará relevância europeia e mundial às nossas empresas e que irá projetar as nossas unidades hoteleiras nos principais países emissores de turistas.

Pergunto se Oliveira do Hospital isoladamente tem algum peso na decisão de criar uma ponte aérea a partir de Coimbra? Infelizmente eu creio que não, mas com todos os Municípios da Comunidade Intermunicipal alinhados nesta luta, com o peso do Prof. Manuel Machado enquanto Presidente da Associação Nacional de Municípios, eu creio que essa luta será possível de concretizar e não tenho dúvidas que a relevância política a nível nacional será indubitavelmente diferente.

Sr. Presidente, se quer deixar uma marca de futuro para as próximas gerações, se quer reverter a tendência acelerada de perda de população, não

tenho dúvidas que esta é a obra pela qual o Sr. Presidente, toda a região e cada um de nós deve lutar mais do que o IC6, mais do que a requalificação das estradas. Não quero dizer mais do que os médicos mas, a verdade é que, com um maior fluxo de turismo e serviços na nossa Região a tarefa de captar mais médicos sairia muito facilitada. Isto não é sonhar, isto é ter ambição pelo nosso Concelho, pela nossa Região, pela reconversão do interior do País porque nem tudo se resume a Lisboa.

Desejo um bom ano para todos."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

"Sr. Presidente da Câmara, já aqui foi referido que alguma coisa mudou na área da Saúde no nosso Concelho. Na parte que concretamente me diz mais respeito, na União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, a situação piorou recentemente. Se bem que temos ali uma Unidade de Saúde com ótimas condições, uma Unidade de Saúde que já em tempos teve dois médicos para os cerca de mil e quinhentos utentes desta União de Freguesias. Já há uns tempos largos que só tem um médico e esse médico que por sinal é coordenador do Centro de Saúde de Oliveira do Hospital, acerca de dois meses, não temos médico ou se o tivemos foi num ou outro dia em que o médico que lá presta serviço terá ido pontualmente, num ou outro dia. O que quer dizer que há dois meses o médico está de baixa, deduzo que será para continuar, e muito possivelmente dentro de algum tempo pedirá a reforma. Quero dizer que vamos ter ali um problema e já o estamos a começar a ter.

Hoje as pessoas questionam-nos na Junta de Freguesia porque querem uma receita e não têm, querem uma consulta e não têm, e estamos com um problema e estou convencido que se vai agravar. Isto é uma alerta porque neste momento enquanto se ouve dizer que no Concelho de Oliveira do Hospital, depois das últimas colocações de médicos no nosso concelho, que não há pessoas sem médico de família. É bom que isso seja assim mas simplesmente nós neste momento estamos com problemas na União de Freguesias de Ervedal e Vila franca e espero que esta situação não se venha a agravar e que haja uma solução. Se há médicos suficientes neste momento acho que para colmatar este problema poderia, eventualmente, uma ou duas vezes por semana, deslocar-se um médico que esteja disponível no Centro de Saúde para poder ir ao Ervedal prestar algum serviço às populações.

Isto é um alerta e espero que não se agrave mais. Se a situação se vier a degradar nós cá estaremos para tomar as devidas providências junto de quem de direito.

Quero também cumprimentar a nossa nova colega da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos. Em meu nome pessoal, enquanto Presidente de Junta e como responsável político do Partido Socialista, bem-vinda às novas funções. Espero que saiba desempenhar e que tenha coragem para isso, com a sua equipa, para levar a bom porto os anseios das populações da Freguesia de Travanca. Obviamente, tudo o que for necessário, da nossa parte, estaremos sempre disponíveis para a todo o momento dar a colaboração possível.

Quanto à questão das casas, dizer o seguinte: Fazer-se muito em pouco tempo não é fácil e por vezes isso é impossível. Quando se faz muito em pouco tempo por vezes faz-se mal.

Penso que todas as coisas têm o seu tempo para serem feitas. Se neste percurso, e depois de tudo o que aconteceu, houve casos que não correram de acordo com as expectativas das pessoas, não foram contemplados para eventuais recuperações, mas tenho a perceção do seguinte: No concelho de Oliveira do Hospital, e nós temos visto passar coisas nas televisões que nos devem preocupar a todos e que é haver processos pouco limpos mas em Oliveira do Hospital não se passou isso. Acho que houve critérios, houve rigor. À luz desses critérios e desse rigor as situações têm-se vindo a desenvolver dentro da sua normalidade. Bem sabemos que são processos que não são fáceis, são processos burocráticos e que exigem aos interessados comprovativos de muita coisa. Foi essa burocracia que complicou o processo mas, relativamente às casas de primeira habitação, ninguém foi deixado para trás. Não vale a pena andarem a fazer demagogias, como alguns que por aí andam, e a carregar as televisões. Não vale a pena!

Eu também tive casos em que me "tentaram convencer" que as casas eram de primeira habitação e sei que seguramente há aqui mais colegas das Freguesias que com certeza tiveram casos destes mas em Oliveira do Hospital houve muito rigor e por isso não temos as televisões com as baterias apontadas para aqui como existe em outros lados.

Fazer demagogia é muito fácil e pode ser feita seja por quem for desde que queira fazê-la."

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

"Nesta intervenção pretendo fazer o balanço do mandato de 2018 que foi naturalmente influenciado pelos incêndios de 2017.

Há uma situação que tenho de referir: Caro Paulo Sérgio Dias Minas, vejo pela primeira vez, da parte da oposição, um modo diferente de estar aqui, de acreditar no futuro, de acreditar nesta Assembleia, de acreditar na política. Dou-lhe os meus parabéns!

Estou de acordo consigo relativamente à questão do aeroporto de Coimbra e percebo que no seu partido de coligação têm uma opinião claramente contra. Hoje veem-se cartazes em Coimbra, pagos não sei por quem, contra o aeroporto, a dizer mal do Manuel Machado e a dizer mal da Câmara.

Concordo completamente consigo e digo que é a melhor coisa que nos pode acontecer na Região Centro. Um aeroporto é o maior polo de desenvolvimento que pode existir para todas as atividades e veja-se o caso de Lisboa, Porto de Faro. A construção do aeroporto atrai desenvolvimento, atrai pessoas e nós ficaríamos a cinquenta minutos do aeroporto.

Dizer ainda que hoje tivemos aqui uma nova versão da Assunção Cristas. Assistimos a demagogia pura, palavras sem significado, sem qualquer perspetiva de futuro. Estiveram cinco anos no Governo, fizeram o pior, e hoje andam com cartazes a dizer aquilo que não fizeram. Estradas que inauguraram e que estão a cair mas foram eles que as inauguraram e hoje andam a pôr em causa o que fizeram. Mas a isto nós já estamos habituados!

Relativamente ao balanço do mandato quero dizer o seguinte: Como já disse o ano foi claramente marcado pelos incêndios de 2017. Assistimos constantemente a uma resposta imediata, uma mão amiga, ao estar no local, a dar resposta a quem sente a dor e a quem sente um problema, estar sempre ao lado da população, quer do Sr. Presidente da Câmara Municipal, quer do seu Executivo.

Este Executivo tem uma marca nestes anos todos, e continua a ter, que é o apoio na área Social. Também na área da Saúde, como disse a minha colega de bancada, temos assistência médica como nunca tivemos e isso é importante. Também temos o Hospital da Fundação que complementa a questão da Saúde. Temos o apoio às famílias que é constante, como por exemplo a questão do IMI entre outros.

Nesta adversidade toda, tivemos engenho e arte e capacidade para dar a volta.

Tivemos eventos, talvez sem a grandiosidade que tiveram em outros anos, mas que a população aderiu, nomeadamente a Feira do Queijo, EXPOH e Feira

do Porco e do Enchido, entre outros. Temos uma praia fluvial com Bandeira de Ouro devido a cinco anos seguidos com Bandeira Azul. Isto é que nos orgulha.

Referir também o índice de boa governação e o galardão que nos foi atribuído como reconhecimento de Autarquia Familiarmente Mais Responsável. Temos, na hotelaria, uma aposta clara no setor do Turismo, e também já aqui foi falado no Museu do Azeite. Temos uma unidade hoteleira deste Concelho que é um exemplo de referência a nível de todo o País. Temos unidades hoteleiras em construção que nos orgulham. Temos feito um grande esforço para reconstruir as habitações e as empresas. Temos uma excelente relação com a CIM e da qual o Sr. Presidente da Câmara Municipal é Vice-Presidente. Temos uma excelente relação com a Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, e contrariamente ao que outros dizem aqui, a Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro tem sido uma nossa aliada e tem estado sempre ao nosso lado.

Meus caros amigos, aquilo que mais me orgulha é que nesta Câmara Municipal, quer através do Sr. Presidente, quer através do Executivo, quer através dos diversos órgãos ou gabinetes da Câmara, ninguém fica sem resposta, ninguém fica sem apoio e há sempre uma palavra de aconchego, de esperança no futuro e de solidariedade. Todos devemos ter orgulho de ser Oliveirenses, de ter o Presidente de Câmara que temos, de ter o Executivo que temos e devemos orgulhar-nos por estarmos a construir o futuro todos os dias."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Terminaram as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia e de seguida vou dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que naturalmente vai esclarecer algumas questões e responder a outras.

Quero salientar que tivemos uma ou outra intervenção mais assertiva mas dentro do normal e dentro do que é espectável quando se debatem os interesses do nosso Município.

Parece-me, e também estou expectante relativamente ao que vamos ouvir da parte do Sr. Presidente mas eu fiquei um pouco confusa com a questão da Saúde porque houve intervenções com sentidos um pouco contraditórios. Acho que é importante que esse aspeto seja esclarecido, sem prejuízo de todos os outros e, por isso, Sr. Presidente, pedia-lhe que não poupasse as palavras necessárias."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"As minhas primeiras palavras são também para a Sra. Ana Teresa Falcão de Brito. Quero desejar-lhe um bom mandato como Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos. Dizer que a Câmara Municipal está com a Junta de Freguesia de Travanca de Lago tal com está com todas as Juntas de Freguesias porque sou o Presidente de todas as dezasseis Freguesias do Concelho, e essa tem sido uma das minhas características.

Até gostaria de recordar, com alguma saudade, o meu primeiro mandato: Há dez anos, nesta Assembleia, eu tinha seis Freguesias eleitas pelo Partido Socialista e tinha 15 Freguesias sem serem do meu projeto político. Foi muito interessante trabalhar com a diversidade de opiniões e com Presidentes completamente diferentes eleitos por forças diferentes. Já cá estava o Aníbal, o Carlos Artur, o João Dinis. Foi sempre uma grande honra trabalhar também com essa diversidade de presidentes de Junta de Freguesia.

A primeira coisa que eu gostaria de fazer ressaltar era o seguinte: Quem quiser olhar para este ano como um ano normal parte logo de um pressuposto errado. Este foi um ano muito difícil em termos de gestão autárquica. Para a Câmara Municipal e para o seu Executivo foi, de longe, o pior ano para o nosso mandato autárquico, e foi muito difícil o nosso desempenho, mas isso não nos tirou a força, não nos tirou a coragem, não nos tirou a determinação. Se bem que, todos nós, porque somos humanos, às vezes, temos momentos mais fracos. Mas as fraquezas transformam-se em forças de montanha e conseguem-se levar as coisas para a frente.

Também queria deixar uma palavra ao Prof. António Manuel Soares: O Prof. António Manuel Soares foi um parlamentar brilhante. Foi um parlamentar sempre solidário com este Executivo e com a Assembleia e eu quero-lhe agradecer.

De qualquer das maneiras também não deixarei de dizer que tenho muita expectativa com a Junta de Travanca de Lagos, com a sua Presidente e com a sua equipa. Acredito que haverá um compromisso para fazermos um bom trabalho em conjunto.

Às vezes o problema nas Juntas de Freguesia são as perspetivas porque algumas pessoas acham que as Freguesias devem ser tratadas todas de forma igual. Há princípios acordados para a atribuição de subsídios e é preciso perceber que as Freguesias não se podem tratar todas da mesma forma. Nunca se pode tratar de forma igual aquilo que é diferente.

Gostaria de recordar duas Freguesias que durante o meu primeiro mandato foram tratadas de forma completamente diferenciadora, e eram do PSD. Eram as Freguesias mais atrasadas, em termos de desenvolvimento. Era Lourosa e Seixo da Beira. Hoje, olhamos para elas e verificamos que se aproximaram muito das outras.

Não podemos deixar de perceber que os tempos mudam e temos que perceber o fenómeno aglutinador da própria cidade de Oliveira do Hospital.

O projeto do PEDU foi feito e negociado durante o Governo de Passos Coelho e não foi por acaso que as cidades foram transformadas em polos aglutinadores. Esta é a perspetiva do futuro. Deveremos ter tudo isto em conta.

Meus caros amigos, nós não fazemos tudo bem, às vezes também erramos e seria mau se nós não fizéssemos nada e não tomássemos opções. Às vezes as nossas opções também poderão não ser as melhores.

Já todos me conhecem o suficiente para perceberem que dou muita importância à área de cariz social e nesta área há grandes desafios.

Também tenho que dizer que há quem seja mais especialista a fazer comunicados para me criticarem, mas também têm legitimidade para o fazer. O problema é que não os vejo a fazer nada, não vejo prática, não vejo ação. Essa é uma grande diferença.

Quero saudar o Nuno Rafael Dias, e quero dar-lhe os parabéns pela eleição para a Juventude Popular. Agora tens responsabilidades como dirigente distrital e, com certeza, quando estiver com alguns dos meus amigos em Coimbra, terei orgulho, como Presidente do Município, de dizer que tenho um Oliveirense à frente da Juventude Popular e dizer-lhes-ei, ajudem lá o rapaz! Da minha parte não há problema nenhum com a nossa diversidade de opinião.

Também saudar o Sebastião Barbosa, pela sua eleição e o Sérgio Minas pela sua estreia na Assembleia Municipal.

Dizer-vos o seguinte: Este ano foi muito difícil!

Neste momento estamos a cortar os pinheiros junto às estradas. Depois pedia à Eng.ª Teresa Dias para fazer um pequeno balanço do que estamos a fazer na área da floresta.

O Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, Eng.º José Carlos Marques, que é o responsável da Proteção Civil, é testemunha do dinheiro que temos gasto. Temos feito um grande trabalho e também não nos peçam para fazermos tudo num dia.

Estamos a fazer um trabalho interessante, marcamos as árvores que são para abater e até vos posso contar que um proprietário em Andorinha colocou

um cartaz que dizia: “não cortem porque já estão vendidos e serão cortados em breve”. Há outros proprietários que quando veem os pinheiros marcados são eles que os cortam.

O Zé Ferreira levantou aqui um problema e confesso-vos que me incomoda bastante: É o problema dos tratores. Os tratores não pertencem à Câmara Municipal. Os tratores pertencem à Cáritas. Eu até já expliquei isto na última Assembleia. Há nove proprietários que têm a titularidade do trator e, por isso, nove tratores vão ser entregues. O grande problema, entre a visão da Cáritas e a minha, é que a Cáritas quis que eu entregasse um conjunto de tratores sem ter havido critérios que fossem bastante claros.

Deixei-me também dizer-vos, e vocês vão todos perceber muito bem isto: Relativamente às candidaturas para a reconstrução das casas as pessoas queixam-se que há burocracia a mais. E sabem o que é que o Governo fez? O Governo criou legislação para permitir a simplificação dos processos.

E vejam como é que são as coisas: Sabem o que é que aconteceu a seguir? Os mesmos que diziam que havia burocracia a mais, agora, estão a dizer que se estão a fazer ajustes diretos para ajudarmos os amigos.

Era preciso simplificar os processos, mas depois já se critica porque os processos estão simplificados demais.

Digo-vos o seguinte: Isto revela numa mentalidade completamente retrograda porque mesmo no ajuste direto é preciso cumprir com o que está estipulado na Portaria.

Dou-vos ainda a seguinte nota: Há pouco, o PSD, na minha opinião, foi mais inteligente que o CDS, porque não voltou a falar na Medalha atribuída à Dra. Ana Abrunhosa.

Hoje já entregamos quatro casas. Já estão validadas cento e vinte e quatro casas. Estão entregues setenta casas. Por isso, meus caros amigos, ainda faltam cinquenta e quatro casas. Mas, destas cinquenta e quatro casas, há umas que estão quase prontas. Entregaremos na primeira semana de janeiro mais quatro ou cinco, mas há outras que ainda estão atrasadas porque os proprietários não tinham documentos e foi dificílimo fazer esse trabalho.

Relativamente à reconstrução das casas, acho que a Sr. Secretária Geral do CDS foi bastante comedida relativamente à forma como abordou este assunto.

Dizer ainda que não é verdade que tenha havido falta de dinheiro ou que tenha havido falta de pagamentos.

Hoje, estiveram aí as televisões todas e também foi dito que a CCDR tem o dinheiro todo para pagar as casas e tem as faturas todas pagas. O que aconteceu é que alguns empreiteiros demoraram mais tempo a pagar aos subempreiteiros. Dizer ainda que o Vice-Presidente da CCDR, Dr. Luís Caetano, é militante do CDS e é o responsável pelos pagamentos e, por isso, tinham ali uma fonte boa para que não viessem aqui à Assembleia Municipal dizer mentiras.

Os Senhores lembram-me de quando eu tinha dezoito anos: Nessa altura, quando o meu carro não pegava, eu passava a vida a dar à chave até gastar a bateria. Por isso, deixem lá a Medalha da Dra. Ana Abrunhosa porque vocês gastam a bateria e não ganham nada com isso. Peçam a alguém que vos dê um empurrão para andarem para a frente e deixem isso!

Ainda a propósito dos tratores, quero dizer-vos que apetece-me entregar os tratores às nove pessoas que provaram a titularidade e mandar os outros tratores para a Cáritas de Coimbra e o Padre Luís Costa que diga a quem os entrega. Eu já expliquei isto, mas volto a dizer que foram apresentadas mais de oitenta candidaturas para os tratores. Destas candidaturas houve pessoas que tiveram financiamento para o trator e há outros que não tinham nenhum documento para comprovar a titularidade do trator.

Os mesmos que agora dizem que o Presidente da Câmara não entrega os tratores, eram os mesmos que diziam que eu entreguei os tratores sem critério. E eu, aqui, “não tenho filhos nem enteados” e gostaria que o processo fosse o mais transparente possível.

Agora, quanto aos outros dez tratores, estamos a tentar resolver e espero que os Serviços de Ação Social os entreguem.

O Sr. Raúl Dinis falou sobre a recuperação da sinalização vertical e horizontal: Sobre este assunto quero dizer que tem havido um esforço para repor a sinalização. Como já podem ver, com o conjunto de obras que foram realizadas, o Concelho já não é o mesmo. Neste momento a sinalização do Concelho está, mais ou menos, resolvida.

Os Senhores Presidentes de Junta de São Gião e Avô queixaram-se devido à falta de subsídio para a recolha do lixo e eles têm razão e, por isso, acho que devemos pagar.

A recolha do lixo nos meses de agosto e setembro deu-nos de prejuízo cerca de trinta e cinco mil euros. Não houve mês nenhum este ano em que o défice tarifário do lixo fosse menos de dez mil euros. O valor máximo do défice tarifário do lixo foi no verão devido ao aumento do número de pessoas no

Concelho. Como sabem o lixo é pago à tonelada. Temos que lançar uma campanha para baixarmos este défice até porque não pretendo mexer no tarifário.

Dizer ainda que iremos fazer uma Assembleia Municipal Extraordinária em janeiro para falarmos sobre a descentralização de competências porque a Assembleia Municipal tem que dar resposta até ao dia trinta e um de janeiro de quais são as competências que aceita. Se não respondermos passam-nos as competências todas. A Assembleia Extraordinária ainda terá outro fim. Será apresentado o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano pela equipa que a Câmara Municipal contratou para fazer a requalificação de Oliveira do Hospital.

Relativamente à área da Saúde ouvimos dois depoimentos contraditórios. Não estou aqui para fazer nenhum debate sobre a saúde porque se alguém tem lutado para que haja melhores condições na área da Saúde em Oliveira do Hospital, com certeza, que sou eu e o meu Executivo.

Dou a minha opinião sincera: Do que vou constatando, neste momento, acho que estamos melhor do que estávamos. Acredito que há sempre coisas para melhorarmos. Nós chegámos a ter dezasseis mil utentes sem médico de família e isto hoje não acontece.

Tive pena, e digo isto com mágoa, que o Ministro Adalberto Campos tivesse saído do Governo porque o que tinha tratado com ele, nas reuniões que tivemos, “foi tudo por água abaixo”.

Hoje, tenho uma opinião diferente sobre o funcionamento do Centro de Saúde, e não tenho uma visão tão crítica. Fiquei muito contente com a intervenção da Dra. Ana Marta até porque ela é uma profissional que trabalha no Centro de Saúde e que constata a realidade de todos os dias.

Como já disse, não quero fazer um debate sobre o tema da saúde, mas todos devemos ter direito a ter melhores cuidados de saúde, sobretudo para aqueles que têm menos posses e que têm reformas de miséria. Quem tem dinheiro pode recorrer às Clínicas, e eu também não sou contra as Clínicas, nem sou contra a iniciativa privada. Eu sou contra a falta de cuidados de saúde para aqueles que não têm possibilidades. A nossa Constituição defende o direito aos cuidados de saúde para todos os cidadãos.

Relativamente às empresas quero dizer o seguinte: Foram aprovadas, até este momento, oitenta e seis candidaturas. O investimento solicitado foi de vinte e três milhões de euros. O investimento que foi considerado elegível foi de vinte e dois milhões de euros. Até este momento, aquilo que já foi aprovado

foram dezanove milhões, trezentos e quatro mil euros. Estas candidaturas têm um financiamento de 85%, como vocês sabem, e o apoio é de dezasseis milhões de euros que estão aprovados para o Concelho de Oliveira do Hospital.

O que é que falta e está em audiência prévia?

Em Oliveira do Hospital só faltam quatro empresas que têm elegível um valor de trezentos e vinte e seis mil euros.

Isto são os dados de hoje. Estes dados estão na internet. Está aqui o esforço da CCDR-C e da Sra. Presidente. Temos os problemas de todas as empresas, quase, todos resolvidos. Estas verbas são disponibilizadas com a apresentação das faturas e é pago 85 % do valor da fatura.

Relativamente ao Museu do Azeite e ao Centro de Interpretação quero dizer o seguinte: O Museu do Azeite está muito bonito e o Centro de Interpretação já teve cinco mil visitas.

Peço agora à Sra. Vereadora, Eng.ª Teresa Maria Mendes Dias, para vos falar sobre os trabalhos que estão a ser desenvolvidos na área florestal."

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Vereadora, Eng.ª Teresa Maria Mendes Dias, que fez a seguinte intervenção:

"Considerando que passou mais de um ano após o incêndio de 15 e 16 de outubro de 2017 e que o valor da madeira em pé após este período começa a decrescer a Câmara Municipal deu início ao processo de abate de árvores ardidas confinantes com as estradas municipais, numa lógica de proteção civil atendendo à segurança das pessoas que nelas circulam.

Importa referir que, mais uma vez, a Câmara Municipal se substitui aos proprietários numa operação delicada e dispendiosa, que é da competência dos donos das árvores já que como refere o Decreto Lei n.º 124/2006 de 28 de junho, em áreas atingidas por incêndios, são estes que devem remover os materiais queimados numa faixa de 25 metros.

Como está em causa a circulação de pessoas e bens, em segurança, a Câmara Municipal através de notificação por edital complementada com a marcação das árvores, colocou já em marcha esta operação que levará algum tempo até estar totalmente concluída já que como todos sabem o território concelhio ardeu todo.

A saber, encontra-se já concluído o corte das árvores nas estradas: Lagares da Beira - Travanca de Lagos; Ancose - Negrelos, até ao limite do concelho com Tábua em Midões; Cruzamento de Andorinha - estrada Vila do Mato; Ervedal da Beira - Póvoa de S. Cosme e em curso a estrada que liga

Ervedal da Beira à Felgueira Velha passando por Vila Franca, Aldeia Formosa e Seixo da Beira.

As freguesias com árvores já sinalizadas são: Lagares da Beira; Travanca de Lagos; União de Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira; Seixo da Beira; Meruge; União de Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa.

Este trabalho terá continuidade em 2019 com a constituição de uma a duas equipas de intervenção municipal, com adjudicação de serviços e o projeto de estabilização de emergência.

Para esclarecer relativamente aos plátanos da Felgueira Velha, apenas serão cortados 2 a 3 neste momento, que são os que se encontram efetivamente mortos, os restantes vamos aguardar pela primavera para verificar o seu estado fitossanitário."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Dizer à Presidente de Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Dra. Olga Bandeira o seguinte: Relativamente ao abastecimento de água à Adarnela nós vamos dar prioridade a esta obra até porque o abastecimento de água tem prioridade em relação ao saneamento.

Penso que já respondi a todas as questões e por isso dou a minha intervenção por terminada."

De seguida entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município, e foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"A primeira informação que eu gostaria de dar neste Ponto I é relacionada com a conta solidária. No dia vinte e sete de dezembro de dois mil e dezoito a conta solidária tem um saldo de setenta e dois mil, setecentos e noventa e um euros e cinquenta e dois cêntimos.

Neste Ponto I, e a propósito de uma das intervenções do Deputado João Esteves relacionada com dívidas a fornecedores quero dizer que depois fui consultar os documentos e havia lá a aquisição de uma máquina em que a fatura tinha entrado há poucos dias. Não sei se entretanto o Sr. Deputado viu porque tirando isso a dívida era residual."

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

"Em primeiro lugar quero desejar a todos um bom ano. Que o ano de 2019 seja cheio de venturas para todos e que consigam tudo aquilo que pretendem para vocês e para as vossas famílias.

Queria também desejar as boas vindas à nova Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos. Desejar-lhe que dentro da sua Freguesia consiga resolver todos os problemas dos seus fregueses e que aqui na Assembleia Municipal seja colaboradora com os trabalhos.

Do relatório da revisão limitada às demonstrações financeiras, elaborado pela empresa BDO, queria salientar o seguinte:

Denota-se um aumento dos custos com o pessoal e uma diminuição das receitas próprias, bem como nos impostos diretos e indiretos, recebidos do Orçamento Geral do Estado. Existe também uma subida das transferências correntes concedidas às Juntas de Freguesia, Grupos Desportivos, Associações, Bombeiros e Agrupamentos Escolares.

Esta minha informação baseia-se essencialmente no que diz respeito ao relatório que refere junho de 2017 e junho de 2018.

Outra situação que aqui quero referir é o gasto com a eletricidade, que todos os anos tem vindo a aumentar, apesar da equipa multidisciplinar criada para esse efeito, para controlar e reduzir os custos energéticos. Pelos vistos os munícipes só têm sentido é a redução das fontes de iluminação, que nalguns casos é sintomática.

Noto a falta de luz em determinados locais. Sou um individuo que ando um bocado à noite e pratico desporto. Vou para certas zonas onde havia luz e agora há uma insuficiência de luz. Tenho receio de me balançar nesses trajectos porque tenho mede de cair em buracos e ter lesões.

Já foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara que há uma redução nos gastos energéticos mas no relatório não aparece isso vinculado. Este é um ponto que eu queria assinalar.

Quanto ao ponto em causa, nota-se uma gestão equilibrada no que concerne à situação financeira do Município, que vem já desde os exercícios anteriores, mas no que respeita ao grau de execução das GOP'S é muito baixo, o que tenho vindo a referir ao longo das Assembleias e cujas causas, também já tenho referido.

Acho que a gestão autárquica é uma gestão cuidadosa, é uma gestão que não deixa o Município endividar-se, o que é muito bom, e, por isso, tenho que enaltecer o trabalho de Executivo."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"O Deputado João Esteves referiu aqui uma coisa que é verdade. As GOP têm uma taxa de execução baixa, e não vale a pena esconder. As GOP vão ter no final do ano uma taxa de execução baixa mas a justificação é clara. É que o nosso Orçamento tinha um conjunto de obras de maior volume do PEDU que não se conseguiram lançar.

O Tribunal de Contas recomenda que as GOP tenham 85% de execução e muitos dos meus colegas de outros municípios fazem uma Assembleia Extraordinária no final do ano para reduzirem os valores.

Eu reconheço que a taxa de realização é realmente pouca. Penso que para o ano teremos uma realização muito melhor porque estamos neste momento com uma série de adjudicações.

Relativamente ao problema da electricidade quero dizer-vos que nós recebemos as faturas separadas por ruas. E há ruas que custam três mil euros por mês à Câmara Municipal.

Isto não faz sentido, na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital gastamos em energia todos os meses quase quatro mil euros. Gastamos mais com a Escola Superior do que no Edifício da Câmara Municipal. Eu já disse ao Sr. Presidente do IPC que essa responsabilidade nem deve ser nossa e que deve ser do IPC porque eles têm orçamento para isso.

A equipa da eficiência energética fez um grande trabalho mas ainda temos aqui outro problema com as leituras e a EDP continua sempre a aumentar as tarifas todos os anos.

Os gastos com a electricidade são uma preocupação porque o que gastamos em iluminação pública é uma quantia muito elevada."

De seguida entrou-se no Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no nº 4, do artigo 4º, do Decreto-Lei nº 130/2017, de 9 de outubro, da Proposta de Dispensa de Elemento Instrutório no Âmbito do Regime Excecional de Controlo Prévio.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Esta proposta é uma forma de agilizarmos e simplificarmos os processos. Tendo-se verificado que o elemento instrutório Levantamento Topográfico e Planta de Implantação em formato vetorial no sistema de coordenadas PT-TM06/ETRS89 é excessivamente oneroso e, com vista a simplificar os procedimentos do controlo prévio, propõe-se a dispensa da entrega deste referido elemento instrutório, excetuando-se os casos em que é manifestamente indispensável e necessária para a correta análise do processo."

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

"Esta dispensa de elemento instrutório é relacionada principalmente com os incêndios. Este procedimento tem vindo a ser feito nos procedimentos que já foram apresentados ou está suspenso?

Este procedimento é só a partir de agora? Este procedimento veio a meio e também é verdade que mais vale tarde do que nunca.

No entanto queria saber o seguinte: Há coisas que são indispensáveis na formação de certos processos, como é o caso do levantamento topográfico, do enquadramento das obras no local. Quais são mesmo indispensáveis? Acho que é essencial saber onde é que vai ser enquadrado um determinado edifício porque senão o processo torna-se um bocado anárquico.

Isto poderá ser dispensado, concordo perfeitamente com isso porque é para simplificar, a partir do momento em que os serviços tenham conhecimento das infraestruturas que havia e onde estão implantadas e que não vão ser alteradas. Isso é essencial e é preciso haver cuidado."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"A informação técnica que está na documentação é clara e diz que a dispensa da entrega do elemento instrutório exceptuando-se os casos em que é manifestamente indispensável e necessária para a correta análise do processo.

Esta é uma proposta dos meus serviços técnicos que tem a ver com a simplificação de processos e que tem a ver com a reconstrução dos edifícios destruídos ou gravemente danificados em resultado da catástrofe de 15 de outubro."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Realmente isto é uma questão muito específica. Fui sensível a uma questão que colocou, nomeadamente que a partir de uma determinada altura é decidido dispensar. Talvez porque os serviços técnicos tivessem concluído que os outros que não estavam dispensados o fizeram desnecessariamente. Nós já tínhamos dispensado anteriormente algumas formalidades.

É verdade que esta é uma matéria muito técnica e reparo que os documentos estão assinados por técnicos de várias especialidades, nomeadamente por um dirigente responsável por esta área. Não me sinto muito capacitada para pôr isto em causa e acho que devemos confiar.

Também é verdade, como diz o Sr. Presidente, que há aqui a salvaguarda para determinadas situações mas, que fique claro, que acho importante a reflexão que o Sr. Esteves levantou. Acho que nós estamos sempre a aprender e tendemos, às vezes, a aprovar um pouco de cruz porque isto é um bocado hermético. Acho que é bom que haja esse espírito de aprofundamento."

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no nº 4, do artigo 4º, do Decreto-Lei nº 130/2017, de 9 de outubro, da Proposta de Dispensa de Elemento Instrutório no Âmbito do Regime Excecional de Controlo Prévio, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Avô, como apoio à aquisição de mobiliário para equipar a Extensão de Saúde de Avô, no montante de 14.172,14 € (catorze mil, cento e setenta e dois euros e catorze cêntimos).

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Os Senhores já aprovaram aqui um subsídio para a Junta de Freguesia porque foi a titular das obras da Extensão de Saúde e agora o que vamos propor é um subsídio de catorze mil, cento e setenta e dois euros e catorze cêntimos para se comprar o mobiliário. Já temos as obras feitas há algum tempo e derivado a alguma burocracia a Extensão de Saúde ainda não está a funcionar.

Há aqui um investimento de oitenta e três mil, quinhentos e setenta e sete euros.

Como podem perceber, para mim, as Juntas são todas iguais e têm os mesmos direitos."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Avô, Sr. Enf.º José Carlos Martins Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

"Os procedimentos, de facto, têm sido demorados. Algum mobiliário já começou a chegar e para a semana virá o resto. Penso que durante o mês de janeiro a Extensão de Saúde já está a funcionar porque as pessoas precisam e escusam de subir doze degraus.

A Junta de Freguesia é a promotora da obra e, por isso, em nome da Junta os nossos agradecimentos."

Seguidamente foi dada a palavra à Sra. Deputada, Dra. Ana Marta Mendes Garcia, que fez a seguinte intervenção:

"Queria aqui dizer que isto não é só importante para os utentes, é também importante para a médica e enfermeira que lá trabalham. Realmente a Dra. Margarida, que é quem está na Extensão de Avô, apesar de ter tido muitas oportunidades de vir para a Sede e apesar de trabalhar em condições pouco dignas, tem-se mantido fiel aos seus utentes e tem-se mantido na Extensão de Avô. Como colega também estou contente porque ela vai ter melhores condições de trabalho.

Dizer ainda, no âmbito da saúde, e não posso deixar de comentar, até porque a Exma. Sra. Presidente da Assembleia ficou um bocadinho confusa com as intervenções que ocorreram na área da saúde.

Gostava de esclarecer um bocadinho alguns pontos: O primeiro é relativo às médicas que estão na urgência. Como é óbvio elas foram contratadas no momento em que não havia médicos de família suficientes, foi essa a base da contratação. A partir do momento em que há uma cobertura total por médicos de família as consultas agudas, à partida, deveriam ser asseguradas por esses mesmos médicos.

Portanto, é normal que, de alguma forma, eles não queiram renovar o contrato com essas médicas mas eu acho que há sempre algumas formas de as manter e de contrapor, nomeadamente pelo facto de continuar uma médica, que sou eu, em licença de maternidade, haver alguns médicos que têm vindo a ter baixas perlongadas, o facto de muitos colegas estarem há muito pouco tempo no

Centro de Saúde e ainda com ficheiros pouco trabalhados e se tiverem mais disponibilidade para esses ficheiros seria óptimo. Penso que há aqui pontos que se podem contra-argumentar e manter estas colegas durante mais algum tempo.

Relativamente aos horários intermédios dá a ideia que entre as 11 horas e as 14 horas se acontecer alguma coisa a algum utente ninguém lhe vai fazer nada e isto não é assim! Os utentes que ficam à espera são utentes sem situações emergentes mas se chegar um utente com uma ferida ou com uma suspeita de fratura ele é atendido entre estes horários. Ou seja, os doentes com situações verdadeiramente emergentes não deixam de ser atendidos entre estes horários de urgência. Acho que era importante terem esta noção.

Convém também esclarecer a questão do serviço privado: E a questão é haver serviço privado ou não haver serviço nenhum porque, desde 2015, com o acordo coletivo da carreira médica, os médicos de família não são obrigados a fazer SAP. Chegou-se a um ponto em que se deixou de poder contar com a boa vontade da gente da terra e começaram a vir médicos novos e não havia forma de vincular esses médicos àquele serviço porque eles não são obrigados a fazê-lo. Estávamos a chegar a um ponto em que a população ia ficar sem serviço de urgência também durante a noite. Podendo, eventualmente, julgar-se que não é a solução ideal mas se não fosse esta solução as pessoas tinham ficado sem assistência. Esta é que é a realidade.

Ainda relativamente ao SAP dizer o seguinte: Os médicos não vinham para cá e não escolhiam as vagas de Oliveira do Hospital quando elas abriam por causa do SAP. Os médicos sabiam que havia aqui SAP e iam ter de entrar em conflito para não o fazer.

Também não posso deixar de falar na questão da morfina. O objetivo da morfina não é tratar o enfarte. A morfina não melhora, nem piora o prognóstico de um enfarte. A morfina é para aliviar a dor. É claro que devia existir morfina mas em termos de prognóstico vital para o utente, a existência ou não de morfina não vai alterar nada.

Outro aspeto é em relação aos domicílios porque dá a ideia que agora, aos fins de semana, não se fazem domicílios no Centro de Saúde mas os domicílios nunca se fizeram. Ou seja, as pessoas que queriam fazer pensos, ou que queriam mudar algálias, ou outro procedimento de enfermagem, tinham que se dirigir ao Centro de Saúde, os enfermeiros não iam a casa, e agora dirigem-se à Fundação. A única coisa em que as pessoas realmente tinham cuidados de enfermagem e que mantêm não é pela Unidade de Cuidados de Saúde Primários ou Personalizados era, e continua a ser, pela UCC que é uma entidade diferente e

que continua a fazer domicílios. Isto nada tem a ver com o SAP nem com a manutenção aos fins de semana.

Em relação ao Ervedal da Beira também não posso deixar de dizer que hoje em dia os médicos de família têm cerca de mil e novecentos utentes. Ter dois médicos para mil e quinhentos utentes, hoje em dia, é impossível. Se calhar há uns anos atrás fazia sentido ter dois médicos porque existiam mais utentes mas hoje em dia é impossível.

Relativamente à substituição do médico que durante dois meses esteve de baixa dizer que na medicina as substituições não funcionam como nas substituições dos professores que se podem contratar por um ou dois meses porque isso não é possível.

Os utentes do Ervedal, neste momento, podem fazer como fazem os meus utentes. Eu estou de licença de maternidade e, enquanto eu não estou, os meus utentes vão ao Centro de Saúde e são atendidos por outros colegas. É isso que eventualmente pode acontecer porque se os médicos do Centro de Saúde de Oliveira se dirigirem ao Ervedal esses médicos vão deixar de ver os utentes deles. Não é uma solução fácil porque não se podem contratar médicos e família por um ou dois meses."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Avô, Sr. Enf.º José Carlos Martins Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

"Quero referir um assunto que a Dra. Ana Marta não falou nomeadamente a questão das receitas médicas. Dizer que a Secretária Clínica traz os pedidos e os outros médicos passam as receitas e, por isso, os utentes não ficam sem receitas para os medicamentos. O mesmo acontece com as análises ou outro tipo de exames que também são vistos. Portanto a saúde tem funcionado."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"A Dra. Ana Marta fez aqui uma intervenção muito importante e falou aqui uma "verdade de *la Palice*" que muitos não queriam acreditar. Esta luta na área da saúde foi uma luta duríssima e a Dra. Ana Marta é testemunha de como eu a tentei convencer para ela vir para Oliveira do Hospital. A Dra. Ana Marta era a segunda, ou terceira, na lista a nível nacional e ela ficava onde queria.

Relativamente ao fecho do SAP houve muita gente que tentou colocar o ónus da culpa sobre o Presidente da Câmara e a Dra. Ana Marta disse, e bem,

que ficaríamos sem nada se não encontrássemos alternativa na Fundação Aurélio Amaro Dinis. E isso é que foi importante dizer."

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Avô, como apoio à aquisição de mobiliário para equipar a Extensão de Saúde de Avô, no montante de 14.172,14 € (catorze mil, cento e setenta e dois euros e catorze cêntimos), que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea n) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o previsto no n.º 1, do art.º 53.º, aplicável por remissão do n.º 3, do art.º 56.º, ambos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, da proposta de alteração dos Estatutos da Associação de Municípios do Portugal Romano.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Dou a palavra à Sra. Vereadora Graça Silva para apresentar este Ponto IV."

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Vereadora, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, que fez a seguinte intervenção:

"Antes de mais desejar a todos um bom ano e cumprimentar também a recente empossada, Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Ana Teresa, bem-vinda, e espero que consiga realizar um bom mandato junto com a sua equipa.

Relativamente a esta proposta de alteração dos Estatutos da Associação de Municípios do Portugal Romano como devem estar recordados esta Associação ainda não está criada mas pretende aprovar os estatutos. Já veio aqui, numa outra reunião de Assembleia, a proposta de aceitação. A Câmara Municipal de Oliveira do Hospital em conjunto com doze autarquias estão a fazer esta proposta de forma a pertencerem a uma rede que se chama Portugal Romano. O intuito é promover o período romano de acordo com aquilo que está elencado no objetivo desta Associação e que está vertido no documento que

veio aqui. O intento deste Ponto IV é fazer este ajuste legal. Esta proposta de alteração decorre de uma Lei que foi publicada recentemente."

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea n) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o previsto no n.º 1, do art.º 53.º, aplicável por remissão do n.º 3, do art.º 56.º, ambos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, da proposta de alteração dos Estatutos da Associação de Municípios do Portugal Romano, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Regulamento para Atribuição de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes Afetadas pelos Incêndios de 2017.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Este Regulamento para Atribuição de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes Afetadas pelos Incêndios tem que ser aprovado pela Assembleia Municipal e depois também tem que ser aprovado pela Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro. A Câmara Municipal de Oliveira do Hospital terá no fundo de apoio municipal em 2021 cerca de seiscentos mil euros e na possibilidade de utilizarmos esses recursos financeiros e mais alguns do nosso orçamento para haver a possibilidade da recuperação de algumas casas.

Este Regulamento está muito parecido com o Regulamento da Câmara Municipal da Pampilhosa da Serra, no entanto, há aqui algumas diferenças: Determinámos que as obras poderiam ir até sessenta mil euros e que a Câmara Municipal pode financiar até 50%.

Depois do Regulamento aprovado e publicado em Diário da Republica vai haver um prazo de candidaturas. Da experiência que tenho vindo a ver das outras Câmaras Municipais que têm este processo mais adiantado acredito que haja menos candidaturas. Por isso, primeiro temos que ver as condições financeiras para verificarmos se é possível não irmos ao Fundo de Apoio Municipal.

Acho que há uma omissão no Regulamento. No nosso Regulamento para Atribuição de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes Afetadas pelos Incêndios deveria estar um artigo onde fosse definido que as casas que fossem financiadas pela Câmara Municipal só poderiam ser vendidas ao final de cinco anos. Não sei se juridicamente poderemos acrescentar este artigo.

Se vocês concordassem, hoje aprovávamos o Regulamento, porque ele tem que ser publicado em Diário da República, e deixaríamos uma nota para incluir mais um artigo, se isso fosse possível juridicamente.

Acho que todos concordam que deveria ficar salvaguardado que as pessoas não poderiam vender as casas antes dos cinco anos. Na minha opinião acho que fazia sentido."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Na minha opinião fica toda a gente mais salvaguardada se houver uma disposição no regulamento sobre essa matéria."

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

"Primeiro realçar a importância deste Regulamento para resolver o problema das pessoas que perderam as casas de segunda habitação e que regularmente visitam o nosso Concelho.

Podem-se colocar aqui algumas questões mas penso que o Regulamento para Atribuição de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes Afetadas pelos Incêndios é claramente explícito. Só tem direito ao subsídio para a segunda habitação as pessoas que fazem usufruto anual da habitação. Isso para mim é claro.

Relativamente ao período de carência, e tendo em conta o que o Sr. Presidente disse, ele poderia ser de cinco anos ou de dez anos mas este assunto deveria ter uma análise jurídica profunda.

O artigo 19º do Regulamento é relativo às dúvidas e omissões mas esta dúvida não deve cair neste artigo e deve ser devidamente clarificada."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Mesmo não estando nada definido no Regulamento sobre esta matéria há legislação geral de enquadramento que poderia ser chamada e bastaria

introduzir-se uma cláusula para que se estivesse em causa a venda num determinado período teria que ser objeto de análise específica, mas o melhor é ficar plasmado no Regulamento.

Agora, temos que ser equilibrados e não vamos pôr aqui uma coisa sem consistência porque a atribuição de fundos comunitários a privados para vários fins tem regras. Não vamos prejudicar as pessoas que têm uma segunda casa que ardeu até porque estamos num ambiente de catástrofe.

Este assunto deve ser estudado juridicamente e só depois deverá ser introduzido no Regulamento. Não vale a pena usarmos os poderes desta Assembleia para sermos excessivos porque isso também não é correto."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Este assunto tem que ter apoio jurídico e se calhar era mais sensato não votarmos hoje porque primeiro é necessário ver qual será a redação."

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

"Estive a analisar o Regulamento e realmente esse é um ponto que deve mesmo constar pelos factos que já aqui foram enumerados.

Concordo também com esta proposta do Sr. Presidente da Câmara para não votarmos hoje porque depois há aqui uma incongruência no Regulamento. Nós iríamos aprovar este Regulamento e o artigo 17º relativo aos prazos diz o seguinte: "*O prazo para apresentação dos requerimentos de pedido de apoio constará de edital a publicar para o efeito devidamente completo de 15 dias úteis contados do dia seguinte à entrada em vigor do presente regulamento,* …".

Ora, se aprovássemos hoje o prazo de 15 dias começava a contar. Se viéssemos aqui numa reunião extraordinária para alterar o Regulamento já não tinha qualquer efeito porque já tinha passado aquele prazo dos 15 dias.

Acho que se deve retirar isto e na próxima Assembleia trazer o Regulamento já com essa alteração para depois se aprovar."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Queria esclarecer o seguinte: Estivemos a falar com o Sr. Presidente do Fundo de Apoio Municipal e ele disse-nos que o Regulamento para Atribuição

de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes Afetadas pelos Incêndios tem que ser aprovado até trinta e um de dezembro.

O Regulamento tem que ser aprovado e depois vamos fazer-lhe a alteração.

Se não aprovarmos o Regulamento até trinta e um de dezembro não podemos ir buscar o dinheiro que é nosso ao Fundo de Apoio Municipal."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"O Regulamento será então aprovado. Isto terá que ser publicado em Diário da República e só depois é que podem apresentar as candidaturas. Entretanto nós vamos fazer a tal reunião extraordinária e a alteração ao Regulamento também tem que ser publicada em Diário da República mas como é uma coisa pequena pode-se pedir uma urgência. Se há esta condicionante, que agora foi esclarecida, penso que será preferível aprovar-se o Regulamento sabendo que depois tem que ser proposta uma redação para uma cláusula que acautele esse aspeto."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

"Vinha falar na salvaguarda do período temporal quanto à questão de utilização de dinheiros públicos que deveria ser prevista no Regulamento mas temos também aqui o problema, que já foi referido pelo Deputado João Esteves, que é a questão da entrada em vigor do Regulamento, e do prazo de apresentação de candidaturas, já que ele tem que ser aprovado pela Assembleia Municipal até ao fim de dezembro. Temos aqui, efetivamente, dois problemas e o mais fácil era tirar este Ponto da Ordem do Dia mas isso não é possível.

Se calhar vamos ter de alterar duas coisas na retificação deste Regulamento. Por um lado será a impossibilidade das pessoas venderam as casas antes de cinco anos sob pena de ter que ressarcir a Câmara na totalidade ou eventualmente numa percentagem sobre o montante de que foram beneficiadas e outra coisa que temos que retificar será este prazo de 15 dias úteis. Se calhar vamos ter que mexer nisto também."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Há aqui juristas que dominam esta matéria mas eu também tive experiência suficiente em matérias destas e isto é assim: O Regulamento, se for hoje aprovado, depois vai para publicação em Diário da República e ele só entra em vigor depois da publicação. Entretanto, a Câmara Municipal vai estudar juridicamente esta questão e vai fazer uma proposta equilibrada que vai trazer à Assembleia Extraordinária e nessa altura ainda não teremos o Regulamento publicado. Depois do Regulamento publicado os destinatários têm 15 dias para apresentar candidaturas. No entretanto, a tal alteraçãozinha já estará prestes a sair."

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

"A minha intervenção extrapola este imbróglio jurídico que agora aqui sucedeu e é para fazer algumas questões quanto ao Regulamento.

No Regulamento está explanado que as casas que terão direito a este apoio foram alvo de um levantamento por parte da CCDR-C e da Câmara Municipal. Gostaria de perceber o que é que diferenciará uma casa de primeira habitação para uma casa de segunda habitação?

Uma outra questão idêntica e que também não me pareceu explicita no Regulamento é a seguinte: As licenças de construção bem como o projeto são também cobertas por esse apoio?

Finalizando quero dizer que concordamos com o Executivo e, de facto, este é um Regulamento premente e esta casas de segunda habitação são um fator de desenvolvimento económico e social e permitem uma continuidade com as raízes da terra, não obstante, parece-nos que a percentagem de 50% se revela pouca e basta olhar para aquilo que é o PIB *per capita* Oliveirense que não seria de mau tom aumentar este apoio na casa dos 75% porque sabemos bem que em algumas Freguesias, nomeadamente São Gião, a população aumenta substancialmente no verão e que depende muito deste residentes de segunda habitação.

Dizer ainda que este Regulamento já vem com algum atraso porque Poiares, Pampilhosa, Arganil já o tem aprovado.

Para finalizar quero deixar uma nota, que extrapola este Ponto, para dizer ao Sr. Presidente que nós não mentimos e não fomos ver estes dados a sítio nenhum e que fomos falar com a D. Maria Alice que nos disse que aquela obra estava parada por falta de verbas que o empreiteiro não recebeu. Nós não estamos aqui a inventar nada.

Depois parabenizar o Sr. Presidente de Junta de Nogueira do Cravo pela sua intervenção e dizer-lhe que esse era o nosso objetivo. O nosso objetivo era levar lá as câmaras para o Sr. Presidente de Junta se lembrar que esses Fregueses existem e que essas casas têm mesmo de ser concluídas e que as pessoas precisam mesmo delas."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

"Como se pode ver isto é um assunto muito complexo e, muitas vezes, quando temos que tomar uma decisão até temos algum receio. Se aprovamos este regulamento para ajudar as pessoas a reconstruirem as casas, e para que não fiquem aquelas marcas nas nossas Freguesias, estamos a contribuir para os ajudar, mas, por outro lado, as verbas podem também não chegar para as pessoas que têm menos posses. Se calhar devíamos trabalhar com escalões e consoante os rendimentos das pessoas, o que poderia complicar mais o processo, mas ajudaríamos mais as pessoas que têm menos possibilidades. Deixo este alerta no ar."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Sr. Luís Filipe Nina Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Sr. Deputado Nuno Rafael Oliveira Dias, conheço muito bem a minha Freguesia e conheço muito bem os fregueses da minha Freguesia. Tenho acompanhado os processos desde o início. Sei o que é uma casa de primeira habitação e uma casa de segunda habitação. Estou perfeitamente ciente dos problemas.

Dizer ainda ao Sr. Deputado que muito próximo da sua residência tem uma casa em avançado estado de reconstrução e não a foram visitar.

Dizer ainda que conheço bem a D. Alice e conheço bem a D. Laurinda da Conceição, que é a proprietária da casa, tenho conhecimento de todas as necessidades e sei o que falta fazer e não admito lições de moral porque conheço muito bem a minha Freguesia."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"No que diz respeito ao Regulamento para Atribuição de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes Afetadas pelos Incêndios e a

propósito da intervenção do Presidente de Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal Correia, acho que temos também de flexibilizar algumas coisas.

Dizer ainda que tenho ouvido muita gente e eu não visito as casas em reconstrução uma vez. Eu e os Presidentes de Junta visitamos as casas em reconstrução muitas vezes e fazemos reuniões com as pessoas e com as empresas.

Há pessoas que nos dizem o seguinte: Se nos ajudarem com o material nós arranjamos a mão-de-obra e com a ajuda de alguns amigos vamos fazendo.

Também aqui há alguma solidariedade entre as pessoas. O Presidente de Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal Correia, conhece um caso flagrante na Freguesia dele: Há uma família que vem de Lisboa para Meruge, são pessoas determinadas em reconstruir a casa e haviam de ver o desespero daquelas pessoas. Eu vi o quanto eles gostavam de Meruge e até arranjaram uma casa para poderem vir passar as férias na sua aldeia. Nós falamos com as pessoas, isto não são teorias.

Também há pessoas que tinham cá as casas há mais de dez anos abandonadas e hoje querem recuperar as casas para as venderem a seguir."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Este Regulamento foi preparado por pessoas com capacidade e competência para o fazerem e se calhar até foi feita a comparação com o Regulamento de outros Municípios. Se repararem no artigo 5º - Modalidades de apoio, tem a seguinte frase: "*O apoio a conceder ao abrigo do presente Regulamento reveste a forma de concessão de subsídio financeiro*".

Ora bem, ao dizer aqui qual é o formato do apoio isto pode já ter incluído um conjunto de regras, quer para a utilização, quer para a eventualidade da transacção do bem. Existe legislação nacional de enquadramento de tudo o que são apoios financeiros de dinheiros públicos.

Parece-me que face ao que foi expresso, no interesse do Município e do andamento do processo, teremos que aprovar o Regulamento e depois a alteração."

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Regulamento para Atribuição de Apoio à Reconstrução de Habitações Não

Permanentes Afetadas pelos Incêndios de 2017, que foi aprovado por maioria, com uma abstenção.

De seguida entrou-se no Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Regulamento de Atribuição dos Donativos Financeiros - Conta Solidária.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"A Conta Solidária vai ter um Regulamento e a atribuição dos donativos vão ter parecer e relatórios do Gabinete de Ação Social e depois serão apreciados na reunião de Câmara Municipal. Acho que este Regulamento está muito claro."

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Deputada, Dra. Sofia Alexandra Alves Duarte Clara, que fez a seguinte intervenção:

"Queria também felicitar a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos e desejar-lhe um excelente mandato.

Desejo também para todos vós e respectivas famílias um feliz 2019.

Foi apresentado a esta Assembleia o Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição dos Donativos Financeiros - Conta Solidária.

Pois bem, de forma inequívoca, deixo bem claro que aplaudo o surgimento deste documento, o qual talvez apenas peque por tardio, e, porquanto é por demais evidente e sabido que existem imensos munícipes a necessitar de apoio financeiro para tentarem minimamente refazer as suas vidas.

Sucede que, o documento que nos é apresentado, salvo o devido respeito, poderia estar melhor elaborado, no sentido de precisar ou esclarecer algumas situações que poderão suscitar algumas dúvidas ao nível da sua aplicação prática.

Desde logo, estabelece-se, e muito bem, no artigo 3º, a ordem de prioridades na atribuição dos donativos monetários.

No entanto, quer na alínea a), quer na b), encontra-se o conceito de "Pessoas Isoladas".

Ora, além da aparente repetição, eventualmente a eliminar, a verdade é que o conceito de pessoas isoladas é muito subjetivo, carecendo, parece-me, de ser devidamente concretizado.

Além disso, em momento algum é referida a forma de distribuição do dinheiro, mais concretamente qual o montante mínimo e/ou máximo a atribuir, se o montante é fixo ou variável, e neste último caso, qual a forma de o determinar.

Ora, não colocando em causa a bondade das decisões que vierem a ser tomadas, bem sabemos que os recursos são escassos, e as necessidades são imensas, pelo que, de forma a fazer uma distribuição justa, equitativa e transparente, deveria constar do regulamento o modo concreto como será distribuído o donativo monetário.

Para terminar esta intervenção, queria apenas deixar uma sugestão. Ao que parece, e porque o parque de estacionamento subterrâneo ainda se encontra encerrado, existem ainda muitos bens resultantes dos generosos donativos dos portugueses por distribuir a quem deles necessita.

Seria razoável e útil proceder à distribuição desses mesmos bens, ainda antes de se proceder à atribuição dos donativos monetários, sob pena de algumas das pessoas a quem tal lhe for atribuído o possam utilizar para adquirir produtos que lhes poderiam ser entregues de forma totalmente gratuita.

Apenas depois de efetuado o levantamento dessas necessidades, e de distribuídos os bens existentes, se deveria distribuir o dinheiro, evitando até dessa forma a duplicação de atribuição de donativos às mesmas pessoas.

Mas isto, é apenas uma sugestão, de quem pretende que sejam abrangidas pelos donativos o maior número possível de situações e pessoas."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Os Senhores Vereadores e o Sr. Vereador da oposição sabem que até agora nunca foi feito nenhum levantamento desta conta solidária.

Até hoje todo o esforço financeiro foi feito pela Câmara Municipal e todas as situações que o Gabinete de Ação Social vem sinalizando tem sido do orçamento municipal que têm saído as verbas.

Atribuição dos donativos financeiros tem que ser um processo transparente para que as pessoas que contribuíram para a Conta Solidária saibam qual o destino dos seus donativos.

Quero dizer-vos que nunca faltou apoio financeiro a ninguém e os apoios concedidos têm sido sempre aprovados por unanimidade. Nós não deixámos as pessoas para trás e os apoios são concedidos desde que o Gabinete de Ação Social sinalize e faça o respetivo relatório.

Dizer ainda que alugámos dois pavilhões para tirarmos os bens doados do parque de estacionamento subterrâneo porque também pretendemos desocupar aquele espaço. Temos os bens organizados e prontos para entregar nas casas reconstruídas e o que queremos é entregar estes bens o mais depressa possível.

Dizer ainda que as sugestões feitas pela Sra. Deputada Sofia não me parece que sejam descabidas e que até fariam algum sentido, mas a atribuição dos donativos terão que respeitar o Regulamento. As propostas terão que ser feitas pelos técnicos do Gabinete de Ação Social que nos farão os respetivos relatórios.

Depois das candidaturas devemos fazer a lista das prioridades para percebermos o que vamos distribuir e também acho que faria sentido que houvesse um apoio mínimo e um apoio máximo."

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Regulamento de Atribuição dos Donativos Financeiros - Conta Solidária, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos do disposto no artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de fixação da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano de 2019, em 5%.

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que fez a seguinte intervenção:

"Baixar ou subir imposto, dentro da margem de atuação da Assembleia Municipal e do Município, não é um fim em si mesmo e parece-me que o que nós devemos ter em conta quando estamos a decidir a nossa margem de autonomia tributária é perceber quais são os objectivos de determinado imposto.

No caso do IRS, o IRS é um instrumento de distribuição de riqueza e também um instrumento para redução de desigualdades, e prevermos a captação de 5% no IRS para as receitas do Município, será uma boa medida se forem aplicadas em projectos sociais, em distribuição de riqueza, e é isso que tem sido feito, como vamos ver nas GOP de 2019 isso está vertido, e acho que deve ser

uma medida a continuar a aprovar e, dessa forma, merece o meu voto favorável e penso que de toda a Assembleia Municipal."

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

"O Grupo do PSD tem-se batido pela diminuição dos impostos municipais. Foi o caso do IMI e agora do IRS.

A diminuição do IRS foi um ponto da nossa campanha eleitoral. Um dos pontos que nós batemos foi abdicar da taxa do IRS e devolver o IRS às pessoas.

Nós estamos aqui a criar desigualdades a nível dos outros Concelhos. Nós temos conhecimento que nos concelhos limítrofes como é o caso de Tábua e Arganil, a taxa de IRS não é de 5% é inferior, inclusivamente é devolvido às pessoas. Isso vai criar uma desigualdade social em relação às pessoas que vivem nesses concelhos limítrofes e que inclusivamente trabalham aqui em Oliveira do Hospital.

Esta taxa de 5% para o IRS, nós não concordamos com ela e vamos votar contra. Não quer dizer que a nossa proposta seja a extinção total dessa taxa mas sim uma redução.

Não vale a pena estarmos a propor porque eu sei que essa proposta não seria aprovada e não vale a pena estar a dizer qual o ponto que nós queríamos para efeitos de taxa de IRS. No entanto, como já disse, vamos votar contra."

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

"No ano passado votámos contrariamente. Ainda há pouco na minha intervenção transacta, pedi à Câmara Municipal que na questão dos apoios às casas houvesse um aumento para 75%. Esse dinheiro terá que vir de algum lado.

Por outro lado, compreendo e advogo muito daquilo que o Sr. Deputado Esteves aqui disse, parece-nos um exagero que a taxa máxima seja praticada porque se olharmos para Arganil, esses 5% são devolvidos na íntegra aos cidadãos, mas, por uma questão de coerência, o sentido de voto do PP será a abstenção porque se por um lado não concordamos politicamente com a medida, entendemos que, e por uma questão de excepção, terão de haver rendimentos extraordinários para a Câmara Municipal poder ter uma margem de manobra financeira para executar este regimes de excepção, como é o caso do apoio às casas de segunda habitação."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Nós podemos utilizar como comparação alguns concelhos vizinhos, mas também poderíamos comparar, o nível de endividamento que têm esses concelhos, e o nível de endividamento que tem Oliveira do Hospital.

Depois, ainda há outro pormenor que era muito importante dizer: Há um conjunto de medidas que vêm de um conjunto de impostos que outros pagam, como a tarifa social da água ou o IMI para quem tem filhos.

Pela quinta vez fomos considerados uma das autarquias Familiarmente Mais Responsável. Isto quer dizer que temos tido um conjunto de políticas que se medem por aquilo que nós fazemos pelas famílias.

Eu percebo o que o Deputado João Esteves disse. O João Esteves disse aqui uma coisa claramente: andei a prometer na campanha que abolíamos o IRS. Mas esqueceu-se que o mesmo João Esteves foi Deputado do PSD aqui no tempo da Governação do PSD e nunca fez esta proposta de diminuir o IRS.

É preciso termos memória porque a taxa de 5 % não fui eu que a inventei, já vem do tempo quando a autarquia era governada pelo PSD.

A vida é mesmo assim, é mais fácil falarmos quando estamos no lado da oposição do que quando estamos no lado do poder. Mas isto não tem problema nenhum porque cada um tem a sua visão."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Sou cada vez mais de opinião que a vida pública ganhava se os políticos fossem mais coerentes. Penso que os cidadãos olhavam para os políticos com mais credibilidade.

A verdade é que quem está a governar "tem que ter ovos para fazer as omeletes". Depois é fácil os outros serem simpáticos e procurarem aliviar a carga.

Cada vez estou mais convicta que deveríamos ser mais coerentes e deixarmo-nos desses números, mas lá chegaremos quando tivermos mais maturidade política."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Quero deixar isto bastante explícito: Eu considero o João Esteves uma pessoa altamente coerente e uma pessoa credível e com pensamento próprio. Não é esta divergência que me faz mudar de opinião."

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos do disposto no artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de fixação da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano de 2019, em 5%, que foi aprovado por maioria, com três votos contra e três abstenções.

De seguida entrou-se no Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 16º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de isenções em matéria de tributos próprios.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Este Ponto VIII é referente a uma concessão genérica à Câmara Municipal para que não tenham que vir todas as isenções à Assembleia Municipal."

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 16º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de isenções em matéria de tributos próprios, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto IX - Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 33º e para efeitos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da 3ª Revisão das Grandes Opções do Plano, Constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para o Quadriénio 2018/2021.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Este Ponto IX tem a ver com a distribuição das verbas deste ano e do próximo ano no Plano Plurianual de Investimentos.

Algumas obras não decorreram este ano e as verbas que não foram gastas transitaram para o ano seguinte."

Depois o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, usou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

"Esta revisão prende-se com as verbas que estavam no Orçamento de 2018 e algumas delas não foram gastas na sua totalidade e têm que passar para 2019."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Vamos ler o que aqui está proposto: "*A Câmara Municipal após análise, e sob proposta do Presidente da Câmara, deliberou por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal a proposta de terceira revisão das Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para o Quadriénio 2018/2021, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata.*"."

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IX - Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 33º e para efeitos da alínea a) do nº1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da 3ª Revisão das Grandes Opções do Plano, Constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para o Quadriénio 2018/2021, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto X - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, das propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes para o Quadriénio 2019/2022, o Orçamento da Receita e da Despesa para 2019, a Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para 2019.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Eu faria uma pequena apresentação e depois peço aos Senhores Vereadores para apresentem as propostas das suas áreas.

Este Plano e Orçamento é um Plano e Orçamento de continuidade com algumas variáveis. É um Plano e Orçamento que está muito ligado a obras que estão no Pacto e que têm financiamento. Por exemplo, neste momento temos adjudicadas as obras em todos aqueles terrenos anexos à Central de Camionagem e temos a obra da rua Virgílio Ferreira.

Há aqui um Orçamento de continuidade e com alguma elasticidade.

Este Orçamento tem uma coisa absolutamente nova que é um Campus Educativo que poderá custar cerca de quatro milhões de euros.

Acho que será uma nova forma de ver Oliveira do Hospital. Haverá uma avenida que começará junto às Piscinas Municipais e irá até à Zona Industrial. E depois da Zona Industrial haverá outra avenida que vem sair ao cruzamento para Lagos.

Depois vão ver o projeto do Centro Escolar nesta Assembleia.

Também quero dizer que não tenho a certeza se vamos conseguir financiamento para este Centro Escolar mas a ambição não me falta, até podemos depois chegar à conclusão que não conseguimos financiamento para ele. Hoje só é possível termos a esperança de o fazer porque quando negociei o Pacto na Comunidade Intermunicipal deixei lá uma coisa inscrita como Campos Educativo com duzentos e trinta e seis mil euros.

Nós já fizemos a candidatura do Centro Escolar, e já gastamos no projecto cerca de cem mil euros. Estou convencido que vai ser possível. Também já adquirimos o terreno, mas há aqui uma coisa que eu não tenho a certeza é se vou conseguir o financiamento de 85% destes quatro milhões de euros.

Depois podemos requalificar a atual Escola do Primeiro Ciclo e nestas instalações passará a funcionar a Escola Superior de Tecnologia e Gestão e desta forma ficamos com a Escola Superior dentro da cidade de Oliveira do Hospital. Nas atuais instalações da Escola Superior podem ficar os laboratórios e alguns serviços da Câmara Municipal.

Se conseguirmos este financiamento deixamos de ter o Pré-Escolar no Pavilhão Gimnodesportivo, deixamos de ter o Pré-Escolar no Bairro do Ferreiro e ficará tudo centralizado.

Este Centro Escolar será um dos mais modernos do País e será o nosso orgulho. Há, por outro lado, um desenvolvimento estratégico em termos de estradas e nascerá ali um loteamento do proprietário do terreno.

Há uma nova reorganização e se nós realizarmos isto acho que Oliveira do Hospital ficará diferente para melhor.

Este Centro Escolar terá todas as condições e o Complexo Escolar ficará todo ligado.

Acho que devemos fazer este esforço para lançarmos estas bases.

Neste Orçamento continuaremos com o Programa Casa Digna e continuaremos a apoiar a área social e a área da educação.

Passo agora a palavra aos meus Vereadores para que de uma forma sintética possam apresentar os projectos nas suas áreas."

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Vereadora, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, que fez a seguinte intervenção:

"Volto a falar do Campus Educativo porque é a obra de maior referência dentro das GOP. São cerca de três milhões e meio de euros, sem incluir o IVA, que estão envolvidos neste projeto. É apenas o valor da obra que está explanado neste Orçamento que é plurianual.

O Sr. Presidente já referiu, e bem, que é uma luta que ainda vai ter que ser ganha nomeadamente no que diz respeito à conquista financeira.

Dizer também que já se iniciaram as obras para a retirada do amianto nas coberturas da Sede do Agrupamento de Escolas.

Deixar aqui uma palavra de agradecimento ao Presidente da Câmara, também como Vice-Presidente da CIM, por todo o trabalho reivindicativo que tem feito, não só nesta área da educação, mas em todas as áreas.

As obras de requalificação da Escola Secundária envolvem um milhão de euros e, como disse, já estão a ser executadas.

Entretanto, também estão afetos cerca de seiscentos e cinquenta mil euros na requalificação das futuras instalações da ESTGOH.

Recordar que estamos a falar de um Concelho com cerca de três mil e duzentos alunos, desde o pré-escolar até ao Ensino Superior.

Depois dizer que há iniciativas e incentivos que estão associados ao Programa Cheque Mais Educação e às Bolsas de Estudo.

Queria dizer-vos que o agregado familiar, no arranque do ano lectivo, tem um privilégio muito grande aqui no nosso Concelho, na medida em que não tem muito que se preocupar com a entrada dos alunos do Primeiro Ciclo.

Hoje em Oliveira do Hospital podemos dizer que entrar para o Primeiro Ciclo é quase gratuito. Os pais têm apenas que se preocupar com a aquisição das mochilas, dos ténis e do fato de treino.

Há um bolo financeiro também muito importante na área da Educação que está associado à Associação Escolar e que provavelmente os Senhores

Deputados não terão noção da importância que tem, não só para a vida do agregado familiar e para as nossas crianças, mas também para a economia circular no nosso Concelho. Refiro-me às refeições escolares, onde mais uma vez eu quero deixar um agradecimento aos Presidentes de Junta que se associaram a este procedimento dos Contratos Interadministrativos, assim como a todas as IPSS deste Concelho que são fornecedoras das refeições escolares. E aqui queria vincar a qualidade do serviço prestado por todas as IPSS porque a qualidade da refeição não foi beliscada, e tem-se mantido, e no momento é resolvido qualquer problema que surja nesse fornecimento. Estes Contratos Interadministrativos que vão sempre a reunião de Câmara no início de cada ano lectivo com uma adenda onde está afeto um valor que é previamente negociado com as IPSS.

Deixar aqui destacado de que não há nenhum encarregado de educação que pague na totalidade o valor da refeição que a Câmara está a pagar às IPSS.

É publicado o valor da refeição e não somos nós que definimos o valor a pagar por parte dos encarregados de educação.

Ao longo de onze meses é feito este pagamento das refeições escolares que é extremamente importante e que provavelmente ninguém se apercebe deste investimento na qualidade e este investimento em estimular a boa alimentação.

Os transportes escolares são também outra nossa preocupação. Temos vindo a fazer melhorias e já há um forte investimento de cerca de meio milhão de euros. Dizer que ultimamente foram adquiridos dois veículos e que está previsto adquirir mais um veículo de trinta e cinco lugares.

Há também uma preocupação extrema em ajudar as escolas do nosso Concelho no combate ao abandono e insucesso escolar com medidas que vamos implementando e que são também discutidas e analisadas no Conselho Municipal de Educação.

Dizer ainda que a CIM e os Srs. Presidentes de Câmara dos dezanove Concelhos decidiram fazer aqui também um forte investimento na área da Educação e também na área da Cultura. Implementar ambientes inovadores na área da Educação. Há várias iniciativas que estão a ser implementadas através deste apoio que vem do Quadro Comunitário e que foi devidamente reivindicado pelos Presidentes de Câmara para que a Educação também tivesse apoio e para que pudéssemos melhorar o sucesso escolar.

A Câmara Municipal teve sempre projectos inovadores em parceria com a CPCJ e com a Ação Social como por exemplo a Escola mais Feliz, as Férias Ativas, as actividades de verão.

No ano passado lançámos pela primeira vez a Oficina do Território. Há um princípio que tentamos incutir nos nossos jovens que é promover o nosso território e o património concelhio. Só se ama aquilo que se conhece, e esse é o principal objectivo da Oficina do Território.

O programa Clique Educar, que certamente já ouviram falar nas GOP de 2018 onde estava explanado este grande objectivo de equipar as escolas do Pré-Escolar e do Primeiro Ciclo com equipamento informático. Uma preocupação que também o agrupamento tinha porque também se preocupa em caminhar no ensino de aprendizagem de acordo com os novos tempos e de acordo com o que é exigido a nível pedagógico.

Depois, devem também ter dado conta que há um projecto novo que está a ser implementado nas turmas do Primeiro Ciclo, no primeiro ano, em Oliveira do Hospital: Ensinar a Voar é o tema deste projecto que permite aos alunos ter um outro nível de ensino e outro sistema de aprendizagem. O intento é ajudar a potencializar as capacidades dos nossos alunos.

Já é conhecido o interesse e a preocupação das Bolsas de Estudo assim como o Reconhecimento e Mérito Escolar. Continuamos a atribuir os cinquenta mil euros e todos os anos temos mais alunos do Ensino Superior a participar.

No que diz respeito à Cultura, dizer que as obras de requalificação da Casa da Cultura já se encontram a decorrer, todos já se aperceberam dessas obras. É um Complexo Cultural que vai certamente alavancar o nosso Concelho nesta área.

Já aqui foi mencionado também pela Sra. Presidente de Junta de Lagares da Beira que vamos ter um novo espaço cultural no antigo quartel dos Bombeiros que já está praticamente requalificado.

As Ruínas Romanas da Bobadela já têm mais um espaço expositivo que é o Centro de Interpretação e brevemente irão arrancar as obras da Casa Amarela. Também brevemente irão avançar as obras de requalificação do adro da igreja de São Pedro de Lourosa.

Dizer ainda que há muitas iniciativas que procuramos apoiar mas a nossa principal preocupação na área da Cultura é descentralizar a cultura. Ou seja, que ela não fique apenas assente na sede do Concelho de Oliveira do Hospital, mas oferecer cultura a todas as Freguesias, e há muitos movimentos culturais que nós temos apoiado e promovemos em várias Freguesias."

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Vereador, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

"Vou falar essencialmente sobre os objectivos da Ação Social, Saúde, Turismo, Ambiente e Urbanismo, muito rapidamente.

Num quadro de um Orçamento de cerca de trinta e dois milhões de euros, e de um Plano de Investimentos e Grandes Opções do Plano, que estão estimados em vinte e um milhões, setecentos e cinquenta e três mil euros.

Dizer-vos que em termos de família, solidariedade e ação social, estão previstos novecentos e cinquenta e seis mil, e setecentos euros, subdivididos em alguns projectos interessantes: Concluir e dar todas as condições à Casa da Criança de Travanca de Lagos, que esteve em queda e hoje está em crescimento em termos de acolhimento de crianças.

Fazer referência a cento e cinquenta mil euros para o Projeto Casa Digna, continuar a apoiar a reabilitação de habitações e dar-lhes dignidade.

O Fundo de Emergência Municipal, tem vinte mil euros.

Para habitação Social, temos mais de quinhentos mil euros, para reabilitarmos o Bairro João Rodrigues Lagos, no Quadro do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano no plano de ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas, reabilitar o edificado, reabilitar as zonas confinantes e o espaço público. Em termos de habitação Social, o Município prevê investir trezentos e setenta e um mil euros, em termos plurianuais para o ano 2019, trezentos e vinte mil euros.

No Incentivo à Natalidade estão previstos cento e cinquenta mil euros.

Tudo isto perfaz quase um milhão de euros.

Relativamente ao Turismo: Temos previsto duzentos e catorze mil, setecentos e cinquenta e quatro euros, para acções de promoção turística, para projetos aprovados e integrados no âmbito do Pacto da CIM da Região de Coimbra e, naturalmente, a participação em vários programas de valorização de recursos endógenos.

Dar relevo à importância de fazer educação e sensibilização ambiental para reduzir os resíduos produzidos em casa e encaminhados para aterro, e reduzir a deposição em aterro. Vamos investir fortemente, mais de quatrocentos e quarenta mil euros, na criação de ilhas ecológicas e melhorar o ambiente urbano.

Temos aqui previstos cerca de dez mil euros para ações de sensibilização e educação ambiental, essencialmente para promover a redução da produção de resíduos.

Na área da Saúde: Temos investimentos nas Extensões de Saúde em Ervedal da Beira e Avô.

Temos o Programa Saúde Oral para Todos e que prevê trinta mil euros de investimento.

Apoio à equipa de Saúde Mental comunitária.

Temos aqui previsto no objectivo da Saúde setenta mil euros de investimento direto do Município, e isto ainda não integra a possibilidade de acolhermos novas competências.

Urbanismo Comercial: Temos previsto oitenta mil euros para dinamização do comércio local e do centro urbano de Oliveira do Hospital, ações de sensibilização e apelo às compras no comércio local e animação do espaço público.

Em grosso modo seriam estes os destaques que daria."

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Vereador, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro, que fez a seguinte intervenção:

"Relativamente ao Desporto dizer-vos que também esta rúbrica assenta nos princípios gerais das GOP, ou seja, no equilíbrio e na sustentabilidade financeira da Câmara Municipal.

Importa dizer também que o Executivo Municipal continua a considerar a importância do Desporto no Concelho e na própria sociedade onde complementa o papel do Estado e assume funções educativas, sociais, culturais e naturalmente também desportivas.

Nesse sentido, o Município tem assumido uma política de desporto para todos, considerando todos e os mais de setecentos atletas que praticam desporto federado no Concelho de Oliveira do Hospital, mas também todos aqueles que praticam desporto pelo laser, pelo bem-estar, e pela adoção de hábitos de vida saudáveis.

Nesse sentido, as rúbricas e os valores que integram as GOP consideram também alguns eventos desportivos que nos ajudam, no nosso entender, a promover o Concelho de Oliveira do Hospital.

Hoje, orgulhamo-nos de dizer que temos um Concelho vivo e dinâmico também pelo desporto e com o desporto.

De uma forma simples, dizer-vos que as verbas consideram intervenções de eficiência energética em equipamentos desportivos municipais, aqui referimos as Piscinas Municipais, os Cortes de Ténis e o Pavilhão Desportivo, que neste momento já foi alvo de melhorias no que à eficiência energética diz respeito, e já foi substituído todo o sistema de aquecimento por uma caldeira a

peletes muito mais eficiente, e onde foram também instalados painéis solares e, hoje, foram instalados termoacumuladores.

Esta rúbrica de intervenções de eficiência energética contempla uma verba de duzentos e quinze mil euros.

Relativamente ao apoio aos Clubes e às Associações Desportivas, que têm um papel fundamental na dinamização do desporto no nosso Concelho, na dinamização da prática desportiva para estes jovens que acabei de vos referir, está contabilizada uma verba de quatrocentos e cinquenta mil euros. Esta verba é também para poder viabilizar as actividades que os Clubes potenciam.

Relativamente às iniciativas desportivas diversas, como vos disse, temos algumas que são já marca no nosso Concelho, o Programa Move-te, as iniciativas que temos desenvolvido também na Freguesia de Aldeia das Dez e no Monte do Colcorinho, Trail do Colcorinho, a subida épica, são um conjunto de iniciativas. E teremos no dia 18 de janeiro, e aproveito para vos convidar, a quinta edição da Gala do Desporto, onde reconhecemos a importância e o trabalho que todos os agentes desportivos desenvolvem em Oliveira do Hospital.

Por último, referir também o apoio a investimentos de criação de beneficiação e ao apetrechamento de infraestruturas desportivas que não são municipais.

Na rúbrica do desporto temos um total de novecentos e trinta e cinco mil euros.

Relativamente à Juventude, dizer que o Executivo Municipal continua a considerar o importante papel da juventude na nossa sociedade.

Como se percebeu pelas intervenções anteriores, os apoios à juventude estão comtemplados em todas as áreas: Na Ação Social, na Educação, na Cultura.

Numa rúbrica específica para a juventude temos um valor para apoiar o Orçamento Participativo Jovem, que como já foi referido, foi retomado este ano. Fica também o desafio para que no próximo ano, mais jovens se envolvam porque têm grande capacidade, têm grande dinamismo, temos boas iniciativas no Concelho, e esta é mais uma oportunidade para os nossos jovens terem aqui uma forma de se financiarem e de poderem potenciar ainda mais toda a sua capacidade."

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Vereadora, Eng.ª Teresa Maria Mendes Dias, que fez a seguinte intervenção:

"Antes de me referir às Grandes Opções do Plano para 2019, gostaria de vos dar a conhecer a todos que durante o ano de 2018 foram plantadas cerca de dez mil árvores em quinze hectares de áreas públicas. Desde já agradeço a todas as empresas e voluntários que ofereceram as árvores e participaram nas ações de reflorestação apoiadas pela Câmara Municipal.

Falando então das GOP e porque a Câmara Municipal está também preocupada com o futuro das propriedades privadas, aprovou em reunião de Câmara as normas de participação ao Projeto ReFlorestar para o ano de 2019 com o objetivo de investir, no próximo ano, duzentos e cinquenta mil euros em árvores autóctones, incentivando os proprietários privados a gerirem a floresta para que esta não seja votada ao abandono. A par deste investimento destaco ainda quatrocentos e cinquenta mil euros do protocolo com a Agência Portuguesa do Ambiente para a beneficiação de açudes e a sua envolvente, com o objetivo de melhorar a qualidade da água dos nossos rios, a quantia de duzentos e sessenta e cinco mil euros para a prevenção e combate a fogos florestais e beneficiação de rede viária florestal, duzentos mil euros em segurança e proteção civil através das Corporações de Bombeiros e oitenta e cinco mil euros para aquisição de maquinaria de apoio à equipa de proteção civil municipal. Para além deste investimento direto à floresta tenho ainda a destacar a quantia de quinhentos e setenta mil euros para investimento em higiene dos espaços públicos, parques, jardins e cemitérios municipais."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Para concluir gostaria de dar aqui uma nota que acho que é muito importante: No Ponto 1 relativo ao saneamento e salubridade a Câmara Municipal realizou um milhão, setecentos e oitenta e três mil euros, e vai haver mais um investimento de saneamento.

Temos orçamentado um milhão, cento e quarente e três mil euros para fecharmos o ciclo do saneamento no próximo ano.

Também é importante dizer que a nossa despesa salarial com o pessoal vai aumentar relativamente a 2018 porque a Câmara Municipal contratualizou com os precários cinquenta e oito pessoas. Destas cinquenta e oito pessoas muitas delas são jovens que ajudamos a fixar em Oliveira do Hospital e entraram também muitos licenciados.

Vamos formar duas equipas de sapadores e o trabalho deles será na limpeza das bermas e o corte das árvores e vamos também fazer um forte investimento em maquinaria.

Penso que será um ano muito exigente para todos nós e para conseguirmos lançar todo este conjunto de obras.

Pretendemos continuar a modernizar os serviços da Câmara Municipal e neste momento estamos a fazer a desmaterialização e vai deixar de haver papéis. Já gastámos cerca de cem mil euros num sistema informático. Há aqui uma forte aposta na modernização da Câmara Municipal.

Este Orçamento é o que é. É um Orçamento que tem ambição.

Poderiam dizer que o Orçamento provavelmente está empolado mas isso deve-se sobretudo à flexibilidade orçamental daquilo que nós podemos conquistar e se não o tivermos empolado temos que fazer constantemente revisões e criação de rubricas.

Espero que seja um ano de grande execução por causa do número de obras que estamos a lançar.

A nossa política em relação às Freguesias também é clara e continuaremos a apoiar financeiramente da mesma forma as nossas Juntas de Freguesia. Precisamos de trabalhar em parceria com as Juntas de Freguesia.

As Junta de Freguesia também têm que perceber que não basta darmos dinheiro porque as Juntas de Freguesia também têm que ter competências e há determinadas coisas que têm que ser as Juntas a realizar e não podem estar sempre à espera da Câmara Municipal. Também acho que devemos encontrar outra forma para apoiar os eventos das Juntas. Há eventos que nós consideramos de grande dimensão e é preciso também clarificar quais são.

Tenho muitas expectativas neste Orçamento e é um Orçamento que tem muita ambição.

Continuaremos a apoiar as colectividades, continuaremos a apoiar a Educação e nunca faltará dinheiro para as pessoas mais necessitadas porque queremos também um Concelho coeso.

Dizer ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge que as Águas de Lisboa e Vale do Tejo vão fazer as ligações técnicas este ano.

Nesta fase iremos dar prioridade ao abastecimento de água e logo a seguir devemos resolver uma série de problemas de saneamento.

Brevemente também haverá a possibilidade de criarmos uma empresa supramunicipal para a área da água e saneamento com os Municípios de Seia e Gouveia.

Vão reformar-se também alguns trabalhadores, e desde que entraram estes cinquenta e oito trabalhadores penso que já se reformaram quatro, e isto é um bom sinal para os jovens."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

"Já percebemos que este é um Orçamento participado por uma equipa e liderado pelo Sr. Presidente, José Carlos Alexandrino, e é assim que deve ser e é assim que é habitual.

Aquilo que me interessa neste Plano e Orçamento é ver qual é o seu caminho e não estou muito preocupado em ver se determinada obra tem mais cem mil euros, ou menos cem mil euros, ou ver se determinada rúbrica tem mais, ou menos, euros porque acho que a equipa da Câmara Municipal saberá melhor do que nós direccionar esses valores.

Aquilo que me apraz fundamentalmente neste Orçamento é ver a direcção que ele tem para o futuro dos Oliveirenses.

Obviamente que vos devo dizer que gostaria muito de ter sido confrontado, na altura de outros Executivos Municipais, com um Plano e Orçamento deste tipo e com esta grandeza.

Todos nós sabemos que este ano de 2018 que está a terminar foi um ano extremamente difícil. Foi um ano difícil para os Executivos das Freguesias e particularmente difícil para o Executivo da Câmara Municipal.

Todos nós sabemos que algumas destas obras que iremos ver realizadas ou iniciadas em 2019, já deviam estar em 2018 executadas, mas as circunstâncias não o permitiram e isso foi resultado de tudo o que nos aconteceu.

Estamos a entrar no segundo ano do mandato e não estamos a assistir a um lançamento de obras eleitoralistas. Aqui está a pensar-se no desenvolvimento do Concelho. Trinta e dois milhões de euros é muito dinheiro.

Este Plano e Orçamento tem uma visão estratégica de desenvolvimento do nosso Concelho para o futuro. Em tempos idos havia muito dinheiro disponível mas não assistíamos a nada disto.

Estamos a lutar pelo Concelho e pelos Oliveirenses.

Quando estamos a analisar o que vai ser o ano de 2019 é com grande agrado que eu vejo que somos confrontados com um Orçamento deste tipo.

Obviamente que não poderia deixar de votar a favor e só quem não estiver de boa-fé é que não vota a favor deste orçamento.

Desejo um bom ano de 2019 para todos e desejo que tenhamos um ano de grandes realizações, em contraponto com este ano de 2018 que foi um ano muito mau para todos nós."

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que fez a seguinte intervenção:

"Estamos a discutir o Orçamento para 2019 mas não o podemos dissociar de algumas decisões que esta Assembleia Municipal tomou a nível fiscal e à receita que isso nos permite alocar para determinadas despesas, e transformando o Orçamento também num instrumento de distribuição de riqueza, diminuição de desigualdades e de acesso a serviços essenciais, como é a educação e habitações condignas.

Nesse sentido eu gostaria de destacar algumas medidas: As Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, que ascendem ao valor de cinquenta mil euros; O Projeto Casa Digna, de cento e cinquenta mil euros; As medidas de Apoio à Natalidade, de cento e cinquenta mil euros; O cheque Mais Educação, de vinte e cinco mil euros; e depois a Ação Social Escolar, por exemplo na alimentação, e no caso das transferências para as Freguesias que ascendem ao valor de duzentos e cinquenta mil euros.

Estas medidas que eu acabei de enunciar, andarão há volta de um valor superior a meio milhão de euros, e que é sensivelmente a receita que vamos acomodar com a taxa que aprovámos de IRS e de IMI.

No caso da posição do PSD, ela é legítima e coerente, votou contra a taxa de IMI e contra a taxa de IRS, mas seria relevante que neste momento primeiro dissesse qual era, de facto, a taxa que propunham, e depois, neste Orçamento o que é que cortariam?"

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Paulo Sérgio Dias Minas, que fez a seguinte intervenção:

"Vou confessar que não tive o tempo que necessitava para analisar profundamente este documento dando-lhe toda a importância que ele merece, e peço desculpa à Assembleia por isso. Ainda assim, posso fazer uma resenha deste Orçamento a partir de quatro vectores que considero fundamentais para o desenvolvimento económico do Concelho. Esses vectores são: O investimento; As oportunidades; A cultura e o turismo.

No que toca ao investimento para o ano de 2019, penso que podemos analisá-lo de dois modos: Numa base comparativa com anos anteriores e numa base sustentada só num ano, sem ter em consideração o contexto em que ele se insere. E se é verdade que no Orçamento do próximo ano estão comtempladas obras como a requalificação da Rua Alexandre Herculano, a zona envolvente, o Centro Histórico da Cidade, Parque dos Marmelos, Zona da Ribeira de Cavalos, Bairro Social João Rodrigues Lagos, convém não esquecer que estas mesmas obras também já se inseriam no Orçamento Municipal para 2017, e admito as dificuldades do último ano e o esforço que teve de ser feito em alguns aspectos extraordinários mas, uma vez ultrapassadas estas dificuldades, espero que este investimento público seja feito no próximo ano e que seja finalmente concretizado.

Quero ainda dar destaque à questão do Centro Escolar, que é uma obra muito importante para o Município, e dotá-lo e modernizá-lo ao nível do melhor que temos no País é, sem dúvida, muito meritório e importante para os nossos jovens.

Quero ainda saudar todo o investimento que se está a planear fazer em espaços de localização empresarial, nomeadamente na vertente sul da Zona Industrial. É isso que me leva precisamente ao segundo vetor, o das oportunidades.

O Concelho precisa de uma estratégia de crescimento económico, porque não há crescimento económico sem empresas, e não há um investimento público que defina isso. São precisas mais empresas sejam elas locais, nacionais ou multinacionais, que se queiram instalar em Oliveira do Hospital.

Quero perguntar também ao Executivo o que é que está a ser feito em relação a isso e qual é que é a estratégia do Município e do Executivo em relação a este tópico?

Na cultura, não haja dúvida que há que elogiar o esforço que está a ser feito para dotar a Casa da Cultura de condições que permitam receber outro nível de actividades artísticas e culturais, pese embora o atraso na concretização desta obra, mas o que é importante é que ela esteja concluída no próximo ano e, estou em crer, que sortirá um efeito positivo em toda a comunidade.

No entanto, não deixo de estar preocupado com a ausência de público neste espaço. Não lhe quero chamar inércia, mas creio que devia ter sido feito algum esforço nos últimos anos para ir criando públicos que sustentem regularmente as iniciativas culturais, porque tudo isto pode por um bocadinho

em causa toda a funcionalidade do projecto. Esperemos que não! Esperemos que haja uma grande adesão do público.

Só faz sentido ter uma nova e moderna Casa da Cultura se ela tiver dinâmica semanal com pequenos eventos frequentes, e não com grandes nomes, pontualmente.

Também fazer referência ao Centro Interpretativo das Ruínas Romanas da Bobadela. Acredito que seja um bom ponto de partida para o futuro, e agora com o novo Museu do Azeite, espero que se consiga ali criar uma dinâmica semelhante à que se vê, por exemplo, em Belmonte, com vários espaços museológicos na mesma localidade, conseguindo atrair muitos e variados públicos.

Para finalizar, o Turismo. Este é um sector que dispensa apresentações e, para quem não sabe, o turismo é o sector que mais cresce em Portugal há vários anos consecutivos. Só por isso, ver que a rúbrica do desporto que representa quase 5% do Orçamento, comtempla quatro vezes mais verba que a rúbrica do turismo, não quero com isto desvalorizar o papel do desporto e da actividade desportiva, muito menos quero que os Clubes deixem de ser apoiados, mas não há dúvida alguma que o desporto é o parente rico deste Orçamento, e é de elementar justiça que no futuro a formação desportiva ganhe mais peso do que tem hoje.

Voltando ao turismo, e ver duzentos e sessenta e cinco mil euros, para os quatro anos, nesta rúbrica também acho que é um pouco desanimante, sabendo nós do potencial que existe no Vale do Alva e Alvôco.

Seria conveniente que as palavras não se desgastassem tão rapidamente como as pedras do rio e surgisse da tentativa de criar novos e mais modernos espaços balneários, circuitos pedestres, transportes públicos de acesso às praias fluviais que possam não só servir as unidades hoteleiras e os turistas mas também todos os Oliveirenses.

O meu voto neste Orçamento, e em conformidade com o que foi definido com a Coligação Construir o Futuro será pela abstenção, e não é que isso me dê prazer. Obviamente que acho que ninguém pode votar contra este Orçamento porque comtempla obras muito importantes, mas gostava de votar num Orçamento que fosse mais voltado para a economia real, que fosse um bocadinho mais amigo das empresas, empreendedor e visionário em outros aspectos."

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

"Quero referir-me precisamente a duas áreas. Uma mais em jeito de agradecimento ao Sr. Vereador Nuno Ribeiro porque falou aqui no Orçamento Participativo Jovem.

Quero agradecer ao Sr. Vereador Nuno Ribeiro a colaboração que sempre procurou e o espirito de abertura democrática fantástica que se vive no Conselho Municipal da Juventude. Faço votos para que esse clima se possa transportar aqui para a Assembleia Municipal.

Mais concretamente sobre a área do turismo quero fazer uma pergunta direta ao Sr. Vereador Francisco Rolo:

Esta cota de vinte e cinco mil euros, nas Aldeias de Montanha, e de vinte mil euros ao GEOPARK Estrela, são pagas todos os anos?

Qual será o tempo necessário para que o Município tenha o retorno financeiro desse mesmo investimento?"

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

"Ao analisar as Grandes Opções do Plano, verifica-se que há um grande desinvestimento no resto do Concelho, privilegiando Oliveira do Hospital. Existe, por isso uma forte queda do investimento nas Freguesias, tornando o plano demasiado concentrado só numa região, o que é mau. Deveria haver um desenvolvimento mais harmonioso, contemplando as ambições das Freguesias.

Nós defendemos que a coesão territorial seria mais desenvolvida, se fossem contempladas obras que as Freguesias ainda carecem.

É certo que neste plano existe transferência para as Freguesias para fazerem algumas obras mais prioritárias, mas com o montante a transferir, são obras de pouco valor, mas mesmo assim necessárias, o que dá aos Srs. Presidentes das Freguesias uma maior responsabilização dos atos que pratiquem.

Quero também salientar o grande investimento que se irá fazer no ensino com este novo projecto do Centro Escolar Educativo para Oliveira do Hospital.

A requalificação da Zona Histórica de Oliveira do Hospital já vem em três anos consecutivos nas grandes opções do plano, ou seja, já foi incluída no ano de 2017 e 2018 e agora para o próximo ano. Será que é desta vez que se vão iniciar as obras?

Espero que este ano de 2019 seja um ano de grande desenvolvimento e de execução de obras que são necessárias e prometidas há diversos anos.

É com agrado que vejo para investimento para o próximo ano a recuperação, valorização e refuncionalização do Parque dos Marmelos, só que também já estava previsto para este ano, sem que tenham sido feitas quaisquer obras. Porque se trata de uma infraestrutura muito importante para a cidade, espero que desta vez se façam as obras necessárias para tornar aquele lugar num sítio aprazível, para que todos os Oliveirenses possam usufruir.

Gostaria de ter visto nas Grandes Opções, a requalificação, por exemplo da Avenida Dr. Afonso Amaral, já que se trata da principal entrada da cidade. É uma obra que terá que ser realizada a breve trecho.

Outra obra que gostaríamos de ver era a requalificação da Rua 21 de Junho em Lagares da Beira, já que se trata de uma das principais entradas daquela localidade e ainda está com era ao tempo da EN 230, com mau piso e estreita, obra esta que está em plano nas GOP, o que se agrada.

Como este não é um Plano e Orçamento, que gostaríamos de ver, mas mesmo assim, concordamos com muitas das obras nele incorporado, pelo que damos o benefício da dúvida ao Executivo para a sua concretização, e sendo assim, vamos abster-nos na votação."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

"Fico satisfeito com a notícia que o Sr. Presidente da Câmara deu. Finalmente está previsto fazer as Ligações Técnicas em Meruge.

Neste Orçamento estão comtempladas verbas para obras na minha Freguesia que já há muito que gostava de as ver concretizadas e espero que seja este ano.

Todos nós sabemos que os Orçamentos da Freguesias dependem muito do Orçamento da Câmara Municipal, nomeadamente das verbas a transferir para as Freguesias.

Neste Orçamento para 2019 eu vou votar favoravelmente."

De seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, que fez a seguinte intervenção:

"Como o Sr. Presidente da Câmara sabe este ano não vamos realizar as obras todas e por isso vamos ter de fazer uma alteração às obras que estão no protocolo.

A minha Freguesia gastou muito dinheiro nos aquedutos, na limpeza das ruas, na construção de dois muros. Alvôco tem uma situação complicada com a estabilização dos solos. Temos lá duas situações muito urgentes. É necessário fazer uma análise técnica para a estabilização dos solos

Neste Plano e Orçamento estão alocadas verbas para caminhos e estradas e por isso pedia ao Sr. Presidente que fosse generoso com a minha Freguesia porque ela bem necessita.

Vou votar favoravelmente este Plano e Orçamento para 2019."

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

"Já foi dito tudo pelo Sr. Presidente da Câmara e pelos Srs. Vereadores e por isso não vale a pena estar a repetir absolutamente nada.

Dizer apenas que temos um Orçamento de regresso à normalidade. Um Orçamento que aposta no investimento para o Concelho. Estão comtempladas as obras do PEDU.

Queria realçar as obras no Colégio Brás Garcia de Mascarenhas para remodelação da Casa da Cultura. Espero que no próximo ano possamos fazer o convívio do Colégio Brás Garcia de Mascarenhas nas novas instalações da Casa da Cultura.

Referir também as obras em Lourosa e Bobadela para valorizar os Monumentos Históricos.

Neste Orçamento estão também as obras de recuperação do Bairro João Rodrigues Lagos em Oliveira do Hospital.

Vê-se aqui também uma aposta clara no âmbito dos incêndios e da Protecção Civil que é de realçar.

Também devemos enaltecer a valorização dos precários até porque é muito importante dar estabilidade profissional às pessoas para que possam ter perspectiva de futuro. É uma grande medida.

Queria também realçar o aumento das receitas do Orçamento Geral do Estado e o grande apoio no financiamento que vem do Quadro Comunitário 2020. Este Orçamento prova que este Município, e o Sr. Presidente, tem uma grande dinâmica.

Finalmente temos aqui um Orçamento de muita ambição, de muita confiança, de muito planeamento, de muito trabalho e de forte sustentabilidade financeira e económica que só é possível num Município que tem uma forte capacidade de endividamento e por isso é um Município de futuro.

Naturalmente que o Deputados eleitos pelo Partido Socialista vão votar a favor.

Os Deputados do CDS e do PSD vão abster-se nesta votação por uma questão de tática política de qualquer das maneiras podiam fazer um ato de contrição e votar a favor porque este é dos melhores Orçamentos que já tivemos na Assembleia."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Acredito que se estivesse aqui outro Executivo teria feito outro Orçamento porque todos nós temos visões e estratégias diferentes.

Este Orçamento também podia ter caminhos diferentes para se chegar ao mesmo local, para se chegar aos mesmos objectivos, e para servir os Munícipes.

Na história deste Concelho, até hoje, este foi o Executivo que arranjou mais dinheiro do Quadro Comunitário porque não se deixou ficar fechado nestas paredes da Câmara Municipal. Esta é uma grande verdade que é indesmentível e pode ser comprovada com números.

Este Executivo pode apresentar este Orçamento e é verdade que andam aqui obras há dois anos, como disse o Deputado João Esteves, mas nós temos o dinheiro para as fazer. O dinheiro para fazer as obras foi conquistado nas mesas de negociação.

Eu tenho orgulho em apresentar este Orçamento porque outros nunca foram capazes de o fazer e isto prende-se com a nossa capacidade de nos relacionarmos e a nossa capacidade reivindicativa para o nosso Concelho.

As pessoas fazem opções diferentes mas nós ganhámos as eleições e por isso governamos o Concelho com as nossas ideias e com as ideias da maioria dos membros desta Assembleia porque estamos cá para os ouvir.

Também devemos fazer um gesto de humildade e ouvir as outras forças políticas porque as boas ideias não são só nossas e se a oposição tiver boas ideias devemos até aceitá-las com humildade. Isto chama-se democracia. É essa a minha característica e é também a característica do meu Executivo e de toda a minha equipa.

Hoje, nas reuniões de Câmara discutimos os assuntos com lealdade e temos que ter em conta os interesses do Concelho e temos que nos deixar de "partidarite aguda" e até porque eu sou um homem livre e independente.

Os projectos que me dão mais gozo já foram aqui referidos pelo Tiago Martins, e são os seguintes: Bolsas de Estudo - Quando cheguei à Câmara Municipal as Bolsas de Estudo tinham uma verba de oito mil euros e hoje a verba é de cinquenta mil euros. Há uma visão diferente e há um caminho diferente.

Quando eu cheguei à Câmara Municipal não havia o projecto Casa Digna e algumas pessoas só se lembraram depois dos incêndios que havia gente que não vive em condições mas esqueceram-se do número de pessoas de idade que viviam sem terem condições nas suas casas. No âmbito deste projecto da Casa Digna já recuperamos cerca de setenta casas e gastámos cerca de quinhentos mil euros. Estas casas não vêm nos jornais, nem vão lá as televisões mostrar como é que as pessoas viviam. Estas são as políticas que me dão mais gozo fazer e isto é que faz a diferença!

Lançámos também o projecto de Incentivo à Natalidade e lançámos o Cheque Educação.

São estas políticas que estão plasmadas neste Orçamento e por isso é que é um bom Orçamento.

Outra coisa que eu não aceito é o seguinte: O Deputado João Esteves disse que este Orçamento era muito centrado em Oliveira do Hospital e que as Freguesias ficavam abandonadas. Eu quero dizer ao Deputado João Esteves que quem fez o PEDU para as cidades foi o Governo do PSD/CDS. Por isso quem abandonou as aldeias, quem fez a extinção das Freguesias, não fui eu, foi o Governo do partido que o Deputado João Esteves representa aqui. Nós precisamos de saber o que é que estamos a falar.

E também temos todos que ter consciência que as necessidades das Freguesias não são as mesmas do que eram há dez anos, e há aqui um grande trajeto que nós fizemos.

O PSD até podia votar contra o Orçamento porque para mim não me fazia diferença nenhuma e eu até fico contente com a vossa abstenção.

Ainda pergunto o seguinte há quantos anos andam as obras do Parque dos Marmelos no Orçamento? E alguém fez alguma coisa pela Zona Histórica de Oliveira do Hospital? E quantos anos é que cá esteve o PSD?

Eu estou cá há muito menos anos e vou apresentar o projecto para a reabilitação da Zona Histórica em janeiro.

Há muita gente que mede a capacidade de um Presidente pelas obras que faz, e os Presidentes de Junta passam pelo mesmo, mas eu acho que capacidade de um Presidente mede-se pelas dinâmicas que somos capazes de implementar.

Gostava de perguntar ao Sérgio Minas se ele sabe qual é a taxa de desempego em Oliveira do Hospital neste momento. Eu digo-te que a taxa é de 4,5 %. É muito abaixo da média nacional.

Dizer ainda ao Sérgio Minas que eu não tenho uma varinha mágica! E o que nós precisamos é de trabalho mais qualificado e precisamos de criar empresas diferenciadoras e não pode ser mais do mesmo.

Relativamente à Cultura penso que a agenda Cá Acontece que chega ao Vale do Alva, e estão lá muitas actividades porque tem havido um trabalho extraordinário na área da cultura por parte da Sra. Vereadora, e isso é um trabalho que todo o Concelho reconhece e com a nova Casa da Cultura teremos novos desafios. Dizer ainda que o meu grande sonho é levar os nossos Grupos Culturais de qualidade aos grandes palcos. Nós temos Grupos em Oliveira do Hospital que podem atuar no Centro Cultural de Belém, na Casa das Artes, no Porto, ou em qualquer outro lado, e isso dá-me um orgulho imenso.

Dizer-lhe ainda que o desporto é uma escola, e que temos setecentas crianças a praticar desporto em Oliveira do Hospital. Na érea do desporto somos um Concelho altamente eclético. O dinheiro que aplicamos no desporto e na cultura é muito bem empregue e eu enquanto for presidente continuarei a apoiar o desporto e a cultura.

Meus caros amigos, este Orçamento pode não ser o melhor do mundo mas é sem dúvida um bom Orçamento."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Tivemos uma excelente explanação sobre o Orçamento. E muito rapidamente quero dizer-vos o seguinte: Este foi um ano atípico e, é verdade que tendo as frentes e os desafios que tivemos, considero que temos um orçamento bem estruturado. Não será o Orçamento perfeito, e nunca nenhum será, mas não estava à espera, depois de passarmos o ano difícil que passámos, de ter havido a reflecção e a capacidade de criar condições para nos ser presente um Orçamento com estas componentes e com estes caminhos que se abrem."

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto X - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º

75/2013, de 12 de setembro, das propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes para o Quadriénio 2019/2022, o Orçamento da Receita e da Despesa para 2019, a Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para 2019, que foi aprovado por maioria, com cinco abstenções.

De seguida procedeu-se à votação da presente Ata em minuta que foi aprovada por unanimidade.

E, não havendo mais nada a tratar, sendo vinte horas e cinquenta e cinco minutos, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, da qual para constar se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos Membros da Mesa e por mim _____ Primeira Secretária, que a subscrevi.

(Presidente) _____

(Primeiro Secretário) _____

(Segundo Secretário) _____

Ata da Sessão da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia vinte e oito de dezembro do ano de dois mil e dezoito.

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência da Sra. Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro.

Ao iniciar a sessão, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

"Boa tarde a todos. Quero cumprimentar todos os presentes e desejar que estejam a ter um bom período festivo.

Antes de dar início aos trabalhos vamos dar posse à nova Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sra. Ana Teresa Ferreira dos Santos Falcão de Brito, porque houve uma alteração no Executivo da Junta de Freguesia em resultado do pedido de renúncia do Sr. Dr. António Manuel Nunes Soares.

Passo a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes. Para proceder à leitura da ata de tomada de posse."

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, procedeu à leitura da ata de tomada de posse e informou que, nos termos do nº 4 do artigo 76º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, foi verificada pela Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, a identidade e legitimidade da eleita, Ana Teresa Ferreira dos Santos Falcão de Brito.

Verificada a identidade e legitimidade da eleita, Ana Teresa Ferreira dos Santos Falcão de Brito, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, considerou-a investida nas suas funções, podendo consequentemente entrar em atividade.

Seguidamente foi assinada a ata avulsa da tomada de posse do Membro da Assembleia Municipal, Ana Teresa Ferreira dos Santos Falcão de Brito, que ficará apensa à ata da Sessão da Assembleia Municipal.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Neste momento não poderia deixar de felicitar a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sra. Ana Teresa Ferreira dos Santos Falcão de Brito, e desejar-lhe as maiores felicidades nesta função que passa a exercer ao serviço da sua Freguesia e também do nosso Concelho."

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, efetuou a chamada dos Membros deste Órgão tendo-se verificado que não estava presente a Sra. Deputada Maria Alice Antunes Mendes Gouveia, que solicitou a sua substituição, tendo sido substituída pelo Dr. Paulo Sérgio Dias Minas.

Igualmente o Sr. Deputado Dr. Rui Paulo Martins Monteiro está ausente e solicitou substituição, tendo sido substituído pelo Dr. André Duarte Pereira.

O Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa está ausente e apresentou a respetiva justificação.

O Sr. Deputado Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo também está ausente e solicitou substituição tendo sido substituído pela Dra. Patrícia Alexandra Tavares Santos.

Também o Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, estava ausente e foi substituída pelo Tesoureiro da Junta Sr. Vitor Manuel Mendes Curinha.

Igualmente o Presidente da Junta da União das Freguesias de Lagos da Beira e Lageosa, Sr. Nuno Marco Ferreira Batista, estava ausente e informou que seria substituído pelo Secretário da Junta de Freguesia, Sr. Paulo Sérgio Campos de Brito, que também ficou impedido de estar presente e solicitou a justificação da falta.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos Membros da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do n.º1 do artigo 6º do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Carlos Alexandrino Mendes e os Srs. Vereadores, Dr. José Francisco Tavares Rolo, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, Eng.º João Paulo Pombo Albuquerque, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro, Dr. Carlos Jorge Mamede de Carvalheira Almeida, e Eng.ª Teresa Maria Mendes Dias.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Feita a chamada e verificada a existência de quórum declaro aberta a Sessão.

Passamos de imediato à apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária de vinte e oito de setembro de dois mil e dezoito e pergunto se há alguma alteração ao teor da ata. Não havendo alterações ao teor da ata passávamos à votação."

Efetuada a votação, a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e oito de setembro de dois mil e dezoito, foi aprovada por unanimidade.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"O Sr. Presidente da Câmara Municipal solicitou a inclusão de mais dois Pontos na Ordem do Dia e, por isso, coloco à consideração dos Membros desta Assembleia Municipal a aprovação da inclusão destes dois Pontos na Ordem do Dia. Estes Pontos, caso seja aprovada a sua inclusão, passam a ser o Ponto VIII e IX e o Ponto VIII passa a ser o Ponto X da nova Ordem do Dia.

Solicito ao Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia para fazer a leitura dos respetivos Pontos."

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

"Os dois Pontos a incluir são referentes aos seguintes assuntos:

Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 16º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de isenções em matéria de tributos próprios.

Ponto IX - Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 33º e para efeitos da alínea a) do nº1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da 3ª Revisão das Grandes Opções do Plano, Constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para o Quadriénio 2018/2021.

Dizer ainda que a informação referente aos processos judiciais, que faz parte do Ponto I, chegou-nos depois da saída da convocatória e dos documentos e, por isso, será distribuída agora."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Todos os Membros da Assembleia já têm a documentação referente a estes dois novos Pontos e também foi distribuída uma nova Ordem do Dia com o alinhamento dos Pontos.

Assim sendo, submeto à vossa consideração a inclusão destes Pontos na Ordem do Dia."

Efetuada a votação, a inclusão do Ponto VIII e do Ponto IX na Ordem do Dia, foi aprovada por unanimidade.

Da presente Sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no nº 4, do artigo 4º, do Decreto-Lei nº 130/2017, de 9 de outubro, da Proposta de Dispensa de Elemento Instrutório no Âmbito do Regime Excecional de Controlo Prévio.

III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Avô, como apoio à aquisição de mobiliário para equipar a Extensão de Saúde de Avô, no montante de 14.172,14 € (catorze mil, cento e setenta e dois euros e catorze cêntimos).

IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea n) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o previsto no n.º 1, do art.º 53.º, aplicável por remissão do n.º 3, do art.º 56.º, ambos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, da proposta de alteração dos Estatutos da Associação de Municípios do Portugal Romano.

V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Regulamento para Atribuição de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes Afetadas pelos Incêndios de 2017.

VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Regulamento de Atribuição dos Donativos Financeiros - Conta Solidária.

VII - Apreciação e votação, nos termos do disposto no artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de fixação da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano de 2019, em 5%.

VIII - Apreciação e votação, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 16º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de isenções em matéria de tributos próprios.

IX - Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 33º e para efeitos da alínea a) do nº1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da 3ª Revisão das Grandes Opções do Plano, Constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para o Quadriénio 2018/2021.

X - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, das propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes para o Quadriénio 2019/2022, o Orçamento da Receita e da Despesa para 2019, a Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para 2019.

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, fez a seguinte intervenção:

"Relativamente ao expediente recebido e expedido esta informação já está na vossa posse."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Na sequência do falecimento do Dr. Vicente da Costa Pinto, a Mesa da Assembleia Municipal, sentiu necessidade de expressar um Voto de Pesar.

Vou proceder à leitura desse Voto de Pesar: *"Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Vicente da Costa Pinto - Foi com profundo pesar que tomámos conhecimento, no dia vinte e dois de dezembro de dois mil e dezoito, da triste notícia de falecimento do Dr. Vicente da Costa Pinto.*

Natural da Freguesia de Meruge, Concelho de Oliveira do Hospital, onde nasceu em um de maio de mil novecentos e vinte e quatro, Vicente da Costa Pinto licenciou-se em Ciências Médico-Veterinárias, na Escola Superior de Medicina veterinária, no ano de mil novecentos e cinquenta e cinco.

Civicamente empenhado, assumiu desde sempre os valores da democracia e da liberdade.

Profissionalmente, desenvolveu, durante muitos anos, uma intensa atividade como médico veterinário e, em mil novecentos e setenta e sete, foi nomeado, numa comissão de serviço, Diretor Regional de Agricultura da Beira Litoral.

No início dos anos oitenta, o prestigiado médico veterinário foi incumbido de proceder à elaboração do Programa de Ovinicultura para a área de produção do queijo Serra da Estrela e passa a assumir um papel de grande relevo no setor em colaboração com a ANCOSE - Associação Nacional de Criadores de Ovinos Serra da Estrela.

Foi também um dos fundadores da Confraria Queijo Serra da Estrela.

Tendo feito parte de um grupo de trabalho que tinha como incumbência estudar e melhorar os ovinos leiteiros da Serra da Estrela, Vicente da Costa Pinto teve um grande protagonismo nesta área e esteve sempre intimamente ligado a todo o processo de preservação e evolução de um dos mais afamados tesouros gastronómicos de Oliveira do Hospital e de toda a região - O Queijo Serra da Estrela.

Em consequência do seu valiosíssimo trabalho em prol da agricultura, do desenvolvimento rural e, especialmente, do Queijo Serra da Estrela, a Câmara Municipal decidiu homenageá-lo, no dia sete de outubro de dois mil e quinze, através da atribuição da Medalha de Mérito do Município de Oliveira do Hospital.

O desaparecimento do Dr. Vicente da Costa Pinto, representa uma enorme perda para o Concelho e para a região, propondo-se assim que a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, neste momento de tristeza, e como forma de expressar a sua gratidão, delibere aprovar um Voto de Pesar, expressando à família as suas mais sentidas condolências."

É este Voto de Pesar que eu ponho à consideração dos Membros da Assembleia Municipal."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

"Também trazia uma proposta de um Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Vicente da Costa Pinto.

Penso que estas propostas de Voto de Pesar podem ser votadas em conjunto e, por isso, solicitava ao Sr. Secretário da Mesa para fazer a sua leitura."

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, fez a leitura da proposta de Voto de Pesar apresentada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia:

"*Proposta de Voto de Pesar ao Dr. Vicente da Costa Pinto - No passado dia vinte e dois de dezembro faleceu, em Coimbra, com noventa e quatro anos, Dr. Vicente da Costa Pinto, nosso ilustre concidadão. As cerimónias fúnebres tiveram lugar no dia vinte e três, nessa cidade, sendo posteriormente sepultado, por sua expressa vontade, em campa de família no Cemitério Paroquial de Meruge.*

Nascido a um de maio de mil novecentos e vinte e quatro, na localidade de Meruge, licenciado em Ciências Médico-Veterinárias, pela Universidade de Lisboa o Dr. Vicente da Costa Pinto, exerceu os mais destacados e prestigiados cargos, decorrentes da sua capacidade e alta formação profissional.

Destacam-se nesse campo o exercício do cargo de Veterinário Municipal do Concelho de Arganil, Veterinário da Intendência Pecuária de Coimbra, Diretor Regional de Agricultura da Beira Litoral, primeiro Diretor do Parque Natural da Serra da Estrela, responsável pela elaboração do Programa de Ovinicultura para a criação da Região Demarcada do Queijo Serra da Estrela, delegado do Livro Genealógico da Ovelha Bordalesa da Serra da Estrela, para além de ter sido escolhido pela sua competência e conhecimentos científicos,

para representar várias Direções Gerais de Agricultura em simpósios e grupos de trabalho nacionais e internacionais, associados à melhoria dos efetivos pecuários de várias raças de ovinos e caprinos.

Como cidadão o Dr. Vicente da Costa Pinto, destacou-se pela sua intervenção corajosa pela liberdade e a democracia no nosso país, antes e depois do 25 de Abril de 1974, tendo-se destacado em vários cargos como militante do Partido Socialista.

Como merugense, nutriu sempre um amor profundo pela sua terra natal, mantendo, até à sua morte, uma ligação afetiva que o trouxe, enquanto a saúde lho permitiu, regularmente até ao nosso convívio, fosse em eventos, como a Feira do Porco e do Enchido ou, simplesmente, para matar saudades e encher a alma com os cheiros e a paisagem da sua adorada aldeia. No exercício das inúmeras tarefas de responsabilidade que exerceu com brio, procurou sempre que a sua terra não ficasse fora das oportunidades de obtenção de meios do Estado proporcionadores de desenvolvimento. Aconteceu assim com a construção da Sede da Associação dos Amigos de Meruge e com a construção do regadio em toda a extensão da Freguesia.

A Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital reconheceu já todo este percurso, com a justa homenagem que lhe prestou no feriado municipal de 2015, outorgando-lhe em vida a Medalha de Mérito Municipal.

O Notável percurso de vida cívica e profissional do Dr. Vicente da Costa Pinto é um exemplo maior que honra a Freguesia de Meruge, o Concelho de Oliveira do Hospital e o Portugal nascido do 25 de Abril de 1974.

Em sua memória e como preito de merecido reconhecimento, proponho que a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital aprove o presente Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Vicente da Costa Pinto e que manifeste à sua família as mais sentidas condolências e ainda que este voto seja enviado à Comunicação Social."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Naturalmente que o espírito é o mesmo e cabe-me salientar a honra que representa num momento de transição a comunidade do Concelho sentir necessidade de tecer elogios desta natureza a um cidadão. Isto é bom. Ele teve a capacidade de suscitar esse reconhecimento.

Parece-me que os dois Votos de Pesar podem ser votados conjuntamente e, por isso, coloco à consideração da Assembleia a apreciação destes dois Votos de Pesar."

De seguida foi efetuada a votação das propostas dos Votos de Pesar pelo falecimento do Dr. Vicente da Costa Pinto, que foram aprovados por unanimidade.

Seguidamente, foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sra. Ana Teresa Ferreira dos Santos Falcão de Brito, que fez a seguinte intervenção:

"Tenho a dizer que assumi este cargo com muito orgulho e acredito que tenho a confiança de quem represento.

Tudo farei para contribuir de forma positiva, solidária, e com sentido de responsabilidade, a função que agora exerço.

Não posso deixar de dar um agradecimento muito especial à minha equipa, que fez questão de estar aqui presente, e agradecer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, o Prof. josé Carlos Alexandrino, e aos seus Vereadores.

Agradecer também aos funcionários municipais com quem tenho trabalhado, aos meus amigos e a todas aquelas pessoas que, de algum modo, manifestaram o seu total apoio e confiança em mim.

Aos meus colegas, Presidentes de Junta, quero dizer que a Junta de Freguesia de Travanca de Lagos está aberta e disponível para trabalhar e colaborar em tudo o que e for possível com todos vós.

Desejo a todos um bom ano novo.

O meu bem-haja."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Neste momento quero também exprimir algumas palavras de agradecimento ao Presidente da Junta de Freguesia de Travanca demissionário, Sr. Prof. António Manuel Nunes Soares. Independentemente das razões que o terão levado a demitir-se das suas funções, quero, para além de lhe desejar felicidades e um bom ano, agradecer os contributos que ele deu para o bom andamento dos trabalhos desta Assembleia e para a vida política do nosso Concelho. Acho que foi uma pessoa que tinha uma atitude construtiva e que procurou sempre ajudar-nos a fazer caminho."

Seguidamente iniciaram-se as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia e foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, que fez a seguinte intervenção:

"Primeiro quero dar os parabéns e as boas vindas à Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos e desejar-lhe todos os êxitos para o seu mandato.

A minha intervenção é relativa à Estrada Nacional 230 simplesmente para, mais uma vez, falar da injustiça que cometeram com a nossa região. Sei que o Sr. Presidente da Câmara se tem preocupado bastante e que tem tido alguns contactos com as entidades e, por isso, gostaria que nos fizesse o ponto da situação.

Em conjunto com os meus colegas do Partido Socialista resolvemos apresentar uma moção que passo a ler:

"*Moção de reivindicação pela imediata requalificação do troço da E.N. 230 entre a Ponte das Três Entradas e o limite da Freguesia de Alvôco das Várzeas.*

Os Membros da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital vêm propor que seja aprovada uma moção de reivindicação pela imediata requalificação da Estrada Nacional 230, no troço entre a Ponte das Três Entradas e o limite da Freguesia de Alvôco das Várzeas, que é também o limite do Distrito de Coimbra, de acordo com os seguintes pressupostos:

1 - Decorre neste momento a requalificação do troço da EN 230 entre as Vendas de Galizes e a Ponte das Três Entradas, numa extensão de 9 km, obra que consideramos de extrema importância para a melhoria das condições de segurança e circulação naquele troço;

2 - Só após o início da referida obra foi dado a conhecer, pelas Infraestruturas de Portugal, a extensão da obra a realizar nesta fase, a qual não corresponde à totalidade da extensão da EN 230 no Concelho de Oliveira do Hospital, num total de 17 km, tal como seria de esperar;

3 - O restante troço, num total de 8 km, entre a Ponte das Três Entradas e o limite da Freguesia de Alvôco das Várzeas com o concelho de Seia, apresenta um elevado estado de degradação, que piorou bastante, logo após os incêndios podendo mesmo colocar em causa a segurança rodoviária;

4 - Este é um troço que serve também de entrada para a Serra da Estrela, sendo uma via importantíssima para a promoção turística do Concelho de

Oliveira do Hospital, nomeadamente dos vales dos rios Alvôco e Alva, sendo, por isso, uma via de grande tráfego e de grande importância para o desenvolvimento do Concelho e das Freguesias que serve;

5 - Dado que já se encontra adjudicada a requalificação do troço entre as Vendas de Galizes e a Ponte das Três Entradas, não se compreende que não se conclua o troço restante, aproveitando os recursos já existentes no terreno, o que levaria a uma poupança financeira na extensão da referida obra.

Face a todos estes argumentos, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, vem exigir junto das Infraestruturas de Portugal, junto do Ministério das Infraestruturas e do Planeamento e junto do Governo, a imediata conclusão da requalificação da EN 230 no troço entre a Ponte das Três Entradas e o limite da Freguesia de Alvôco das Várzea."

Desejo a todos um bom ano de 2019."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Esta situação da Estrada Nacional 230 diria que é, como o Sr. Presidente da Junta disse, e bem, uma coisa esquisita. É uma coisa esquisita por duas ou três razões: Falei, aqui, na Assembleia Municipal, várias vezes, no relatório das Infraestruturas de Portugal que considerava esta estrada, desde a Ponte das Três Entradas até ao limite do Concelho, na Freguesia de Alvôco das Várzeas, como uma estrada péssima. Neste relatório, numa pontuação de 1 a 5, era atribuída uma classificação de 1,4.

A Câmara Municipal nunca deixou de reivindicar a requalificação desta estrada, mas há algumas coisas que são estranhas. As Infraestruturas de Portugal lançaram uma obra entre a Ponte das Três Entradas e as Vendas de Galizes e esqueceram-se da outra parte. Fizeram também aquela parte para Avô.

Nós não estamos contra a realização destas obras mas estamos contra as obras que não fizeram e que deveriam ter feito. Mais grave do que isso é que a Câmara Municipal só foi informada do início da obra por aquela placa que foi afixada. As Infraestruturas de Portugal nunca deram uma satisfação à Câmara Municipal de Oliveira do Hospital e isto faz toda a diferença porque havia um conjunto de obras que poderiam e deviam ter sido lançadas e não foram.

Relativamente às Infraestruturas de Portugal há uma deselegância e há obras que não foram lançadas na Ribeira de Santiago, em Vila Pouca da Beira. Nós tínhamos o projeto feito para a rede de saneamento e para a substituição da rede de água e não nos deram ordem para fazer a obra. A obra estava

orçamentada em cerca de duzentos mil euros e era fundamental que a obra fosse feita.

As Infraestruturas de Portugal não nos autorizaram a realização destas obras porque aquando da realização das obras de saneamento na Estrada Nacional 17 houve muita gente que escreveu e atacou por causa das condições da estrada e até houve alguns que colocaram uns filmes. Eles disseram-me: Sr. Presidente, não nos vai acontecer aquilo que nos aconteceu com a Estrada Nacional 17 e, por isso, nós não vamos autorizar. Encontre outras soluções.

As Infraestruturas de Portugal indeferiram a realização das obras e, por isso, não tivemos possibilidade de as executar.

Espero desbloquear este processo e não deixaremos cair esta luta, mas é verdade que temos aqui um problema que ainda não conseguimos resolver e que já devia estar resolvido.

Lamento muito que as Infraestruturas de Portugal não tenham lançado a obra, que era aquilo que eles deveriam ter feito. Por isso, Sr. Presidente de Junta, o Senhor tem toda a razão para protestar e o Senhor conta com a solidariedade do Presidente da Câmara. O Senhor sabe, e teve oportunidade de ver, que falei várias vezes com o Sr. Ministro mas parece que as Infraestruturas de Portugal estão, de certa forma, a boicotar. Havemos de perceber porquê?"

Efetuada a votação, a Moção de reivindicação pela imediata requalificação do troço da E.N. 230 entre a Ponte das Três Entradas e o limite da Freguesia de Alvôco das Várzeas, foi aprovada por unanimidade.

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado, José Ferreira da Cruz Loureiro, que fez a seguinte intervenção:

"Sr. Presidente, o assunto que trago aqui não será um assunto fácil, mas é importante esclarecer esta Assembleia e esclarece o povo de Oliveira do Hospital. Na Zona Industrial há cerca de dezanove tratores. Não sei se são da Câmara ou se são da Cáritas. Houve-se dizer que foi a Cáritas que os ofereceu para as pessoas lesadas com os incêndios.

Solicito ao Sr. Presidente que nos informe de quem é a responsabilidade da entrega dos mesmos. Acredito que em 15 de outubro não arderam só dezanove tratores e que arderam muitos mais e, por isso, acredito que há muita gente com necessidade deles mas, os dezanove tratores, não chegam para todos e essa parte será muito complicada. Não sei se a Cáritas entregou alguma

listagem para a sua distribuição ou se definiu critérios de seleção para a entrega dos tratores.

Solicito ao Sr. Presidente que nos informe porque é que os tratores estão ali e porque é que ainda não foram entregues.

Desejo que o ano de 2019 seja bom para todos nós e também para o nosso Concelho."

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

"Sr. Presidente da Câmara Municipal, trago aqui algumas questões que gostaria que depois nos esclarecesse. Começo por dizer o seguinte: Ontem à noite esteve muito nevoeiro, demorei cerca de meia hora para chegar desde Lagares da Beira até aqui a Oliveira do Hospital. Sabemos que está a ser reposta alguma sinalização vertical e gostaria que o Sr. Presidente nos dissesse em que ponto está a recuperação da sinalética horizontal, nomeadamente a pintura dos pavimentos.

Relativamente aos incêndios de 2017 e àquilo que o incêndio destruiu, aparecem, às vezes, em alguns programas de televisão e em alguma Comunicação Social, e, como não sou maldoso e penso que certamente por escassez de tempo dos programas, ficamos com a sensação de que nem tudo está bem e que há mais coisas que estão mal que bem. Aqui no terreno sabemos que não é assim. Sabemos que há coisas que estão a ser recuperadas e também sabemos que tudo leva o seu tempo.

A bem da defesa da democracia e para tentar evitar alguma forma de populismo, gostaria que o Sr. Presidente esclarecesse esta Assembleia sobre a reconstrução das casas de primeira habitação. Felizmente vimos hoje na televisão que foram entregues mais algumas casas.

Relativamente às empresas dizer que se perderam muitos postos de trabalho. Houve empresas que ficaram completamente destruídas. Também sabemos que este Município, o Sr. Presidente e todo o seu Executivo, têm estado a fazer o possível e o impossível para que estas situações se vão resolvendo. Gostaria também que o Sr. Presidente nos fizesse o ponto da situação relativamente à recuperação das empresas.

Relativamente às casas de segunda habitação sabemos que tem um plano, sabemos que tem algumas formas de tentar ajudara a resolver este problema e gostaríamos também que nos dissesse o que pensa fazer neste ponto.

Para terminar gostaria de fazer aqui um agradecimento ao Ex-Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Prof. António Soares, que deu, durante o seu mandato, um contributo, quer para esta Assembleia, quer para a população de Travanca, e também para o Concelho.

Dar as boas vindas à nova Presidente de Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Ana Teresa Ferreira dos Santos Falcão de Brito. Desejar-lhe as maiores felicidades no cumprimento destas novas funções.

Desejo um bom ano de 2019 para todos vós. Desejo que seja um ano com muitas obras e sobretudo com muita solidariedade."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Luciano Marques Correia, que fez a seguinte intervenção:

"Sr. Presidente da Câmara Municipal a minha intervenção é sobre o subsídio relativo à recolha do lixo na Freguesia de São Gião. Como sabe fazemos a recolha do lixo e continuamos a fazer o trabalho que já fazíamos antes da Câmara Municipal entregar a recolha do lixo a esta empresa e já lá vão dois anos sem recebermos nada. Se alguma coisa correu mal entre a negociação da Câmara Municipal e a empresa que faz a recolha do lixo, nós, na Junta de Freguesia, somos alheios a essa situação, essa negociação não foi connosco e não venha cá ninguém dizer que quem devia pagar é a empresa que recolhe o lixo. Venho pedir ao Sr. Presidente da Câmara para resolver esta situação porque, como disse, vão dois anos decorridos sem receber o subsídio.

Para terminar, desejo um feliz ano novo para todos."

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho, que fez a seguinte intervenção:

"Começo por saudar todos e desejar um ótimo ano de 2019.

Saudar a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Ana Teresa Falcão de Brito, e desejar-lhe os maiores sucessos nesta empreitada que se avizinha.

Queria também saudar o Agrupamento de Escolas, na pessoa do Prof. Carlos Carvalheira, por terminar com a venda de garrafas de plástico. Parece-me que é uma excelente medida e lançava o desafio à Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal para que aqui também pudéssemos seguir exatamente o mesmo exemplo. Sei que a Mesa já o segue mas deste lado continuamos a usar a garrafa de plástico. Parece-me que era bom seguirmos o exemplo do Agrupamento de Escolas que neste caso tem sido pioneiro.

Por fim não podia deixar de aproveitar o facto de estarmos aqui todos para dar um grande abraço publicamente ao ilustríssimo Deputado Municipal e meu amigo Zé Ferreira pelo seu aniversário.

No âmbito do espírito de concórdia da época, quero salientar um facto que, estou certo, nos honra a todos, independentemente da bancada a que pertencemos, nos enche de satisfação: O Município de Oliveira do Hospital ficou entre os três primeiros Municípios do País classificados como melhores exemplos de boa governação local, no estudo "Qualidade da Governação Local em Portugal" da Fundação Francisco Manuel dos Santos(FMS), na Jornada do Poder Local que decorreu em Portalegre. Neste estudo editado pela FMS, o trabalho das autarquias é analisado em cinco dimensões - Voz dos cidadãos e prestação de contas; Estabilidade política; Eficácia governamental; Acesso e regulamentação do mercado; Estado de direito e prevenção - e vinte e dois indicadores como, por exemplo, a transparência, gestão da dívida, procedimentos de contratação pública ou a qualidade dos contratos submetidos à fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

Depois de ponderados todos os resultados alcançados naqueles cinco pontos de um estudo independente e idóneo que avalia a qualidade da governação local nos trezentos e oito municípios portugueses, o Município de Oliveira do Hospital acaba assim por ver o seu desempenho autárquico premiado com um terceiro lugar ao nível das autarquias consideradas como melhor exemplo de governação local.

Esta distinção chegou-nos pela mão de uma instituição idónea, altamente reputada, como é a Fundação Francisco Manuel dos Santos, que avalia a qualidade da governação local em Portugal. Bem sabemos que não fazemos mais do que a nossa obrigação mas afirmar Oliveira do Hospital como um Município em que as boas práticas de governação vêm sendo reconhecidas e premiadas por diversas instituições, é motivo de orgulho para todos os Oliveirenses.

Paralelamente, Oliveira do Hospital foi também considerado como sétimo Município mais transparente do País e o primeiro classificado ao nível do Distrito de Coimbra, no Índice de Transparência Municipal (ITM) 2017, pela Associação "Transparência e Integridade, Associação Cívica (TIAC)" - a entidade que em Portugal avalia o grau de transparência dos trezentos e oito municípios do país.

Na região centro do país e também no território composto pelos dezanove municípios que integram a Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra,

Oliveira do Hospital posicionou-se como o município melhor classificado, ao subir catorze lugares comparativamente ao *ranking* de 2016.

Neste estudo da TIAC, mais exigente que o de anos anteriores, a média alcançada pelos municípios portugueses cifrou-se em cinquenta e um pontos, numa escala de zero a cem, e os dez municípios melhores classificados - onde se inclui Oliveira do Hospital - obtiveram pontuação acima dos oitenta e dois pontos. A TIAC, representante em Portugal da rede global anticorrupção Transparência Internacional, é uma ONG sem fins lucrativos que tem como missão combater a corrupção.

Anualmente, e pelo quinto ano consecutivo, elabora o Índice de Transparência Municipal, com base numa análise à informação disponibilizada pelas câmaras municipais aos munícipes nos seus *web sites*, com várias dimensões cruciais para a vida do município, desde a organização do município, até à transparência económico-financeira, à prestação de contas, aos contratos celebrados pela autarquia, num total de setenta e seis indicadores.

Ou seja, também quanto ao índice transparência municipal, Oliveira do Hospital está bem e recomenda-se. Também aqui, com base em estudos independentes e realizados por entidades idóneas, numa avaliação feita a trezentos e oito municípios, Oliveira do Hospital classifica-se nos dez municípios mais transparentes do país. É o reconhecimento da gestão de transparência e rigor que este Executivo vem imprimindo à governação autárquica.

Uma vez mais, Sr. Presidente, bem sei que pensa que estes resultados não são mais do que a nossa obrigação no cumprimento escrupuloso do mandato autárquico que nos foi conferido, no entanto, ainda assim, quando outros tentam beliscar a nossa governação é sempre motivo de satisfação saber que outros, de olhar independente e idóneo, nos classificam como bom exemplo de gestão autárquica. É para mim, como Deputado Municipal e como Oliveirense, um motivo de orgulho neste Executivo."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Sobre a questão da sugestão da supressão do plástico também vou pedir à Câmara Municipal que nos apoie. Obviamente que a comodidade imediata das pessoas vai ficar um pouco prejudicada se colocarmos uma mesa com copos e jarras como aqui temos na Mesa da Assembleia mas acho que a sustentabilidade do planeta também justifica essa incomodidade imediata.

Sr. Deputado, João Ramalhete, a sua sugestão não vai "*cair em saco roto*" e é muito bem-vinda."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Bobadela, Sr. Vasco Marques Brantuas Ribeiro, que fez a seguinte intervenção:

"Não vou fazer uma retrospetiva do ano de 2018 porque isso roubar-me-ia o tempo todo. Faço apenas um pequeno balanço: Não me canso de elogiar o grande investimento que foi feito na Bobadela pela família Dias nomeadamente o Museu do Azeite. Dizer também que tanto a Câmara Municipal como a Junta de Freguesia estiveram sempre desde a primeira hora de acordo e sempre com uma grande ansiedade de ver o projeto crescer.

Agradecer também o trabalho que tem sido feito ao nível do turismo nomeadamente no caso do Centro Interpretativo que já conta, em tão pouco tempo, com cerca de cinco mil visitas.

Uma palavra para a Sra. Vereadora da Cultura que, de facto, tem feito um trabalho exemplar e que quero enaltecer.

Desejar-vos um bom ano de 2019."

Seguidamente foi dada a palavra à Sra. Deputada, Dra. Ana Marta Mendes Garcia, que fez a seguinte intervenção:

"A minha intervenção, hoje, pretende dar nota que atualmente Oliveira do Hospital tem uma cobertura assistencial médica total. Finalmente não existem utentes sem médico de família no Concelho, o que já não acontecia há muitos anos.

Temos um Centro de Saúde cada vez mais organizado, otimizado, mais próximo dos padrões que se preconizam. São poucos os Concelhos nos quais existem médicos de família para todos os utentes. Atendimento de doença aguda durante vinte e quatro horas e um conjunto de profissionais a trabalhar em equipa no Centro de Saúde nomeadamente equipa de saúde mental, com psiquiatra, psicólogos; Unidade de cuidados à comunidade, Assistente Social, Delegada de Saúde e em breve Dentista.

Vive-se também um momento de estabilidade na organização encontrada. Estão-se a colher os frutos dos esforços realizados por este Executivo que muito para além daquilo que são as suas competências na área da saúde tem tudo feito para que a população de Oliveira do Hospital possa ter os melhores cuidados de saúde. Como profissional da área o meu reconhecimento por esse esforço.

Estamos no caminho certo e cada vez mais próximos de alcançar os cuidados de saúde que os Oliveirenses merecem.

Bom ano para todos."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, Sr. Rui Jorge Campos Coelho, que fez a seguinte intervenção:

"Começo por dar as boas vindas e desejar um bom mandato à nossa colega Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos. Seja muito bem-vinda ao grupo dos Presidentes de Junta que tanto fazem por este Concelho.

Já tive a oportunidade de abordar este assunto numa reunião com o Sr. Presidente e com os restantes membros das Juntas de Freguesia. Vou referir-me concretamente à zona do Vale do Alva e dizer que as bermas das estradas continuam ameaçadas por árvores que estão em risco eminente de tombar para cima de pessoas e veículos que circulam nas nossas estradas.

Sr. Presidente, pedia-lhe, uma vez mais, que fossem tomadas medidas que reduzissem esses riscos. Cada vez mais se vão somando episódios de queda de árvores, ainda não tivemos nenhum acontecimento trágico, mas seria bom que fizéssemos uma intervenção que diminuísse o risco e não estarmos à espera de que algo mais grave possa vir a acontecer para depois irmos a terreiro.

Depois deixar aqui um alerta que também me tem deixado bastante preocupado, e também já tivemos oportunidade de falar, que tem a ver com a Estrada Municipal 514, no troço Penalva de Alva/Ponte de São Gião/Sandomil. Houve uma derrocada bastante grande e a estrada está consolidada mas se as condições atmosféricas se alterarem e as chuvas começarem a cair poderemos ter ali problemas graves. Gostava que a Câmara Municipal fizesse uma avaliação aprofundada, sei que os técnicos já estiveram no terreno, mas pedia-lhe uma vez mais a sua melhor atenção para aquele episódio.

Depois, desejar a todos um bom ano de 2019."

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que fez a seguinte intervenção:

"Começo por desejar um feliz ano de 2019 a todos.

Gostaria de enaltecer a retoma do Orçamento Participativo Jovem. De facto foi um processo, do ponto de vista da participação de candidaturas, que teve um número elevado de candidaturas. Houve uma boa envolvência das

Freguesias. Podíamos ter tido uma maior participação de votação e penso que esse será o único ponto a melhorar no futuro.

Quero aproveitar a ocasião para dar os parabéns ao projeto vencedor.

O nosso colega João Ramalhete teve a oportunidade de falar sobre a classificação do Município de Oliveira do Hospital como terceiro melhor exemplo de governação. De facto, no primeiro parâmetro, da voz dos cidadãos, os orçamentos participativos são um dos elementos avaliados, e nessa medida é um trabalho a continuar.

Por fim gostaria de reconhecer, aqui, a relevância do reconhecimento do Município de Oliveira do Hospital, pelo quarto ano consecutivo, e por ter sido galardoado como a autarquia mais familiarmente responsável. De certa forma este reconhecimento não deixa esta Assembleia Municipal surpresa porque temos votado a redução de taxas de IMI para famílias numerosas, temos votado opções do plano que preveem medidas de apoio à natalidade e ainda hoje vamos votar uma medida de cento e cinquenta mil euros. Também não surpreende porque no ano passado votámos o Regulamento dos Serviços de Água onde se previa um tarifário social especial para famílias numerosas."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, Sr. Eng.º Bruno Ricardo Dias Amado, que fez a seguinte intervenção:

"Começo por desejar a todos vós um bom ano de 2019 a nível pessoal e profissional.

Felicitar a nova Presidente de Junta de Freguesia de Travanca de Lagos e dizer-lhe que a União de Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira está ao seu dispor para o que pretender dentro das nossas capacidades e limitações.

Trago um discurso que me vou arrepender de o dizer e vou começar desta forma: Vinha fazer um resumo do ano que, como sabem, foi bastante atribulado. Foi um campeonato à parte. Tivemos que lutar via judicial e tivemos que executar o trabalho da Freguesia, com uma casa literalmente desarrumada.

Estamos numa época de Natal e chegar aqui e ser o mau da fita não fica nada bem.

Sr. Presidente, a União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira tem sido prejudicada. Não sei se fui eu que dei o passo errado consigo, não sei se fui eu que dei o passo errado com todos vós, mas é certo que quando me propus ser Presidente e as pessoas votaram em maioria, é porque

acreditavam nessa diferença. Dessa fase para cá sempre nos propusemos trabalhar e é com esse intuito que estamos cá.

Não sou uma pessoa de guerras e de intrigas, muito pelo contrário. Sou amigo do meu amigo e se puder dar a minha camisola eu dou.

Não vale a pena estar aqui a criar atritos porque todos temos cores diferentes, todos temos ideologias diferentes, mas todos nós sabemos respeitar. E isso é que é fundamental.

Sr. Presidente, a União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, está disposta para começar 2019 com o pé direito e no que for necessário estaremos cá."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

"Começo por desejar um bom ano para todos.

Felicito também a nossa nova colega, Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, e desejar-lhe muitas felicidades no exercício das suas funções.

Referir que fiquei muito satisfeito com a intervenção da minha conterrânea, Dra. Ana Marta Mendes Garcia. O que ela veio dizer é bom para os nossos fregueses. É bom para os nossos fregueses terem uma cobertura mais digna no que diz respeito à saúde.

No entanto também quero chamar a atenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal porque nem tudo ainda está bem.

Quero agradecer à Câmara Municipal, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara, todo o apoio que foi dado para a realização do evento Feira do Porco e do Enchido. Infelizmente este ano o tempo não esteve bom, o que não nos ajudou muito, mas, mesmo assim e apesar de ter sido um dia bastante chuvoso, ainda fomos visitados por muita gente o que quer dizer que estamos no caminho certo. A Feira do Porco e do Enchido é um evento que tem de ser apoiado, já está num determinado patamar e temos que manter o nível de exigência. Temos de continuar a trabalhar nesse sentido e isso dignifica muito a nossa Freguesia e o Concelho. É com eventos desta natureza que nos podemos afirmar ao nível do País.

Este ano não nos correu muito bem, os incêndios de 15 de outubro vieram baralhar isto tudo, e trouxeram-nos muitos problemas. Esperamos que o ano de 2019 venha a ser melhor, no que diz respeito à realização de obras e à realização do que nos tínhamos proposto quando nos candidatámos.

Após os incêndios, a preocupação era repor as comunicações em todo o lado e isso foi feito no tempo mais célere possível, no entanto penso que esse serviço foi um bocado atabalhoado e mal feito. Podíamos ter aproveitado essa oportunidade para arrancar todos os fios velhos e meter a fibra. Penso que devemos chamar a atenção de quem de direito de que os fios velhos deviam ser todos retirados.

Sr. Presidente, peço desculpa por voltar a insistir nisto, a ser chato, já andamos há seis anos a falar nas Ligações Técnicas. Este assunto nunca mais tem fim. Isto incomoda-me tanto que o Senhor nem pode imaginar! Mas eu tenho que ser chato e tenho que continuar a insistir enquanto não vir este assunto resolvido."

Seguidamente, foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Seixo da Beira, Sra. Isabel Margarida Neves Claro Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

"Começo por endereçar um cumprimento especial à nova colega, Presidente de Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, desejando-lhe as maiores felicidades no novo cargo.

Enquanto Presidente de Junta de Freguesia do Seixo da Beira, e porque visito regularmente as localidades anexas e contacto com as comunidades, têm-me sido colocadas questões que considero pertinentes e para as quais peço um esclarecimento por parte do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, nomeadamente a questão que se prende com os plátanos existentes ao longo da EM 231, junto à Felgueira Velha e até à ponte do rio Mondego.

Atendendo ao corte de que foram alvo os plátanos do Ervedal da Beira e não tendo o Executivo daquela União de Freguesias sido contactado ou tido qualquer informação sobre os trabalhos que foram desenvolvidos, questiono o Sr. Presidente, se há, ou não, intenção de abater aquelas árvores na Felgueira Velha e, a existir, quais são os critérios a considerar?

Aproveito ainda esta intervenção para comunicar a esta Assembleia Municipal que amanhã será inaugurada a sede requalificada do Clube Desportivo e Recreativo Vasco da Gama, obra de extrema importância quer para o clube quer para a população. Agradeço, em nome da direção do clube, todo o apoio dado pela Câmara Municipal de Oliveira do Hospital e endereço a todos os presentes o convite para nos visitarem amanhã a partir das dezasseis horas e trinta minutos.

Desde já os meus votos de um ano de 2019 cheio de sucessos pessoais e profissionais."

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

"Chegados ao final do primeiro ano de mandato cumpre ao Partido Popular fazer um pequeno balanço daquilo que foi o primeiro ano deste Executivo, sendo certo, não o escamoteamos, que este se desenrolou em condições historicamente adversas e condicionará o mandato de todos os autarcas oliveirenses exigindo, como nunca na história do município, um compromisso político sincero e constante com exigência máxima por parte dos oliveirenses.

Não obstante, também devido a essas condicionantes se devem como nunca exigir resultados a este Executivo dada a miséria, o desespero e a angústia que se assolou sobre centenas de famílias de um Município já hostilizado por sucessivos Governos, tendo perdido competências jurídicas, sendo lesado no direito à saúde que lhe compete assegurar, primeiro por falta de médicos e, depois, pelo encerramento do Serviço de Urgências, não estando, em boa verdade, nenhum dos partidos aqui representados isento de culpas pelo sucessivo abandono e depauperização a que o Estado nos tem sujeitado.

O que também não é menos verdade é o facto deste Executivo ter sido conivente com algumas destas situações e, em última instância, até solidário com alguns dos seus intervenientes mais recentes, condecorando-os, pasme-se, neste mesmo espaço, Salão Nobre do Município, com uma desfaçatez e despudor incomensuráveis que granjearam algo tão inédito quanto a concordância de todas as outras forças políticas do Concelho, desde o Partido Popular, passando pelo PSD e terminando no PCP, deixando o Partido Socialista sozinho numa distopia política tão atroz que só no "Admirável Mundo Novo" de *Aldous Huxley* ou no "1984" de *George Orwell* encontra paralelo.

Já que a este Executivo escolheu associar-se aos atos da CCDR-C de forma clara e laudatória atribuindo-lhe de forma oprobriante a mais alta distinção do Município a essa Senhora, o Partido Popular por uma questão de transparência escolhe associar os atos da CCDR-C a este Executivo.

O Partido Popular quer responder aos problemas do Município, e já que o Sr. Presidente tem andado numa azáfama para legitimar o trabalho dessa Senhora, nós, pelo contrário, escolhemos ouvir os Oliveirenses, deslocámo-nos

a Nogueira do Cravo, que é a maior Freguesia do Concelho, excetuando o polo urbano da cidade, dando voz àqueles que infelizmente não a têm, fomos perceber se, afinal, era, ou não, sensacionalismo aquilo que nos disse a tão famigerada reportagem. Facilmente se conclui que não, e que a incompetência que os Senhores optaram por premiar, de facto, existe. De facto, as adjudicações diretas foram dúbias, de facto, as verbas contratualizadas pela CCDR-C nesses contratos são insuficientes, a seu tempo denunciadas pelos empresários Oliveirenses, e que o nosso Presidente, mais uma vez, escolheu ignorar.

Sr. Presidente, estão obras paradas por falta de verbas, famílias que passam o segundo Natal em condições precárias e inadmissíveis.

Temos o setor primário ao abandono, e que este Governo considera um setor económico de segunda, dado ao facto de atribuir indemnizações por demais reduzidas face aos outros agentes económicos.

Temos ainda sinalização por colocar no Concelho.

Tempos houve, Sr. Presidente, em que lhe era reconhecida capacidade reivindicativa. De vigílias e buzinões sobram agora bajulações a quem tanto mal faz às nossas gentes. No Partido Popular ficamos com a dúvida se será pela mudança partidária no governo ou se é o Partido Socialista que o pressiona à defesa dos interesses partidários em detrimento do interesse dos Oliveirenses?"

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Sr. Luís Filipe Nina Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Começo por felicitar a nossa nova colega, Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, e desejar-lhe as maiores felicidades no exercício do seu mandato.

Foi aqui dito que foi feita uma visita, por parte dos membros do CDS, a essa grande Freguesia chamada Nogueira do Cravo, a segunda maior Freguesia do Concelho e com muito orgulho.

Dizer-lhes que, no âmbito dessa visita para ver o ponto de situação das casas que foram destruídas nos incêndios de outubro de 2017, temos sete casas de perda total e das quais ainda hoje, o Sr. Presidente da Câmara Municipal e a Sra. Presidente da CCDR-C, convidaram-me para os acompanhar e entregar as chaves de duas casas que já estão prontas. Há uma terceira que também já está pronta mas o proprietário não está cá.

É muito bom que visitem o nosso Concelho e digam o que ainda não foi feito mas muita coisa também já foi feita.

Estas entrevistas também servem para denegrir o trabalho de muita gente de bem que anda aqui desde a primeira hora a ouvir as pessoas e a "dar a cara". Nós estamos lá desde a primeira hora, bem como o Sr. Presidente da Câmara Municipal, os Técnicos da Câmara Municipal que têm estado no terreno e os Técnicos da CCDR-C.

Para além das três casas que estão concluídas, hoje, as outras quatro estão em reconstrução. Eu também gostava que estivessem todas prontas. Eu ficava muito mais satisfeito se isso acontecesse mas também já há casas reconstruídas na sua totalidade.

Gostaria de dizer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e ao seu Executivo que continue como tem estado e sem abrandar o seu espírito de reivindicação. Continue a desempenhar as suas funções com sentido de responsabilidade, com proximidade, dando a cara, indo ao terreno sem ter medo de coisa nenhuma. Também sei que há casas que arderam, que estão abandonadas há muitos anos, e que não vão ser reconstruídas.

Nem tudo serve para fazer propaganda política, ainda por cima com a desgraça alheia. Temos que ver aquilo que está feito. É bom realçar os aspetos positivos. Realçar somente os aspetos negativos é propaganda política de muito baixo nível e é triste.

Gostaria de elogiar a os agentes de Proteção Civil do nosso Concelho porque têm respondido com muita celeridade às várias solicitações.

Para concluir quero desejar um feliz ano novo para todos, e para os respetivos familiares, e desejo que o que falta fazer na reconstrução das casas de perda total que seja concluído o mais brevemente possível."

De seguida, foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Sra. Dra. Olga Maria Filipe Bandeira, que fez a seguinte intervenção:

"Venho aqui a esta Assembleia para dar conta de três pontos que gostava que fossem mais esclarecidos afim de eu poder prestar mais alguns esclarecimentos à população de Lagares: Um dos pontos é referente à requalificação do antigo quartel dos Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira, cuja obra pertence à da Câmara, e, sem dúvida nenhuma, vai engrandecer a Vila de Lagares da Beira mas também o Concelho, uma vez que terá, certamente esse âmbito concelhio.

Como o Sr. Presidente sabe, Lagares da Beira tem várias Associações de índole cultural, com atividades ao longo de todo o ano. Um espaço como o que

foi requalificado era, sem dúvida, imperioso realizar. Por isso, endereço os parabéns à Câmara Municipal pelo investimento que está naquele espaço.

Pelo que sei a obra já deveria estar concluída mas outras circunstâncias não o permitiram o que é perfeitamente compreensível. Sei que algumas retificações vão ter de ser feitas, há mobiliário também para adquirir, e a minha intervenção vem no sentido de que dentro da brevidade possível os trabalhos possam ser concluídos a fim de dinamizar e rentabilizar o equipamento existente, e prende-se também com o facto de solicitar ao Sr. Presidente que me possa facultar mais alguma informação sobre o ponto de situação.

O segundo ponto prende-se com o abastecimento de água aos habitantes do lugar de Adarnela: Já tivemos a oportunidade de reunir com as pessoas, como o Sr. Presidente sabe, porque também esteve presente, e tem havido por parte dos moradores abordagens no sentido de saber para quando será possível responder a este anseio dos habitantes da Adarnela. Solicito também alguma informação adicional.

Outro ponto tem a ver com a estrada Lagares/Ervedal – a estrada da ribeirinha - que em certos sítios necessita de railes de proteção para prevenir que algum despiste ou distração resulte num acidente grave, nomeadamente a queda de algum veículo para o precipício. Solicitava ao Sr. Presidente a ida de técnicos para fazerem a devida avaliação.

Cumprimento a nova Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sra. Ana Teresa, e dizer-lhe que há um ponto de ligação entre Lagares e Travanca que é a ponte. Espero que para além desse ponto de ligação possamos também defender os interesses das nossas Freguesias. Desejo que tenha sucesso nesse cargo que vai começar agora a desempenhar.

Desejar ao Presidente cessante, ao Prof. António Manuel, um bom ano e dizer que também ele contribuiu para o desenvolvimento da sua Freguesia.

Por último, desejar a todos um ano novo com muita saúde e paz, e que cada um de nós possa contribuir para um ano mais solidário e fraterno. Bom ano novo."

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. André Duarte Pereira, que fez a seguinte intervenção:

"Começo por felicitar o Rafael Dias pela sua eleição para as Estruturas Federativas da Juventude Popular, bem como felicito o Sebastião Barbosa pela sua eleição para as Estruturas Nacionais da Juventude Socialista.

Dar já uma nota rápida ao Rafael: Só tenho a dizer-te que tu és um pouco mais novo e eu também não sou muito mais velho, para ti que só conheceste a realidade deste Executivo é normal que penses assim, mas podes ter a certeza de uma coisa: Este é o melhor Executivo que Oliveira já conheceu. E se tiveres dúvidas disso, pergunta à população porque acho que os votos foram por eles.

O que venho aqui dizer pode ser um pouco diferente do que se estava à espera, em função daquilo que já se pôde ouvir hoje: Embora a Saúde em Oliveira do Hospital não seja da competência da Câmara, nem da Assembleia Municipal, é algo que nos deve preocupar.

O que vos venho transmitir é que o Dr. Avelino Pedroso, Diretor Executivo do Agrupamento dos Centros de Saúde do Pinhal Interior Norte, suspendeu o protocolo de contratação dos médicos de urgência permanentes a partir do dia 2 de janeiro do próximo ano. Como sabem temos doze médicos de família, não temos ninguém sem médico, mas apenas temos dois médicos que garantem o serviço de urgência permanente.

Com a suspensão deste protocolo o Centro de Saúde passa a ter disponíveis apenas consultas de emergência. O problema é que estas consultas ficam disponíveis nos horários das 11 horas às 14 horas e das 17 horas às 20 horas. Com isto desaparece mais um pouco o nosso serviço de urgências e torna-se importante que as pessoas tomem precauções para não se magoarem entre as 14 horas e as 17 horas. É cada vez mais um luxo ter um serviço de urgências sem surpresas. Sr. Presidente, se souber de algo que contrarie esta informação seria bem-vindo.

O segundo ponto que gostaria de partilhar convosco é uma comparação com concelhos vizinhos e com condições semelhantes: A Pampilhosa da Serra tem quatro mil e quinhentos habitantes, tem um Serviço de Atendimento Permanente durante 24 horas e sete dias por semana; Góis tem quatro mil e duzentos habitantes, tem o Centro de Saúde aberto todos os dias, incluindo sábados, domingos e feriados, das 10 horas às 20 horas; Tábua com doze mil e setecentos habitantes tem Centro de Saúde aberto todos os dias, sábados, domingos e feriados, das 8 horas à meia-noite; Oliveira do Hospital, com vinte mil e oitocentos habitantes, tem o Centro de Saúde fechado no próximo sábado, domingo, segunda-feira e terça-feira. É claro que nós temos a Fundação Aurélio Amaro Dinis durante o resto do tempo, onde o tão prometido raio-X também não funciona tal como não funcionava no Centro de Saúde, mas em termos de serviço de urgências foi conseguido aquilo a que podemos chamar de um mal menor. Perdemos um pouco mas não se perdeu tudo e para termos este serviço o

Estado paga cerca de vinte mil euros por mês à Fundação Aurélio Amaro Dinis, e não sendo o ideal é, pelo menos, uma solução. Então qual é o problema?

O problema é que a Fundação Aurélio Amaro Dinis não pertence ao Serviço Nacional de Saúde e, como tal, não pode fazer domicílios.

O que são domicílios? São tratamentos, pensos, injetáveis ou algaliações. Uma algaliação é a introdução de um tubo pela uretra até à bexiga. Este é um tratamento que o cidadão português tem direito a receber no seu domicílio, menos em Oliveira do Hospital. Em Oliveira do Hospital chama uma ambulância para o levar à Fundação Aurélio Amaro Dinis e depois aguarda por outra para o levar para casa. Só pode haver domicílios quando o Centro de Saúde está aberto mas em Oliveira do Hospital o Centro de Saúde fecha fins de semana e feriados e faz pontes.

Terminando, se a solução de quem decide estas coisas é passar as urgências definitivamente para a Fundação Aurélio Amaro Dinis, que assim seja. Perdem-se umas coisas mas ganham-se outras. O que não faz sentido é o funcionamento mínimo do Centro de Saúde estar a ser constrangido pelas sucessivas decisões e contradições.

Posto isto, será que vamos continuar a ter urgências em Oliveira e será que vamos voltar a ter domicílios?

Sra. Presidente da Assembleia Municipal, se me conceder mais dois minutos gostaria de partilhar com os presentes uma breve história: Hoje, às oito da manhã, deu entrada no Centro de Saúde uma Senhora com sinais de enfarte, uma mãe com cerca de quarenta anos. Relembro que às oito horas é o momento das dúvidas existenciais dos Bombeiros, que têm de decidir se seguem para o Centro de Saúde ou para a Fundação Aurélio Amaro Dinis, e que a partir do dia dois, se calhar, nem um nem outro.

A Senhora dá entrada no Centro de Saúde às oito horas. A médica liga para o CODUS e são solicitados os Bombeiros de Lagares da Beira para que a levem para Coimbra. O estado da Senhora piora. A médica liga para o CODUS novamente e é solicitado aos Bombeiros de Oliveira do Hospital que a levem para Coimbra. A dor irradia para as costas, estende-se para os braços, e tudo indica que se trata mesmo de um enfarte. A médica liga novamente para o CODUS, e desta vez vem o Suporte Imediato de Vida. O Suporte Imediato de Vida de Seia demora vinte minutos a chegar a Oliveira, o Suporte Imediato de Vida de Arganil demora trinta e cinco minutos a chegar. Chegaram, estabilizaram a doente, administraram morfina, o quadro clínico melhora e acabam por ser os Bombeiros de Lagares a levar a Senhora para Coimbra.

A moral da história depende da opinião de cada um, mas gostaria de propor uma conclusão analítica: Só as SUB - Serviço de Urgência Básico é que dispõem de stock de morfina e a SIV - Suporte Imediato de Vida naturalmente também, mas em Oliveira do Hospital há mais de vinte mil pessoas que se tiveram um enfarte podem ter a certeza que não é em Oliveira que encontram morfina. Hoje correu tudo bem mas amanhã podemos ser nós e podemos não ter a mesma sorte."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Avô, Sr. Enf.º José Carlos Martins Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

"Começo por dar os parabéns e desejar um bom mandato à nova Presidente de Junta de Travanca de Lagos e dizer-lhe que a Junta de Avô estará sempre disponível para o que necessitar.

Gostaria de propor uma pequena reflexão: Há cerca de três semanas estava a prestar cuidados domiciliários a uma utente e em conversa com o marido da Senhora ele colocou-me esta questão: Muitas vezes nós os autarcas não pensamos mas esta é a realidade dos factos. O fogo veio, ardeu tudo e mais alguma coisa, o Ministério da Agricultura deu algum dinheiro, e há de facto plantações de oliveiras e videiras mas quando é que vai haver fruto?

A questão é esta, já passaram dois anos, e em termos de colheitas, nesta altura era feita a colheita da azeitona com a qual se fazia o azeite. Quando é que vamos ter novamente azeite? Esta era a questão do Senhor. Segundo os entendidos só daqui a dez anos é que as novas oliveiras vão produzir azeite mas dez anos é muito tempo para haver novas colheitas. Isto é apenas só uma reflexão.

Também quero abordar um tema que o Presidente da Junta de São Gião, Sr. Luciano, também já abordou. Já tivemos uma reunião com o Executivo no passado dia treze de novembro e focámos este aspeto. A Freguesia de Avô também é uma das Freguesias em que atendendo às ruas estreitas que tem os funcionários da Junta têm que fazer a recolha do lixo e têm que o colocar num determinado local onde depois o Planalto Beirão faz a recolha. De facto nós recebíamos um subsídio anual e em dois mil e dezassete e dois mil e dezoito não foi pago. O Sr. Presidente nessa reunião prometeu que ia resolver a situação e, por isso, quero questionar se vamos receber, ou não, esse dinheiro.

Um terceiro aspeto tem a ver com um agradecimento público, que já tinha feito em privado. Quero fazer um agradecimento ao Sr. Presidente da Câmara, Prof. José Carlos Alexandrino, e ao Sr. Vereador, Prof. Nuno Ribeiro. No

passado dia um de novembro participaram num ato nobre, um evento simples que foi a transmissão da missa de Todos os Santos pelo canal 1 da RTP e que foi transmitida para os quatro cantos do mundo. Ou seja, Avô, a sua pequena freguesia, a sua igreja matriz e também um pouco de Oliveira do Hospital foi vista por esse mundo fora com a transmissão da missa de Todos os Santos. Por isso, o meu muito obrigado.

Gostaria de terminar desejando a todos os presentes, sem exceção, continuação de boas festas, e um ano novo cheio de paz e principalmente com muita saúde."

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Paulo Sérgio Dias Minas, que fez a seguinte intervenção:

"Como poderão notar esta é a primeira vez que participo ativamente nesta Assembleia embora esteja a substituir a Sra. Maria Alice. Não será necessariamente a primeira vez que venho neste dia ao Salão Nobre do Município porque quem me conhece sabe seguramente que já me viu aqui algumas vezes no local destinado ao público onde com interesse venho assiduamente assistir ao debate sobre o meu Concelho.

Hoje estou aqui enquanto cidadão eleito pela Coligação Construir o Futuro um facto que em nada, ou quase nada, me diz respeito porque este mérito é sem dúvida todo do Luís Lagos, alguém em quem eu sempre vi espelhada a minha opinião nesta Assembleia, alguém com conhecimento elevado de valor acerca do concelho e da região. No fundo uma pessoa que ainda terá muito para dar à sua terra e muita gente quererá contar com a sua participação no futuro.

Estou aqui acima de tudo porque gosto de participar enquanto cidadão independente. Não tenho qualquer filiação partidária. Estou aqui exclusivamente a pensar pela minha cabeça e estou, ainda mais, porque existe um claro défice de pensamento crítico, autónomo e criativo nesta Assembleia, neste Concelho, quer entre os jovens, quer entre os mais velhos. É esse contributo que eu posso e espero dar.

Antes de começar pelos pontos que trago aqui e porque ouvi a intervenção do André, que agora não está aqui, e queria dizer que foi das intervenções mais sóbrias e das intervenções mais necessárias que alguma vez ouvi nesta Assembleia e, por isso, quero agradecer as palavras dele porque realmente são mesmo muito necessárias.

O primeiro ponto que me traz aqui, e eu refleti muito antes de o trazer, mas acabei por faze-lo quase por dever de consciência. Enquanto Oliveirense

entristeceu-me muito ver, no passado dia sete de outubro, que a mais alta distinção do Município fosse atribuída à Sra. Presidente da CCDR-C, Dra. Ana Abrunhosa. Não lhe quero tirar o mérito do seu trabalho, as circunstâncias foram difíceis e raramente foram as ideais mas aquilo que a Sra. Presidente da CCDR-C fez foi precisamente e simplesmente o seu trabalho. Aliás nem sequer se distinguiu um pouquinho que fosse para lá das suas competências para merecer uma Medalha de Ouro Municipal, pois, se o tivesse feito, passado um ano dos incêndios, todas as casas de primeira habitação estariam reconstruídas, para lá caminhamos, e ainda bem, e não estaria uma única empresa ainda no chão. Neste momento não senti essa necessidade de atribuir uma Medalha de Ouro Municipal à Dra. Ana Abrunhosa mas obviamente que respeito a decisão democrática do Executivo e desta Assembleia como sempre o farei, mas quando fá-lo em défice de pensamento crítico é também aqui que eu quero chegar.

Segundo ponto, e aqui numa perspetiva mais utópica e admito que muita gente possa vê-la dessa forma mas o Copérnico também tinha a ideia que a terra era redonda e de facto era: Sr. Presidente, quero deixar-lhe aqui um repto e espero que faça uso da sua influência na Comunidade Intermunicipal de Coimbra, junto do Primeiro-Ministro, junto do Presidente da República, junto de quem quiser, e concentre-se naquela que será porventura a obra mais relevante de sempre para a nossa região. Se o IC6 é fundamental, é claro que sim! A requalificação das estradas nacionais é importante, sem qualquer dúvida! Mas, é o aeroporto de Coimbra, uma ideia criada pelo Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Prof. Manuel Machado. O aeroporto de Coimbra é uma questão estratégica e essencial que nos pode aproximar definitivamente da linha de desenvolvimento do litoral e dos grandes centros urbanos muito mais rapidamente do que o IC6 e que dará relevância europeia e mundial às nossas empresas e que irá projetar as nossas unidades hoteleiras nos principais países emissores de turistas.

Pergunto se Oliveira do Hospital isoladamente tem algum peso na decisão de criar uma ponte aérea a partir de Coimbra? Infelizmente eu creio que não, mas com todos os Municípios da Comunidade Intermunicipal alinhados nesta luta, com o peso do Prof. Manuel Machado enquanto Presidente da Associação Nacional de Municípios, eu creio que essa luta será possível de concretizar e não tenho dúvidas que a relevância política a nível nacional será indubitavelmente diferente.

Sr. Presidente, se quer deixar uma marca de futuro para as próximas gerações, se quer reverter a tendência acelerada de perda de população, não

tenho dúvidas que esta é a obra pela qual o Sr. Presidente, toda a região e cada um de nós deve lutar mais do que o IC6, mais do que a requalificação das estradas. Não quero dizer mais do que os médicos mas, a verdade é que, com um maior fluxo de turismo e serviços na nossa Região a tarefa de captar mais médicos sairia muito facilitada. Isto não é sonhar, isto é ter ambição pelo nosso Concelho, pela nossa Região, pela reconversão do interior do País porque nem tudo se resume a Lisboa.

Desejo um bom ano para todos."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

"Sr. Presidente da Câmara, já aqui foi referido que alguma coisa mudou na área da Saúde no nosso Concelho. Na parte que concretamente me diz mais respeito, na União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, a situação piorou recentemente. Se bem que temos ali uma Unidade de Saúde com ótimas condições, uma Unidade de Saúde que já em tempos teve dois médicos para os cerca de mil e quinhentos utentes desta União de Freguesias. Já há uns tempos largos que só tem um médico e esse médico que por sinal é coordenador do Centro de Saúde de Oliveira do Hospital, acerca de dois meses, não temos médico ou se o tivemos foi num ou outro dia em que o médico que lá presta serviço terá ido pontualmente, num ou outro dia. O que quer dizer que há dois meses o médico está de baixa, deduzo que será para continuar, e muito possivelmente dentro de algum tempo pedirá a reforma. Quero dizer que vamos ter ali um problema e já o estamos a começar a ter.

Hoje as pessoas questionam-nos na Junta de Freguesia porque querem uma receita e não têm, querem uma consulta e não têm, e estamos com um problema e estou convencido que se vai agravar. Isto é uma alerta porque neste momento enquanto se ouve dizer que no Concelho de Oliveira do Hospital, depois das últimas colocações de médicos no nosso concelho, que não há pessoas sem médico de família. É bom que isso seja assim mas simplesmente nós neste momento estamos com problemas na União de Freguesias de Ervedal e Vila franca e espero que esta situação não se venha a agravar e que haja uma solução. Se há médicos suficientes neste momento acho que para colmatar este problema poderia, eventualmente, uma ou duas vezes por semana, deslocar-se um médico que esteja disponível no Centro de Saúde para poder ir ao Ervedal prestar algum serviço às populações.

Isto é um alerta e espero que não se agrave mais. Se a situação se vier a degradar nós cá estaremos para tomar as devidas providências junto de quem de direito.

Quero também cumprimentar a nossa nova colega da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos. Em meu nome pessoal, enquanto Presidente de Junta e como responsável político do Partido Socialista, bem-vinda às novas funções. Espero que saiba desempenhar e que tenha coragem para isso, com a sua equipa, para levar a bom porto os anseios das populações da Freguesia de Travanca. Obviamente, tudo o que for necessário, da nossa parte, estaremos sempre disponíveis para a todo o momento dar a colaboração possível.

Quanto à questão das casas, dizer o seguinte: Fazer-se muito em pouco tempo não é fácil e por vezes isso é impossível. Quando se faz muito em pouco tempo por vezes faz-se mal.

Penso que todas as coisas têm o seu tempo para serem feitas. Se neste percurso, e depois de tudo o que aconteceu, houve casos que não correram de acordo com as expectativas das pessoas, não foram contemplados para eventuais recuperações, mas tenho a perceção do seguinte: No concelho de Oliveira do Hospital, e nós temos visto passar coisas nas televisões que nos devem preocupar a todos e que é haver processos pouco limpos mas em Oliveira do Hospital não se passou isso. Acho que houve critérios, houve rigor. À luz desses critérios e desse rigor as situações têm-se vindo a desenvolver dentro da sua normalidade. Bem sabemos que são processos que não são fáceis, são processos burocráticos e que exigem aos interessados comprovativos de muita coisa. Foi essa burocracia que complicou o processo mas, relativamente às casas de primeira habitação, ninguém foi deixado para trás. Não vale a pena andarem a fazer demagogias, como alguns que por aí andam, e a carregar as televisões. Não vale a pena!

Eu também tive casos em que me "tentaram convencer" que as casas eram de primeira habitação e sei que seguramente há aqui mais colegas das Freguesias que com certeza tiveram casos destes mas em Oliveira do Hospital houve muito rigor e por isso não temos as televisões com as baterias apontadas para aqui como existe em outros lados.

Fazer demagogia é muito fácil e pode ser feita seja por quem for desde que queira fazê-la."

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

"Nesta intervenção pretendo fazer o balanço do mandato de 2018 que foi naturalmente influenciado pelos incêndios de 2017.

Há uma situação que tenho de referir: Caro Paulo Sérgio Dias Minas, vejo pela primeira vez, da parte da oposição, um modo diferente de estar aqui, de acreditar no futuro, de acreditar nesta Assembleia, de acreditar na política. Dou-lhe os meus parabéns!

Estou de acordo consigo relativamente à questão do aeroporto de Coimbra e percebo que no seu partido de coligação têm uma opinião claramente contra. Hoje veem-se cartazes em Coimbra, pagos não sei por quem, contra o aeroporto, a dizer mal do Manuel Machado e a dizer mal da Câmara.

Concordo completamente consigo e digo que é a melhor coisa que nos pode acontecer na Região Centro. Um aeroporto é o maior polo de desenvolvimento que pode existir para todas as atividades e veja-se o caso de Lisboa, Porto de Faro. A construção do aeroporto atrai desenvolvimento, atrai pessoas e nós ficaríamos a cinquenta minutos do aeroporto.

Dizer ainda que hoje tivemos aqui uma nova versão da Assunção Cristas. Assistimos a demagogia pura, palavras sem significado, sem qualquer perspetiva de futuro. Estiveram cinco anos no Governo, fizeram o pior, e hoje andam com cartazes a dizer aquilo que não fizeram. Estradas que inauguraram e que estão a cair mas foram eles que as inauguraram e hoje andam a pôr em causa o que fizeram. Mas a isto nós já estamos habituados!

Relativamente ao balanço do mandato quero dizer o seguinte: Como já disse o ano foi claramente marcado pelos incêndios de 2017. Assistimos constantemente a uma resposta imediata, uma mão amiga, ao estar no local, a dar resposta a quem sente a dor e a quem sente um problema, estar sempre ao lado da população, quer do Sr. Presidente da Câmara Municipal, quer do seu Executivo.

Este Executivo tem uma marca nestes anos todos, e continua a ter, que é o apoio na área Social. Também na área da Saúde, como disse a minha colega de bancada, temos assistência médica como nunca tivemos e isso é importante. Também temos o Hospital da Fundação que complementa a questão da Saúde. Temos o apoio às famílias que é constante, como por exemplo a questão do IMI entre outros.

Nesta adversidade toda, tivemos engenho e arte e capacidade para dar a volta.

Tivemos eventos, talvez sem a grandiosidade que tiveram em outros anos, mas que a população aderiu, nomeadamente a Feira do Queijo, EXPOH e Feira

do Porco e do Enchido, entre outros. Temos uma praia fluvial com Bandeira de Ouro devido a cinco anos seguidos com Bandeira Azul. Isto é que nos orgulha.

Referir também o índice de boa governação e o galardão que nos foi atribuído como reconhecimento de Autarquia Familiarmente Mais Responsável. Temos, na hotelaria, uma aposta clara no setor do Turismo, e também já aqui foi falado no Museu do Azeite. Temos uma unidade hoteleira deste Concelho que é um exemplo de referência a nível de todo o País. Temos unidades hoteleiras em construção que nos orgulham. Temos feito um grande esforço para reconstruir as habitações e as empresas. Temos uma excelente relação com a CIM e da qual o Sr. Presidente da Câmara Municipal é Vice-Presidente. Temos uma excelente relação com a Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, e contrariamente ao que outros dizem aqui, a Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro tem sido uma nossa aliada e tem estado sempre ao nosso lado.

Meus caros amigos, aquilo que mais me orgulha é que nesta Câmara Municipal, quer através do Sr. Presidente, quer através do Executivo, quer através dos diversos órgãos ou gabinetes da Câmara, ninguém fica sem resposta, ninguém fica sem apoio e há sempre uma palavra de aconchego, de esperança no futuro e de solidariedade. Todos devemos ter orgulho de ser Oliveirenses, de ter o Presidente de Câmara que temos, de ter o Executivo que temos e devemos orgulhar-nos por estarmos a construir o futuro todos os dias."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Terminaram as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia e de seguida vou dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que naturalmente vai esclarecer algumas questões e responder a outras.

Quero salientar que tivemos uma ou outra intervenção mais assertiva mas dentro do normal e dentro do que é espectável quando se debatem os interesses do nosso Município.

Parece-me, e também estou expectante relativamente ao que vamos ouvir da parte do Sr. Presidente mas eu fiquei um pouco confusa com a questão da Saúde porque houve intervenções com sentidos um pouco contraditórios. Acho que é importante que esse aspeto seja esclarecido, sem prejuízo de todos os outros e, por isso, Sr. Presidente, pedia-lhe que não poupasse as palavras necessárias."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"As minhas primeiras palavras são também para a Sra. Ana Teresa Falcão de Brito. Quero desejar-lhe um bom mandato como Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos. Dizer que a Câmara Municipal está com a Junta de Freguesia de Travanca de Lago tal com está com todas as Juntas de Freguesias porque sou o Presidente de todas as dezasseis Freguesias do Concelho, e essa tem sido uma das minhas características.

Até gostaria de recordar, com alguma saudade, o meu primeiro mandato: Há dez anos, nesta Assembleia, eu tinha seis Freguesias eleitas pelo Partido Socialista e tinha 15 Freguesias sem serem do meu projeto político. Foi muito interessante trabalhar com a diversidade de opiniões e com Presidentes completamente diferentes eleitos por forças diferentes. Já cá estava o Aníbal, o Carlos Artur, o João Dinis. Foi sempre uma grande honra trabalhar também com essa diversidade de presidentes de Junta de Freguesia.

A primeira coisa que eu gostaria de fazer ressaltar era o seguinte: Quem quiser olhar para este ano como um ano normal parte logo de um pressuposto errado. Este foi um ano muito difícil em termos de gestão autárquica. Para a Câmara Municipal e para o seu Executivo foi, de longe, o pior ano para o nosso mandato autárquico, e foi muito difícil o nosso desempenho, mas isso não nos tirou a força, não nos tirou a coragem, não nos tirou a determinação. Se bem que, todos nós, porque somos humanos, às vezes, temos momentos mais fracos. Mas as fraquezas transformam-se em forças de montanha e conseguem-se levar as coisas para a frente.

Também queria deixar uma palavra ao Prof. António Manuel Soares: O Prof. António Manuel Soares foi um parlamentar brilhante. Foi um parlamentar sempre solidário com este Executivo e com a Assembleia e eu quero-lhe agradecer.

De qualquer das maneiras também não deixarei de dizer que tenho muita expectativa com a Junta de Travanca de Lagos, com a sua Presidente e com a sua equipa. Acredito que haverá um compromisso para fazermos um bom trabalho em conjunto.

Às vezes o problema nas Juntas de Freguesia são as perspetivas porque algumas pessoas acham que as Freguesias devem ser tratadas todas de forma igual. Há princípios acordados para a atribuição de subsídios e é preciso perceber que as Freguesias não se podem tratar todas da mesma forma. Nunca se pode tratar de forma igual aquilo que é diferente.

Gostaria de recordar duas Freguesias que durante o meu primeiro mandato foram tratadas de forma completamente diferenciadora, e eram do PSD. Eram as Freguesias mais atrasadas, em termos de desenvolvimento. Era Lourosa e Seixo da Beira. Hoje, olhamos para elas e verificamos que se aproximaram muito das outras.

Não podemos deixar de perceber que os tempos mudam e temos que perceber o fenómeno aglutinador da própria cidade de Oliveira do Hospital.

O projeto do PEDU foi feito e negociado durante o Governo de Passos Coelho e não foi por acaso que as cidades foram transformadas em polos aglutinadores. Esta é a perspetiva do futuro. Deveremos ter tudo isto em conta.

Meus caros amigos, nós não fazemos tudo bem, às vezes também erramos e seria mau se nós não fizéssemos nada e não tomássemos opções. Às vezes as nossas opções também poderão não ser as melhores.

Já todos me conhecem o suficiente para perceberem que dou muita importância à área de cariz social e nesta área há grandes desafios.

Também tenho que dizer que há quem seja mais especialista a fazer comunicados para me criticarem, mas também têm legitimidade para o fazer. O problema é que não os vejo a fazer nada, não vejo prática, não vejo ação. Essa é uma grande diferença.

Quero saudar o Nuno Rafael Dias, e quero dar-lhe os parabéns pela eleição para a Juventude Popular. Agora tens responsabilidades como dirigente distrital e, com certeza, quando estiver com alguns dos meus amigos em Coimbra, terei orgulho, como Presidente do Município, de dizer que tenho um Oliveirense à frente da Juventude Popular e dizer-lhes-ei, ajudem lá o rapaz! Da minha parte não há problema nenhum com a nossa diversidade de opinião.

Também saudar o Sebastião Barbosa, pela sua eleição e o Sérgio Minas pela sua estreia na Assembleia Municipal.

Dizer-vos o seguinte: Este ano foi muito difícil!

Neste momento estamos a cortar os pinheiros junto às estradas. Depois pedia à Eng.ª Teresa Dias para fazer um pequeno balanço do que estamos a fazer na área da floresta.

O Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, Eng.º José Carlos Marques, que é o responsável da Proteção Civil, é testemunha do dinheiro que temos gasto. Temos feito um grande trabalho e também não nos peçam para fazermos tudo num dia.

Estamos a fazer um trabalho interessante, marcamos as árvores que são para abater e até vos posso contar que um proprietário em Andorinha colocou

um cartaz que dizia: “não cortem porque já estão vendidos e serão cortados em breve”. Há outros proprietários que quando veem os pinheiros marcados são eles que os cortam.

O Zé Ferreira levantou aqui um problema e confesso-vos que me incomoda bastante: É o problema dos tratores. Os tratores não pertencem à Câmara Municipal. Os tratores pertencem à Cáritas. Eu até já expliquei isto na última Assembleia. Há nove proprietários que têm a titularidade do trator e, por isso, nove tratores vão ser entregues. O grande problema, entre a visão da Cáritas e a minha, é que a Cáritas quis que eu entregasse um conjunto de tratores sem ter havido critérios que fossem bastante claros.

Deixei-me também dizer-vos, e vocês vão todos perceber muito bem isto: Relativamente às candidaturas para a reconstrução das casas as pessoas queixam-se que há burocracia a mais. E sabem o que é que o Governo fez? O Governo criou legislação para permitir a simplificação dos processos.

E vejam como é que são as coisas: Sabem o que é que aconteceu a seguir? Os mesmos que diziam que havia burocracia a mais, agora, estão a dizer que se estão a fazer ajustes diretos para ajudarmos os amigos.

Era preciso simplificar os processos, mas depois já se critica porque os processos estão simplificados demais.

Digo-vos o seguinte: Isto revela numa mentalidade completamente retrograda porque mesmo no ajuste direto é preciso cumprir com o que está estipulado na Portaria.

Dou-vos ainda a seguinte nota: Há pouco, o PSD, na minha opinião, foi mais inteligente que o CDS, porque não voltou a falar na Medalha atribuída à Dra. Ana Abrunhosa.

Hoje já entregamos quatro casas. Já estão validadas cento e vinte e quatro casas. Estão entregues setenta casas. Por isso, meus caros amigos, ainda faltam cinquenta e quatro casas. Mas, destas cinquenta e quatro casas, há umas que estão quase prontas. Entregaremos na primeira semana de janeiro mais quatro ou cinco, mas há outras que ainda estão atrasadas porque os proprietários não tinham documentos e foi dificílimo fazer esse trabalho.

Relativamente à reconstrução das casas, acho que a Sr. Secretária Geral do CDS foi bastante comedida relativamente à forma como abordou este assunto.

Dizer ainda que não é verdade que tenha havido falta de dinheiro ou que tenha havido falta de pagamentos.

Hoje, estiveram aí as televisões todas e também foi dito que a CCDR tem o dinheiro todo para pagar as casas e tem as faturas todas pagas. O que aconteceu é que alguns empreiteiros demoraram mais tempo a pagar aos subempreiteiros. Dizer ainda que o Vice-Presidente da CCDR, Dr. Luís Caetano, é militante do CDS e é o responsável pelos pagamentos e, por isso, tinham ali uma fonte boa para que não viessem aqui à Assembleia Municipal dizer mentiras.

Os Senhores lembram-me de quando eu tinha dezoito anos: Nessa altura, quando o meu carro não pegava, eu passava a vida a dar à chave até gastar a bateria. Por isso, deixem lá a Medalha da Dra. Ana Abrunhosa porque vocês gastam a bateria e não ganham nada com isso. Peçam a alguém que vos dê um empurrão para andarem para a frente e deixem isso!

Ainda a propósito dos tratores, quero dizer-vos que apetece-me entregar os tratores às nove pessoas que provaram a titularidade e mandar os outros tratores para a Cáritas de Coimbra e o Padre Luís Costa que diga a quem os entrega. Eu já expliquei isto, mas volto a dizer que foram apresentadas mais de oitenta candidaturas para os tratores. Destas candidaturas houve pessoas que tiveram financiamento para o trator e há outros que não tinham nenhum documento para comprovar a titularidade do trator.

Os mesmos que agora dizem que o Presidente da Câmara não entrega os tratores, eram os mesmos que diziam que eu entreguei os tratores sem critério. E eu, aqui, “não tenho filhos nem enteados” e gostaria que o processo fosse o mais transparente possível.

Agora, quanto aos outros dez tratores, estamos a tentar resolver e espero que os Serviços de Ação Social os entreguem.

O Sr. Raúl Dinis falou sobre a recuperação da sinalização vertical e horizontal: Sobre este assunto quero dizer que tem havido um esforço para repor a sinalização. Como já podem ver, com o conjunto de obras que foram realizadas, o Concelho já não é o mesmo. Neste momento a sinalização do Concelho está, mais ou menos, resolvida.

Os Senhores Presidentes de Junta de São Gião e Avô queixaram-se devido à falta de subsídio para a recolha do lixo e eles têm razão e, por isso, acho que devemos pagar.

A recolha do lixo nos meses de agosto e setembro deu-nos de prejuízo cerca de trinta e cinco mil euros. Não houve mês nenhum este ano em que o défice tarifário do lixo fosse menos de dez mil euros. O valor máximo do défice tarifário do lixo foi no verão devido ao aumento do número de pessoas no

Concelho. Como sabem o lixo é pago à tonelada. Temos que lançar uma campanha para baixarmos este défice até porque não pretendo mexer no tarifário.

Dizer ainda que iremos fazer uma Assembleia Municipal Extraordinária em janeiro para falarmos sobre a descentralização de competências porque a Assembleia Municipal tem que dar resposta até ao dia trinta e um de janeiro de quais são as competências que aceita. Se não respondermos passam-nos as competências todas. A Assembleia Extraordinária ainda terá outro fim. Será apresentado o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano pela equipa que a Câmara Municipal contratou para fazer a requalificação de Oliveira do Hospital.

Relativamente à área da Saúde ouvimos dois depoimentos contraditórios. Não estou aqui para fazer nenhum debate sobre a saúde porque se alguém tem lutado para que haja melhores condições na área da Saúde em Oliveira do Hospital, com certeza, que sou eu e o meu Executivo.

Dou a minha opinião sincera: Do que vou constatando, neste momento, acho que estamos melhor do que estávamos. Acredito que há sempre coisas para melhorarmos. Nós chegámos a ter dezasseis mil utentes sem médico de família e isto hoje não acontece.

Tive pena, e digo isto com mágoa, que o Ministro Adalberto Campos tivesse saído do Governo porque o que tinha tratado com ele, nas reuniões que tivemos, “foi tudo por água abaixo”.

Hoje, tenho uma opinião diferente sobre o funcionamento do Centro de Saúde, e não tenho uma visão tão crítica. Fiquei muito contente com a intervenção da Dra. Ana Marta até porque ela é uma profissional que trabalha no Centro de Saúde e que constata a realidade de todos os dias.

Como já disse, não quero fazer um debate sobre o tema da saúde, mas todos devemos ter direito a ter melhores cuidados de saúde, sobretudo para aqueles que têm menos posses e que têm reformas de miséria. Quem tem dinheiro pode recorrer às Clínicas, e eu também não sou contra as Clínicas, nem sou contra a iniciativa privada. Eu sou contra a falta de cuidados de saúde para aqueles que não têm possibilidades. A nossa Constituição defende o direito aos cuidados de saúde para todos os cidadãos.

Relativamente às empresas quero dizer o seguinte: Foram aprovadas, até este momento, oitenta e seis candidaturas. O investimento solicitado foi de vinte e três milhões de euros. O investimento que foi considerado elegível foi de vinte e dois milhões de euros. Até este momento, aquilo que já foi aprovado

foram dezanove milhões, trezentos e quatro mil euros. Estas candidaturas têm um financiamento de 85%, como vocês sabem, e o apoio é de dezasseis milhões de euros que estão aprovados para o Concelho de Oliveira do Hospital.

O que é que falta e está em audiência prévia?

Em Oliveira do Hospital só faltam quatro empresas que têm elegível um valor de trezentos e vinte e seis mil euros.

Isto são os dados de hoje. Estes dados estão na internet. Está aqui o esforço da CCDR-C e da Sra. Presidente. Temos os problemas de todas as empresas, quase, todos resolvidos. Estas verbas são disponibilizadas com a apresentação das faturas e é pago 85 % do valor da fatura.

Relativamente ao Museu do Azeite e ao Centro de Interpretação quero dizer o seguinte: O Museu do Azeite está muito bonito e o Centro de Interpretação já teve cinco mil visitas.

Peço agora à Sra. Vereadora, Eng.ª Teresa Maria Mendes Dias, para vos falar sobre os trabalhos que estão a ser desenvolvidos na área florestal."

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Vereadora, Eng.ª Teresa Maria Mendes Dias, que fez a seguinte intervenção:

"Considerando que passou mais de um ano após o incêndio de 15 e 16 de outubro de 2017 e que o valor da madeira em pé após este período começa a decrescer a Câmara Municipal deu início ao processo de abate de árvores ardidas confinantes com as estradas municipais, numa lógica de proteção civil atendendo à segurança das pessoas que nelas circulam.

Importa referir que, mais uma vez, a Câmara Municipal se substitui aos proprietários numa operação delicada e dispendiosa, que é da competência dos donos das árvores já que como refere o Decreto Lei n.º 124/2006 de 28 de junho, em áreas atingidas por incêndios, são estes que devem remover os materiais queimados numa faixa de 25 metros.

Como está em causa a circulação de pessoas e bens, em segurança, a Câmara Municipal através de notificação por edital complementada com a marcação das árvores, colocou já em marcha esta operação que levará algum tempo até estar totalmente concluída já que como todos sabem o território concelhio ardeu todo.

A saber, encontra-se já concluído o corte das árvores nas estradas: Lagares da Beira - Travanca de Lagos; Ancose - Negrelos, até ao limite do concelho com Tábua em Midões; Cruzamento de Andorinha - estrada Vila do Mato; Ervedal da Beira - Póvoa de S. Cosme e em curso a estrada que liga

Ervedal da Beira à Felgueira Velha passando por Vila Franca, Aldeia Formosa e Seixo da Beira.

As freguesias com árvores já sinalizadas são: Lagares da Beira; Travanca de Lagos; União de Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira; Seixo da Beira; Meruge; União de Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa.

Este trabalho terá continuidade em 2019 com a constituição de uma a duas equipas de intervenção municipal, com adjudicação de serviços e o projeto de estabilização de emergência.

Para esclarecer relativamente aos plátanos da Felgueira Velha, apenas serão cortados 2 a 3 neste momento, que são os que se encontram efetivamente mortos, os restantes vamos aguardar pela primavera para verificar o seu estado fitossanitário."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Dizer à Presidente de Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Dra. Olga Bandeira o seguinte: Relativamente ao abastecimento de água à Adarnela nós vamos dar prioridade a esta obra até porque o abastecimento de água tem prioridade em relação ao saneamento.

Penso que já respondi a todas as questões e por isso dou a minha intervenção por terminada."

De seguida entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município, e foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"A primeira informação que eu gostaria de dar neste Ponto I é relacionada com a conta solidária. No dia vinte e sete de dezembro de dois mil e dezoito a conta solidária tem um saldo de setenta e dois mil, setecentos e noventa e um euros e cinquenta e dois cêntimos.

Neste Ponto I, e a propósito de uma das intervenções do Deputado João Esteves relacionada com dívidas a fornecedores quero dizer que depois fui consultar os documentos e havia lá a aquisição de uma máquina em que a fatura tinha entrado há poucos dias. Não sei se entretanto o Sr. Deputado viu porque tirando isso a dívida era residual."

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

"Em primeiro lugar quero desejar a todos um bom ano. Que o ano de 2019 seja cheio de venturas para todos e que consigam tudo aquilo que pretendem para vocês e para as vossas famílias.

Queria também desejar as boas vindas à nova Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos. Desejar-lhe que dentro da sua Freguesia consiga resolver todos os problemas dos seus fregueses e que aqui na Assembleia Municipal seja colaboradora com os trabalhos.

Do relatório da revisão limitada às demonstrações financeiras, elaborado pela empresa BDO, queria salientar o seguinte:

Denota-se um aumento dos custos com o pessoal e uma diminuição das receitas próprias, bem como nos impostos diretos e indiretos, recebidos do Orçamento Geral do Estado. Existe também uma subida das transferências correntes concedidas às Juntas de Freguesia, Grupos Desportivos, Associações, Bombeiros e Agrupamentos Escolares.

Esta minha informação baseia-se essencialmente no que diz respeito ao relatório que refere junho de 2017 e junho de 2018.

Outra situação que aqui quero referir é o gasto com a eletricidade, que todos os anos tem vindo a aumentar, apesar da equipa multidisciplinar criada para esse efeito, para controlar e reduzir os custos energéticos. Pelos vistos os munícipes só têm sentido é a redução das fontes de iluminação, que nalguns casos é sintomática.

Noto a falta de luz em determinados locais. Sou um individuo que ando um bocado à noite e pratico desporto. Vou para certas zonas onde havia luz e agora há uma insuficiência de luz. Tenho receio de me balançar nesses trajectos porque tenho mede de cair em buracos e ter lesões.

Já foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara que há uma redução nos gastos energéticos mas no relatório não aparece isso vinculado. Este é um ponto que eu queria assinalar.

Quanto ao ponto em causa, nota-se uma gestão equilibrada no que concerne à situação financeira do Município, que vem já desde os exercícios anteriores, mas no que respeita ao grau de execução das GOP'S é muito baixo, o que tenho vindo a referir ao longo das Assembleias e cujas causas, também já tenho referido.

Acho que a gestão autárquica é uma gestão cuidadosa, é uma gestão que não deixa o Município endividar-se, o que é muito bom, e, por isso, tenho que enaltecer o trabalho de Executivo."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"O Deputado João Esteves referiu aqui uma coisa que é verdade. As GOP têm uma taxa de execução baixa, e não vale a pena esconder. As GOP vão ter no final do ano uma taxa de execução baixa mas a justificação é clara. É que o nosso Orçamento tinha um conjunto de obras de maior volume do PEDU que não se conseguiram lançar.

O Tribunal de Contas recomenda que as GOP tenham 85% de execução e muitos dos meus colegas de outros municípios fazem uma Assembleia Extraordinária no final do ano para reduzirem os valores.

Eu reconheço que a taxa de realização é realmente pouca. Penso que para o ano teremos uma realização muito melhor porque estamos neste momento com uma série de adjudicações.

Relativamente ao problema da electricidade quero dizer-vos que nós recebemos as faturas separadas por ruas. E há ruas que custam três mil euros por mês à Câmara Municipal.

Isto não faz sentido, na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital gastamos em energia todos os meses quase quatro mil euros. Gastamos mais com a Escola Superior do que no Edifício da Câmara Municipal. Eu já disse ao Sr. Presidente do IPC que essa responsabilidade nem deve ser nossa e que deve ser do IPC porque eles têm orçamento para isso.

A equipa da eficiência energética fez um grande trabalho mas ainda temos aqui outro problema com as leituras e a EDP continua sempre a aumentar as tarifas todos os anos.

Os gastos com a electricidade são uma preocupação porque o que gastamos em iluminação pública é uma quantia muito elevada."

De seguida entrou-se no Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no nº 4, do artigo 4º, do Decreto-Lei nº 130/2017, de 9 de outubro, da Proposta de Dispensa de Elemento Instrutório no Âmbito do Regime Excecional de Controlo Prévio.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Esta proposta é uma forma de agilizarmos e simplificarmos os processos. Tendo-se verificado que o elemento instrutório Levantamento Topográfico e Planta de Implantação em formato vetorial no sistema de coordenadas PT-TM06/ETRS89 é excessivamente oneroso e, com vista a simplificar os procedimentos do controlo prévio, propõe-se a dispensa da entrega deste referido elemento instrutório, excetuando-se os casos em que é manifestamente indispensável e necessária para a correta análise do processo."

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

"Esta dispensa de elemento instrutório é relacionada principalmente com os incêndios. Este procedimento tem vindo a ser feito nos procedimentos que já foram apresentados ou está suspenso?

Este procedimento é só a partir de agora? Este procedimento veio a meio e também é verdade que mais vale tarde do que nunca.

No entanto queria saber o seguinte: Há coisas que são indispensáveis na formação de certos processos, como é o caso do levantamento topográfico, do enquadramento das obras no local. Quais são mesmo indispensáveis? Acho que é essencial saber onde é que vai ser enquadrado um determinado edifício porque senão o processo torna-se um bocado anárquico.

Isto poderá ser dispensado, concordo perfeitamente com isso porque é para simplificar, a partir do momento em que os serviços tenham conhecimento das infraestruturas que havia e onde estão implantadas e que não vão ser alteradas. Isso é essencial e é preciso haver cuidado."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"A informação técnica que está na documentação é clara e diz que a dispensa da entrega do elemento instrutório exceptuando-se os casos em que é manifestamente indispensável e necessária para a correta análise do processo.

Esta é uma proposta dos meus serviços técnicos que tem a ver com a simplificação de processos e que tem a ver com a reconstrução dos edifícios destruídos ou gravemente danificados em resultado da catástrofe de 15 de outubro."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Realmente isto é uma questão muito específica. Fui sensível a uma questão que colocou, nomeadamente que a partir de uma determinada altura é decidido dispensar. Talvez porque os serviços técnicos tivessem concluído que os outros que não estavam dispensados o fizeram desnecessariamente. Nós já tínhamos dispensado anteriormente algumas formalidades.

É verdade que esta é uma matéria muito técnica e reparo que os documentos estão assinados por técnicos de várias especialidades, nomeadamente por um dirigente responsável por esta área. Não me sinto muito capacitada para pôr isto em causa e acho que devemos confiar.

Também é verdade, como diz o Sr. Presidente, que há aqui a salvaguarda para determinadas situações mas, que fique claro, que acho importante a reflexão que o Sr. Esteves levantou. Acho que nós estamos sempre a aprender e tendemos, às vezes, a aprovar um pouco de cruz porque isto é um bocado hermético. Acho que é bom que haja esse espírito de aprofundamento."

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no nº 4, do artigo 4º, do Decreto-Lei nº 130/2017, de 9 de outubro, da Proposta de Dispensa de Elemento Instrutório no Âmbito do Regime Excecional de Controlo Prévio, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Avô, como apoio à aquisição de mobiliário para equipar a Extensão de Saúde de Avô, no montante de 14.172,14 € (catorze mil, cento e setenta e dois euros e catorze cêntimos).

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Os Senhores já aprovaram aqui um subsídio para a Junta de Freguesia porque foi a titular das obras da Extensão de Saúde e agora o que vamos propor é um subsídio de catorze mil, cento e setenta e dois euros e catorze cêntimos para se comprar o mobiliário. Já temos as obras feitas há algum tempo e derivado a alguma burocracia a Extensão de Saúde ainda não está a funcionar.

Há aqui um investimento de oitenta e três mil, quinhentos e setenta e sete euros.

Como podem perceber, para mim, as Juntas são todas iguais e têm os mesmos direitos."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Avô, Sr. Enf.º José Carlos Martins Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

"Os procedimentos, de facto, têm sido demorados. Algum mobiliário já começou a chegar e para a semana virá o resto. Penso que durante o mês de janeiro a Extensão de Saúde já está a funcionar porque as pessoas precisam e escusam de subir doze degraus.

A Junta de Freguesia é a promotora da obra e, por isso, em nome da Junta os nossos agradecimentos."

Seguidamente foi dada a palavra à Sra. Deputada, Dra. Ana Marta Mendes Garcia, que fez a seguinte intervenção:

"Queria aqui dizer que isto não é só importante para os utentes, é também importante para a médica e enfermeira que lá trabalham. Realmente a Dra. Margarida, que é quem está na Extensão de Avô, apesar de ter tido muitas oportunidades de vir para a Sede e apesar de trabalhar em condições pouco dignas, tem-se mantido fiel aos seus utentes e tem-se mantido na Extensão de Avô. Como colega também estou contente porque ela vai ter melhores condições de trabalho.

Dizer ainda, no âmbito da saúde, e não posso deixar de comentar, até porque a Exma. Sra. Presidente da Assembleia ficou um bocadinho confusa com as intervenções que ocorreram na área da saúde.

Gostava de esclarecer um bocadinho alguns pontos: O primeiro é relativo às médicas que estão na urgência. Como é óbvio elas foram contratadas no momento em que não havia médicos de família suficientes, foi essa a base da contratação. A partir do momento em que há uma cobertura total por médicos de família as consultas agudas, à partida, deveriam ser asseguradas por esses mesmos médicos.

Portanto, é normal que, de alguma forma, eles não queiram renovar o contrato com essas médicas mas eu acho que há sempre algumas formas de as manter e de contrapor, nomeadamente pelo facto de continuar uma médica, que sou eu, em licença de maternidade, haver alguns médicos que têm vindo a ter baixas perlongadas, o facto de muitos colegas estarem há muito pouco tempo no

Centro de Saúde e ainda com ficheiros pouco trabalhados e se tiverem mais disponibilidade para esses ficheiros seria óptimo. Penso que há aqui pontos que se podem contra-argumentar e manter estas colegas durante mais algum tempo.

Relativamente aos horários intermédios dá a ideia que entre as 11 horas e as 14 horas se acontecer alguma coisa a algum utente ninguém lhe vai fazer nada e isto não é assim! Os utentes que ficam à espera são utentes sem situações emergentes mas se chegar um utente com uma ferida ou com uma suspeita de fratura ele é atendido entre estes horários. Ou seja, os doentes com situações verdadeiramente emergentes não deixam de ser atendidos entre estes horários de urgência. Acho que era importante terem esta noção.

Convém também esclarecer a questão do serviço privado: E a questão é haver serviço privado ou não haver serviço nenhum porque, desde 2015, com o acordo coletivo da carreira médica, os médicos de família não são obrigados a fazer SAP. Chegou-se a um ponto em que se deixou de poder contar com a boa vontade da gente da terra e começaram a vir médicos novos e não havia forma de vincular esses médicos àquele serviço porque eles não são obrigados a fazê-lo. Estávamos a chegar a um ponto em que a população ia ficar sem serviço de urgência também durante a noite. Podendo, eventualmente, julgar-se que não é a solução ideal mas se não fosse esta solução as pessoas tinham ficado sem assistência. Esta é que é a realidade.

Ainda relativamente ao SAP dizer o seguinte: Os médicos não vinham para cá e não escolhiam as vagas de Oliveira do Hospital quando elas abriam por causa do SAP. Os médicos sabiam que havia aqui SAP e iam ter de entrar em conflito para não o fazer.

Também não posso deixar de falar na questão da morfina. O objetivo da morfina não é tratar o enfarte. A morfina não melhora, nem piora o prognóstico de um enfarte. A morfina é para aliviar a dor. É claro que devia existir morfina mas em termos de prognóstico vital para o utente, a existência ou não de morfina não vai alterar nada.

Outro aspeto é em relação aos domicílios porque dá a ideia que agora, aos fins de semana, não se fazem domicílios no Centro de Saúde mas os domicílios nunca se fizeram. Ou seja, as pessoas que queriam fazer pensos, ou que queriam mudar algálias, ou outro procedimento de enfermagem, tinham que se dirigir ao Centro de Saúde, os enfermeiros não iam a casa, e agora dirigem-se à Fundação. A única coisa em que as pessoas realmente tinham cuidados de enfermagem e que mantêm não é pela Unidade de Cuidados de Saúde Primários ou Personalizados era, e continua a ser, pela UCC que é uma entidade diferente e

que continua a fazer domicílios. Isto nada tem a ver com o SAP nem com a manutenção aos fins de semana.

Em relação ao Ervedal da Beira também não posso deixar de dizer que hoje em dia os médicos de família têm cerca de mil e novecentos utentes. Ter dois médicos para mil e quinhentos utentes, hoje em dia, é impossível. Se calhar há uns anos atrás fazia sentido ter dois médicos porque existiam mais utentes mas hoje em dia é impossível.

Relativamente à substituição do médico que durante dois meses esteve de baixa dizer que na medicina as substituições não funcionam como nas substituições dos professores que se podem contratar por um ou dois meses porque isso não é possível.

Os utentes do Ervedal, neste momento, podem fazer como fazem os meus utentes. Eu estou de licença de maternidade e, enquanto eu não estou, os meus utentes vão ao Centro de Saúde e são atendidos por outros colegas. É isso que eventualmente pode acontecer porque se os médicos do Centro de Saúde de Oliveira se dirigirem ao Ervedal esses médicos vão deixar de ver os utentes deles. Não é uma solução fácil porque não se podem contratar médicos e família por um ou dois meses."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Avô, Sr. Enf.º José Carlos Martins Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

"Quero referir um assunto que a Dra. Ana Marta não falou nomeadamente a questão das receitas médicas. Dizer que a Secretária Clínica traz os pedidos e os outros médicos passam as receitas e, por isso, os utentes não ficam sem receitas para os medicamentos. O mesmo acontece com as análises ou outro tipo de exames que também são vistos. Portanto a saúde tem funcionado."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"A Dra. Ana Marta fez aqui uma intervenção muito importante e falou aqui uma "verdade de *la Palice*" que muitos não queriam acreditar. Esta luta na área da saúde foi uma luta duríssima e a Dra. Ana Marta é testemunha de como eu a tentei convencer para ela vir para Oliveira do Hospital. A Dra. Ana Marta era a segunda, ou terceira, na lista a nível nacional e ela ficava onde queria.

Relativamente ao fecho do SAP houve muita gente que tentou colocar o ónus da culpa sobre o Presidente da Câmara e a Dra. Ana Marta disse, e bem,

que ficaríamos sem nada se não encontrássemos alternativa na Fundação Aurélio Amaro Dinis. E isso é que foi importante dizer."

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Avô, como apoio à aquisição de mobiliário para equipar a Extensão de Saúde de Avô, no montante de 14.172,14 € (catorze mil, cento e setenta e dois euros e catorze cêntimos), que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea n) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o previsto no n.º 1, do art.º 53.º, aplicável por remissão do n.º 3, do art.º 56.º, ambos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, da proposta de alteração dos Estatutos da Associação de Municípios do Portugal Romano.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Dou a palavra à Sra. Vereadora Graça Silva para apresentar este Ponto IV."

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Vereadora, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, que fez a seguinte intervenção:

"Antes de mais desejar a todos um bom ano e cumprimentar também a recente empossada, Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Ana Teresa, bem-vinda, e espero que consiga realizar um bom mandato junto com a sua equipa.

Relativamente a esta proposta de alteração dos Estatutos da Associação de Municípios do Portugal Romano como devem estar recordados esta Associação ainda não está criada mas pretende aprovar os estatutos. Já veio aqui, numa outra reunião de Assembleia, a proposta de aceitação. A Câmara Municipal de Oliveira do Hospital em conjunto com doze autarquias estão a fazer esta proposta de forma a pertencerem a uma rede que se chama Portugal Romano. O intuito é promover o período romano de acordo com aquilo que está elencado no objetivo desta Associação e que está vertido no documento que

veio aqui. O intento deste Ponto IV é fazer este ajuste legal. Esta proposta de alteração decorre de uma Lei que foi publicada recentemente."

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea n) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o previsto no n.º 1, do art.º 53.º, aplicável por remissão do n.º 3, do art.º 56.º, ambos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, da proposta de alteração dos Estatutos da Associação de Municípios do Portugal Romano, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Regulamento para Atribuição de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes Afetadas pelos Incêndios de 2017.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Este Regulamento para Atribuição de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes Afetadas pelos Incêndios tem que ser aprovado pela Assembleia Municipal e depois também tem que ser aprovado pela Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro. A Câmara Municipal de Oliveira do Hospital terá no fundo de apoio municipal em 2021 cerca de seiscentos mil euros e na possibilidade de utilizarmos esses recursos financeiros e mais alguns do nosso orçamento para haver a possibilidade da recuperação de algumas casas.

Este Regulamento está muito parecido com o Regulamento da Câmara Municipal da Pampilhosa da Serra, no entanto, há aqui algumas diferenças: Determinámos que as obras poderiam ir até sessenta mil euros e que a Câmara Municipal pode financiar até 50%.

Depois do Regulamento aprovado e publicado em Diário da Republica vai haver um prazo de candidaturas. Da experiência que tenho vindo a ver das outras Câmaras Municipais que têm este processo mais adiantado acredito que haja menos candidaturas. Por isso, primeiro temos que ver as condições financeiras para verificarmos se é possível não irmos ao Fundo de Apoio Municipal.

Acho que há uma omissão no Regulamento. No nosso Regulamento para Atribuição de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes Afetadas pelos Incêndios deveria estar um artigo onde fosse definido que as casas que fossem financiadas pela Câmara Municipal só poderiam ser vendidas ao final de cinco anos. Não sei se juridicamente poderemos acrescentar este artigo.

Se vocês concordassem, hoje aprovávamos o Regulamento, porque ele tem que ser publicado em Diário da República, e deixaríamos uma nota para incluir mais um artigo, se isso fosse possível juridicamente.

Acho que todos concordam que deveria ficar salvaguardado que as pessoas não poderiam vender as casas antes dos cinco anos. Na minha opinião acho que fazia sentido."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Na minha opinião fica toda a gente mais salvaguardada se houver uma disposição no regulamento sobre essa matéria."

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

"Primeiro realçar a importância deste Regulamento para resolver o problema das pessoas que perderam as casas de segunda habitação e que regularmente visitam o nosso Concelho.

Podem-se colocar aqui algumas questões mas penso que o Regulamento para Atribuição de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes Afetadas pelos Incêndios é claramente explícito. Só tem direito ao subsídio para a segunda habitação as pessoas que fazem usufruto anual da habitação. Isso para mim é claro.

Relativamente ao período de carência, e tendo em conta o que o Sr. Presidente disse, ele poderia ser de cinco anos ou de dez anos mas este assunto deveria ter uma análise jurídica profunda.

O artigo 19º do Regulamento é relativo às dúvidas e omissões mas esta dúvida não deve cair neste artigo e deve ser devidamente clarificada."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Mesmo não estando nada definido no Regulamento sobre esta matéria há legislação geral de enquadramento que poderia ser chamada e bastaria

introduzir-se uma cláusula para que se estivesse em causa a venda num determinado período teria que ser objeto de análise específica, mas o melhor é ficar plasmado no Regulamento.

Agora, temos que ser equilibrados e não vamos pôr aqui uma coisa sem consistência porque a atribuição de fundos comunitários a privados para vários fins tem regras. Não vamos prejudicar as pessoas que têm uma segunda casa que ardeu até porque estamos num ambiente de catástrofe.

Este assunto deve ser estudado juridicamente e só depois deverá ser introduzido no Regulamento. Não vale a pena usarmos os poderes desta Assembleia para sermos excessivos porque isso também não é correto."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Este assunto tem que ter apoio jurídico e se calhar era mais sensato não votarmos hoje porque primeiro é necessário ver qual será a redação."

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

"Estive a analisar o Regulamento e realmente esse é um ponto que deve mesmo constar pelos factos que já aqui foram enumerados.

Concordo também com esta proposta do Sr. Presidente da Câmara para não votarmos hoje porque depois há aqui uma incongruência no Regulamento. Nós iríamos aprovar este Regulamento e o artigo 17º relativo aos prazos diz o seguinte: "*O prazo para apresentação dos requerimentos de pedido de apoio constará de edital a publicar para o efeito devidamente completo de 15 dias úteis contados do dia seguinte à entrada em vigor do presente regulamento,* …".

Ora, se aprovássemos hoje o prazo de 15 dias começava a contar. Se viéssemos aqui numa reunião extraordinária para alterar o Regulamento já não tinha qualquer efeito porque já tinha passado aquele prazo dos 15 dias.

Acho que se deve retirar isto e na próxima Assembleia trazer o Regulamento já com essa alteração para depois se aprovar."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Queria esclarecer o seguinte: Estivemos a falar com o Sr. Presidente do Fundo de Apoio Municipal e ele disse-nos que o Regulamento para Atribuição

de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes Afetadas pelos Incêndios tem que ser aprovado até trinta e um de dezembro.

O Regulamento tem que ser aprovado e depois vamos fazer-lhe a alteração.

Se não aprovarmos o Regulamento até trinta e um de dezembro não podemos ir buscar o dinheiro que é nosso ao Fundo de Apoio Municipal."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"O Regulamento será então aprovado. Isto terá que ser publicado em Diário da República e só depois é que podem apresentar as candidaturas. Entretanto nós vamos fazer a tal reunião extraordinária e a alteração ao Regulamento também tem que ser publicada em Diário da República mas como é uma coisa pequena pode-se pedir uma urgência. Se há esta condicionante, que agora foi esclarecida, penso que será preferível aprovar-se o Regulamento sabendo que depois tem que ser proposta uma redação para uma cláusula que acautele esse aspeto."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

"Vinha falar na salvaguarda do período temporal quanto à questão de utilização de dinheiros públicos que deveria ser prevista no Regulamento mas temos também aqui o problema, que já foi referido pelo Deputado João Esteves, que é a questão da entrada em vigor do Regulamento, e do prazo de apresentação de candidaturas, já que ele tem que ser aprovado pela Assembleia Municipal até ao fim de dezembro. Temos aqui, efetivamente, dois problemas e o mais fácil era tirar este Ponto da Ordem do Dia mas isso não é possível.

Se calhar vamos ter de alterar duas coisas na retificação deste Regulamento. Por um lado será a impossibilidade das pessoas venderam as casas antes de cinco anos sob pena de ter que ressarcir a Câmara na totalidade ou eventualmente numa percentagem sobre o montante de que foram beneficiadas e outra coisa que temos que retificar será este prazo de 15 dias úteis. Se calhar vamos ter que mexer nisto também."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Há aqui juristas que dominam esta matéria mas eu também tive experiência suficiente em matérias destas e isto é assim: O Regulamento, se for hoje aprovado, depois vai para publicação em Diário da República e ele só entra em vigor depois da publicação. Entretanto, a Câmara Municipal vai estudar juridicamente esta questão e vai fazer uma proposta equilibrada que vai trazer à Assembleia Extraordinária e nessa altura ainda não teremos o Regulamento publicado. Depois do Regulamento publicado os destinatários têm 15 dias para apresentar candidaturas. No entretanto, a tal alteraçãozinha já estará prestes a sair."

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

"A minha intervenção extrapola este imbróglio jurídico que agora aqui sucedeu e é para fazer algumas questões quanto ao Regulamento.

No Regulamento está explanado que as casas que terão direito a este apoio foram alvo de um levantamento por parte da CCDR-C e da Câmara Municipal. Gostaria de perceber o que é que diferenciará uma casa de primeira habitação para uma casa de segunda habitação?

Uma outra questão idêntica e que também não me pareceu explicita no Regulamento é a seguinte: As licenças de construção bem como o projeto são também cobertas por esse apoio?

Finalizando quero dizer que concordamos com o Executivo e, de facto, este é um Regulamento premente e esta casas de segunda habitação são um fator de desenvolvimento económico e social e permitem uma continuidade com as raízes da terra, não obstante, parece-nos que a percentagem de 50% se revela pouca e basta olhar para aquilo que é o PIB *per capita* Oliveirense que não seria de mau tom aumentar este apoio na casa dos 75% porque sabemos bem que em algumas Freguesias, nomeadamente São Gião, a população aumenta substancialmente no verão e que depende muito deste residentes de segunda habitação.

Dizer ainda que este Regulamento já vem com algum atraso porque Poiares, Pampilhosa, Arganil já o tem aprovado.

Para finalizar quero deixar uma nota, que extrapola este Ponto, para dizer ao Sr. Presidente que nós não mentimos e não fomos ver estes dados a sítio nenhum e que fomos falar com a D. Maria Alice que nos disse que aquela obra estava parada por falta de verbas que o empreiteiro não recebeu. Nós não estamos aqui a inventar nada.

Depois parabenizar o Sr. Presidente de Junta de Nogueira do Cravo pela sua intervenção e dizer-lhe que esse era o nosso objetivo. O nosso objetivo era levar lá as câmaras para o Sr. Presidente de Junta se lembrar que esses Fregueses existem e que essas casas têm mesmo de ser concluídas e que as pessoas precisam mesmo delas."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

"Como se pode ver isto é um assunto muito complexo e, muitas vezes, quando temos que tomar uma decisão até temos algum receio. Se aprovamos este regulamento para ajudar as pessoas a reconstruirem as casas, e para que não fiquem aquelas marcas nas nossas Freguesias, estamos a contribuir para os ajudar, mas, por outro lado, as verbas podem também não chegar para as pessoas que têm menos posses. Se calhar devíamos trabalhar com escalões e consoante os rendimentos das pessoas, o que poderia complicar mais o processo, mas ajudaríamos mais as pessoas que têm menos possibilidades. Deixo este alerta no ar."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Sr. Luís Filipe Nina Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Sr. Deputado Nuno Rafael Oliveira Dias, conheço muito bem a minha Freguesia e conheço muito bem os fregueses da minha Freguesia. Tenho acompanhado os processos desde o início. Sei o que é uma casa de primeira habitação e uma casa de segunda habitação. Estou perfeitamente ciente dos problemas.

Dizer ainda ao Sr. Deputado que muito próximo da sua residência tem uma casa em avançado estado de reconstrução e não a foram visitar.

Dizer ainda que conheço bem a D. Alice e conheço bem a D. Laurinda da Conceição, que é a proprietária da casa, tenho conhecimento de todas as necessidades e sei o que falta fazer e não admito lições de moral porque conheço muito bem a minha Freguesia."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"No que diz respeito ao Regulamento para Atribuição de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes Afetadas pelos Incêndios e a

propósito da intervenção do Presidente de Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal Correia, acho que temos também de flexibilizar algumas coisas.

Dizer ainda que tenho ouvido muita gente e eu não visito as casas em reconstrução uma vez. Eu e os Presidentes de Junta visitamos as casas em reconstrução muitas vezes e fazemos reuniões com as pessoas e com as empresas.

Há pessoas que nos dizem o seguinte: Se nos ajudarem com o material nós arranjamos a mão-de-obra e com a ajuda de alguns amigos vamos fazendo.

Também aqui há alguma solidariedade entre as pessoas. O Presidente de Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal Correia, conhece um caso flagrante na Freguesia dele: Há uma família que vem de Lisboa para Meruge, são pessoas determinadas em reconstruir a casa e haviam de ver o desespero daquelas pessoas. Eu vi o quanto eles gostavam de Meruge e até arranjaram uma casa para poderem vir passar as férias na sua aldeia. Nós falamos com as pessoas, isto não são teorias.

Também há pessoas que tinham cá as casas há mais de dez anos abandonadas e hoje querem recuperar as casas para as venderem a seguir."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Este Regulamento foi preparado por pessoas com capacidade e competência para o fazerem e se calhar até foi feita a comparação com o Regulamento de outros Municípios. Se repararem no artigo 5º - Modalidades de apoio, tem a seguinte frase: "*O apoio a conceder ao abrigo do presente Regulamento reveste a forma de concessão de subsídio financeiro*".

Ora bem, ao dizer aqui qual é o formato do apoio isto pode já ter incluído um conjunto de regras, quer para a utilização, quer para a eventualidade da transacção do bem. Existe legislação nacional de enquadramento de tudo o que são apoios financeiros de dinheiros públicos.

Parece-me que face ao que foi expresso, no interesse do Município e do andamento do processo, teremos que aprovar o Regulamento e depois a alteração."

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Regulamento para Atribuição de Apoio à Reconstrução de Habitações Não

Permanentes Afetadas pelos Incêndios de 2017, que foi aprovado por maioria, com uma abstenção.

De seguida entrou-se no Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Regulamento de Atribuição dos Donativos Financeiros - Conta Solidária.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"A Conta Solidária vai ter um Regulamento e a atribuição dos donativos vão ter parecer e relatórios do Gabinete de Ação Social e depois serão apreciados na reunião de Câmara Municipal. Acho que este Regulamento está muito claro."

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Deputada, Dra. Sofia Alexandra Alves Duarte Clara, que fez a seguinte intervenção:

"Queria também felicitar a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos e desejar-lhe um excelente mandato.

Desejo também para todos vós e respectivas famílias um feliz 2019.

Foi apresentado a esta Assembleia o Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição dos Donativos Financeiros - Conta Solidária.

Pois bem, de forma inequívoca, deixo bem claro que aplaudo o surgimento deste documento, o qual talvez apenas peque por tardio, e, porquanto é por demais evidente e sabido que existem imensos munícipes a necessitar de apoio financeiro para tentarem minimamente refazer as suas vidas.

Sucede que, o documento que nos é apresentado, salvo o devido respeito, poderia estar melhor elaborado, no sentido de precisar ou esclarecer algumas situações que poderão suscitar algumas dúvidas ao nível da sua aplicação prática.

Desde logo, estabelece-se, e muito bem, no artigo 3º, a ordem de prioridades na atribuição dos donativos monetários.

No entanto, quer na alínea a), quer na b), encontra-se o conceito de "Pessoas Isoladas".

Ora, além da aparente repetição, eventualmente a eliminar, a verdade é que o conceito de pessoas isoladas é muito subjetivo, carecendo, parece-me, de ser devidamente concretizado.

Além disso, em momento algum é referida a forma de distribuição do dinheiro, mais concretamente qual o montante mínimo e/ou máximo a atribuir, se o montante é fixo ou variável, e neste último caso, qual a forma de o determinar.

Ora, não colocando em causa a bondade das decisões que vierem a ser tomadas, bem sabemos que os recursos são escassos, e as necessidades são imensas, pelo que, de forma a fazer uma distribuição justa, equitativa e transparente, deveria constar do regulamento o modo concreto como será distribuído o donativo monetário.

Para terminar esta intervenção, queria apenas deixar uma sugestão. Ao que parece, e porque o parque de estacionamento subterrâneo ainda se encontra encerrado, existem ainda muitos bens resultantes dos generosos donativos dos portugueses por distribuir a quem deles necessita.

Seria razoável e útil proceder à distribuição desses mesmos bens, ainda antes de se proceder à atribuição dos donativos monetários, sob pena de algumas das pessoas a quem tal lhe for atribuído o possam utilizar para adquirir produtos que lhes poderiam ser entregues de forma totalmente gratuita.

Apenas depois de efetuado o levantamento dessas necessidades, e de distribuídos os bens existentes, se deveria distribuir o dinheiro, evitando até dessa forma a duplicação de atribuição de donativos às mesmas pessoas.

Mas isto, é apenas uma sugestão, de quem pretende que sejam abrangidas pelos donativos o maior número possível de situações e pessoas."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Os Senhores Vereadores e o Sr. Vereador da oposição sabem que até agora nunca foi feito nenhum levantamento desta conta solidária.

Até hoje todo o esforço financeiro foi feito pela Câmara Municipal e todas as situações que o Gabinete de Ação Social vem sinalizando tem sido do orçamento municipal que têm saído as verbas.

Atribuição dos donativos financeiros tem que ser um processo transparente para que as pessoas que contribuíram para a Conta Solidária saibam qual o destino dos seus donativos.

Quero dizer-vos que nunca faltou apoio financeiro a ninguém e os apoios concedidos têm sido sempre aprovados por unanimidade. Nós não deixámos as pessoas para trás e os apoios são concedidos desde que o Gabinete de Ação Social sinalize e faça o respetivo relatório.

Dizer ainda que alugámos dois pavilhões para tirarmos os bens doados do parque de estacionamento subterrâneo porque também pretendemos desocupar aquele espaço. Temos os bens organizados e prontos para entregar nas casas reconstruídas e o que queremos é entregar estes bens o mais depressa possível.

Dizer ainda que as sugestões feitas pela Sra. Deputada Sofia não me parece que sejam descabidas e que até fariam algum sentido, mas a atribuição dos donativos terão que respeitar o Regulamento. As propostas terão que ser feitas pelos técnicos do Gabinete de Ação Social que nos farão os respetivos relatórios.

Depois das candidaturas devemos fazer a lista das prioridades para percebermos o que vamos distribuir e também acho que faria sentido que houvesse um apoio mínimo e um apoio máximo."

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Regulamento de Atribuição dos Donativos Financeiros - Conta Solidária, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos do disposto no artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de fixação da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano de 2019, em 5%.

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que fez a seguinte intervenção:

"Baixar ou subir imposto, dentro da margem de atuação da Assembleia Municipal e do Município, não é um fim em si mesmo e parece-me que o que nós devemos ter em conta quando estamos a decidir a nossa margem de autonomia tributária é perceber quais são os objectivos de determinado imposto.

No caso do IRS, o IRS é um instrumento de distribuição de riqueza e também um instrumento para redução de desigualdades, e prevermos a captação de 5% no IRS para as receitas do Município, será uma boa medida se forem aplicadas em projectos sociais, em distribuição de riqueza, e é isso que tem sido feito, como vamos ver nas GOP de 2019 isso está vertido, e acho que deve ser

uma medida a continuar a aprovar e, dessa forma, merece o meu voto favorável e penso que de toda a Assembleia Municipal."

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

"O Grupo do PSD tem-se batido pela diminuição dos impostos municipais. Foi o caso do IMI e agora do IRS.

A diminuição do IRS foi um ponto da nossa campanha eleitoral. Um dos pontos que nós batemos foi abdicar da taxa do IRS e devolver o IRS às pessoas.

Nós estamos aqui a criar desigualdades a nível dos outros Concelhos. Nós temos conhecimento que nos concelhos limítrofes como é o caso de Tábua e Arganil, a taxa de IRS não é de 5% é inferior, inclusivamente é devolvido às pessoas. Isso vai criar uma desigualdade social em relação às pessoas que vivem nesses concelhos limítrofes e que inclusivamente trabalham aqui em Oliveira do Hospital.

Esta taxa de 5% para o IRS, nós não concordamos com ela e vamos votar contra. Não quer dizer que a nossa proposta seja a extinção total dessa taxa mas sim uma redução.

Não vale a pena estarmos a propor porque eu sei que essa proposta não seria aprovada e não vale a pena estar a dizer qual o ponto que nós queríamos para efeitos de taxa de IRS. No entanto, como já disse, vamos votar contra."

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

"No ano passado votámos contrariamente. Ainda há pouco na minha intervenção transacta, pedi à Câmara Municipal que na questão dos apoios às casas houvesse um aumento para 75%. Esse dinheiro terá que vir de algum lado.

Por outro lado, compreendo e advogo muito daquilo que o Sr. Deputado Esteves aqui disse, parece-nos um exagero que a taxa máxima seja praticada porque se olharmos para Arganil, esses 5% são devolvidos na íntegra aos cidadãos, mas, por uma questão de coerência, o sentido de voto do PP será a abstenção porque se por um lado não concordamos politicamente com a medida, entendemos que, e por uma questão de excepção, terão de haver rendimentos extraordinários para a Câmara Municipal poder ter uma margem de manobra financeira para executar este regimes de excepção, como é o caso do apoio às casas de segunda habitação."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Nós podemos utilizar como comparação alguns concelhos vizinhos, mas também poderíamos comparar, o nível de endividamento que têm esses concelhos, e o nível de endividamento que tem Oliveira do Hospital.

Depois, ainda há outro pormenor que era muito importante dizer: Há um conjunto de medidas que vêm de um conjunto de impostos que outros pagam, como a tarifa social da água ou o IMI para quem tem filhos.

Pela quinta vez fomos considerados uma das autarquias Familiarmente Mais Responsável. Isto quer dizer que temos tido um conjunto de políticas que se medem por aquilo que nós fazemos pelas famílias.

Eu percebo o que o Deputado João Esteves disse. O João Esteves disse aqui uma coisa claramente: andei a prometer na campanha que abolíamos o IRS. Mas esqueceu-se que o mesmo João Esteves foi Deputado do PSD aqui no tempo da Governação do PSD e nunca fez esta proposta de diminuir o IRS.

É preciso termos memória porque a taxa de 5 % não fui eu que a inventei, já vem do tempo quando a autarquia era governada pelo PSD.

A vida é mesmo assim, é mais fácil falarmos quando estamos no lado da oposição do que quando estamos no lado do poder. Mas isto não tem problema nenhum porque cada um tem a sua visão."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Sou cada vez mais de opinião que a vida pública ganhava se os políticos fossem mais coerentes. Penso que os cidadãos olhavam para os políticos com mais credibilidade.

A verdade é que quem está a governar "tem que ter ovos para fazer as omeletes". Depois é fácil os outros serem simpáticos e procurarem aliviar a carga.

Cada vez estou mais convicta que deveríamos ser mais coerentes e deixarmo-nos desses números, mas lá chegaremos quando tivermos mais maturidade política."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Quero deixar isto bastante explícito: Eu considero o João Esteves uma pessoa altamente coerente e uma pessoa credível e com pensamento próprio. Não é esta divergência que me faz mudar de opinião."

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos do disposto no artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de fixação da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano de 2019, em 5%, que foi aprovado por maioria, com três votos contra e três abstenções.

De seguida entrou-se no Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 16º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de isenções em matéria de tributos próprios.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Este Ponto VIII é referente a uma concessão genérica à Câmara Municipal para que não tenham que vir todas as isenções à Assembleia Municipal."

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 16º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de isenções em matéria de tributos próprios, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto IX - Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 33º e para efeitos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da 3ª Revisão das Grandes Opções do Plano, Constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para o Quadriénio 2018/2021.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Este Ponto IX tem a ver com a distribuição das verbas deste ano e do próximo ano no Plano Plurianual de Investimentos.

Algumas obras não decorreram este ano e as verbas que não foram gastas transitaram para o ano seguinte."

Depois o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, usou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

"Esta revisão prende-se com as verbas que estavam no Orçamento de 2018 e algumas delas não foram gastas na sua totalidade e têm que passar para 2019."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Vamos ler o que aqui está proposto: "*A Câmara Municipal após análise, e sob proposta do Presidente da Câmara, deliberou por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal a proposta de terceira revisão das Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para o Quadriénio 2018/2021, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata.*"."

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IX - Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 33º e para efeitos da alínea a) do nº1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da 3ª Revisão das Grandes Opções do Plano, Constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para o Quadriénio 2018/2021, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto X - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, das propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes para o Quadriénio 2019/2022, o Orçamento da Receita e da Despesa para 2019, a Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para 2019.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Eu faria uma pequena apresentação e depois peço aos Senhores Vereadores para apresentem as propostas das suas áreas.

Este Plano e Orçamento é um Plano e Orçamento de continuidade com algumas variáveis. É um Plano e Orçamento que está muito ligado a obras que estão no Pacto e que têm financiamento. Por exemplo, neste momento temos adjudicadas as obras em todos aqueles terrenos anexos à Central de Camionagem e temos a obra da rua Virgílio Ferreira.

Há aqui um Orçamento de continuidade e com alguma elasticidade.

Este Orçamento tem uma coisa absolutamente nova que é um Campus Educativo que poderá custar cerca de quatro milhões de euros.

Acho que será uma nova forma de ver Oliveira do Hospital. Haverá uma avenida que começará junto às Piscinas Municipais e irá até à Zona Industrial. E depois da Zona Industrial haverá outra avenida que vem sair ao cruzamento para Lagos.

Depois vão ver o projeto do Centro Escolar nesta Assembleia.

Também quero dizer que não tenho a certeza se vamos conseguir financiamento para este Centro Escolar mas a ambição não me falta, até podemos depois chegar à conclusão que não conseguimos financiamento para ele. Hoje só é possível termos a esperança de o fazer porque quando negociei o Pacto na Comunidade Intermunicipal deixei lá uma coisa inscrita como Campos Educativo com duzentos e trinta e seis mil euros.

Nós já fizemos a candidatura do Centro Escolar, e já gastamos no projecto cerca de cem mil euros. Estou convencido que vai ser possível. Também já adquirimos o terreno, mas há aqui uma coisa que eu não tenho a certeza é se vou conseguir o financiamento de 85% destes quatro milhões de euros.

Depois podemos requalificar a atual Escola do Primeiro Ciclo e nestas instalações passará a funcionar a Escola Superior de Tecnologia e Gestão e desta forma ficamos com a Escola Superior dentro da cidade de Oliveira do Hospital. Nas atuais instalações da Escola Superior podem ficar os laboratórios e alguns serviços da Câmara Municipal.

Se conseguirmos este financiamento deixamos de ter o Pré-Escolar no Pavilhão Gimnodesportivo, deixamos de ter o Pré-Escolar no Bairro do Ferreiro e ficará tudo centralizado.

Este Centro Escolar será um dos mais modernos do País e será o nosso orgulho. Há, por outro lado, um desenvolvimento estratégico em termos de estradas e nascerá ali um loteamento do proprietário do terreno.

Há uma nova reorganização e se nós realizarmos isto acho que Oliveira do Hospital ficará diferente para melhor.

Este Centro Escolar terá todas as condições e o Complexo Escolar ficará todo ligado.

Acho que devemos fazer este esforço para lançarmos estas bases.

Neste Orçamento continuaremos com o Programa Casa Digna e continuaremos a apoiar a área social e a área da educação.

Passo agora a palavra aos meus Vereadores para que de uma forma sintética possam apresentar os projectos nas suas áreas."

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Vereadora, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, que fez a seguinte intervenção:

"Volto a falar do Campus Educativo porque é a obra de maior referência dentro das GOP. São cerca de três milhões e meio de euros, sem incluir o IVA, que estão envolvidos neste projeto. É apenas o valor da obra que está explanado neste Orçamento que é plurianual.

O Sr. Presidente já referiu, e bem, que é uma luta que ainda vai ter que ser ganha nomeadamente no que diz respeito à conquista financeira.

Dizer também que já se iniciaram as obras para a retirada do amianto nas coberturas da Sede do Agrupamento de Escolas.

Deixar aqui uma palavra de agradecimento ao Presidente da Câmara, também como Vice-Presidente da CIM, por todo o trabalho reivindicativo que tem feito, não só nesta área da educação, mas em todas as áreas.

As obras de requalificação da Escola Secundária envolvem um milhão de euros e, como disse, já estão a ser executadas.

Entretanto, também estão afetos cerca de seiscentos e cinquenta mil euros na requalificação das futuras instalações da ESTGOH.

Recordar que estamos a falar de um Concelho com cerca de três mil e duzentos alunos, desde o pré-escolar até ao Ensino Superior.

Depois dizer que há iniciativas e incentivos que estão associados ao Programa Cheque Mais Educação e às Bolsas de Estudo.

Queria dizer-vos que o agregado familiar, no arranque do ano lectivo, tem um privilégio muito grande aqui no nosso Concelho, na medida em que não tem muito que se preocupar com a entrada dos alunos do Primeiro Ciclo.

Hoje em Oliveira do Hospital podemos dizer que entrar para o Primeiro Ciclo é quase gratuito. Os pais têm apenas que se preocupar com a aquisição das mochilas, dos ténis e do fato de treino.

Há um bolo financeiro também muito importante na área da Educação que está associado à Associação Escolar e que provavelmente os Senhores

Deputados não terão noção da importância que tem, não só para a vida do agregado familiar e para as nossas crianças, mas também para a economia circular no nosso Concelho. Refiro-me às refeições escolares, onde mais uma vez eu quero deixar um agradecimento aos Presidentes de Junta que se associaram a este procedimento dos Contratos Interadministrativos, assim como a todas as IPSS deste Concelho que são fornecedoras das refeições escolares. E aqui queria vincar a qualidade do serviço prestado por todas as IPSS porque a qualidade da refeição não foi beliscada, e tem-se mantido, e no momento é resolvido qualquer problema que surja nesse fornecimento. Estes Contratos Interadministrativos que vão sempre a reunião de Câmara no início de cada ano lectivo com uma adenda onde está afeto um valor que é previamente negociado com as IPSS.

Deixar aqui destacado de que não há nenhum encarregado de educação que pague na totalidade o valor da refeição que a Câmara está a pagar às IPSS.

É publicado o valor da refeição e não somos nós que definimos o valor a pagar por parte dos encarregados de educação.

Ao longo de onze meses é feito este pagamento das refeições escolares que é extremamente importante e que provavelmente ninguém se apercebe deste investimento na qualidade e este investimento em estimular a boa alimentação.

Os transportes escolares são também outra nossa preocupação. Temos vindo a fazer melhorias e já há um forte investimento de cerca de meio milhão de euros. Dizer que ultimamente foram adquiridos dois veículos e que está previsto adquirir mais um veículo de trinta e cinco lugares.

Há também uma preocupação extrema em ajudar as escolas do nosso Concelho no combate ao abandono e insucesso escolar com medidas que vamos implementando e que são também discutidas e analisadas no Conselho Municipal de Educação.

Dizer ainda que a CIM e os Srs. Presidentes de Câmara dos dezanove Concelhos decidiram fazer aqui também um forte investimento na área da Educação e também na área da Cultura. Implementar ambientes inovadores na área da Educação. Há várias iniciativas que estão a ser implementadas através deste apoio que vem do Quadro Comunitário e que foi devidamente reivindicado pelos Presidentes de Câmara para que a Educação também tivesse apoio e para que pudéssemos melhorar o sucesso escolar.

A Câmara Municipal teve sempre projectos inovadores em parceria com a CPCJ e com a Ação Social como por exemplo a Escola mais Feliz, as Férias Ativas, as actividades de verão.

No ano passado lançámos pela primeira vez a Oficina do Território. Há um princípio que tentamos incutir nos nossos jovens que é promover o nosso território e o património concelhio. Só se ama aquilo que se conhece, e esse é o principal objectivo da Oficina do Território.

O programa Clique Educar, que certamente já ouviram falar nas GOP de 2018 onde estava explanado este grande objectivo de equipar as escolas do Pré-Escolar e do Primeiro Ciclo com equipamento informático. Uma preocupação que também o agrupamento tinha porque também se preocupa em caminhar no ensino de aprendizagem de acordo com os novos tempos e de acordo com o que é exigido a nível pedagógico.

Depois, devem também ter dado conta que há um projecto novo que está a ser implementado nas turmas do Primeiro Ciclo, no primeiro ano, em Oliveira do Hospital: Ensinar a Voar é o tema deste projecto que permite aos alunos ter um outro nível de ensino e outro sistema de aprendizagem. O intento é ajudar a potencializar as capacidades dos nossos alunos.

Já é conhecido o interesse e a preocupação das Bolsas de Estudo assim como o Reconhecimento e Mérito Escolar. Continuamos a atribuir os cinquenta mil euros e todos os anos temos mais alunos do Ensino Superior a participar.

No que diz respeito à Cultura, dizer que as obras de requalificação da Casa da Cultura já se encontram a decorrer, todos já se aperceberam dessas obras. É um Complexo Cultural que vai certamente alavancar o nosso Concelho nesta área.

Já aqui foi mencionado também pela Sra. Presidente de Junta de Lagares da Beira que vamos ter um novo espaço cultural no antigo quartel dos Bombeiros que já está praticamente requalificado.

As Ruínas Romanas da Bobadela já têm mais um espaço expositivo que é o Centro de Interpretação e brevemente irão arrancar as obras da Casa Amarela. Também brevemente irão avançar as obras de requalificação do adro da igreja de São Pedro de Lourosa.

Dizer ainda que há muitas iniciativas que procuramos apoiar mas a nossa principal preocupação na área da Cultura é descentralizar a cultura. Ou seja, que ela não fique apenas assente na sede do Concelho de Oliveira do Hospital, mas oferecer cultura a todas as Freguesias, e há muitos movimentos culturais que nós temos apoiado e promovemos em várias Freguesias."

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Vereador, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

"Vou falar essencialmente sobre os objectivos da Ação Social, Saúde, Turismo, Ambiente e Urbanismo, muito rapidamente.

Num quadro de um Orçamento de cerca de trinta e dois milhões de euros, e de um Plano de Investimentos e Grandes Opções do Plano, que estão estimados em vinte e um milhões, setecentos e cinquenta e três mil euros.

Dizer-vos que em termos de família, solidariedade e ação social, estão previstos novecentos e cinquenta e seis mil, e setecentos euros, subdivididos em alguns projectos interessantes: Concluir e dar todas as condições à Casa da Criança de Travanca de Lagos, que esteve em queda e hoje está em crescimento em termos de acolhimento de crianças.

Fazer referência a cento e cinquenta mil euros para o Projeto Casa Digna, continuar a apoiar a reabilitação de habitações e dar-lhes dignidade.

O Fundo de Emergência Municipal, tem vinte mil euros.

Para habitação Social, temos mais de quinhentos mil euros, para reabilitarmos o Bairro João Rodrigues Lagos, no Quadro do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano no plano de ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas, reabilitar o edificado, reabilitar as zonas confinantes e o espaço público. Em termos de habitação Social, o Município prevê investir trezentos e setenta e um mil euros, em termos plurianuais para o ano 2019, trezentos e vinte mil euros.

No Incentivo à Natalidade estão previstos cento e cinquenta mil euros.

Tudo isto perfaz quase um milhão de euros.

Relativamente ao Turismo: Temos previsto duzentos e catorze mil, setecentos e cinquenta e quatro euros, para acções de promoção turística, para projetos aprovados e integrados no âmbito do Pacto da CIM da Região de Coimbra e, naturalmente, a participação em vários programas de valorização de recursos endógenos.

Dar relevo à importância de fazer educação e sensibilização ambiental para reduzir os resíduos produzidos em casa e encaminhados para aterro, e reduzir a deposição em aterro. Vamos investir fortemente, mais de quatrocentos e quarenta mil euros, na criação de ilhas ecológicas e melhorar o ambiente urbano.

Temos aqui previstos cerca de dez mil euros para ações de sensibilização e educação ambiental, essencialmente para promover a redução da produção de resíduos.

Na área da Saúde: Temos investimentos nas Extensões de Saúde em Ervedal da Beira e Avô.

Temos o Programa Saúde Oral para Todos e que prevê trinta mil euros de investimento.

Apoio à equipa de Saúde Mental comunitária.

Temos aqui previsto no objectivo da Saúde setenta mil euros de investimento direto do Município, e isto ainda não integra a possibilidade de acolhermos novas competências.

Urbanismo Comercial: Temos previsto oitenta mil euros para dinamização do comércio local e do centro urbano de Oliveira do Hospital, ações de sensibilização e apelo às compras no comércio local e animação do espaço público.

Em grosso modo seriam estes os destaques que daria."

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Vereador, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro, que fez a seguinte intervenção:

"Relativamente ao Desporto dizer-vos que também esta rúbrica assenta nos princípios gerais das GOP, ou seja, no equilíbrio e na sustentabilidade financeira da Câmara Municipal.

Importa dizer também que o Executivo Municipal continua a considerar a importância do Desporto no Concelho e na própria sociedade onde complementa o papel do Estado e assume funções educativas, sociais, culturais e naturalmente também desportivas.

Nesse sentido, o Município tem assumido uma política de desporto para todos, considerando todos e os mais de setecentos atletas que praticam desporto federado no Concelho de Oliveira do Hospital, mas também todos aqueles que praticam desporto pelo laser, pelo bem-estar, e pela adoção de hábitos de vida saudáveis.

Nesse sentido, as rúbricas e os valores que integram as GOP consideram também alguns eventos desportivos que nos ajudam, no nosso entender, a promover o Concelho de Oliveira do Hospital.

Hoje, orgulhamo-nos de dizer que temos um Concelho vivo e dinâmico também pelo desporto e com o desporto.

De uma forma simples, dizer-vos que as verbas consideram intervenções de eficiência energética em equipamentos desportivos municipais, aqui referimos as Piscinas Municipais, os Cortes de Ténis e o Pavilhão Desportivo, que neste momento já foi alvo de melhorias no que à eficiência energética diz respeito, e já foi substituído todo o sistema de aquecimento por uma caldeira a

peletes muito mais eficiente, e onde foram também instalados painéis solares e, hoje, foram instalados termoacumuladores.

Esta rúbrica de intervenções de eficiência energética contempla uma verba de duzentos e quinze mil euros.

Relativamente ao apoio aos Clubes e às Associações Desportivas, que têm um papel fundamental na dinamização do desporto no nosso Concelho, na dinamização da prática desportiva para estes jovens que acabei de vos referir, está contabilizada uma verba de quatrocentos e cinquenta mil euros. Esta verba é também para poder viabilizar as actividades que os Clubes potenciam.

Relativamente às iniciativas desportivas diversas, como vos disse, temos algumas que são já marca no nosso Concelho, o Programa Move-te, as iniciativas que temos desenvolvido também na Freguesia de Aldeia das Dez e no Monte do Colcorinho, Trail do Colcorinho, a subida épica, são um conjunto de iniciativas. E teremos no dia 18 de janeiro, e aproveito para vos convidar, a quinta edição da Gala do Desporto, onde reconhecemos a importância e o trabalho que todos os agentes desportivos desenvolvem em Oliveira do Hospital.

Por último, referir também o apoio a investimentos de criação de beneficiação e ao apetrechamento de infraestruturas desportivas que não são municipais.

Na rúbrica do desporto temos um total de novecentos e trinta e cinco mil euros.

Relativamente à Juventude, dizer que o Executivo Municipal continua a considerar o importante papel da juventude na nossa sociedade.

Como se percebeu pelas intervenções anteriores, os apoios à juventude estão comtemplados em todas as áreas: Na Ação Social, na Educação, na Cultura.

Numa rúbrica específica para a juventude temos um valor para apoiar o Orçamento Participativo Jovem, que como já foi referido, foi retomado este ano. Fica também o desafio para que no próximo ano, mais jovens se envolvam porque têm grande capacidade, têm grande dinamismo, temos boas iniciativas no Concelho, e esta é mais uma oportunidade para os nossos jovens terem aqui uma forma de se financiarem e de poderem potenciar ainda mais toda a sua capacidade."

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Vereadora, Eng.ª Teresa Maria Mendes Dias, que fez a seguinte intervenção:

"Antes de me referir às Grandes Opções do Plano para 2019, gostaria de vos dar a conhecer a todos que durante o ano de 2018 foram plantadas cerca de dez mil árvores em quinze hectares de áreas públicas. Desde já agradeço a todas as empresas e voluntários que ofereceram as árvores e participaram nas ações de reflorestação apoiadas pela Câmara Municipal.

Falando então das GOP e porque a Câmara Municipal está também preocupada com o futuro das propriedades privadas, aprovou em reunião de Câmara as normas de participação ao Projeto ReFlorestar para o ano de 2019 com o objetivo de investir, no próximo ano, duzentos e cinquenta mil euros em árvores autóctones, incentivando os proprietários privados a gerirem a floresta para que esta não seja votada ao abandono. A par deste investimento destaco ainda quatrocentos e cinquenta mil euros do protocolo com a Agência Portuguesa do Ambiente para a beneficiação de açudes e a sua envolvente, com o objetivo de melhorar a qualidade da água dos nossos rios, a quantia de duzentos e sessenta e cinco mil euros para a prevenção e combate a fogos florestais e beneficiação de rede viária florestal, duzentos mil euros em segurança e proteção civil através das Corporações de Bombeiros e oitenta e cinco mil euros para aquisição de maquinaria de apoio à equipa de proteção civil municipal. Para além deste investimento direto à floresta tenho ainda a destacar a quantia de quinhentos e setenta mil euros para investimento em higiene dos espaços públicos, parques, jardins e cemitérios municipais."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Para concluir gostaria de dar aqui uma nota que acho que é muito importante: No Ponto 1 relativo ao saneamento e salubridade a Câmara Municipal realizou um milhão, setecentos e oitenta e três mil euros, e vai haver mais um investimento de saneamento.

Temos orçamentado um milhão, cento e quarente e três mil euros para fecharmos o ciclo do saneamento no próximo ano.

Também é importante dizer que a nossa despesa salarial com o pessoal vai aumentar relativamente a 2018 porque a Câmara Municipal contratualizou com os precários cinquenta e oito pessoas. Destas cinquenta e oito pessoas muitas delas são jovens que ajudamos a fixar em Oliveira do Hospital e entraram também muitos licenciados.

Vamos formar duas equipas de sapadores e o trabalho deles será na limpeza das bermas e o corte das árvores e vamos também fazer um forte investimento em maquinaria.

Penso que será um ano muito exigente para todos nós e para conseguirmos lançar todo este conjunto de obras.

Pretendemos continuar a modernizar os serviços da Câmara Municipal e neste momento estamos a fazer a desmaterialização e vai deixar de haver papéis. Já gastámos cerca de cem mil euros num sistema informático. Há aqui uma forte aposta na modernização da Câmara Municipal.

Este Orçamento é o que é. É um Orçamento que tem ambição.

Poderiam dizer que o Orçamento provavelmente está empolado mas isso deve-se sobretudo à flexibilidade orçamental daquilo que nós podemos conquistar e se não o tivermos empolado temos que fazer constantemente revisões e criação de rubricas.

Espero que seja um ano de grande execução por causa do número de obras que estamos a lançar.

A nossa política em relação às Freguesias também é clara e continuaremos a apoiar financeiramente da mesma forma as nossas Juntas de Freguesia. Precisamos de trabalhar em parceria com as Juntas de Freguesia.

As Junta de Freguesia também têm que perceber que não basta darmos dinheiro porque as Juntas de Freguesia também têm que ter competências e há determinadas coisas que têm que ser as Juntas a realizar e não podem estar sempre à espera da Câmara Municipal. Também acho que devemos encontrar outra forma para apoiar os eventos das Juntas. Há eventos que nós consideramos de grande dimensão e é preciso também clarificar quais são.

Tenho muitas expectativas neste Orçamento e é um Orçamento que tem muita ambição.

Continuaremos a apoiar as colectividades, continuaremos a apoiar a Educação e nunca faltará dinheiro para as pessoas mais necessitadas porque queremos também um Concelho coeso.

Dizer ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge que as Águas de Lisboa e Vale do Tejo vão fazer as ligações técnicas este ano.

Nesta fase iremos dar prioridade ao abastecimento de água e logo a seguir devemos resolver uma série de problemas de saneamento.

Brevemente também haverá a possibilidade de criarmos uma empresa supramunicipal para a área da água e saneamento com os Municípios de Seia e Gouveia.

Vão reformar-se também alguns trabalhadores, e desde que entraram estes cinquenta e oito trabalhadores penso que já se reformaram quatro, e isto é um bom sinal para os jovens."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

"Já percebemos que este é um Orçamento participado por uma equipa e liderado pelo Sr. Presidente, José Carlos Alexandrino, e é assim que deve ser e é assim que é habitual.

Aquilo que me interessa neste Plano e Orçamento é ver qual é o seu caminho e não estou muito preocupado em ver se determinada obra tem mais cem mil euros, ou menos cem mil euros, ou ver se determinada rúbrica tem mais, ou menos, euros porque acho que a equipa da Câmara Municipal saberá melhor do que nós direccionar esses valores.

Aquilo que me apraz fundamentalmente neste Orçamento é ver a direcção que ele tem para o futuro dos Oliveirenses.

Obviamente que vos devo dizer que gostaria muito de ter sido confrontado, na altura de outros Executivos Municipais, com um Plano e Orçamento deste tipo e com esta grandeza.

Todos nós sabemos que este ano de 2018 que está a terminar foi um ano extremamente difícil. Foi um ano difícil para os Executivos das Freguesias e particularmente difícil para o Executivo da Câmara Municipal.

Todos nós sabemos que algumas destas obras que iremos ver realizadas ou iniciadas em 2019, já deviam estar em 2018 executadas, mas as circunstâncias não o permitiram e isso foi resultado de tudo o que nos aconteceu.

Estamos a entrar no segundo ano do mandato e não estamos a assistir a um lançamento de obras eleitoralistas. Aqui está a pensar-se no desenvolvimento do Concelho. Trinta e dois milhões de euros é muito dinheiro.

Este Plano e Orçamento tem uma visão estratégica de desenvolvimento do nosso Concelho para o futuro. Em tempos idos havia muito dinheiro disponível mas não assistíamos a nada disto.

Estamos a lutar pelo Concelho e pelos Oliveirenses.

Quando estamos a analisar o que vai ser o ano de 2019 é com grande agrado que eu vejo que somos confrontados com um Orçamento deste tipo.

Obviamente que não poderia deixar de votar a favor e só quem não estiver de boa-fé é que não vota a favor deste orçamento.

Desejo um bom ano de 2019 para todos e desejo que tenhamos um ano de grandes realizações, em contraponto com este ano de 2018 que foi um ano muito mau para todos nós."

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que fez a seguinte intervenção:

"Estamos a discutir o Orçamento para 2019 mas não o podemos dissociar de algumas decisões que esta Assembleia Municipal tomou a nível fiscal e à receita que isso nos permite alocar para determinadas despesas, e transformando o Orçamento também num instrumento de distribuição de riqueza, diminuição de desigualdades e de acesso a serviços essenciais, como é a educação e habitações condignas.

Nesse sentido eu gostaria de destacar algumas medidas: As Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, que ascendem ao valor de cinquenta mil euros; O Projeto Casa Digna, de cento e cinquenta mil euros; As medidas de Apoio à Natalidade, de cento e cinquenta mil euros; O cheque Mais Educação, de vinte e cinco mil euros; e depois a Ação Social Escolar, por exemplo na alimentação, e no caso das transferências para as Freguesias que ascendem ao valor de duzentos e cinquenta mil euros.

Estas medidas que eu acabei de enunciar, andarão há volta de um valor superior a meio milhão de euros, e que é sensivelmente a receita que vamos acomodar com a taxa que aprovámos de IRS e de IMI.

No caso da posição do PSD, ela é legítima e coerente, votou contra a taxa de IMI e contra a taxa de IRS, mas seria relevante que neste momento primeiro dissesse qual era, de facto, a taxa que propunham, e depois, neste Orçamento o que é que cortariam?"

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Paulo Sérgio Dias Minas, que fez a seguinte intervenção:

"Vou confessar que não tive o tempo que necessitava para analisar profundamente este documento dando-lhe toda a importância que ele merece, e peço desculpa à Assembleia por isso. Ainda assim, posso fazer uma resenha deste Orçamento a partir de quatro vectores que considero fundamentais para o desenvolvimento económico do Concelho. Esses vectores são: O investimento; As oportunidades; A cultura e o turismo.

No que toca ao investimento para o ano de 2019, penso que podemos analisá-lo de dois modos: Numa base comparativa com anos anteriores e numa base sustentada só num ano, sem ter em consideração o contexto em que ele se insere. E se é verdade que no Orçamento do próximo ano estão comtempladas obras como a requalificação da Rua Alexandre Herculano, a zona envolvente, o Centro Histórico da Cidade, Parque dos Marmelos, Zona da Ribeira de Cavalos, Bairro Social João Rodrigues Lagos, convém não esquecer que estas mesmas obras também já se inseriam no Orçamento Municipal para 2017, e admito as dificuldades do último ano e o esforço que teve de ser feito em alguns aspectos extraordinários mas, uma vez ultrapassadas estas dificuldades, espero que este investimento público seja feito no próximo ano e que seja finalmente concretizado.

Quero ainda dar destaque à questão do Centro Escolar, que é uma obra muito importante para o Município, e dotá-lo e modernizá-lo ao nível do melhor que temos no País é, sem dúvida, muito meritório e importante para os nossos jovens.

Quero ainda saudar todo o investimento que se está a planear fazer em espaços de localização empresarial, nomeadamente na vertente sul da Zona Industrial. É isso que me leva precisamente ao segundo vetor, o das oportunidades.

O Concelho precisa de uma estratégia de crescimento económico, porque não há crescimento económico sem empresas, e não há um investimento público que defina isso. São precisas mais empresas sejam elas locais, nacionais ou multinacionais, que se queiram instalar em Oliveira do Hospital.

Quero perguntar também ao Executivo o que é que está a ser feito em relação a isso e qual é que é a estratégia do Município e do Executivo em relação a este tópico?

Na cultura, não haja dúvida que há que elogiar o esforço que está a ser feito para dotar a Casa da Cultura de condições que permitam receber outro nível de actividades artísticas e culturais, pese embora o atraso na concretização desta obra, mas o que é importante é que ela esteja concluída no próximo ano e, estou em crer, que sortirá um efeito positivo em toda a comunidade.

No entanto, não deixo de estar preocupado com a ausência de público neste espaço. Não lhe quero chamar inércia, mas creio que devia ter sido feito algum esforço nos últimos anos para ir criando públicos que sustentem regularmente as iniciativas culturais, porque tudo isto pode por um bocadinho

em causa toda a funcionalidade do projecto. Esperemos que não! Esperemos que haja uma grande adesão do público.

Só faz sentido ter uma nova e moderna Casa da Cultura se ela tiver dinâmica semanal com pequenos eventos frequentes, e não com grandes nomes, pontualmente.

Também fazer referência ao Centro Interpretativo das Ruínas Romanas da Bobadela. Acredito que seja um bom ponto de partida para o futuro, e agora com o novo Museu do Azeite, espero que se consiga ali criar uma dinâmica semelhante à que se vê, por exemplo, em Belmonte, com vários espaços museológicos na mesma localidade, conseguindo atrair muitos e variados públicos.

Para finalizar, o Turismo. Este é um sector que dispensa apresentações e, para quem não sabe, o turismo é o sector que mais cresce em Portugal há vários anos consecutivos. Só por isso, ver que a rúbrica do desporto que representa quase 5% do Orçamento, comtempla quatro vezes mais verba que a rúbrica do turismo, não quero com isto desvalorizar o papel do desporto e da actividade desportiva, muito menos quero que os Clubes deixem de ser apoiados, mas não há dúvida alguma que o desporto é o parente rico deste Orçamento, e é de elementar justiça que no futuro a formação desportiva ganhe mais peso do que tem hoje.

Voltando ao turismo, e ver duzentos e sessenta e cinco mil euros, para os quatro anos, nesta rúbrica também acho que é um pouco desanimante, sabendo nós do potencial que existe no Vale do Alva e Alvôco.

Seria conveniente que as palavras não se desgastassem tão rapidamente como as pedras do rio e surgisse da tentativa de criar novos e mais modernos espaços balneários, circuitos pedestres, transportes públicos de acesso às praias fluviais que possam não só servir as unidades hoteleiras e os turistas mas também todos os Oliveirenses.

O meu voto neste Orçamento, e em conformidade com o que foi definido com a Coligação Construir o Futuro será pela abstenção, e não é que isso me dê prazer. Obviamente que acho que ninguém pode votar contra este Orçamento porque comtempla obras muito importantes, mas gostava de votar num Orçamento que fosse mais voltado para a economia real, que fosse um bocadinho mais amigo das empresas, empreendedor e visionário em outros aspectos."

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

"Quero referir-me precisamente a duas áreas. Uma mais em jeito de agradecimento ao Sr. Vereador Nuno Ribeiro porque falou aqui no Orçamento Participativo Jovem.

Quero agradecer ao Sr. Vereador Nuno Ribeiro a colaboração que sempre procurou e o espirito de abertura democrática fantástica que se vive no Conselho Municipal da Juventude. Faço votos para que esse clima se possa transportar aqui para a Assembleia Municipal.

Mais concretamente sobre a área do turismo quero fazer uma pergunta direta ao Sr. Vereador Francisco Rolo:

Esta cota de vinte e cinco mil euros, nas Aldeias de Montanha, e de vinte mil euros ao GEOPARK Estrela, são pagas todos os anos?

Qual será o tempo necessário para que o Município tenha o retorno financeiro desse mesmo investimento?"

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

"Ao analisar as Grandes Opções do Plano, verifica-se que há um grande desinvestimento no resto do Concelho, privilegiando Oliveira do Hospital. Existe, por isso uma forte queda do investimento nas Freguesias, tornando o plano demasiado concentrado só numa região, o que é mau. Deveria haver um desenvolvimento mais harmonioso, contemplando as ambições das Freguesias.

Nós defendemos que a coesão territorial seria mais desenvolvida, se fossem contempladas obras que as Freguesias ainda carecem.

É certo que neste plano existe transferência para as Freguesias para fazerem algumas obras mais prioritárias, mas com o montante a transferir, são obras de pouco valor, mas mesmo assim necessárias, o que dá aos Srs. Presidentes das Freguesias uma maior responsabilização dos atos que pratiquem.

Quero também salientar o grande investimento que se irá fazer no ensino com este novo projecto do Centro Escolar Educativo para Oliveira do Hospital.

A requalificação da Zona Histórica de Oliveira do Hospital já vem em três anos consecutivos nas grandes opções do plano, ou seja, já foi incluída no ano de 2017 e 2018 e agora para o próximo ano. Será que é desta vez que se vão iniciar as obras?

Espero que este ano de 2019 seja um ano de grande desenvolvimento e de execução de obras que são necessárias e prometidas há diversos anos.

É com agrado que vejo para investimento para o próximo ano a recuperação, valorização e refuncionalização do Parque dos Marmelos, só que também já estava previsto para este ano, sem que tenham sido feitas quaisquer obras. Porque se trata de uma infraestrutura muito importante para a cidade, espero que desta vez se façam as obras necessárias para tornar aquele lugar num sítio aprazível, para que todos os Oliveirenses possam usufruir.

Gostaria de ter visto nas Grandes Opções, a requalificação, por exemplo da Avenida Dr. Afonso Amaral, já que se trata da principal entrada da cidade. É uma obra que terá que ser realizada a breve trecho.

Outra obra que gostaríamos de ver era a requalificação da Rua 21 de Junho em Lagares da Beira, já que se trata de uma das principais entradas daquela localidade e ainda está com era ao tempo da EN 230, com mau piso e estreita, obra esta que está em plano nas GOP, o que se agrada.

Como este não é um Plano e Orçamento, que gostaríamos de ver, mas mesmo assim, concordamos com muitas das obras nele incorporado, pelo que damos o benefício da dúvida ao Executivo para a sua concretização, e sendo assim, vamos abster-nos na votação."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

"Fico satisfeito com a notícia que o Sr. Presidente da Câmara deu. Finalmente está previsto fazer as Ligações Técnicas em Meruge.

Neste Orçamento estão comtempladas verbas para obras na minha Freguesia que já há muito que gostava de as ver concretizadas e espero que seja este ano.

Todos nós sabemos que os Orçamentos da Freguesias dependem muito do Orçamento da Câmara Municipal, nomeadamente das verbas a transferir para as Freguesias.

Neste Orçamento para 2019 eu vou votar favoravelmente."

De seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, que fez a seguinte intervenção:

"Como o Sr. Presidente da Câmara sabe este ano não vamos realizar as obras todas e por isso vamos ter de fazer uma alteração às obras que estão no protocolo.

A minha Freguesia gastou muito dinheiro nos aquedutos, na limpeza das ruas, na construção de dois muros. Alvôco tem uma situação complicada com a estabilização dos solos. Temos lá duas situações muito urgentes. É necessário fazer uma análise técnica para a estabilização dos solos

Neste Plano e Orçamento estão alocadas verbas para caminhos e estradas e por isso pedia ao Sr. Presidente que fosse generoso com a minha Freguesia porque ela bem necessita.

Vou votar favoravelmente este Plano e Orçamento para 2019."

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

"Já foi dito tudo pelo Sr. Presidente da Câmara e pelos Srs. Vereadores e por isso não vale a pena estar a repetir absolutamente nada.

Dizer apenas que temos um Orçamento de regresso à normalidade. Um Orçamento que aposta no investimento para o Concelho. Estão comtempladas as obras do PEDU.

Queria realçar as obras no Colégio Brás Garcia de Mascarenhas para remodelação da Casa da Cultura. Espero que no próximo ano possamos fazer o convívio do Colégio Brás Garcia de Mascarenhas nas novas instalações da Casa da Cultura.

Referir também as obras em Lourosa e Bobadela para valorizar os Monumentos Históricos.

Neste Orçamento estão também as obras de recuperação do Bairro João Rodrigues Lagos em Oliveira do Hospital.

Vê-se aqui também uma aposta clara no âmbito dos incêndios e da Protecção Civil que é de realçar.

Também devemos enaltecer a valorização dos precários até porque é muito importante dar estabilidade profissional às pessoas para que possam ter perspectiva de futuro. É uma grande medida.

Queria também realçar o aumento das receitas do Orçamento Geral do Estado e o grande apoio no financiamento que vem do Quadro Comunitário 2020. Este Orçamento prova que este Município, e o Sr. Presidente, tem uma grande dinâmica.

Finalmente temos aqui um Orçamento de muita ambição, de muita confiança, de muito planeamento, de muito trabalho e de forte sustentabilidade financeira e económica que só é possível num Município que tem uma forte capacidade de endividamento e por isso é um Município de futuro.

Naturalmente que o Deputados eleitos pelo Partido Socialista vão votar a favor.

Os Deputados do CDS e do PSD vão abster-se nesta votação por uma questão de tática política de qualquer das maneiras podiam fazer um ato de contrição e votar a favor porque este é dos melhores Orçamentos que já tivemos na Assembleia."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Acredito que se estivesse aqui outro Executivo teria feito outro Orçamento porque todos nós temos visões e estratégias diferentes.

Este Orçamento também podia ter caminhos diferentes para se chegar ao mesmo local, para se chegar aos mesmos objectivos, e para servir os Munícipes.

Na história deste Concelho, até hoje, este foi o Executivo que arranjou mais dinheiro do Quadro Comunitário porque não se deixou ficar fechado nestas paredes da Câmara Municipal. Esta é uma grande verdade que é indesmentível e pode ser comprovada com números.

Este Executivo pode apresentar este Orçamento e é verdade que andam aqui obras há dois anos, como disse o Deputado João Esteves, mas nós temos o dinheiro para as fazer. O dinheiro para fazer as obras foi conquistado nas mesas de negociação.

Eu tenho orgulho em apresentar este Orçamento porque outros nunca foram capazes de o fazer e isto prende-se com a nossa capacidade de nos relacionarmos e a nossa capacidade reivindicativa para o nosso Concelho.

As pessoas fazem opções diferentes mas nós ganhámos as eleições e por isso governamos o Concelho com as nossas ideias e com as ideias da maioria dos membros desta Assembleia porque estamos cá para os ouvir.

Também devemos fazer um gesto de humildade e ouvir as outras forças políticas porque as boas ideias não são só nossas e se a oposição tiver boas ideias devemos até aceitá-las com humildade. Isto chama-se democracia. É essa a minha característica e é também a característica do meu Executivo e de toda a minha equipa.

Hoje, nas reuniões de Câmara discutimos os assuntos com lealdade e temos que ter em conta os interesses do Concelho e temos que nos deixar de "partidarite aguda" e até porque eu sou um homem livre e independente.

Os projectos que me dão mais gozo já foram aqui referidos pelo Tiago Martins, e são os seguintes: Bolsas de Estudo - Quando cheguei à Câmara Municipal as Bolsas de Estudo tinham uma verba de oito mil euros e hoje a verba é de cinquenta mil euros. Há uma visão diferente e há um caminho diferente.

Quando eu cheguei à Câmara Municipal não havia o projecto Casa Digna e algumas pessoas só se lembraram depois dos incêndios que havia gente que não vive em condições mas esqueceram-se do número de pessoas de idade que viviam sem terem condições nas suas casas. No âmbito deste projecto da Casa Digna já recuperamos cerca de setenta casas e gastámos cerca de quinhentos mil euros. Estas casas não vêm nos jornais, nem vão lá as televisões mostrar como é que as pessoas viviam. Estas são as políticas que me dão mais gozo fazer e isto é que faz a diferença!

Lançámos também o projecto de Incentivo à Natalidade e lançámos o Cheque Educação.

São estas políticas que estão plasmadas neste Orçamento e por isso é que é um bom Orçamento.

Outra coisa que eu não aceito é o seguinte: O Deputado João Esteves disse que este Orçamento era muito centrado em Oliveira do Hospital e que as Freguesias ficavam abandonadas. Eu quero dizer ao Deputado João Esteves que quem fez o PEDU para as cidades foi o Governo do PSD/CDS. Por isso quem abandonou as aldeias, quem fez a extinção das Freguesias, não fui eu, foi o Governo do partido que o Deputado João Esteves representa aqui. Nós precisamos de saber o que é que estamos a falar.

E também temos todos que ter consciência que as necessidades das Freguesias não são as mesmas do que eram há dez anos, e há aqui um grande trajeto que nós fizemos.

O PSD até podia votar contra o Orçamento porque para mim não me fazia diferença nenhuma e eu até fico contente com a vossa abstenção.

Ainda pergunto o seguinte há quantos anos andam as obras do Parque dos Marmelos no Orçamento? E alguém fez alguma coisa pela Zona Histórica de Oliveira do Hospital? E quantos anos é que cá esteve o PSD?

Eu estou cá há muito menos anos e vou apresentar o projecto para a reabilitação da Zona Histórica em janeiro.

Há muita gente que mede a capacidade de um Presidente pelas obras que faz, e os Presidentes de Junta passam pelo mesmo, mas eu acho que capacidade de um Presidente mede-se pelas dinâmicas que somos capazes de implementar.

Gostava de perguntar ao Sérgio Minas se ele sabe qual é a taxa de desempego em Oliveira do Hospital neste momento. Eu digo-te que a taxa é de 4,5 %. É muito abaixo da média nacional.

Dizer ainda ao Sérgio Minas que eu não tenho uma varinha mágica! E o que nós precisamos é de trabalho mais qualificado e precisamos de criar empresas diferenciadoras e não pode ser mais do mesmo.

Relativamente à Cultura penso que a agenda Cá Acontece que chega ao Vale do Alva, e estão lá muitas actividades porque tem havido um trabalho extraordinário na área da cultura por parte da Sra. Vereadora, e isso é um trabalho que todo o Concelho reconhece e com a nova Casa da Cultura teremos novos desafios. Dizer ainda que o meu grande sonho é levar os nossos Grupos Culturais de qualidade aos grandes palcos. Nós temos Grupos em Oliveira do Hospital que podem atuar no Centro Cultural de Belém, na Casa das Artes, no Porto, ou em qualquer outro lado, e isso dá-me um orgulho imenso.

Dizer-lhe ainda que o desporto é uma escola, e que temos setecentas crianças a praticar desporto em Oliveira do Hospital. Na érea do desporto somos um Concelho altamente eclético. O dinheiro que aplicamos no desporto e na cultura é muito bem empregue e eu enquanto for presidente continuarei a apoiar o desporto e a cultura.

Meus caros amigos, este Orçamento pode não ser o melhor do mundo mas é sem dúvida um bom Orçamento."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Tivemos uma excelente explanação sobre o Orçamento. E muito rapidamente quero dizer-vos o seguinte: Este foi um ano atípico e, é verdade que tendo as frentes e os desafios que tivemos, considero que temos um orçamento bem estruturado. Não será o Orçamento perfeito, e nunca nenhum será, mas não estava à espera, depois de passarmos o ano difícil que passámos, de ter havido a reflecção e a capacidade de criar condições para nos ser presente um Orçamento com estas componentes e com estes caminhos que se abrem."

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto X - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º

75/2013, de 12 de setembro, das propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes para o Quadriénio 2019/2022, o Orçamento da Receita e da Despesa para 2019, a Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para 2019, que foi aprovado por maioria, com cinco abstenções.

De seguida procedeu-se à votação da presente Ata em minuta que foi aprovada por unanimidade.

E, não havendo mais nada a tratar, sendo vinte horas e cinquenta e cinco minutos, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, da qual para constar se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos Membros da Mesa e por mim _____ Primeira Secretária, que a subscrevi.

(Presidente) _____

(Primeiro Secretário) _____

(Segundo Secretário) _____

Ata da Sessão da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia vinte e oito de dezembro do ano de dois mil e dezoito.

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência da Sra. Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro.

Ao iniciar a sessão, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

"Boa tarde a todos. Quero cumprimentar todos os presentes e desejar que estejam a ter um bom período festivo.

Antes de dar início aos trabalhos vamos dar posse à nova Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sra. Ana Teresa Ferreira dos Santos Falcão de Brito, porque houve uma alteração no Executivo da Junta de Freguesia em resultado do pedido de renúncia do Sr. Dr. António Manuel Nunes Soares.

Passo a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes. Para proceder à leitura da ata de tomada de posse."

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, procedeu à leitura da ata de tomada de posse e informou que, nos termos do nº 4 do artigo 76º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, foi verificada pela Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, a identidade e legitimidade da eleita, Ana Teresa Ferreira dos Santos Falcão de Brito.

Verificada a identidade e legitimidade da eleita, Ana Teresa Ferreira dos Santos Falcão de Brito, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, considerou-a investida nas suas funções, podendo consequentemente entrar em atividade.

Seguidamente foi assinada a ata avulsa da tomada de posse do Membro da Assembleia Municipal, Ana Teresa Ferreira dos Santos Falcão de Brito, que ficará apensa à ata da Sessão da Assembleia Municipal.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Neste momento não poderia deixar de felicitar a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sra. Ana Teresa Ferreira dos Santos Falcão de Brito, e desejar-lhe as maiores felicidades nesta função que passa a exercer ao serviço da sua Freguesia e também do nosso Concelho."

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, efetuou a chamada dos Membros deste Órgão tendo-se verificado que não estava presente a Sra. Deputada Maria Alice Antunes Mendes Gouveia, que solicitou a sua substituição, tendo sido substituída pelo Dr. Paulo Sérgio Dias Minas.

Igualmente o Sr. Deputado Dr. Rui Paulo Martins Monteiro está ausente e solicitou substituição, tendo sido substituído pelo Dr. André Duarte Pereira.

O Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa está ausente e apresentou a respetiva justificação.

O Sr. Deputado Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo também está ausente e solicitou substituição tendo sido substituído pela Dra. Patrícia Alexandra Tavares Santos.

Também o Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, estava ausente e foi substituída pelo Tesoureiro da Junta Sr. Vitor Manuel Mendes Curinha.

Igualmente o Presidente da Junta da União das Freguesias de Lagos da Beira e Lageosa, Sr. Nuno Marco Ferreira Batista, estava ausente e informou que seria substituído pelo Secretário da Junta de Freguesia, Sr. Paulo Sérgio Campos de Brito, que também ficou impedido de estar presente e solicitou a justificação da falta.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos Membros da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do n.º1 do artigo 6º do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Carlos Alexandrino Mendes e os Srs. Vereadores, Dr. José Francisco Tavares Rolo, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, Eng.º João Paulo Pombo Albuquerque, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro, Dr. Carlos Jorge Mamede de Carvalheira Almeida, e Eng.ª Teresa Maria Mendes Dias.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Feita a chamada e verificada a existência de quórum declaro aberta a Sessão.

Passamos de imediato à apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária de vinte e oito de setembro de dois mil e dezoito e pergunto se há alguma alteração ao teor da ata. Não havendo alterações ao teor da ata passávamos à votação."

Efetuada a votação, a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e oito de setembro de dois mil e dezoito, foi aprovada por unanimidade.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"O Sr. Presidente da Câmara Municipal solicitou a inclusão de mais dois Pontos na Ordem do Dia e, por isso, coloco à consideração dos Membros desta Assembleia Municipal a aprovação da inclusão destes dois Pontos na Ordem do Dia. Estes Pontos, caso seja aprovada a sua inclusão, passam a ser o Ponto VIII e IX e o Ponto VIII passa a ser o Ponto X da nova Ordem do Dia.

Solicito ao Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia para fazer a leitura dos respetivos Pontos."

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

"Os dois Pontos a incluir são referentes aos seguintes assuntos:

Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 16º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de isenções em matéria de tributos próprios.

Ponto IX - Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 33º e para efeitos da alínea a) do nº1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da 3ª Revisão das Grandes Opções do Plano, Constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para o Quadriénio 2018/2021.

Dizer ainda que a informação referente aos processos judiciais, que faz parte do Ponto I, chegou-nos depois da saída da convocatória e dos documentos e, por isso, será distribuída agora."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Todos os Membros da Assembleia já têm a documentação referente a estes dois novos Pontos e também foi distribuída uma nova Ordem do Dia com o alinhamento dos Pontos.

Assim sendo, submeto à vossa consideração a inclusão destes Pontos na Ordem do Dia."

Efetuada a votação, a inclusão do Ponto VIII e do Ponto IX na Ordem do Dia, foi aprovada por unanimidade.

Da presente Sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no nº 4, do artigo 4º, do Decreto-Lei nº 130/2017, de 9 de outubro, da Proposta de Dispensa de Elemento Instrutório no Âmbito do Regime Excecional de Controlo Prévio.

III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Avô, como apoio à aquisição de mobiliário para equipar a Extensão de Saúde de Avô, no montante de 14.172,14 € (catorze mil, cento e setenta e dois euros e catorze cêntimos).

IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea n) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o previsto no n.º 1, do art.º 53.º, aplicável por remissão do n.º 3, do art.º 56.º, ambos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, da proposta de alteração dos Estatutos da Associação de Municípios do Portugal Romano.

V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Regulamento para Atribuição de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes Afetadas pelos Incêndios de 2017.

VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Regulamento de Atribuição dos Donativos Financeiros - Conta Solidária.

VII - Apreciação e votação, nos termos do disposto no artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de fixação da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano de 2019, em 5%.

VIII - Apreciação e votação, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 16º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de isenções em matéria de tributos próprios.

IX - Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 33º e para efeitos da alínea a) do nº1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da 3ª Revisão das Grandes Opções do Plano, Constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para o Quadriénio 2018/2021.

X - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, das propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes para o Quadriénio 2019/2022, o Orçamento da Receita e da Despesa para 2019, a Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para 2019.

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, fez a seguinte intervenção:

"Relativamente ao expediente recebido e expedido esta informação já está na vossa posse."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Na sequência do falecimento do Dr. Vicente da Costa Pinto, a Mesa da Assembleia Municipal, sentiu necessidade de expressar um Voto de Pesar.

Vou proceder à leitura desse Voto de Pesar: *"Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Vicente da Costa Pinto - Foi com profundo pesar que tomámos conhecimento, no dia vinte e dois de dezembro de dois mil e dezoito, da triste notícia de falecimento do Dr. Vicente da Costa Pinto.*

Natural da Freguesia de Meruge, Concelho de Oliveira do Hospital, onde nasceu em um de maio de mil novecentos e vinte e quatro, Vicente da Costa Pinto licenciou-se em Ciências Médico-Veterinárias, na Escola Superior de Medicina veterinária, no ano de mil novecentos e cinquenta e cinco.

Civicamente empenhado, assumiu desde sempre os valores da democracia e da liberdade.

Profissionalmente, desenvolveu, durante muitos anos, uma intensa atividade como médico veterinário e, em mil novecentos e setenta e sete, foi nomeado, numa comissão de serviço, Diretor Regional de Agricultura da Beira Litoral.

No início dos anos oitenta, o prestigiado médico veterinário foi incumbido de proceder à elaboração do Programa de Ovinicultura para a área de produção do queijo Serra da Estrela e passa a assumir um papel de grande relevo no setor em colaboração com a ANCOSE - Associação Nacional de Criadores de Ovinos Serra da Estrela.

Foi também um dos fundadores da Confraria Queijo Serra da Estrela.

Tendo feito parte de um grupo de trabalho que tinha como incumbência estudar e melhorar os ovinos leiteiros da Serra da Estrela, Vicente da Costa Pinto teve um grande protagonismo nesta área e esteve sempre intimamente ligado a todo o processo de preservação e evolução de um dos mais afamados tesouros gastronómicos de Oliveira do Hospital e de toda a região - O Queijo Serra da Estrela.

Em consequência do seu valiosíssimo trabalho em prol da agricultura, do desenvolvimento rural e, especialmente, do Queijo Serra da Estrela, a Câmara Municipal decidiu homenageá-lo, no dia sete de outubro de dois mil e quinze, através da atribuição da Medalha de Mérito do Município de Oliveira do Hospital.

O desaparecimento do Dr. Vicente da Costa Pinto, representa uma enorme perda para o Concelho e para a região, propondo-se assim que a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, neste momento de tristeza, e como forma de expressar a sua gratidão, delibere aprovar um Voto de Pesar, expressando à família as suas mais sentidas condolências."

É este Voto de Pesar que eu ponho à consideração dos Membros da Assembleia Municipal."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

"Também trazia uma proposta de um Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Vicente da Costa Pinto.

Penso que estas propostas de Voto de Pesar podem ser votadas em conjunto e, por isso, solicitava ao Sr. Secretário da Mesa para fazer a sua leitura."

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, fez a leitura da proposta de Voto de Pesar apresentada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia:

"*Proposta de Voto de Pesar ao Dr. Vicente da Costa Pinto - No passado dia vinte e dois de dezembro faleceu, em Coimbra, com noventa e quatro anos, Dr. Vicente da Costa Pinto, nosso ilustre concidadão. As cerimónias fúnebres tiveram lugar no dia vinte e três, nessa cidade, sendo posteriormente sepultado, por sua expressa vontade, em campa de família no Cemitério Paroquial de Meruge.*

Nascido a um de maio de mil novecentos e vinte e quatro, na localidade de Meruge, licenciado em Ciências Médico-Veterinárias, pela Universidade de Lisboa o Dr. Vicente da Costa Pinto, exerceu os mais destacados e prestigiados cargos, decorrentes da sua capacidade e alta formação profissional.

Destacam-se nesse campo o exercício do cargo de Veterinário Municipal do Concelho de Arganil, Veterinário da Intendência Pecuária de Coimbra, Diretor Regional de Agricultura da Beira Litoral, primeiro Diretor do Parque Natural da Serra da Estrela, responsável pela elaboração do Programa de Ovinicultura para a criação da Região Demarcada do Queijo Serra da Estrela, delegado do Livro Genealógico da Ovelha Bordalesa da Serra da Estrela, para além de ter sido escolhido pela sua competência e conhecimentos científicos,

para representar várias Direções Gerais de Agricultura em simpósios e grupos de trabalho nacionais e internacionais, associados à melhoria dos efetivos pecuários de várias raças de ovinos e caprinos.

Como cidadão o Dr. Vicente da Costa Pinto, destacou-se pela sua intervenção corajosa pela liberdade e a democracia no nosso país, antes e depois do 25 de Abril de 1974, tendo-se destacado em vários cargos como militante do Partido Socialista.

Como merugense, nutriu sempre um amor profundo pela sua terra natal, mantendo, até à sua morte, uma ligação afetiva que o trouxe, enquanto a saúde lho permitiu, regularmente até ao nosso convívio, fosse em eventos, como a Feira do Porco e do Enchido ou, simplesmente, para matar saudades e encher a alma com os cheiros e a paisagem da sua adorada aldeia. No exercício das inúmeras tarefas de responsabilidade que exerceu com brio, procurou sempre que a sua terra não ficasse fora das oportunidades de obtenção de meios do Estado proporcionadores de desenvolvimento. Aconteceu assim com a construção da Sede da Associação dos Amigos de Meruge e com a construção do regadio em toda a extensão da Freguesia.

A Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital reconheceu já todo este percurso, com a justa homenagem que lhe prestou no feriado municipal de 2015, outorgando-lhe em vida a Medalha de Mérito Municipal.

O Notável percurso de vida cívica e profissional do Dr. Vicente da Costa Pinto é um exemplo maior que honra a Freguesia de Meruge, o Concelho de Oliveira do Hospital e o Portugal nascido do 25 de Abril de 1974.

Em sua memória e como preito de merecido reconhecimento, proponho que a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital aprove o presente Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Vicente da Costa Pinto e que manifeste à sua família as mais sentidas condolências e ainda que este voto seja enviado à Comunicação Social."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Naturalmente que o espírito é o mesmo e cabe-me salientar a honra que representa num momento de transição a comunidade do Concelho sentir necessidade de tecer elogios desta natureza a um cidadão. Isto é bom. Ele teve a capacidade de suscitar esse reconhecimento.

Parece-me que os dois Votos de Pesar podem ser votados conjuntamente e, por isso, coloco à consideração da Assembleia a apreciação destes dois Votos de Pesar."

De seguida foi efetuada a votação das propostas dos Votos de Pesar pelo falecimento do Dr. Vicente da Costa Pinto, que foram aprovados por unanimidade.

Seguidamente, foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sra. Ana Teresa Ferreira dos Santos Falcão de Brito, que fez a seguinte intervenção:

"Tenho a dizer que assumi este cargo com muito orgulho e acredito que tenho a confiança de quem represento.

Tudo farei para contribuir de forma positiva, solidária, e com sentido de responsabilidade, a função que agora exerço.

Não posso deixar de dar um agradecimento muito especial à minha equipa, que fez questão de estar aqui presente, e agradecer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, o Prof. josé Carlos Alexandrino, e aos seus Vereadores.

Agradecer também aos funcionários municipais com quem tenho trabalhado, aos meus amigos e a todas aquelas pessoas que, de algum modo, manifestaram o seu total apoio e confiança em mim.

Aos meus colegas, Presidentes de Junta, quero dizer que a Junta de Freguesia de Travanca de Lagos está aberta e disponível para trabalhar e colaborar em tudo o que e for possível com todos vós.

Desejo a todos um bom ano novo.

O meu bem-haja."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Neste momento quero também exprimir algumas palavras de agradecimento ao Presidente da Junta de Freguesia de Travanca demissionário, Sr. Prof. António Manuel Nunes Soares. Independentemente das razões que o terão levado a demitir-se das suas funções, quero, para além de lhe desejar felicidades e um bom ano, agradecer os contributos que ele deu para o bom andamento dos trabalhos desta Assembleia e para a vida política do nosso Concelho. Acho que foi uma pessoa que tinha uma atitude construtiva e que procurou sempre ajudar-nos a fazer caminho."

Seguidamente iniciaram-se as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia e foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, que fez a seguinte intervenção:

"Primeiro quero dar os parabéns e as boas vindas à Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos e desejar-lhe todos os êxitos para o seu mandato.

A minha intervenção é relativa à Estrada Nacional 230 simplesmente para, mais uma vez, falar da injustiça que cometeram com a nossa região. Sei que o Sr. Presidente da Câmara se tem preocupado bastante e que tem tido alguns contactos com as entidades e, por isso, gostaria que nos fizesse o ponto da situação.

Em conjunto com os meus colegas do Partido Socialista resolvemos apresentar uma moção que passo a ler:

"*Moção de reivindicação pela imediata requalificação do troço da E.N. 230 entre a Ponte das Três Entradas e o limite da Freguesia de Alvôco das Várzeas.*

Os Membros da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital vêm propor que seja aprovada uma moção de reivindicação pela imediata requalificação da Estrada Nacional 230, no troço entre a Ponte das Três Entradas e o limite da Freguesia de Alvôco das Várzeas, que é também o limite do Distrito de Coimbra, de acordo com os seguintes pressupostos:

1 - Decorre neste momento a requalificação do troço da EN 230 entre as Vendas de Galizes e a Ponte das Três Entradas, numa extensão de 9 km, obra que consideramos de extrema importância para a melhoria das condições de segurança e circulação naquele troço;

2 - Só após o início da referida obra foi dado a conhecer, pelas Infraestruturas de Portugal, a extensão da obra a realizar nesta fase, a qual não corresponde à totalidade da extensão da EN 230 no Concelho de Oliveira do Hospital, num total de 17 km, tal como seria de esperar;

3 - O restante troço, num total de 8 km, entre a Ponte das Três Entradas e o limite da Freguesia de Alvôco das Várzeas com o concelho de Seia, apresenta um elevado estado de degradação, que piorou bastante, logo após os incêndios podendo mesmo colocar em causa a segurança rodoviária;

4 - Este é um troço que serve também de entrada para a Serra da Estrela, sendo uma via importantíssima para a promoção turística do Concelho de

Oliveira do Hospital, nomeadamente dos vales dos rios Alvôco e Alva, sendo, por isso, uma via de grande tráfego e de grande importância para o desenvolvimento do Concelho e das Freguesias que serve;

5 - Dado que já se encontra adjudicada a requalificação do troço entre as Vendas de Galizes e a Ponte das Três Entradas, não se compreende que não se conclua o troço restante, aproveitando os recursos já existentes no terreno, o que levaria a uma poupança financeira na extensão da referida obra.

Face a todos estes argumentos, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, vem exigir junto das Infraestruturas de Portugal, junto do Ministério das Infraestruturas e do Planeamento e junto do Governo, a imediata conclusão da requalificação da EN 230 no troço entre a Ponte das Três Entradas e o limite da Freguesia de Alvôco das Várzea."

Desejo a todos um bom ano de 2019."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Esta situação da Estrada Nacional 230 diria que é, como o Sr. Presidente da Junta disse, e bem, uma coisa esquisita. É uma coisa esquisita por duas ou três razões: Falei, aqui, na Assembleia Municipal, várias vezes, no relatório das Infraestruturas de Portugal que considerava esta estrada, desde a Ponte das Três Entradas até ao limite do Concelho, na Freguesia de Alvôco das Várzeas, como uma estrada péssima. Neste relatório, numa pontuação de 1 a 5, era atribuída uma classificação de 1,4.

A Câmara Municipal nunca deixou de reivindicar a requalificação desta estrada, mas há algumas coisas que são estranhas. As Infraestruturas de Portugal lançaram uma obra entre a Ponte das Três Entradas e as Vendas de Galizes e esqueceram-se da outra parte. Fizeram também aquela parte para Avô.

Nós não estamos contra a realização destas obras mas estamos contra as obras que não fizeram e que deveriam ter feito. Mais grave do que isso é que a Câmara Municipal só foi informada do início da obra por aquela placa que foi afixada. As Infraestruturas de Portugal nunca deram uma satisfação à Câmara Municipal de Oliveira do Hospital e isto faz toda a diferença porque havia um conjunto de obras que poderiam e deviam ter sido lançadas e não foram.

Relativamente às Infraestruturas de Portugal há uma deselegância e há obras que não foram lançadas na Ribeira de Santiago, em Vila Pouca da Beira. Nós tínhamos o projeto feito para a rede de saneamento e para a substituição da rede de água e não nos deram ordem para fazer a obra. A obra estava

orçamentada em cerca de duzentos mil euros e era fundamental que a obra fosse feita.

As Infraestruturas de Portugal não nos autorizaram a realização destas obras porque aquando da realização das obras de saneamento na Estrada Nacional 17 houve muita gente que escreveu e atacou por causa das condições da estrada e até houve alguns que colocaram uns filmes. Eles disseram-me: Sr. Presidente, não nos vai acontecer aquilo que nos aconteceu com a Estrada Nacional 17 e, por isso, nós não vamos autorizar. Encontre outras soluções.

As Infraestruturas de Portugal indeferiram a realização das obras e, por isso, não tivemos possibilidade de as executar.

Espero desbloquear este processo e não deixaremos cair esta luta, mas é verdade que temos aqui um problema que ainda não conseguimos resolver e que já devia estar resolvido.

Lamento muito que as Infraestruturas de Portugal não tenham lançado a obra, que era aquilo que eles deveriam ter feito. Por isso, Sr. Presidente de Junta, o Senhor tem toda a razão para protestar e o Senhor conta com a solidariedade do Presidente da Câmara. O Senhor sabe, e teve oportunidade de ver, que falei várias vezes com o Sr. Ministro mas parece que as Infraestruturas de Portugal estão, de certa forma, a boicotar. Havemos de perceber porquê?"

Efetuada a votação, a Moção de reivindicação pela imediata requalificação do troço da E.N. 230 entre a Ponte das Três Entradas e o limite da Freguesia de Alvôco das Várzeas, foi aprovada por unanimidade.

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado, José Ferreira da Cruz Loureiro, que fez a seguinte intervenção:

"Sr. Presidente, o assunto que trago aqui não será um assunto fácil, mas é importante esclarecer esta Assembleia e esclarece o povo de Oliveira do Hospital. Na Zona Industrial há cerca de dezanove tratores. Não sei se são da Câmara ou se são da Cáritas. Houve-se dizer que foi a Cáritas que os ofereceu para as pessoas lesadas com os incêndios.

Solicito ao Sr. Presidente que nos informe de quem é a responsabilidade da entrega dos mesmos. Acredito que em 15 de outubro não arderam só dezanove tratores e que arderam muitos mais e, por isso, acredito que há muita gente com necessidade deles mas, os dezanove tratores, não chegam para todos e essa parte será muito complicada. Não sei se a Cáritas entregou alguma

listagem para a sua distribuição ou se definiu critérios de seleção para a entrega dos tratores.

Solicito ao Sr. Presidente que nos informe porque é que os tratores estão ali e porque é que ainda não foram entregues.

Desejo que o ano de 2019 seja bom para todos nós e também para o nosso Concelho."

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

"Sr. Presidente da Câmara Municipal, trago aqui algumas questões que gostaria que depois nos esclarecesse. Começo por dizer o seguinte: Ontem à noite esteve muito nevoeiro, demorei cerca de meia hora para chegar desde Lagares da Beira até aqui a Oliveira do Hospital. Sabemos que está a ser reposta alguma sinalização vertical e gostaria que o Sr. Presidente nos dissesse em que ponto está a recuperação da sinalética horizontal, nomeadamente a pintura dos pavimentos.

Relativamente aos incêndios de 2017 e àquilo que o incêndio destruiu, aparecem, às vezes, em alguns programas de televisão e em alguma Comunicação Social, e, como não sou maldoso e penso que certamente por escassez de tempo dos programas, ficamos com a sensação de que nem tudo está bem e que há mais coisas que estão mal que bem. Aqui no terreno sabemos que não é assim. Sabemos que há coisas que estão a ser recuperadas e também sabemos que tudo leva o seu tempo.

A bem da defesa da democracia e para tentar evitar alguma forma de populismo, gostaria que o Sr. Presidente esclarecesse esta Assembleia sobre a reconstrução das casas de primeira habitação. Felizmente vimos hoje na televisão que foram entregues mais algumas casas.

Relativamente às empresas dizer que se perderam muitos postos de trabalho. Houve empresas que ficaram completamente destruídas. Também sabemos que este Município, o Sr. Presidente e todo o seu Executivo, têm estado a fazer o possível e o impossível para que estas situações se vão resolvendo. Gostaria também que o Sr. Presidente nos fizesse o ponto da situação relativamente à recuperação das empresas.

Relativamente às casas de segunda habitação sabemos que tem um plano, sabemos que tem algumas formas de tentar ajudara a resolver este problema e gostaríamos também que nos dissesse o que pensa fazer neste ponto.

Para terminar gostaria de fazer aqui um agradecimento ao Ex-Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Prof. António Soares, que deu, durante o seu mandato, um contributo, quer para esta Assembleia, quer para a população de Travanca, e também para o Concelho.

Dar as boas vindas à nova Presidente de Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Ana Teresa Ferreira dos Santos Falcão de Brito. Desejar-lhe as maiores felicidades no cumprimento destas novas funções.

Desejo um bom ano de 2019 para todos vós. Desejo que seja um ano com muitas obras e sobretudo com muita solidariedade."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Luciano Marques Correia, que fez a seguinte intervenção:

"Sr. Presidente da Câmara Municipal a minha intervenção é sobre o subsídio relativo à recolha do lixo na Freguesia de São Gião. Como sabe fazemos a recolha do lixo e continuamos a fazer o trabalho que já fazíamos antes da Câmara Municipal entregar a recolha do lixo a esta empresa e já lá vão dois anos sem recebermos nada. Se alguma coisa correu mal entre a negociação da Câmara Municipal e a empresa que faz a recolha do lixo, nós, na Junta de Freguesia, somos alheios a essa situação, essa negociação não foi connosco e não venha cá ninguém dizer que quem devia pagar é a empresa que recolhe o lixo. Venho pedir ao Sr. Presidente da Câmara para resolver esta situação porque, como disse, vão dois anos decorridos sem receber o subsídio.

Para terminar, desejo um feliz ano novo para todos."

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho, que fez a seguinte intervenção:

"Começo por saudar todos e desejar um ótimo ano de 2019.

Saudar a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Ana Teresa Falcão de Brito, e desejar-lhe os maiores sucessos nesta empreitada que se avizinha.

Queria também saudar o Agrupamento de Escolas, na pessoa do Prof. Carlos Carvalheira, por terminar com a venda de garrafas de plástico. Parece-me que é uma excelente medida e lançava o desafio à Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal para que aqui também pudéssemos seguir exatamente o mesmo exemplo. Sei que a Mesa já o segue mas deste lado continuamos a usar a garrafa de plástico. Parece-me que era bom seguirmos o exemplo do Agrupamento de Escolas que neste caso tem sido pioneiro.

Por fim não podia deixar de aproveitar o facto de estarmos aqui todos para dar um grande abraço publicamente ao ilustríssimo Deputado Municipal e meu amigo Zé Ferreira pelo seu aniversário.

No âmbito do espírito de concórdia da época, quero salientar um facto que, estou certo, nos honra a todos, independentemente da bancada a que pertencemos, nos enche de satisfação: O Município de Oliveira do Hospital ficou entre os três primeiros Municípios do País classificados como melhores exemplos de boa governação local, no estudo "Qualidade da Governação Local em Portugal" da Fundação Francisco Manuel dos Santos(FMS), na Jornada do Poder Local que decorreu em Portalegre. Neste estudo editado pela FMS, o trabalho das autarquias é analisado em cinco dimensões - Voz dos cidadãos e prestação de contas; Estabilidade política; Eficácia governamental; Acesso e regulamentação do mercado; Estado de direito e prevenção - e vinte e dois indicadores como, por exemplo, a transparência, gestão da dívida, procedimentos de contratação pública ou a qualidade dos contratos submetidos à fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

Depois de ponderados todos os resultados alcançados naqueles cinco pontos de um estudo independente e idóneo que avalia a qualidade da governação local nos trezentos e oito municípios portugueses, o Município de Oliveira do Hospital acaba assim por ver o seu desempenho autárquico premiado com um terceiro lugar ao nível das autarquias consideradas como melhor exemplo de governação local.

Esta distinção chegou-nos pela mão de uma instituição idónea, altamente reputada, como é a Fundação Francisco Manuel dos Santos, que avalia a qualidade da governação local em Portugal. Bem sabemos que não fazemos mais do que a nossa obrigação mas afirmar Oliveira do Hospital como um Município em que as boas práticas de governação vêm sendo reconhecidas e premiadas por diversas instituições, é motivo de orgulho para todos os Oliveirenses.

Paralelamente, Oliveira do Hospital foi também considerado como sétimo Município mais transparente do País e o primeiro classificado ao nível do Distrito de Coimbra, no Índice de Transparência Municipal (ITM) 2017, pela Associação "Transparência e Integridade, Associação Cívica (TIAC)" - a entidade que em Portugal avalia o grau de transparência dos trezentos e oito municípios do país.

Na região centro do país e também no território composto pelos dezanove municípios que integram a Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra,

Oliveira do Hospital posicionou-se como o município melhor classificado, ao subir catorze lugares comparativamente ao *ranking* de 2016.

Neste estudo da TIAC, mais exigente que o de anos anteriores, a média alcançada pelos municípios portugueses cifrou-se em cinquenta e um pontos, numa escala de zero a cem, e os dez municípios melhores classificados - onde se inclui Oliveira do Hospital - obtiveram pontuação acima dos oitenta e dois pontos. A TIAC, representante em Portugal da rede global anticorrupção Transparência Internacional, é uma ONG sem fins lucrativos que tem como missão combater a corrupção.

Anualmente, e pelo quinto ano consecutivo, elabora o Índice de Transparência Municipal, com base numa análise à informação disponibilizada pelas câmaras municipais aos munícipes nos seus *web sites*, com várias dimensões cruciais para a vida do município, desde a organização do município, até à transparência económico-financeira, à prestação de contas, aos contratos celebrados pela autarquia, num total de setenta e seis indicadores.

Ou seja, também quanto ao índice transparência municipal, Oliveira do Hospital está bem e recomenda-se. Também aqui, com base em estudos independentes e realizados por entidades idóneas, numa avaliação feita a trezentos e oito municípios, Oliveira do Hospital classifica-se nos dez municípios mais transparentes do país. É o reconhecimento da gestão de transparência e rigor que este Executivo vem imprimindo à governação autárquica.

Uma vez mais, Sr. Presidente, bem sei que pensa que estes resultados não são mais do que a nossa obrigação no cumprimento escrupuloso do mandato autárquico que nos foi conferido, no entanto, ainda assim, quando outros tentam beliscar a nossa governação é sempre motivo de satisfação saber que outros, de olhar independente e idóneo, nos classificam como bom exemplo de gestão autárquica. É para mim, como Deputado Municipal e como Oliveirense, um motivo de orgulho neste Executivo."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Sobre a questão da sugestão da supressão do plástico também vou pedir à Câmara Municipal que nos apoie. Obviamente que a comodidade imediata das pessoas vai ficar um pouco prejudicada se colocarmos uma mesa com copos e jarras como aqui temos na Mesa da Assembleia mas acho que a sustentabilidade do planeta também justifica essa incomodidade imediata.

Sr. Deputado, João Ramalhete, a sua sugestão não vai "*cair em saco roto*" e é muito bem-vinda."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Bobadela, Sr. Vasco Marques Brantuas Ribeiro, que fez a seguinte intervenção:

"Não vou fazer uma retrospetiva do ano de 2018 porque isso roubar-me-ia o tempo todo. Faço apenas um pequeno balanço: Não me canso de elogiar o grande investimento que foi feito na Bobadela pela família Dias nomeadamente o Museu do Azeite. Dizer também que tanto a Câmara Municipal como a Junta de Freguesia estiveram sempre desde a primeira hora de acordo e sempre com uma grande ansiedade de ver o projeto crescer.

Agradecer também o trabalho que tem sido feito ao nível do turismo nomeadamente no caso do Centro Interpretativo que já conta, em tão pouco tempo, com cerca de cinco mil visitas.

Uma palavra para a Sra. Vereadora da Cultura que, de facto, tem feito um trabalho exemplar e que quero enaltecer.

Desejar-vos um bom ano de 2019."

Seguidamente foi dada a palavra à Sra. Deputada, Dra. Ana Marta Mendes Garcia, que fez a seguinte intervenção:

"A minha intervenção, hoje, pretende dar nota que atualmente Oliveira do Hospital tem uma cobertura assistencial médica total. Finalmente não existem utentes sem médico de família no Concelho, o que já não acontecia há muitos anos.

Temos um Centro de Saúde cada vez mais organizado, otimizado, mais próximo dos padrões que se preconizam. São poucos os Concelhos nos quais existem médicos de família para todos os utentes. Atendimento de doença aguda durante vinte e quatro horas e um conjunto de profissionais a trabalhar em equipa no Centro de Saúde nomeadamente equipa de saúde mental, com psiquiatra, psicólogos; Unidade de cuidados à comunidade, Assistente Social, Delegada de Saúde e em breve Dentista.

Vive-se também um momento de estabilidade na organização encontrada. Estão-se a colher os frutos dos esforços realizados por este Executivo que muito para além daquilo que são as suas competências na área da saúde tem tudo feito para que a população de Oliveira do Hospital possa ter os melhores cuidados de saúde. Como profissional da área o meu reconhecimento por esse esforço.

Estamos no caminho certo e cada vez mais próximos de alcançar os cuidados de saúde que os Oliveirenses merecem.

Bom ano para todos."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, Sr. Rui Jorge Campos Coelho, que fez a seguinte intervenção:

"Começo por dar as boas vindas e desejar um bom mandato à nossa colega Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos. Seja muito bem-vinda ao grupo dos Presidentes de Junta que tanto fazem por este Concelho.

Já tive a oportunidade de abordar este assunto numa reunião com o Sr. Presidente e com os restantes membros das Juntas de Freguesia. Vou referir-me concretamente à zona do Vale do Alva e dizer que as bermas das estradas continuam ameaçadas por árvores que estão em risco eminente de tombar para cima de pessoas e veículos que circulam nas nossas estradas.

Sr. Presidente, pedia-lhe, uma vez mais, que fossem tomadas medidas que reduzissem esses riscos. Cada vez mais se vão somando episódios de queda de árvores, ainda não tivemos nenhum acontecimento trágico, mas seria bom que fizéssemos uma intervenção que diminuísse o risco e não estarmos à espera de que algo mais grave possa vir a acontecer para depois irmos a terreiro.

Depois deixar aqui um alerta que também me tem deixado bastante preocupado, e também já tivemos oportunidade de falar, que tem a ver com a Estrada Municipal 514, no troço Penalva de Alva/Ponte de São Gião/Sandomil. Houve uma derrocada bastante grande e a estrada está consolidada mas se as condições atmosféricas se alterarem e as chuvas começarem a cair poderemos ter ali problemas graves. Gostava que a Câmara Municipal fizesse uma avaliação aprofundada, sei que os técnicos já estiveram no terreno, mas pedia-lhe uma vez mais a sua melhor atenção para aquele episódio.

Depois, desejar a todos um bom ano de 2019."

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que fez a seguinte intervenção:

"Começo por desejar um feliz ano de 2019 a todos.

Gostaria de enaltecer a retoma do Orçamento Participativo Jovem. De facto foi um processo, do ponto de vista da participação de candidaturas, que teve um número elevado de candidaturas. Houve uma boa envolvência das

Freguesias. Podíamos ter tido uma maior participação de votação e penso que esse será o único ponto a melhorar no futuro.

Quero aproveitar a ocasião para dar os parabéns ao projeto vencedor.

O nosso colega João Ramalhete teve a oportunidade de falar sobre a classificação do Município de Oliveira do Hospital como terceiro melhor exemplo de governação. De facto, no primeiro parâmetro, da voz dos cidadãos, os orçamentos participativos são um dos elementos avaliados, e nessa medida é um trabalho a continuar.

Por fim gostaria de reconhecer, aqui, a relevância do reconhecimento do Município de Oliveira do Hospital, pelo quarto ano consecutivo, e por ter sido galardoado como a autarquia mais familiarmente responsável. De certa forma este reconhecimento não deixa esta Assembleia Municipal surpresa porque temos votado a redução de taxas de IMI para famílias numerosas, temos votado opções do plano que preveem medidas de apoio à natalidade e ainda hoje vamos votar uma medida de cento e cinquenta mil euros. Também não surpreende porque no ano passado votámos o Regulamento dos Serviços de Água onde se previa um tarifário social especial para famílias numerosas."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, Sr. Eng.º Bruno Ricardo Dias Amado, que fez a seguinte intervenção:

"Começo por desejar a todos vós um bom ano de 2019 a nível pessoal e profissional.

Felicitar a nova Presidente de Junta de Freguesia de Travanca de Lagos e dizer-lhe que a União de Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira está ao seu dispor para o que pretender dentro das nossas capacidades e limitações.

Trago um discurso que me vou arrepender de o dizer e vou começar desta forma: Vinha fazer um resumo do ano que, como sabem, foi bastante atribulado. Foi um campeonato à parte. Tivemos que lutar via judicial e tivemos que executar o trabalho da Freguesia, com uma casa literalmente desarrumada.

Estamos numa época de Natal e chegar aqui e ser o mau da fita não fica nada bem.

Sr. Presidente, a União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira tem sido prejudicada. Não sei se fui eu que dei o passo errado consigo, não sei se fui eu que dei o passo errado com todos vós, mas é certo que quando me propus ser Presidente e as pessoas votaram em maioria, é porque

acreditavam nessa diferença. Dessa fase para cá sempre nos propusemos trabalhar e é com esse intuito que estamos cá.

Não sou uma pessoa de guerras e de intrigas, muito pelo contrário. Sou amigo do meu amigo e se puder dar a minha camisola eu dou.

Não vale a pena estar aqui a criar atritos porque todos temos cores diferentes, todos temos ideologias diferentes, mas todos nós sabemos respeitar. E isso é que é fundamental.

Sr. Presidente, a União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, está disposta para começar 2019 com o pé direito e no que for necessário estaremos cá."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

"Começo por desejar um bom ano para todos.

Felicito também a nossa nova colega, Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, e desejar-lhe muitas felicidades no exercício das suas funções.

Referir que fiquei muito satisfeito com a intervenção da minha conterrânea, Dra. Ana Marta Mendes Garcia. O que ela veio dizer é bom para os nossos fregueses. É bom para os nossos fregueses terem uma cobertura mais digna no que diz respeito à saúde.

No entanto também quero chamar a atenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal porque nem tudo ainda está bem.

Quero agradecer à Câmara Municipal, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara, todo o apoio que foi dado para a realização do evento Feira do Porco e do Enchido. Infelizmente este ano o tempo não esteve bom, o que não nos ajudou muito, mas, mesmo assim e apesar de ter sido um dia bastante chuvoso, ainda fomos visitados por muita gente o que quer dizer que estamos no caminho certo. A Feira do Porco e do Enchido é um evento que tem de ser apoiado, já está num determinado patamar e temos que manter o nível de exigência. Temos de continuar a trabalhar nesse sentido e isso dignifica muito a nossa Freguesia e o Concelho. É com eventos desta natureza que nos podemos afirmar ao nível do País.

Este ano não nos correu muito bem, os incêndios de 15 de outubro vieram baralhar isto tudo, e trouxeram-nos muitos problemas. Esperamos que o ano de 2019 venha a ser melhor, no que diz respeito à realização de obras e à realização do que nos tínhamos proposto quando nos candidatámos.

Após os incêndios, a preocupação era repor as comunicações em todo o lado e isso foi feito no tempo mais célere possível, no entanto penso que esse serviço foi um bocado atabalhoado e mal feito. Podíamos ter aproveitado essa oportunidade para arrancar todos os fios velhos e meter a fibra. Penso que devemos chamar a atenção de quem de direito de que os fios velhos deviam ser todos retirados.

Sr. Presidente, peço desculpa por voltar a insistir nisto, a ser chato, já andamos há seis anos a falar nas Ligações Técnicas. Este assunto nunca mais tem fim. Isto incomoda-me tanto que o Senhor nem pode imaginar! Mas eu tenho que ser chato e tenho que continuar a insistir enquanto não vir este assunto resolvido."

Seguidamente, foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Seixo da Beira, Sra. Isabel Margarida Neves Claro Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

"Começo por endereçar um cumprimento especial à nova colega, Presidente de Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, desejando-lhe as maiores felicidades no novo cargo.

Enquanto Presidente de Junta de Freguesia do Seixo da Beira, e porque visito regularmente as localidades anexas e contacto com as comunidades, têm-me sido colocadas questões que considero pertinentes e para as quais peço um esclarecimento por parte do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, nomeadamente a questão que se prende com os plátanos existentes ao longo da EM 231, junto à Felgueira Velha e até à ponte do rio Mondego.

Atendendo ao corte de que foram alvo os plátanos do Ervedal da Beira e não tendo o Executivo daquela União de Freguesias sido contactado ou tido qualquer informação sobre os trabalhos que foram desenvolvidos, questiono o Sr. Presidente, se há, ou não, intenção de abater aquelas árvores na Felgueira Velha e, a existir, quais são os critérios a considerar?

Aproveito ainda esta intervenção para comunicar a esta Assembleia Municipal que amanhã será inaugurada a sede requalificada do Clube Desportivo e Recreativo Vasco da Gama, obra de extrema importância quer para o clube quer para a população. Agradeço, em nome da direção do clube, todo o apoio dado pela Câmara Municipal de Oliveira do Hospital e endereço a todos os presentes o convite para nos visitarem amanhã a partir das dezasseis horas e trinta minutos.

Desde já os meus votos de um ano de 2019 cheio de sucessos pessoais e profissionais."

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

"Chegados ao final do primeiro ano de mandato cumpre ao Partido Popular fazer um pequeno balanço daquilo que foi o primeiro ano deste Executivo, sendo certo, não o escamoteamos, que este se desenrolou em condições historicamente adversas e condicionará o mandato de todos os autarcas oliveirenses exigindo, como nunca na história do município, um compromisso político sincero e constante com exigência máxima por parte dos oliveirenses.

Não obstante, também devido a essas condicionantes se devem como nunca exigir resultados a este Executivo dada a miséria, o desespero e a angústia que se assolou sobre centenas de famílias de um Município já hostilizado por sucessivos Governos, tendo perdido competências jurídicas, sendo lesado no direito à saúde que lhe compete assegurar, primeiro por falta de médicos e, depois, pelo encerramento do Serviço de Urgências, não estando, em boa verdade, nenhum dos partidos aqui representados isento de culpas pelo sucessivo abandono e depauperização a que o Estado nos tem sujeitado.

O que também não é menos verdade é o facto deste Executivo ter sido conivente com algumas destas situações e, em última instância, até solidário com alguns dos seus intervenientes mais recentes, condecorando-os, pasme-se, neste mesmo espaço, Salão Nobre do Município, com uma desfaçatez e despudor incomensuráveis que granjearam algo tão inédito quanto a concordância de todas as outras forças políticas do Concelho, desde o Partido Popular, passando pelo PSD e terminando no PCP, deixando o Partido Socialista sozinho numa distopia política tão atroz que só no "Admirável Mundo Novo" de *Aldous Huxley* ou no "1984" de *George Orwell* encontra paralelo.

Já que a este Executivo escolheu associar-se aos atos da CCDR-C de forma clara e laudatória atribuindo-lhe de forma oprobriante a mais alta distinção do Município a essa Senhora, o Partido Popular por uma questão de transparência escolhe associar os atos da CCDR-C a este Executivo.

O Partido Popular quer responder aos problemas do Município, e já que o Sr. Presidente tem andado numa azáfama para legitimar o trabalho dessa Senhora, nós, pelo contrário, escolhemos ouvir os Oliveirenses, deslocámo-nos

a Nogueira do Cravo, que é a maior Freguesia do Concelho, excetuando o polo urbano da cidade, dando voz àqueles que infelizmente não a têm, fomos perceber se, afinal, era, ou não, sensacionalismo aquilo que nos disse a tão famigerada reportagem. Facilmente se conclui que não, e que a incompetência que os Senhores optaram por premiar, de facto, existe. De facto, as adjudicações diretas foram dúbias, de facto, as verbas contratualizadas pela CCDR-C nesses contratos são insuficientes, a seu tempo denunciadas pelos empresários Oliveirenses, e que o nosso Presidente, mais uma vez, escolheu ignorar.

Sr. Presidente, estão obras paradas por falta de verbas, famílias que passam o segundo Natal em condições precárias e inadmissíveis.

Temos o setor primário ao abandono, e que este Governo considera um setor económico de segunda, dado ao facto de atribuir indemnizações por demais reduzidas face aos outros agentes económicos.

Temos ainda sinalização por colocar no Concelho.

Tempos houve, Sr. Presidente, em que lhe era reconhecida capacidade reivindicativa. De vigílias e buzinões sobram agora bajulações a quem tanto mal faz às nossas gentes. No Partido Popular ficamos com a dúvida se será pela mudança partidária no governo ou se é o Partido Socialista que o pressiona à defesa dos interesses partidários em detrimento do interesse dos Oliveirenses?"

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Sr. Luís Filipe Nina Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Começo por felicitar a nossa nova colega, Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, e desejar-lhe as maiores felicidades no exercício do seu mandato.

Foi aqui dito que foi feita uma visita, por parte dos membros do CDS, a essa grande Freguesia chamada Nogueira do Cravo, a segunda maior Freguesia do Concelho e com muito orgulho.

Dizer-lhes que, no âmbito dessa visita para ver o ponto de situação das casas que foram destruídas nos incêndios de outubro de 2017, temos sete casas de perda total e das quais ainda hoje, o Sr. Presidente da Câmara Municipal e a Sra. Presidente da CCDR-C, convidaram-me para os acompanhar e entregar as chaves de duas casas que já estão prontas. Há uma terceira que também já está pronta mas o proprietário não está cá.

É muito bom que visitem o nosso Concelho e digam o que ainda não foi feito mas muita coisa também já foi feita.

Estas entrevistas também servem para denegrir o trabalho de muita gente de bem que anda aqui desde a primeira hora a ouvir as pessoas e a "dar a cara". Nós estamos lá desde a primeira hora, bem como o Sr. Presidente da Câmara Municipal, os Técnicos da Câmara Municipal que têm estado no terreno e os Técnicos da CCDR-C.

Para além das três casas que estão concluídas, hoje, as outras quatro estão em reconstrução. Eu também gostava que estivessem todas prontas. Eu ficava muito mais satisfeito se isso acontecesse mas também já há casas reconstruídas na sua totalidade.

Gostaria de dizer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e ao seu Executivo que continue como tem estado e sem abrandar o seu espírito de reivindicação. Continue a desempenhar as suas funções com sentido de responsabilidade, com proximidade, dando a cara, indo ao terreno sem ter medo de coisa nenhuma. Também sei que há casas que arderam, que estão abandonadas há muitos anos, e que não vão ser reconstruídas.

Nem tudo serve para fazer propaganda política, ainda por cima com a desgraça alheia. Temos que ver aquilo que está feito. É bom realçar os aspetos positivos. Realçar somente os aspetos negativos é propaganda política de muito baixo nível e é triste.

Gostaria de elogiar a os agentes de Proteção Civil do nosso Concelho porque têm respondido com muita celeridade às várias solicitações.

Para concluir quero desejar um feliz ano novo para todos, e para os respetivos familiares, e desejo que o que falta fazer na reconstrução das casas de perda total que seja concluído o mais brevemente possível."

De seguida, foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Sra. Dra. Olga Maria Filipe Bandeira, que fez a seguinte intervenção:

"Venho aqui a esta Assembleia para dar conta de três pontos que gostava que fossem mais esclarecidos afim de eu poder prestar mais alguns esclarecimentos à população de Lagares: Um dos pontos é referente à requalificação do antigo quartel dos Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira, cuja obra pertence à da Câmara, e, sem dúvida nenhuma, vai engrandecer a Vila de Lagares da Beira mas também o Concelho, uma vez que terá, certamente esse âmbito concelhio.

Como o Sr. Presidente sabe, Lagares da Beira tem várias Associações de índole cultural, com atividades ao longo de todo o ano. Um espaço como o que

foi requalificado era, sem dúvida, imperioso realizar. Por isso, endereço os parabéns à Câmara Municipal pelo investimento que está naquele espaço.

Pelo que sei a obra já deveria estar concluída mas outras circunstâncias não o permitiram o que é perfeitamente compreensível. Sei que algumas retificações vão ter de ser feitas, há mobiliário também para adquirir, e a minha intervenção vem no sentido de que dentro da brevidade possível os trabalhos possam ser concluídos a fim de dinamizar e rentabilizar o equipamento existente, e prende-se também com o facto de solicitar ao Sr. Presidente que me possa facultar mais alguma informação sobre o ponto de situação.

O segundo ponto prende-se com o abastecimento de água aos habitantes do lugar de Adarnela: Já tivemos a oportunidade de reunir com as pessoas, como o Sr. Presidente sabe, porque também esteve presente, e tem havido por parte dos moradores abordagens no sentido de saber para quando será possível responder a este anseio dos habitantes da Adarnela. Solicito também alguma informação adicional.

Outro ponto tem a ver com a estrada Lagares/Ervedal – a estrada da ribeirinha - que em certos sítios necessita de railes de proteção para prevenir que algum despiste ou distração resulte num acidente grave, nomeadamente a queda de algum veículo para o precipício. Solicitava ao Sr. Presidente a ida de técnicos para fazerem a devida avaliação.

Cumprimento a nova Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sra. Ana Teresa, e dizer-lhe que há um ponto de ligação entre Lagares e Travanca que é a ponte. Espero que para além desse ponto de ligação possamos também defender os interesses das nossas Freguesias. Desejo que tenha sucesso nesse cargo que vai começar agora a desempenhar.

Desejar ao Presidente cessante, ao Prof. António Manuel, um bom ano e dizer que também ele contribuiu para o desenvolvimento da sua Freguesia.

Por último, desejar a todos um ano novo com muita saúde e paz, e que cada um de nós possa contribuir para um ano mais solidário e fraterno. Bom ano novo."

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. André Duarte Pereira, que fez a seguinte intervenção:

"Começo por felicitar o Rafael Dias pela sua eleição para as Estruturas Federativas da Juventude Popular, bem como felicito o Sebastião Barbosa pela sua eleição para as Estruturas Nacionais da Juventude Socialista.

Dar já uma nota rápida ao Rafael: Só tenho a dizer-te que tu és um pouco mais novo e eu também não sou muito mais velho, para ti que só conheceste a realidade deste Executivo é normal que penses assim, mas podes ter a certeza de uma coisa: Este é o melhor Executivo que Oliveira já conheceu. E se tiveres dúvidas disso, pergunta à população porque acho que os votos foram por eles.

O que venho aqui dizer pode ser um pouco diferente do que se estava à espera, em função daquilo que já se pôde ouvir hoje: Embora a Saúde em Oliveira do Hospital não seja da competência da Câmara, nem da Assembleia Municipal, é algo que nos deve preocupar.

O que vos venho transmitir é que o Dr. Avelino Pedroso, Diretor Executivo do Agrupamento dos Centros de Saúde do Pinhal Interior Norte, suspendeu o protocolo de contratação dos médicos de urgência permanentes a partir do dia 2 de janeiro do próximo ano. Como sabem temos doze médicos de família, não temos ninguém sem médico, mas apenas temos dois médicos que garantem o serviço de urgência permanente.

Com a suspensão deste protocolo o Centro de Saúde passa a ter disponíveis apenas consultas de emergência. O problema é que estas consultas ficam disponíveis nos horários das 11 horas às 14 horas e das 17 horas às 20 horas. Com isto desaparece mais um pouco o nosso serviço de urgências e torna-se importante que as pessoas tomem precauções para não se magoarem entre as 14 horas e as 17 horas. É cada vez mais um luxo ter um serviço de urgências sem surpresas. Sr. Presidente, se souber de algo que contrarie esta informação seria bem-vindo.

O segundo ponto que gostaria de partilhar convosco é uma comparação com concelhos vizinhos e com condições semelhantes: A Pampilhosa da Serra tem quatro mil e quinhentos habitantes, tem um Serviço de Atendimento Permanente durante 24 horas e sete dias por semana; Góis tem quatro mil e duzentos habitantes, tem o Centro de Saúde aberto todos os dias, incluindo sábados, domingos e feriados, das 10 horas às 20 horas; Tábua com doze mil e setecentos habitantes tem Centro de Saúde aberto todos os dias, sábados, domingos e feriados, das 8 horas à meia-noite; Oliveira do Hospital, com vinte mil e oitocentos habitantes, tem o Centro de Saúde fechado no próximo sábado, domingo, segunda-feira e terça-feira. É claro que nós temos a Fundação Aurélio Amaro Dinis durante o resto do tempo, onde o tão prometido raio-X também não funciona tal como não funcionava no Centro de Saúde, mas em termos de serviço de urgências foi conseguido aquilo a que podemos chamar de um mal menor. Perdemos um pouco mas não se perdeu tudo e para termos este serviço o

Estado paga cerca de vinte mil euros por mês à Fundação Aurélio Amaro Dinis, e não sendo o ideal é, pelo menos, uma solução. Então qual é o problema?

O problema é que a Fundação Aurélio Amaro Dinis não pertence ao Serviço Nacional de Saúde e, como tal, não pode fazer domicílios.

O que são domicílios? São tratamentos, pensos, injetáveis ou algaliações. Uma algaliação é a introdução de um tubo pela uretra até à bexiga. Este é um tratamento que o cidadão português tem direito a receber no seu domicílio, menos em Oliveira do Hospital. Em Oliveira do Hospital chama uma ambulância para o levar à Fundação Aurélio Amaro Dinis e depois aguarda por outra para o levar para casa. Só pode haver domicílios quando o Centro de Saúde está aberto mas em Oliveira do Hospital o Centro de Saúde fecha fins de semana e feriados e faz pontes.

Terminando, se a solução de quem decide estas coisas é passar as urgências definitivamente para a Fundação Aurélio Amaro Dinis, que assim seja. Perdem-se umas coisas mas ganham-se outras. O que não faz sentido é o funcionamento mínimo do Centro de Saúde estar a ser constrangido pelas sucessivas decisões e contradições.

Posto isto, será que vamos continuar a ter urgências em Oliveira e será que vamos voltar a ter domicílios?

Sra. Presidente da Assembleia Municipal, se me conceder mais dois minutos gostaria de partilhar com os presentes uma breve história: Hoje, às oito da manhã, deu entrada no Centro de Saúde uma Senhora com sinais de enfarte, uma mãe com cerca de quarenta anos. Relembro que às oito horas é o momento das dúvidas existenciais dos Bombeiros, que têm de decidir se seguem para o Centro de Saúde ou para a Fundação Aurélio Amaro Dinis, e que a partir do dia dois, se calhar, nem um nem outro.

A Senhora dá entrada no Centro de Saúde às oito horas. A médica liga para o CODUS e são solicitados os Bombeiros de Lagares da Beira para que a levem para Coimbra. O estado da Senhora piora. A médica liga para o CODUS novamente e é solicitado aos Bombeiros de Oliveira do Hospital que a levem para Coimbra. A dor irradia para as costas, estende-se para os braços, e tudo indica que se trata mesmo de um enfarte. A médica liga novamente para o CODUS, e desta vez vem o Suporte Imediato de Vida. O Suporte Imediato de Vida de Seia demora vinte minutos a chegar a Oliveira, o Suporte Imediato de Vida de Arganil demora trinta e cinco minutos a chegar. Chegaram, estabilizaram a doente, administraram morfina, o quadro clínico melhora e acabam por ser os Bombeiros de Lagares a levar a Senhora para Coimbra.

A moral da história depende da opinião de cada um, mas gostaria de propor uma conclusão analítica: Só as SUB - Serviço de Urgência Básico é que dispõem de stock de morfina e a SIV - Suporte Imediato de Vida naturalmente também, mas em Oliveira do Hospital há mais de vinte mil pessoas que se tiveram um enfarte podem ter a certeza que não é em Oliveira que encontram morfina. Hoje correu tudo bem mas amanhã podemos ser nós e podemos não ter a mesma sorte."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Avô, Sr. Enf.º José Carlos Martins Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

"Começo por dar os parabéns e desejar um bom mandato à nova Presidente de Junta de Travanca de Lagos e dizer-lhe que a Junta de Avô estará sempre disponível para o que necessitar.

Gostaria de propor uma pequena reflexão: Há cerca de três semanas estava a prestar cuidados domiciliários a uma utente e em conversa com o marido da Senhora ele colocou-me esta questão: Muitas vezes nós os autarcas não pensamos mas esta é a realidade dos factos. O fogo veio, ardeu tudo e mais alguma coisa, o Ministério da Agricultura deu algum dinheiro, e há de facto plantações de oliveiras e videiras mas quando é que vai haver fruto?

A questão é esta, já passaram dois anos, e em termos de colheitas, nesta altura era feita a colheita da azeitona com a qual se fazia o azeite. Quando é que vamos ter novamente azeite? Esta era a questão do Senhor. Segundo os entendidos só daqui a dez anos é que as novas oliveiras vão produzir azeite mas dez anos é muito tempo para haver novas colheitas. Isto é apenas só uma reflexão.

Também quero abordar um tema que o Presidente da Junta de São Gião, Sr. Luciano, também já abordou. Já tivemos uma reunião com o Executivo no passado dia treze de novembro e focámos este aspeto. A Freguesia de Avô também é uma das Freguesias em que atendendo às ruas estreitas que tem os funcionários da Junta têm que fazer a recolha do lixo e têm que o colocar num determinado local onde depois o Planalto Beirão faz a recolha. De facto nós recebíamos um subsídio anual e em dois mil e dezassete e dois mil e dezoito não foi pago. O Sr. Presidente nessa reunião prometeu que ia resolver a situação e, por isso, quero questionar se vamos receber, ou não, esse dinheiro.

Um terceiro aspeto tem a ver com um agradecimento público, que já tinha feito em privado. Quero fazer um agradecimento ao Sr. Presidente da Câmara, Prof. José Carlos Alexandrino, e ao Sr. Vereador, Prof. Nuno Ribeiro. No

passado dia um de novembro participaram num ato nobre, um evento simples que foi a transmissão da missa de Todos os Santos pelo canal 1 da RTP e que foi transmitida para os quatro cantos do mundo. Ou seja, Avô, a sua pequena freguesia, a sua igreja matriz e também um pouco de Oliveira do Hospital foi vista por esse mundo fora com a transmissão da missa de Todos os Santos. Por isso, o meu muito obrigado.

Gostaria de terminar desejando a todos os presentes, sem exceção, continuação de boas festas, e um ano novo cheio de paz e principalmente com muita saúde."

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Paulo Sérgio Dias Minas, que fez a seguinte intervenção:

"Como poderão notar esta é a primeira vez que participo ativamente nesta Assembleia embora esteja a substituir a Sra. Maria Alice. Não será necessariamente a primeira vez que venho neste dia ao Salão Nobre do Município porque quem me conhece sabe seguramente que já me viu aqui algumas vezes no local destinado ao público onde com interesse venho assiduamente assistir ao debate sobre o meu Concelho.

Hoje estou aqui enquanto cidadão eleito pela Coligação Construir o Futuro um facto que em nada, ou quase nada, me diz respeito porque este mérito é sem dúvida todo do Luís Lagos, alguém em quem eu sempre vi espelhada a minha opinião nesta Assembleia, alguém com conhecimento elevado de valor acerca do concelho e da região. No fundo uma pessoa que ainda terá muito para dar à sua terra e muita gente quererá contar com a sua participação no futuro.

Estou aqui acima de tudo porque gosto de participar enquanto cidadão independente. Não tenho qualquer filiação partidária. Estou aqui exclusivamente a pensar pela minha cabeça e estou, ainda mais, porque existe um claro défice de pensamento crítico, autónomo e criativo nesta Assembleia, neste Concelho, quer entre os jovens, quer entre os mais velhos. É esse contributo que eu posso e espero dar.

Antes de começar pelos pontos que trago aqui e porque ouvi a intervenção do André, que agora não está aqui, e queria dizer que foi das intervenções mais sóbrias e das intervenções mais necessárias que alguma vez ouvi nesta Assembleia e, por isso, quero agradecer as palavras dele porque realmente são mesmo muito necessárias.

O primeiro ponto que me traz aqui, e eu refleti muito antes de o trazer, mas acabei por faze-lo quase por dever de consciência. Enquanto Oliveirense

entristeceu-me muito ver, no passado dia sete de outubro, que a mais alta distinção do Município fosse atribuída à Sra. Presidente da CCDR-C, Dra. Ana Abrunhosa. Não lhe quero tirar o mérito do seu trabalho, as circunstâncias foram difíceis e raramente foram as ideais mas aquilo que a Sra. Presidente da CCDR-C fez foi precisamente e simplesmente o seu trabalho. Aliás nem sequer se distinguiu um pouquinho que fosse para lá das suas competências para merecer uma Medalha de Ouro Municipal, pois, se o tivesse feito, passado um ano dos incêndios, todas as casas de primeira habitação estariam reconstruídas, para lá caminhamos, e ainda bem, e não estaria uma única empresa ainda no chão. Neste momento não senti essa necessidade de atribuir uma Medalha de Ouro Municipal à Dra. Ana Abrunhosa mas obviamente que respeito a decisão democrática do Executivo e desta Assembleia como sempre o farei, mas quando fá-lo em défice de pensamento crítico é também aqui que eu quero chegar.

Segundo ponto, e aqui numa perspetiva mais utópica e admito que muita gente possa vê-la dessa forma mas o Copérnico também tinha a ideia que a terra era redonda e de facto era: Sr. Presidente, quero deixar-lhe aqui um repto e espero que faça uso da sua influência na Comunidade Intermunicipal de Coimbra, junto do Primeiro-Ministro, junto do Presidente da República, junto de quem quiser, e concentre-se naquela que será porventura a obra mais relevante de sempre para a nossa região. Se o IC6 é fundamental, é claro que sim! A requalificação das estradas nacionais é importante, sem qualquer dúvida! Mas, é o aeroporto de Coimbra, uma ideia criada pelo Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Prof. Manuel Machado. O aeroporto de Coimbra é uma questão estratégica e essencial que nos pode aproximar definitivamente da linha de desenvolvimento do litoral e dos grandes centros urbanos muito mais rapidamente do que o IC6 e que dará relevância europeia e mundial às nossas empresas e que irá projetar as nossas unidades hoteleiras nos principais países emissores de turistas.

Pergunto se Oliveira do Hospital isoladamente tem algum peso na decisão de criar uma ponte aérea a partir de Coimbra? Infelizmente eu creio que não, mas com todos os Municípios da Comunidade Intermunicipal alinhados nesta luta, com o peso do Prof. Manuel Machado enquanto Presidente da Associação Nacional de Municípios, eu creio que essa luta será possível de concretizar e não tenho dúvidas que a relevância política a nível nacional será indubitavelmente diferente.

Sr. Presidente, se quer deixar uma marca de futuro para as próximas gerações, se quer reverter a tendência acelerada de perda de população, não

tenho dúvidas que esta é a obra pela qual o Sr. Presidente, toda a região e cada um de nós deve lutar mais do que o IC6, mais do que a requalificação das estradas. Não quero dizer mais do que os médicos mas, a verdade é que, com um maior fluxo de turismo e serviços na nossa Região a tarefa de captar mais médicos sairia muito facilitada. Isto não é sonhar, isto é ter ambição pelo nosso Concelho, pela nossa Região, pela reconversão do interior do País porque nem tudo se resume a Lisboa.

Desejo um bom ano para todos."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

"Sr. Presidente da Câmara, já aqui foi referido que alguma coisa mudou na área da Saúde no nosso Concelho. Na parte que concretamente me diz mais respeito, na União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, a situação piorou recentemente. Se bem que temos ali uma Unidade de Saúde com ótimas condições, uma Unidade de Saúde que já em tempos teve dois médicos para os cerca de mil e quinhentos utentes desta União de Freguesias. Já há uns tempos largos que só tem um médico e esse médico que por sinal é coordenador do Centro de Saúde de Oliveira do Hospital, acerca de dois meses, não temos médico ou se o tivemos foi num ou outro dia em que o médico que lá presta serviço terá ido pontualmente, num ou outro dia. O que quer dizer que há dois meses o médico está de baixa, deduzo que será para continuar, e muito possivelmente dentro de algum tempo pedirá a reforma. Quero dizer que vamos ter ali um problema e já o estamos a começar a ter.

Hoje as pessoas questionam-nos na Junta de Freguesia porque querem uma receita e não têm, querem uma consulta e não têm, e estamos com um problema e estou convencido que se vai agravar. Isto é uma alerta porque neste momento enquanto se ouve dizer que no Concelho de Oliveira do Hospital, depois das últimas colocações de médicos no nosso concelho, que não há pessoas sem médico de família. É bom que isso seja assim mas simplesmente nós neste momento estamos com problemas na União de Freguesias de Ervedal e Vila franca e espero que esta situação não se venha a agravar e que haja uma solução. Se há médicos suficientes neste momento acho que para colmatar este problema poderia, eventualmente, uma ou duas vezes por semana, deslocar-se um médico que esteja disponível no Centro de Saúde para poder ir ao Ervedal prestar algum serviço às populações.

Isto é um alerta e espero que não se agrave mais. Se a situação se vier a degradar nós cá estaremos para tomar as devidas providências junto de quem de direito.

Quero também cumprimentar a nossa nova colega da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos. Em meu nome pessoal, enquanto Presidente de Junta e como responsável político do Partido Socialista, bem-vinda às novas funções. Espero que saiba desempenhar e que tenha coragem para isso, com a sua equipa, para levar a bom porto os anseios das populações da Freguesia de Travanca. Obviamente, tudo o que for necessário, da nossa parte, estaremos sempre disponíveis para a todo o momento dar a colaboração possível.

Quanto à questão das casas, dizer o seguinte: Fazer-se muito em pouco tempo não é fácil e por vezes isso é impossível. Quando se faz muito em pouco tempo por vezes faz-se mal.

Penso que todas as coisas têm o seu tempo para serem feitas. Se neste percurso, e depois de tudo o que aconteceu, houve casos que não correram de acordo com as expectativas das pessoas, não foram contemplados para eventuais recuperações, mas tenho a perceção do seguinte: No concelho de Oliveira do Hospital, e nós temos visto passar coisas nas televisões que nos devem preocupar a todos e que é haver processos pouco limpos mas em Oliveira do Hospital não se passou isso. Acho que houve critérios, houve rigor. À luz desses critérios e desse rigor as situações têm-se vindo a desenvolver dentro da sua normalidade. Bem sabemos que são processos que não são fáceis, são processos burocráticos e que exigem aos interessados comprovativos de muita coisa. Foi essa burocracia que complicou o processo mas, relativamente às casas de primeira habitação, ninguém foi deixado para trás. Não vale a pena andarem a fazer demagogias, como alguns que por aí andam, e a carregar as televisões. Não vale a pena!

Eu também tive casos em que me "tentaram convencer" que as casas eram de primeira habitação e sei que seguramente há aqui mais colegas das Freguesias que com certeza tiveram casos destes mas em Oliveira do Hospital houve muito rigor e por isso não temos as televisões com as baterias apontadas para aqui como existe em outros lados.

Fazer demagogia é muito fácil e pode ser feita seja por quem for desde que queira fazê-la."

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

"Nesta intervenção pretendo fazer o balanço do mandato de 2018 que foi naturalmente influenciado pelos incêndios de 2017.

Há uma situação que tenho de referir: Caro Paulo Sérgio Dias Minas, vejo pela primeira vez, da parte da oposição, um modo diferente de estar aqui, de acreditar no futuro, de acreditar nesta Assembleia, de acreditar na política. Dou-lhe os meus parabéns!

Estou de acordo consigo relativamente à questão do aeroporto de Coimbra e percebo que no seu partido de coligação têm uma opinião claramente contra. Hoje veem-se cartazes em Coimbra, pagos não sei por quem, contra o aeroporto, a dizer mal do Manuel Machado e a dizer mal da Câmara.

Concordo completamente consigo e digo que é a melhor coisa que nos pode acontecer na Região Centro. Um aeroporto é o maior polo de desenvolvimento que pode existir para todas as atividades e veja-se o caso de Lisboa, Porto de Faro. A construção do aeroporto atrai desenvolvimento, atrai pessoas e nós ficaríamos a cinquenta minutos do aeroporto.

Dizer ainda que hoje tivemos aqui uma nova versão da Assunção Cristas. Assistimos a demagogia pura, palavras sem significado, sem qualquer perspetiva de futuro. Estiveram cinco anos no Governo, fizeram o pior, e hoje andam com cartazes a dizer aquilo que não fizeram. Estradas que inauguraram e que estão a cair mas foram eles que as inauguraram e hoje andam a pôr em causa o que fizeram. Mas a isto nós já estamos habituados!

Relativamente ao balanço do mandato quero dizer o seguinte: Como já disse o ano foi claramente marcado pelos incêndios de 2017. Assistimos constantemente a uma resposta imediata, uma mão amiga, ao estar no local, a dar resposta a quem sente a dor e a quem sente um problema, estar sempre ao lado da população, quer do Sr. Presidente da Câmara Municipal, quer do seu Executivo.

Este Executivo tem uma marca nestes anos todos, e continua a ter, que é o apoio na área Social. Também na área da Saúde, como disse a minha colega de bancada, temos assistência médica como nunca tivemos e isso é importante. Também temos o Hospital da Fundação que complementa a questão da Saúde. Temos o apoio às famílias que é constante, como por exemplo a questão do IMI entre outros.

Nesta adversidade toda, tivemos engenho e arte e capacidade para dar a volta.

Tivemos eventos, talvez sem a grandiosidade que tiveram em outros anos, mas que a população aderiu, nomeadamente a Feira do Queijo, EXPOH e Feira

do Porco e do Enchido, entre outros. Temos uma praia fluvial com Bandeira de Ouro devido a cinco anos seguidos com Bandeira Azul. Isto é que nos orgulha.

Referir também o índice de boa governação e o galardão que nos foi atribuído como reconhecimento de Autarquia Familiarmente Mais Responsável. Temos, na hotelaria, uma aposta clara no setor do Turismo, e também já aqui foi falado no Museu do Azeite. Temos uma unidade hoteleira deste Concelho que é um exemplo de referência a nível de todo o País. Temos unidades hoteleiras em construção que nos orgulham. Temos feito um grande esforço para reconstruir as habitações e as empresas. Temos uma excelente relação com a CIM e da qual o Sr. Presidente da Câmara Municipal é Vice-Presidente. Temos uma excelente relação com a Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, e contrariamente ao que outros dizem aqui, a Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro tem sido uma nossa aliada e tem estado sempre ao nosso lado.

Meus caros amigos, aquilo que mais me orgulha é que nesta Câmara Municipal, quer através do Sr. Presidente, quer através do Executivo, quer através dos diversos órgãos ou gabinetes da Câmara, ninguém fica sem resposta, ninguém fica sem apoio e há sempre uma palavra de aconchego, de esperança no futuro e de solidariedade. Todos devemos ter orgulho de ser Oliveirenses, de ter o Presidente de Câmara que temos, de ter o Executivo que temos e devemos orgulhar-nos por estarmos a construir o futuro todos os dias."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Terminaram as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia e de seguida vou dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que naturalmente vai esclarecer algumas questões e responder a outras.

Quero salientar que tivemos uma ou outra intervenção mais assertiva mas dentro do normal e dentro do que é espectável quando se debatem os interesses do nosso Município.

Parece-me, e também estou expectante relativamente ao que vamos ouvir da parte do Sr. Presidente mas eu fiquei um pouco confusa com a questão da Saúde porque houve intervenções com sentidos um pouco contraditórios. Acho que é importante que esse aspeto seja esclarecido, sem prejuízo de todos os outros e, por isso, Sr. Presidente, pedia-lhe que não poupasse as palavras necessárias."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"As minhas primeiras palavras são também para a Sra. Ana Teresa Falcão de Brito. Quero desejar-lhe um bom mandato como Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos. Dizer que a Câmara Municipal está com a Junta de Freguesia de Travanca de Lago tal com está com todas as Juntas de Freguesias porque sou o Presidente de todas as dezasseis Freguesias do Concelho, e essa tem sido uma das minhas características.

Até gostaria de recordar, com alguma saudade, o meu primeiro mandato: Há dez anos, nesta Assembleia, eu tinha seis Freguesias eleitas pelo Partido Socialista e tinha 15 Freguesias sem serem do meu projeto político. Foi muito interessante trabalhar com a diversidade de opiniões e com Presidentes completamente diferentes eleitos por forças diferentes. Já cá estava o Aníbal, o Carlos Artur, o João Dinis. Foi sempre uma grande honra trabalhar também com essa diversidade de presidentes de Junta de Freguesia.

A primeira coisa que eu gostaria de fazer ressaltar era o seguinte: Quem quiser olhar para este ano como um ano normal parte logo de um pressuposto errado. Este foi um ano muito difícil em termos de gestão autárquica. Para a Câmara Municipal e para o seu Executivo foi, de longe, o pior ano para o nosso mandato autárquico, e foi muito difícil o nosso desempenho, mas isso não nos tirou a força, não nos tirou a coragem, não nos tirou a determinação. Se bem que, todos nós, porque somos humanos, às vezes, temos momentos mais fracos. Mas as fraquezas transformam-se em forças de montanha e conseguem-se levar as coisas para a frente.

Também queria deixar uma palavra ao Prof. António Manuel Soares: O Prof. António Manuel Soares foi um parlamentar brilhante. Foi um parlamentar sempre solidário com este Executivo e com a Assembleia e eu quero-lhe agradecer.

De qualquer das maneiras também não deixarei de dizer que tenho muita expectativa com a Junta de Travanca de Lagos, com a sua Presidente e com a sua equipa. Acredito que haverá um compromisso para fazermos um bom trabalho em conjunto.

Às vezes o problema nas Juntas de Freguesia são as perspetivas porque algumas pessoas acham que as Freguesias devem ser tratadas todas de forma igual. Há princípios acordados para a atribuição de subsídios e é preciso perceber que as Freguesias não se podem tratar todas da mesma forma. Nunca se pode tratar de forma igual aquilo que é diferente.

Gostaria de recordar duas Freguesias que durante o meu primeiro mandato foram tratadas de forma completamente diferenciadora, e eram do PSD. Eram as Freguesias mais atrasadas, em termos de desenvolvimento. Era Lourosa e Seixo da Beira. Hoje, olhamos para elas e verificamos que se aproximaram muito das outras.

Não podemos deixar de perceber que os tempos mudam e temos que perceber o fenómeno aglutinador da própria cidade de Oliveira do Hospital.

O projeto do PEDU foi feito e negociado durante o Governo de Passos Coelho e não foi por acaso que as cidades foram transformadas em polos aglutinadores. Esta é a perspetiva do futuro. Deveremos ter tudo isto em conta.

Meus caros amigos, nós não fazemos tudo bem, às vezes também erramos e seria mau se nós não fizéssemos nada e não tomássemos opções. Às vezes as nossas opções também poderão não ser as melhores.

Já todos me conhecem o suficiente para perceberem que dou muita importância à área de cariz social e nesta área há grandes desafios.

Também tenho que dizer que há quem seja mais especialista a fazer comunicados para me criticarem, mas também têm legitimidade para o fazer. O problema é que não os vejo a fazer nada, não vejo prática, não vejo ação. Essa é uma grande diferença.

Quero saudar o Nuno Rafael Dias, e quero dar-lhe os parabéns pela eleição para a Juventude Popular. Agora tens responsabilidades como dirigente distrital e, com certeza, quando estiver com alguns dos meus amigos em Coimbra, terei orgulho, como Presidente do Município, de dizer que tenho um Oliveirense à frente da Juventude Popular e dizer-lhes-ei, ajudem lá o rapaz! Da minha parte não há problema nenhum com a nossa diversidade de opinião.

Também saudar o Sebastião Barbosa, pela sua eleição e o Sérgio Minas pela sua estreia na Assembleia Municipal.

Dizer-vos o seguinte: Este ano foi muito difícil!

Neste momento estamos a cortar os pinheiros junto às estradas. Depois pedia à Eng.ª Teresa Dias para fazer um pequeno balanço do que estamos a fazer na área da floresta.

O Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, Eng.º José Carlos Marques, que é o responsável da Proteção Civil, é testemunha do dinheiro que temos gasto. Temos feito um grande trabalho e também não nos peçam para fazermos tudo num dia.

Estamos a fazer um trabalho interessante, marcamos as árvores que são para abater e até vos posso contar que um proprietário em Andorinha colocou

um cartaz que dizia: “não cortem porque já estão vendidos e serão cortados em breve”. Há outros proprietários que quando veem os pinheiros marcados são eles que os cortam.

O Zé Ferreira levantou aqui um problema e confesso-vos que me incomoda bastante: É o problema dos tratores. Os tratores não pertencem à Câmara Municipal. Os tratores pertencem à Cáritas. Eu até já expliquei isto na última Assembleia. Há nove proprietários que têm a titularidade do trator e, por isso, nove tratores vão ser entregues. O grande problema, entre a visão da Cáritas e a minha, é que a Cáritas quis que eu entregasse um conjunto de tratores sem ter havido critérios que fossem bastante claros.

Deixei-me também dizer-vos, e vocês vão todos perceber muito bem isto: Relativamente às candidaturas para a reconstrução das casas as pessoas queixam-se que há burocracia a mais. E sabem o que é que o Governo fez? O Governo criou legislação para permitir a simplificação dos processos.

E vejam como é que são as coisas: Sabem o que é que aconteceu a seguir? Os mesmos que diziam que havia burocracia a mais, agora, estão a dizer que se estão a fazer ajustes diretos para ajudarmos os amigos.

Era preciso simplificar os processos, mas depois já se critica porque os processos estão simplificados demais.

Digo-vos o seguinte: Isto revela numa mentalidade completamente retrograda porque mesmo no ajuste direto é preciso cumprir com o que está estipulado na Portaria.

Dou-vos ainda a seguinte nota: Há pouco, o PSD, na minha opinião, foi mais inteligente que o CDS, porque não voltou a falar na Medalha atribuída à Dra. Ana Abrunhosa.

Hoje já entregamos quatro casas. Já estão validadas cento e vinte e quatro casas. Estão entregues setenta casas. Por isso, meus caros amigos, ainda faltam cinquenta e quatro casas. Mas, destas cinquenta e quatro casas, há umas que estão quase prontas. Entregaremos na primeira semana de janeiro mais quatro ou cinco, mas há outras que ainda estão atrasadas porque os proprietários não tinham documentos e foi dificílimo fazer esse trabalho.

Relativamente à reconstrução das casas, acho que a Sr. Secretária Geral do CDS foi bastante comedida relativamente à forma como abordou este assunto.

Dizer ainda que não é verdade que tenha havido falta de dinheiro ou que tenha havido falta de pagamentos.

Hoje, estiveram aí as televisões todas e também foi dito que a CCDR tem o dinheiro todo para pagar as casas e tem as faturas todas pagas. O que aconteceu é que alguns empreiteiros demoraram mais tempo a pagar aos subempreiteiros. Dizer ainda que o Vice-Presidente da CCDR, Dr. Luís Caetano, é militante do CDS e é o responsável pelos pagamentos e, por isso, tinham ali uma fonte boa para que não viessem aqui à Assembleia Municipal dizer mentiras.

Os Senhores lembram-me de quando eu tinha dezoito anos: Nessa altura, quando o meu carro não pegava, eu passava a vida a dar à chave até gastar a bateria. Por isso, deixem lá a Medalha da Dra. Ana Abrunhosa porque vocês gastam a bateria e não ganham nada com isso. Peçam a alguém que vos dê um empurrão para andarem para a frente e deixem isso!

Ainda a propósito dos tratores, quero dizer-vos que apetece-me entregar os tratores às nove pessoas que provaram a titularidade e mandar os outros tratores para a Cáritas de Coimbra e o Padre Luís Costa que diga a quem os entrega. Eu já expliquei isto, mas volto a dizer que foram apresentadas mais de oitenta candidaturas para os tratores. Destas candidaturas houve pessoas que tiveram financiamento para o trator e há outros que não tinham nenhum documento para comprovar a titularidade do trator.

Os mesmos que agora dizem que o Presidente da Câmara não entrega os tratores, eram os mesmos que diziam que eu entreguei os tratores sem critério. E eu, aqui, “não tenho filhos nem enteados” e gostaria que o processo fosse o mais transparente possível.

Agora, quanto aos outros dez tratores, estamos a tentar resolver e espero que os Serviços de Ação Social os entreguem.

O Sr. Raúl Dinis falou sobre a recuperação da sinalização vertical e horizontal: Sobre este assunto quero dizer que tem havido um esforço para repor a sinalização. Como já podem ver, com o conjunto de obras que foram realizadas, o Concelho já não é o mesmo. Neste momento a sinalização do Concelho está, mais ou menos, resolvida.

Os Senhores Presidentes de Junta de São Gião e Avô queixaram-se devido à falta de subsídio para a recolha do lixo e eles têm razão e, por isso, acho que devemos pagar.

A recolha do lixo nos meses de agosto e setembro deu-nos de prejuízo cerca de trinta e cinco mil euros. Não houve mês nenhum este ano em que o défice tarifário do lixo fosse menos de dez mil euros. O valor máximo do défice tarifário do lixo foi no verão devido ao aumento do número de pessoas no

Concelho. Como sabem o lixo é pago à tonelada. Temos que lançar uma campanha para baixarmos este défice até porque não pretendo mexer no tarifário.

Dizer ainda que iremos fazer uma Assembleia Municipal Extraordinária em janeiro para falarmos sobre a descentralização de competências porque a Assembleia Municipal tem que dar resposta até ao dia trinta e um de janeiro de quais são as competências que aceita. Se não respondermos passam-nos as competências todas. A Assembleia Extraordinária ainda terá outro fim. Será apresentado o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano pela equipa que a Câmara Municipal contratou para fazer a requalificação de Oliveira do Hospital.

Relativamente à área da Saúde ouvimos dois depoimentos contraditórios. Não estou aqui para fazer nenhum debate sobre a saúde porque se alguém tem lutado para que haja melhores condições na área da Saúde em Oliveira do Hospital, com certeza, que sou eu e o meu Executivo.

Dou a minha opinião sincera: Do que vou constatando, neste momento, acho que estamos melhor do que estávamos. Acredito que há sempre coisas para melhorarmos. Nós chegámos a ter dezasseis mil utentes sem médico de família e isto hoje não acontece.

Tive pena, e digo isto com mágoa, que o Ministro Adalberto Campos tivesse saído do Governo porque o que tinha tratado com ele, nas reuniões que tivemos, “foi tudo por água abaixo”.

Hoje, tenho uma opinião diferente sobre o funcionamento do Centro de Saúde, e não tenho uma visão tão crítica. Fiquei muito contente com a intervenção da Dra. Ana Marta até porque ela é uma profissional que trabalha no Centro de Saúde e que constata a realidade de todos os dias.

Como já disse, não quero fazer um debate sobre o tema da saúde, mas todos devemos ter direito a ter melhores cuidados de saúde, sobretudo para aqueles que têm menos posses e que têm reformas de miséria. Quem tem dinheiro pode recorrer às Clínicas, e eu também não sou contra as Clínicas, nem sou contra a iniciativa privada. Eu sou contra a falta de cuidados de saúde para aqueles que não têm possibilidades. A nossa Constituição defende o direito aos cuidados de saúde para todos os cidadãos.

Relativamente às empresas quero dizer o seguinte: Foram aprovadas, até este momento, oitenta e seis candidaturas. O investimento solicitado foi de vinte e três milhões de euros. O investimento que foi considerado elegível foi de vinte e dois milhões de euros. Até este momento, aquilo que já foi aprovado

foram dezanove milhões, trezentos e quatro mil euros. Estas candidaturas têm um financiamento de 85%, como vocês sabem, e o apoio é de dezasseis milhões de euros que estão aprovados para o Concelho de Oliveira do Hospital.

O que é que falta e está em audiência prévia?

Em Oliveira do Hospital só faltam quatro empresas que têm elegível um valor de trezentos e vinte e seis mil euros.

Isto são os dados de hoje. Estes dados estão na internet. Está aqui o esforço da CCDR-C e da Sra. Presidente. Temos os problemas de todas as empresas, quase, todos resolvidos. Estas verbas são disponibilizadas com a apresentação das faturas e é pago 85 % do valor da fatura.

Relativamente ao Museu do Azeite e ao Centro de Interpretação quero dizer o seguinte: O Museu do Azeite está muito bonito e o Centro de Interpretação já teve cinco mil visitas.

Peço agora à Sra. Vereadora, Eng.ª Teresa Maria Mendes Dias, para vos falar sobre os trabalhos que estão a ser desenvolvidos na área florestal."

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Vereadora, Eng.ª Teresa Maria Mendes Dias, que fez a seguinte intervenção:

"Considerando que passou mais de um ano após o incêndio de 15 e 16 de outubro de 2017 e que o valor da madeira em pé após este período começa a decrescer a Câmara Municipal deu início ao processo de abate de árvores ardidas confinantes com as estradas municipais, numa lógica de proteção civil atendendo à segurança das pessoas que nelas circulam.

Importa referir que, mais uma vez, a Câmara Municipal se substitui aos proprietários numa operação delicada e dispendiosa, que é da competência dos donos das árvores já que como refere o Decreto Lei n.º 124/2006 de 28 de junho, em áreas atingidas por incêndios, são estes que devem remover os materiais queimados numa faixa de 25 metros.

Como está em causa a circulação de pessoas e bens, em segurança, a Câmara Municipal através de notificação por edital complementada com a marcação das árvores, colocou já em marcha esta operação que levará algum tempo até estar totalmente concluída já que como todos sabem o território concelhio ardeu todo.

A saber, encontra-se já concluído o corte das árvores nas estradas: Lagares da Beira - Travanca de Lagos; Ancose - Negrelos, até ao limite do concelho com Tábua em Midões; Cruzamento de Andorinha - estrada Vila do Mato; Ervedal da Beira - Póvoa de S. Cosme e em curso a estrada que liga

Ervedal da Beira à Felgueira Velha passando por Vila Franca, Aldeia Formosa e Seixo da Beira.

As freguesias com árvores já sinalizadas são: Lagares da Beira; Travanca de Lagos; União de Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira; Seixo da Beira; Meruge; União de Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa.

Este trabalho terá continuidade em 2019 com a constituição de uma a duas equipas de intervenção municipal, com adjudicação de serviços e o projeto de estabilização de emergência.

Para esclarecer relativamente aos plátanos da Felgueira Velha, apenas serão cortados 2 a 3 neste momento, que são os que se encontram efetivamente mortos, os restantes vamos aguardar pela primavera para verificar o seu estado fitossanitário."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Dizer à Presidente de Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Dra. Olga Bandeira o seguinte: Relativamente ao abastecimento de água à Adarnela nós vamos dar prioridade a esta obra até porque o abastecimento de água tem prioridade em relação ao saneamento.

Penso que já respondi a todas as questões e por isso dou a minha intervenção por terminada."

De seguida entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município, e foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"A primeira informação que eu gostaria de dar neste Ponto I é relacionada com a conta solidária. No dia vinte e sete de dezembro de dois mil e dezoito a conta solidária tem um saldo de setenta e dois mil, setecentos e noventa e um euros e cinquenta e dois cêntimos.

Neste Ponto I, e a propósito de uma das intervenções do Deputado João Esteves relacionada com dívidas a fornecedores quero dizer que depois fui consultar os documentos e havia lá a aquisição de uma máquina em que a fatura tinha entrado há poucos dias. Não sei se entretanto o Sr. Deputado viu porque tirando isso a dívida era residual."

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

"Em primeiro lugar quero desejar a todos um bom ano. Que o ano de 2019 seja cheio de venturas para todos e que consigam tudo aquilo que pretendem para vocês e para as vossas famílias.

Queria também desejar as boas vindas à nova Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos. Desejar-lhe que dentro da sua Freguesia consiga resolver todos os problemas dos seus fregueses e que aqui na Assembleia Municipal seja colaboradora com os trabalhos.

Do relatório da revisão limitada às demonstrações financeiras, elaborado pela empresa BDO, queria salientar o seguinte:

Denota-se um aumento dos custos com o pessoal e uma diminuição das receitas próprias, bem como nos impostos diretos e indiretos, recebidos do Orçamento Geral do Estado. Existe também uma subida das transferências correntes concedidas às Juntas de Freguesia, Grupos Desportivos, Associações, Bombeiros e Agrupamentos Escolares.

Esta minha informação baseia-se essencialmente no que diz respeito ao relatório que refere junho de 2017 e junho de 2018.

Outra situação que aqui quero referir é o gasto com a eletricidade, que todos os anos tem vindo a aumentar, apesar da equipa multidisciplinar criada para esse efeito, para controlar e reduzir os custos energéticos. Pelos vistos os munícipes só têm sentido é a redução das fontes de iluminação, que nalguns casos é sintomática.

Noto a falta de luz em determinados locais. Sou um individuo que ando um bocado à noite e pratico desporto. Vou para certas zonas onde havia luz e agora há uma insuficiência de luz. Tenho receio de me balançar nesses trajectos porque tenho mede de cair em buracos e ter lesões.

Já foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara que há uma redução nos gastos energéticos mas no relatório não aparece isso vinculado. Este é um ponto que eu queria assinalar.

Quanto ao ponto em causa, nota-se uma gestão equilibrada no que concerne à situação financeira do Município, que vem já desde os exercícios anteriores, mas no que respeita ao grau de execução das GOP'S é muito baixo, o que tenho vindo a referir ao longo das Assembleias e cujas causas, também já tenho referido.

Acho que a gestão autárquica é uma gestão cuidadosa, é uma gestão que não deixa o Município endividar-se, o que é muito bom, e, por isso, tenho que enaltecer o trabalho de Executivo."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"O Deputado João Esteves referiu aqui uma coisa que é verdade. As GOP têm uma taxa de execução baixa, e não vale a pena esconder. As GOP vão ter no final do ano uma taxa de execução baixa mas a justificação é clara. É que o nosso Orçamento tinha um conjunto de obras de maior volume do PEDU que não se conseguiram lançar.

O Tribunal de Contas recomenda que as GOP tenham 85% de execução e muitos dos meus colegas de outros municípios fazem uma Assembleia Extraordinária no final do ano para reduzirem os valores.

Eu reconheço que a taxa de realização é realmente pouca. Penso que para o ano teremos uma realização muito melhor porque estamos neste momento com uma série de adjudicações.

Relativamente ao problema da electricidade quero dizer-vos que nós recebemos as faturas separadas por ruas. E há ruas que custam três mil euros por mês à Câmara Municipal.

Isto não faz sentido, na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital gastamos em energia todos os meses quase quatro mil euros. Gastamos mais com a Escola Superior do que no Edifício da Câmara Municipal. Eu já disse ao Sr. Presidente do IPC que essa responsabilidade nem deve ser nossa e que deve ser do IPC porque eles têm orçamento para isso.

A equipa da eficiência energética fez um grande trabalho mas ainda temos aqui outro problema com as leituras e a EDP continua sempre a aumentar as tarifas todos os anos.

Os gastos com a electricidade são uma preocupação porque o que gastamos em iluminação pública é uma quantia muito elevada."

De seguida entrou-se no Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no nº 4, do artigo 4º, do Decreto-Lei nº 130/2017, de 9 de outubro, da Proposta de Dispensa de Elemento Instrutório no Âmbito do Regime Excecional de Controlo Prévio.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Esta proposta é uma forma de agilizarmos e simplificarmos os processos. Tendo-se verificado que o elemento instrutório Levantamento Topográfico e Planta de Implantação em formato vetorial no sistema de coordenadas PT-TM06/ETRS89 é excessivamente oneroso e, com vista a simplificar os procedimentos do controlo prévio, propõe-se a dispensa da entrega deste referido elemento instrutório, excetuando-se os casos em que é manifestamente indispensável e necessária para a correta análise do processo."

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

"Esta dispensa de elemento instrutório é relacionada principalmente com os incêndios. Este procedimento tem vindo a ser feito nos procedimentos que já foram apresentados ou está suspenso?

Este procedimento é só a partir de agora? Este procedimento veio a meio e também é verdade que mais vale tarde do que nunca.

No entanto queria saber o seguinte: Há coisas que são indispensáveis na formação de certos processos, como é o caso do levantamento topográfico, do enquadramento das obras no local. Quais são mesmo indispensáveis? Acho que é essencial saber onde é que vai ser enquadrado um determinado edifício porque senão o processo torna-se um bocado anárquico.

Isto poderá ser dispensado, concordo perfeitamente com isso porque é para simplificar, a partir do momento em que os serviços tenham conhecimento das infraestruturas que havia e onde estão implantadas e que não vão ser alteradas. Isso é essencial e é preciso haver cuidado."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"A informação técnica que está na documentação é clara e diz que a dispensa da entrega do elemento instrutório exceptuando-se os casos em que é manifestamente indispensável e necessária para a correta análise do processo.

Esta é uma proposta dos meus serviços técnicos que tem a ver com a simplificação de processos e que tem a ver com a reconstrução dos edifícios destruídos ou gravemente danificados em resultado da catástrofe de 15 de outubro."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Realmente isto é uma questão muito específica. Fui sensível a uma questão que colocou, nomeadamente que a partir de uma determinada altura é decidido dispensar. Talvez porque os serviços técnicos tivessem concluído que os outros que não estavam dispensados o fizeram desnecessariamente. Nós já tínhamos dispensado anteriormente algumas formalidades.

É verdade que esta é uma matéria muito técnica e reparo que os documentos estão assinados por técnicos de várias especialidades, nomeadamente por um dirigente responsável por esta área. Não me sinto muito capacitada para pôr isto em causa e acho que devemos confiar.

Também é verdade, como diz o Sr. Presidente, que há aqui a salvaguarda para determinadas situações mas, que fique claro, que acho importante a reflexão que o Sr. Esteves levantou. Acho que nós estamos sempre a aprender e tendemos, às vezes, a aprovar um pouco de cruz porque isto é um bocado hermético. Acho que é bom que haja esse espírito de aprofundamento."

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no nº 4, do artigo 4º, do Decreto-Lei nº 130/2017, de 9 de outubro, da Proposta de Dispensa de Elemento Instrutório no Âmbito do Regime Excecional de Controlo Prévio, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Avô, como apoio à aquisição de mobiliário para equipar a Extensão de Saúde de Avô, no montante de 14.172,14 € (catorze mil, cento e setenta e dois euros e catorze cêntimos).

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Os Senhores já aprovaram aqui um subsídio para a Junta de Freguesia porque foi a titular das obras da Extensão de Saúde e agora o que vamos propor é um subsídio de catorze mil, cento e setenta e dois euros e catorze cêntimos para se comprar o mobiliário. Já temos as obras feitas há algum tempo e derivado a alguma burocracia a Extensão de Saúde ainda não está a funcionar.

Há aqui um investimento de oitenta e três mil, quinhentos e setenta e sete euros.

Como podem perceber, para mim, as Juntas são todas iguais e têm os mesmos direitos."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Avô, Sr. Enf.º José Carlos Martins Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

"Os procedimentos, de facto, têm sido demorados. Algum mobiliário já começou a chegar e para a semana virá o resto. Penso que durante o mês de janeiro a Extensão de Saúde já está a funcionar porque as pessoas precisam e escusam de subir doze degraus.

A Junta de Freguesia é a promotora da obra e, por isso, em nome da Junta os nossos agradecimentos."

Seguidamente foi dada a palavra à Sra. Deputada, Dra. Ana Marta Mendes Garcia, que fez a seguinte intervenção:

"Queria aqui dizer que isto não é só importante para os utentes, é também importante para a médica e enfermeira que lá trabalham. Realmente a Dra. Margarida, que é quem está na Extensão de Avô, apesar de ter tido muitas oportunidades de vir para a Sede e apesar de trabalhar em condições pouco dignas, tem-se mantido fiel aos seus utentes e tem-se mantido na Extensão de Avô. Como colega também estou contente porque ela vai ter melhores condições de trabalho.

Dizer ainda, no âmbito da saúde, e não posso deixar de comentar, até porque a Exma. Sra. Presidente da Assembleia ficou um bocadinho confusa com as intervenções que ocorreram na área da saúde.

Gostava de esclarecer um bocadinho alguns pontos: O primeiro é relativo às médicas que estão na urgência. Como é óbvio elas foram contratadas no momento em que não havia médicos de família suficientes, foi essa a base da contratação. A partir do momento em que há uma cobertura total por médicos de família as consultas agudas, à partida, deveriam ser asseguradas por esses mesmos médicos.

Portanto, é normal que, de alguma forma, eles não queiram renovar o contrato com essas médicas mas eu acho que há sempre algumas formas de as manter e de contrapor, nomeadamente pelo facto de continuar uma médica, que sou eu, em licença de maternidade, haver alguns médicos que têm vindo a ter baixas perlongadas, o facto de muitos colegas estarem há muito pouco tempo no

Centro de Saúde e ainda com ficheiros pouco trabalhados e se tiverem mais disponibilidade para esses ficheiros seria óptimo. Penso que há aqui pontos que se podem contra-argumentar e manter estas colegas durante mais algum tempo.

Relativamente aos horários intermédios dá a ideia que entre as 11 horas e as 14 horas se acontecer alguma coisa a algum utente ninguém lhe vai fazer nada e isto não é assim! Os utentes que ficam à espera são utentes sem situações emergentes mas se chegar um utente com uma ferida ou com uma suspeita de fratura ele é atendido entre estes horários. Ou seja, os doentes com situações verdadeiramente emergentes não deixam de ser atendidos entre estes horários de urgência. Acho que era importante terem esta noção.

Convém também esclarecer a questão do serviço privado: E a questão é haver serviço privado ou não haver serviço nenhum porque, desde 2015, com o acordo coletivo da carreira médica, os médicos de família não são obrigados a fazer SAP. Chegou-se a um ponto em que se deixou de poder contar com a boa vontade da gente da terra e começaram a vir médicos novos e não havia forma de vincular esses médicos àquele serviço porque eles não são obrigados a fazê-lo. Estávamos a chegar a um ponto em que a população ia ficar sem serviço de urgência também durante a noite. Podendo, eventualmente, julgar-se que não é a solução ideal mas se não fosse esta solução as pessoas tinham ficado sem assistência. Esta é que é a realidade.

Ainda relativamente ao SAP dizer o seguinte: Os médicos não vinham para cá e não escolhiam as vagas de Oliveira do Hospital quando elas abriam por causa do SAP. Os médicos sabiam que havia aqui SAP e iam ter de entrar em conflito para não o fazer.

Também não posso deixar de falar na questão da morfina. O objetivo da morfina não é tratar o enfarte. A morfina não melhora, nem piora o prognóstico de um enfarte. A morfina é para aliviar a dor. É claro que devia existir morfina mas em termos de prognóstico vital para o utente, a existência ou não de morfina não vai alterar nada.

Outro aspeto é em relação aos domicílios porque dá a ideia que agora, aos fins de semana, não se fazem domicílios no Centro de Saúde mas os domicílios nunca se fizeram. Ou seja, as pessoas que queriam fazer pensos, ou que queriam mudar algálias, ou outro procedimento de enfermagem, tinham que se dirigir ao Centro de Saúde, os enfermeiros não iam a casa, e agora dirigem-se à Fundação. A única coisa em que as pessoas realmente tinham cuidados de enfermagem e que mantêm não é pela Unidade de Cuidados de Saúde Primários ou Personalizados era, e continua a ser, pela UCC que é uma entidade diferente e

que continua a fazer domicílios. Isto nada tem a ver com o SAP nem com a manutenção aos fins de semana.

Em relação ao Ervedal da Beira também não posso deixar de dizer que hoje em dia os médicos de família têm cerca de mil e novecentos utentes. Ter dois médicos para mil e quinhentos utentes, hoje em dia, é impossível. Se calhar há uns anos atrás fazia sentido ter dois médicos porque existiam mais utentes mas hoje em dia é impossível.

Relativamente à substituição do médico que durante dois meses esteve de baixa dizer que na medicina as substituições não funcionam como nas substituições dos professores que se podem contratar por um ou dois meses porque isso não é possível.

Os utentes do Ervedal, neste momento, podem fazer como fazem os meus utentes. Eu estou de licença de maternidade e, enquanto eu não estou, os meus utentes vão ao Centro de Saúde e são atendidos por outros colegas. É isso que eventualmente pode acontecer porque se os médicos do Centro de Saúde de Oliveira se dirigirem ao Ervedal esses médicos vão deixar de ver os utentes deles. Não é uma solução fácil porque não se podem contratar médicos e família por um ou dois meses."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Avô, Sr. Enf.º José Carlos Martins Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

"Quero referir um assunto que a Dra. Ana Marta não falou nomeadamente a questão das receitas médicas. Dizer que a Secretária Clínica traz os pedidos e os outros médicos passam as receitas e, por isso, os utentes não ficam sem receitas para os medicamentos. O mesmo acontece com as análises ou outro tipo de exames que também são vistos. Portanto a saúde tem funcionado."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"A Dra. Ana Marta fez aqui uma intervenção muito importante e falou aqui uma "verdade de *la Palice*" que muitos não queriam acreditar. Esta luta na área da saúde foi uma luta duríssima e a Dra. Ana Marta é testemunha de como eu a tentei convencer para ela vir para Oliveira do Hospital. A Dra. Ana Marta era a segunda, ou terceira, na lista a nível nacional e ela ficava onde queria.

Relativamente ao fecho do SAP houve muita gente que tentou colocar o ónus da culpa sobre o Presidente da Câmara e a Dra. Ana Marta disse, e bem,

que ficaríamos sem nada se não encontrássemos alternativa na Fundação Aurélio Amaro Dinis. E isso é que foi importante dizer."

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Avô, como apoio à aquisição de mobiliário para equipar a Extensão de Saúde de Avô, no montante de 14.172,14 € (catorze mil, cento e setenta e dois euros e catorze cêntimos), que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea n) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o previsto no n.º 1, do art.º 53.º, aplicável por remissão do n.º 3, do art.º 56.º, ambos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, da proposta de alteração dos Estatutos da Associação de Municípios do Portugal Romano.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Dou a palavra à Sra. Vereadora Graça Silva para apresentar este Ponto IV."

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Vereadora, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, que fez a seguinte intervenção:

"Antes de mais desejar a todos um bom ano e cumprimentar também a recente empossada, Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Ana Teresa, bem-vinda, e espero que consiga realizar um bom mandato junto com a sua equipa.

Relativamente a esta proposta de alteração dos Estatutos da Associação de Municípios do Portugal Romano como devem estar recordados esta Associação ainda não está criada mas pretende aprovar os estatutos. Já veio aqui, numa outra reunião de Assembleia, a proposta de aceitação. A Câmara Municipal de Oliveira do Hospital em conjunto com doze autarquias estão a fazer esta proposta de forma a pertencerem a uma rede que se chama Portugal Romano. O intuito é promover o período romano de acordo com aquilo que está elencado no objetivo desta Associação e que está vertido no documento que

veio aqui. O intento deste Ponto IV é fazer este ajuste legal. Esta proposta de alteração decorre de uma Lei que foi publicada recentemente."

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea n) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o previsto no n.º 1, do art.º 53.º, aplicável por remissão do n.º 3, do art.º 56.º, ambos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, da proposta de alteração dos Estatutos da Associação de Municípios do Portugal Romano, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Regulamento para Atribuição de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes Afetadas pelos Incêndios de 2017.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Este Regulamento para Atribuição de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes Afetadas pelos Incêndios tem que ser aprovado pela Assembleia Municipal e depois também tem que ser aprovado pela Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro. A Câmara Municipal de Oliveira do Hospital terá no fundo de apoio municipal em 2021 cerca de seiscentos mil euros e na possibilidade de utilizarmos esses recursos financeiros e mais alguns do nosso orçamento para haver a possibilidade da recuperação de algumas casas.

Este Regulamento está muito parecido com o Regulamento da Câmara Municipal da Pampilhosa da Serra, no entanto, há aqui algumas diferenças: Determinámos que as obras poderiam ir até sessenta mil euros e que a Câmara Municipal pode financiar até 50%.

Depois do Regulamento aprovado e publicado em Diário da Republica vai haver um prazo de candidaturas. Da experiência que tenho vindo a ver das outras Câmaras Municipais que têm este processo mais adiantado acredito que haja menos candidaturas. Por isso, primeiro temos que ver as condições financeiras para verificarmos se é possível não irmos ao Fundo de Apoio Municipal.

Acho que há uma omissão no Regulamento. No nosso Regulamento para Atribuição de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes Afetadas pelos Incêndios deveria estar um artigo onde fosse definido que as casas que fossem financiadas pela Câmara Municipal só poderiam ser vendidas ao final de cinco anos. Não sei se juridicamente poderemos acrescentar este artigo.

Se vocês concordassem, hoje aprovávamos o Regulamento, porque ele tem que ser publicado em Diário da República, e deixaríamos uma nota para incluir mais um artigo, se isso fosse possível juridicamente.

Acho que todos concordam que deveria ficar salvaguardado que as pessoas não poderiam vender as casas antes dos cinco anos. Na minha opinião acho que fazia sentido."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Na minha opinião fica toda a gente mais salvaguardada se houver uma disposição no regulamento sobre essa matéria."

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

"Primeiro realçar a importância deste Regulamento para resolver o problema das pessoas que perderam as casas de segunda habitação e que regularmente visitam o nosso Concelho.

Podem-se colocar aqui algumas questões mas penso que o Regulamento para Atribuição de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes Afetadas pelos Incêndios é claramente explícito. Só tem direito ao subsídio para a segunda habitação as pessoas que fazem usufruto anual da habitação. Isso para mim é claro.

Relativamente ao período de carência, e tendo em conta o que o Sr. Presidente disse, ele poderia ser de cinco anos ou de dez anos mas este assunto deveria ter uma análise jurídica profunda.

O artigo 19º do Regulamento é relativo às dúvidas e omissões mas esta dúvida não deve cair neste artigo e deve ser devidamente clarificada."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Mesmo não estando nada definido no Regulamento sobre esta matéria há legislação geral de enquadramento que poderia ser chamada e bastaria

introduzir-se uma cláusula para que se estivesse em causa a venda num determinado período teria que ser objeto de análise específica, mas o melhor é ficar plasmado no Regulamento.

Agora, temos que ser equilibrados e não vamos pôr aqui uma coisa sem consistência porque a atribuição de fundos comunitários a privados para vários fins tem regras. Não vamos prejudicar as pessoas que têm uma segunda casa que ardeu até porque estamos num ambiente de catástrofe.

Este assunto deve ser estudado juridicamente e só depois deverá ser introduzido no Regulamento. Não vale a pena usarmos os poderes desta Assembleia para sermos excessivos porque isso também não é correto."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Este assunto tem que ter apoio jurídico e se calhar era mais sensato não votarmos hoje porque primeiro é necessário ver qual será a redação."

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

"Estive a analisar o Regulamento e realmente esse é um ponto que deve mesmo constar pelos factos que já aqui foram enumerados.

Concordo também com esta proposta do Sr. Presidente da Câmara para não votarmos hoje porque depois há aqui uma incongruência no Regulamento. Nós iríamos aprovar este Regulamento e o artigo 17º relativo aos prazos diz o seguinte: "*O prazo para apresentação dos requerimentos de pedido de apoio constará de edital a publicar para o efeito devidamente completo de 15 dias úteis contados do dia seguinte à entrada em vigor do presente regulamento,* …".

Ora, se aprovássemos hoje o prazo de 15 dias começava a contar. Se viéssemos aqui numa reunião extraordinária para alterar o Regulamento já não tinha qualquer efeito porque já tinha passado aquele prazo dos 15 dias.

Acho que se deve retirar isto e na próxima Assembleia trazer o Regulamento já com essa alteração para depois se aprovar."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Queria esclarecer o seguinte: Estivemos a falar com o Sr. Presidente do Fundo de Apoio Municipal e ele disse-nos que o Regulamento para Atribuição

de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes Afetadas pelos Incêndios tem que ser aprovado até trinta e um de dezembro.

O Regulamento tem que ser aprovado e depois vamos fazer-lhe a alteração.

Se não aprovarmos o Regulamento até trinta e um de dezembro não podemos ir buscar o dinheiro que é nosso ao Fundo de Apoio Municipal."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"O Regulamento será então aprovado. Isto terá que ser publicado em Diário da República e só depois é que podem apresentar as candidaturas. Entretanto nós vamos fazer a tal reunião extraordinária e a alteração ao Regulamento também tem que ser publicada em Diário da República mas como é uma coisa pequena pode-se pedir uma urgência. Se há esta condicionante, que agora foi esclarecida, penso que será preferível aprovar-se o Regulamento sabendo que depois tem que ser proposta uma redação para uma cláusula que acautele esse aspeto."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

"Vinha falar na salvaguarda do período temporal quanto à questão de utilização de dinheiros públicos que deveria ser prevista no Regulamento mas temos também aqui o problema, que já foi referido pelo Deputado João Esteves, que é a questão da entrada em vigor do Regulamento, e do prazo de apresentação de candidaturas, já que ele tem que ser aprovado pela Assembleia Municipal até ao fim de dezembro. Temos aqui, efetivamente, dois problemas e o mais fácil era tirar este Ponto da Ordem do Dia mas isso não é possível.

Se calhar vamos ter de alterar duas coisas na retificação deste Regulamento. Por um lado será a impossibilidade das pessoas venderam as casas antes de cinco anos sob pena de ter que ressarcir a Câmara na totalidade ou eventualmente numa percentagem sobre o montante de que foram beneficiadas e outra coisa que temos que retificar será este prazo de 15 dias úteis. Se calhar vamos ter que mexer nisto também."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Há aqui juristas que dominam esta matéria mas eu também tive experiência suficiente em matérias destas e isto é assim: O Regulamento, se for hoje aprovado, depois vai para publicação em Diário da República e ele só entra em vigor depois da publicação. Entretanto, a Câmara Municipal vai estudar juridicamente esta questão e vai fazer uma proposta equilibrada que vai trazer à Assembleia Extraordinária e nessa altura ainda não teremos o Regulamento publicado. Depois do Regulamento publicado os destinatários têm 15 dias para apresentar candidaturas. No entretanto, a tal alteraçãozinha já estará prestes a sair."

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

"A minha intervenção extrapola este imbróglio jurídico que agora aqui sucedeu e é para fazer algumas questões quanto ao Regulamento.

No Regulamento está explanado que as casas que terão direito a este apoio foram alvo de um levantamento por parte da CCDR-C e da Câmara Municipal. Gostaria de perceber o que é que diferenciará uma casa de primeira habitação para uma casa de segunda habitação?

Uma outra questão idêntica e que também não me pareceu explicita no Regulamento é a seguinte: As licenças de construção bem como o projeto são também cobertas por esse apoio?

Finalizando quero dizer que concordamos com o Executivo e, de facto, este é um Regulamento premente e esta casas de segunda habitação são um fator de desenvolvimento económico e social e permitem uma continuidade com as raízes da terra, não obstante, parece-nos que a percentagem de 50% se revela pouca e basta olhar para aquilo que é o PIB *per capita* Oliveirense que não seria de mau tom aumentar este apoio na casa dos 75% porque sabemos bem que em algumas Freguesias, nomeadamente São Gião, a população aumenta substancialmente no verão e que depende muito deste residentes de segunda habitação.

Dizer ainda que este Regulamento já vem com algum atraso porque Poiares, Pampilhosa, Arganil já o tem aprovado.

Para finalizar quero deixar uma nota, que extrapola este Ponto, para dizer ao Sr. Presidente que nós não mentimos e não fomos ver estes dados a sítio nenhum e que fomos falar com a D. Maria Alice que nos disse que aquela obra estava parada por falta de verbas que o empreiteiro não recebeu. Nós não estamos aqui a inventar nada.

Depois parabenizar o Sr. Presidente de Junta de Nogueira do Cravo pela sua intervenção e dizer-lhe que esse era o nosso objetivo. O nosso objetivo era levar lá as câmaras para o Sr. Presidente de Junta se lembrar que esses Fregueses existem e que essas casas têm mesmo de ser concluídas e que as pessoas precisam mesmo delas."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

"Como se pode ver isto é um assunto muito complexo e, muitas vezes, quando temos que tomar uma decisão até temos algum receio. Se aprovamos este regulamento para ajudar as pessoas a reconstruirem as casas, e para que não fiquem aquelas marcas nas nossas Freguesias, estamos a contribuir para os ajudar, mas, por outro lado, as verbas podem também não chegar para as pessoas que têm menos posses. Se calhar devíamos trabalhar com escalões e consoante os rendimentos das pessoas, o que poderia complicar mais o processo, mas ajudaríamos mais as pessoas que têm menos possibilidades. Deixo este alerta no ar."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Sr. Luís Filipe Nina Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Sr. Deputado Nuno Rafael Oliveira Dias, conheço muito bem a minha Freguesia e conheço muito bem os fregueses da minha Freguesia. Tenho acompanhado os processos desde o início. Sei o que é uma casa de primeira habitação e uma casa de segunda habitação. Estou perfeitamente ciente dos problemas.

Dizer ainda ao Sr. Deputado que muito próximo da sua residência tem uma casa em avançado estado de reconstrução e não a foram visitar.

Dizer ainda que conheço bem a D. Alice e conheço bem a D. Laurinda da Conceição, que é a proprietária da casa, tenho conhecimento de todas as necessidades e sei o que falta fazer e não admito lições de moral porque conheço muito bem a minha Freguesia."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"No que diz respeito ao Regulamento para Atribuição de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes Afetadas pelos Incêndios e a

propósito da intervenção do Presidente de Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal Correia, acho que temos também de flexibilizar algumas coisas.

Dizer ainda que tenho ouvido muita gente e eu não visito as casas em reconstrução uma vez. Eu e os Presidentes de Junta visitamos as casas em reconstrução muitas vezes e fazemos reuniões com as pessoas e com as empresas.

Há pessoas que nos dizem o seguinte: Se nos ajudarem com o material nós arranjamos a mão-de-obra e com a ajuda de alguns amigos vamos fazendo.

Também aqui há alguma solidariedade entre as pessoas. O Presidente de Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal Correia, conhece um caso flagrante na Freguesia dele: Há uma família que vem de Lisboa para Meruge, são pessoas determinadas em reconstruir a casa e haviam de ver o desespero daquelas pessoas. Eu vi o quanto eles gostavam de Meruge e até arranjaram uma casa para poderem vir passar as férias na sua aldeia. Nós falamos com as pessoas, isto não são teorias.

Também há pessoas que tinham cá as casas há mais de dez anos abandonadas e hoje querem recuperar as casas para as venderem a seguir."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Este Regulamento foi preparado por pessoas com capacidade e competência para o fazerem e se calhar até foi feita a comparação com o Regulamento de outros Municípios. Se repararem no artigo 5º - Modalidades de apoio, tem a seguinte frase: "*O apoio a conceder ao abrigo do presente Regulamento reveste a forma de concessão de subsídio financeiro*".

Ora bem, ao dizer aqui qual é o formato do apoio isto pode já ter incluído um conjunto de regras, quer para a utilização, quer para a eventualidade da transacção do bem. Existe legislação nacional de enquadramento de tudo o que são apoios financeiros de dinheiros públicos.

Parece-me que face ao que foi expresso, no interesse do Município e do andamento do processo, teremos que aprovar o Regulamento e depois a alteração."

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Regulamento para Atribuição de Apoio à Reconstrução de Habitações Não

Permanentes Afetadas pelos Incêndios de 2017, que foi aprovado por maioria, com uma abstenção.

De seguida entrou-se no Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Regulamento de Atribuição dos Donativos Financeiros - Conta Solidária.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"A Conta Solidária vai ter um Regulamento e a atribuição dos donativos vão ter parecer e relatórios do Gabinete de Ação Social e depois serão apreciados na reunião de Câmara Municipal. Acho que este Regulamento está muito claro."

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Deputada, Dra. Sofia Alexandra Alves Duarte Clara, que fez a seguinte intervenção:

"Queria também felicitar a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos e desejar-lhe um excelente mandato.

Desejo também para todos vós e respectivas famílias um feliz 2019.

Foi apresentado a esta Assembleia o Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição dos Donativos Financeiros - Conta Solidária.

Pois bem, de forma inequívoca, deixo bem claro que aplaudo o surgimento deste documento, o qual talvez apenas peque por tardio, e, porquanto é por demais evidente e sabido que existem imensos munícipes a necessitar de apoio financeiro para tentarem minimamente refazer as suas vidas.

Sucede que, o documento que nos é apresentado, salvo o devido respeito, poderia estar melhor elaborado, no sentido de precisar ou esclarecer algumas situações que poderão suscitar algumas dúvidas ao nível da sua aplicação prática.

Desde logo, estabelece-se, e muito bem, no artigo 3º, a ordem de prioridades na atribuição dos donativos monetários.

No entanto, quer na alínea a), quer na b), encontra-se o conceito de "Pessoas Isoladas".

Ora, além da aparente repetição, eventualmente a eliminar, a verdade é que o conceito de pessoas isoladas é muito subjetivo, carecendo, parece-me, de ser devidamente concretizado.

Além disso, em momento algum é referida a forma de distribuição do dinheiro, mais concretamente qual o montante mínimo e/ou máximo a atribuir, se o montante é fixo ou variável, e neste último caso, qual a forma de o determinar.

Ora, não colocando em causa a bondade das decisões que vierem a ser tomadas, bem sabemos que os recursos são escassos, e as necessidades são imensas, pelo que, de forma a fazer uma distribuição justa, equitativa e transparente, deveria constar do regulamento o modo concreto como será distribuído o donativo monetário.

Para terminar esta intervenção, queria apenas deixar uma sugestão. Ao que parece, e porque o parque de estacionamento subterrâneo ainda se encontra encerrado, existem ainda muitos bens resultantes dos generosos donativos dos portugueses por distribuir a quem deles necessita.

Seria razoável e útil proceder à distribuição desses mesmos bens, ainda antes de se proceder à atribuição dos donativos monetários, sob pena de algumas das pessoas a quem tal lhe for atribuído o possam utilizar para adquirir produtos que lhes poderiam ser entregues de forma totalmente gratuita.

Apenas depois de efetuado o levantamento dessas necessidades, e de distribuídos os bens existentes, se deveria distribuir o dinheiro, evitando até dessa forma a duplicação de atribuição de donativos às mesmas pessoas.

Mas isto, é apenas uma sugestão, de quem pretende que sejam abrangidas pelos donativos o maior número possível de situações e pessoas."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Os Senhores Vereadores e o Sr. Vereador da oposição sabem que até agora nunca foi feito nenhum levantamento desta conta solidária.

Até hoje todo o esforço financeiro foi feito pela Câmara Municipal e todas as situações que o Gabinete de Ação Social vem sinalizando tem sido do orçamento municipal que têm saído as verbas.

Atribuição dos donativos financeiros tem que ser um processo transparente para que as pessoas que contribuíram para a Conta Solidária saibam qual o destino dos seus donativos.

Quero dizer-vos que nunca faltou apoio financeiro a ninguém e os apoios concedidos têm sido sempre aprovados por unanimidade. Nós não deixámos as pessoas para trás e os apoios são concedidos desde que o Gabinete de Ação Social sinalize e faça o respetivo relatório.

Dizer ainda que alugámos dois pavilhões para tirarmos os bens doados do parque de estacionamento subterrâneo porque também pretendemos desocupar aquele espaço. Temos os bens organizados e prontos para entregar nas casas reconstruídas e o que queremos é entregar estes bens o mais depressa possível.

Dizer ainda que as sugestões feitas pela Sra. Deputada Sofia não me parece que sejam descabidas e que até fariam algum sentido, mas a atribuição dos donativos terão que respeitar o Regulamento. As propostas terão que ser feitas pelos técnicos do Gabinete de Ação Social que nos farão os respetivos relatórios.

Depois das candidaturas devemos fazer a lista das prioridades para percebermos o que vamos distribuir e também acho que faria sentido que houvesse um apoio mínimo e um apoio máximo."

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Regulamento de Atribuição dos Donativos Financeiros - Conta Solidária, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos do disposto no artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de fixação da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano de 2019, em 5%.

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que fez a seguinte intervenção:

"Baixar ou subir imposto, dentro da margem de atuação da Assembleia Municipal e do Município, não é um fim em si mesmo e parece-me que o que nós devemos ter em conta quando estamos a decidir a nossa margem de autonomia tributária é perceber quais são os objectivos de determinado imposto.

No caso do IRS, o IRS é um instrumento de distribuição de riqueza e também um instrumento para redução de desigualdades, e prevermos a captação de 5% no IRS para as receitas do Município, será uma boa medida se forem aplicadas em projectos sociais, em distribuição de riqueza, e é isso que tem sido feito, como vamos ver nas GOP de 2019 isso está vertido, e acho que deve ser

uma medida a continuar a aprovar e, dessa forma, merece o meu voto favorável e penso que de toda a Assembleia Municipal."

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

"O Grupo do PSD tem-se batido pela diminuição dos impostos municipais. Foi o caso do IMI e agora do IRS.

A diminuição do IRS foi um ponto da nossa campanha eleitoral. Um dos pontos que nós batemos foi abdicar da taxa do IRS e devolver o IRS às pessoas.

Nós estamos aqui a criar desigualdades a nível dos outros Concelhos. Nós temos conhecimento que nos concelhos limítrofes como é o caso de Tábua e Arganil, a taxa de IRS não é de 5% é inferior, inclusivamente é devolvido às pessoas. Isso vai criar uma desigualdade social em relação às pessoas que vivem nesses concelhos limítrofes e que inclusivamente trabalham aqui em Oliveira do Hospital.

Esta taxa de 5% para o IRS, nós não concordamos com ela e vamos votar contra. Não quer dizer que a nossa proposta seja a extinção total dessa taxa mas sim uma redução.

Não vale a pena estarmos a propor porque eu sei que essa proposta não seria aprovada e não vale a pena estar a dizer qual o ponto que nós queríamos para efeitos de taxa de IRS. No entanto, como já disse, vamos votar contra."

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

"No ano passado votámos contrariamente. Ainda há pouco na minha intervenção transacta, pedi à Câmara Municipal que na questão dos apoios às casas houvesse um aumento para 75%. Esse dinheiro terá que vir de algum lado.

Por outro lado, compreendo e advogo muito daquilo que o Sr. Deputado Esteves aqui disse, parece-nos um exagero que a taxa máxima seja praticada porque se olharmos para Arganil, esses 5% são devolvidos na íntegra aos cidadãos, mas, por uma questão de coerência, o sentido de voto do PP será a abstenção porque se por um lado não concordamos politicamente com a medida, entendemos que, e por uma questão de excepção, terão de haver rendimentos extraordinários para a Câmara Municipal poder ter uma margem de manobra financeira para executar este regimes de excepção, como é o caso do apoio às casas de segunda habitação."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Nós podemos utilizar como comparação alguns concelhos vizinhos, mas também poderíamos comparar, o nível de endividamento que têm esses concelhos, e o nível de endividamento que tem Oliveira do Hospital.

Depois, ainda há outro pormenor que era muito importante dizer: Há um conjunto de medidas que vêm de um conjunto de impostos que outros pagam, como a tarifa social da água ou o IMI para quem tem filhos.

Pela quinta vez fomos considerados uma das autarquias Familiarmente Mais Responsável. Isto quer dizer que temos tido um conjunto de políticas que se medem por aquilo que nós fazemos pelas famílias.

Eu percebo o que o Deputado João Esteves disse. O João Esteves disse aqui uma coisa claramente: andei a prometer na campanha que abolíamos o IRS. Mas esqueceu-se que o mesmo João Esteves foi Deputado do PSD aqui no tempo da Governação do PSD e nunca fez esta proposta de diminuir o IRS.

É preciso termos memória porque a taxa de 5 % não fui eu que a inventei, já vem do tempo quando a autarquia era governada pelo PSD.

A vida é mesmo assim, é mais fácil falarmos quando estamos no lado da oposição do que quando estamos no lado do poder. Mas isto não tem problema nenhum porque cada um tem a sua visão."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Sou cada vez mais de opinião que a vida pública ganhava se os políticos fossem mais coerentes. Penso que os cidadãos olhavam para os políticos com mais credibilidade.

A verdade é que quem está a governar "tem que ter ovos para fazer as omeletes". Depois é fácil os outros serem simpáticos e procurarem aliviar a carga.

Cada vez estou mais convicta que deveríamos ser mais coerentes e deixarmo-nos desses números, mas lá chegaremos quando tivermos mais maturidade política."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Quero deixar isto bastante explícito: Eu considero o João Esteves uma pessoa altamente coerente e uma pessoa credível e com pensamento próprio. Não é esta divergência que me faz mudar de opinião."

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos do disposto no artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de fixação da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano de 2019, em 5%, que foi aprovado por maioria, com três votos contra e três abstenções.

De seguida entrou-se no Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 16º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de isenções em matéria de tributos próprios.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Este Ponto VIII é referente a uma concessão genérica à Câmara Municipal para que não tenham que vir todas as isenções à Assembleia Municipal."

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 16º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de isenções em matéria de tributos próprios, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto IX - Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 33º e para efeitos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da 3ª Revisão das Grandes Opções do Plano, Constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para o Quadriénio 2018/2021.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Este Ponto IX tem a ver com a distribuição das verbas deste ano e do próximo ano no Plano Plurianual de Investimentos.

Algumas obras não decorreram este ano e as verbas que não foram gastas transitaram para o ano seguinte."

Depois o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, usou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

"Esta revisão prende-se com as verbas que estavam no Orçamento de 2018 e algumas delas não foram gastas na sua totalidade e têm que passar para 2019."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Vamos ler o que aqui está proposto: "*A Câmara Municipal após análise, e sob proposta do Presidente da Câmara, deliberou por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal a proposta de terceira revisão das Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para o Quadriénio 2018/2021, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata.*"."

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IX - Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 33º e para efeitos da alínea a) do nº1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da 3ª Revisão das Grandes Opções do Plano, Constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para o Quadriénio 2018/2021, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto X - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, das propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes para o Quadriénio 2019/2022, o Orçamento da Receita e da Despesa para 2019, a Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para 2019.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Eu faria uma pequena apresentação e depois peço aos Senhores Vereadores para apresentem as propostas das suas áreas.

Este Plano e Orçamento é um Plano e Orçamento de continuidade com algumas variáveis. É um Plano e Orçamento que está muito ligado a obras que estão no Pacto e que têm financiamento. Por exemplo, neste momento temos adjudicadas as obras em todos aqueles terrenos anexos à Central de Camionagem e temos a obra da rua Virgílio Ferreira.

Há aqui um Orçamento de continuidade e com alguma elasticidade.

Este Orçamento tem uma coisa absolutamente nova que é um Campus Educativo que poderá custar cerca de quatro milhões de euros.

Acho que será uma nova forma de ver Oliveira do Hospital. Haverá uma avenida que começará junto às Piscinas Municipais e irá até à Zona Industrial. E depois da Zona Industrial haverá outra avenida que vem sair ao cruzamento para Lagos.

Depois vão ver o projeto do Centro Escolar nesta Assembleia.

Também quero dizer que não tenho a certeza se vamos conseguir financiamento para este Centro Escolar mas a ambição não me falta, até podemos depois chegar à conclusão que não conseguimos financiamento para ele. Hoje só é possível termos a esperança de o fazer porque quando negociei o Pacto na Comunidade Intermunicipal deixei lá uma coisa inscrita como Campos Educativo com duzentos e trinta e seis mil euros.

Nós já fizemos a candidatura do Centro Escolar, e já gastamos no projecto cerca de cem mil euros. Estou convencido que vai ser possível. Também já adquirimos o terreno, mas há aqui uma coisa que eu não tenho a certeza é se vou conseguir o financiamento de 85% destes quatro milhões de euros.

Depois podemos requalificar a atual Escola do Primeiro Ciclo e nestas instalações passará a funcionar a Escola Superior de Tecnologia e Gestão e desta forma ficamos com a Escola Superior dentro da cidade de Oliveira do Hospital. Nas atuais instalações da Escola Superior podem ficar os laboratórios e alguns serviços da Câmara Municipal.

Se conseguirmos este financiamento deixamos de ter o Pré-Escolar no Pavilhão Gimnodesportivo, deixamos de ter o Pré-Escolar no Bairro do Ferreiro e ficará tudo centralizado.

Este Centro Escolar será um dos mais modernos do País e será o nosso orgulho. Há, por outro lado, um desenvolvimento estratégico em termos de estradas e nascerá ali um loteamento do proprietário do terreno.

Há uma nova reorganização e se nós realizarmos isto acho que Oliveira do Hospital ficará diferente para melhor.

Este Centro Escolar terá todas as condições e o Complexo Escolar ficará todo ligado.

Acho que devemos fazer este esforço para lançarmos estas bases.

Neste Orçamento continuaremos com o Programa Casa Digna e continuaremos a apoiar a área social e a área da educação.

Passo agora a palavra aos meus Vereadores para que de uma forma sintética possam apresentar os projectos nas suas áreas."

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Vereadora, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, que fez a seguinte intervenção:

"Volto a falar do Campus Educativo porque é a obra de maior referência dentro das GOP. São cerca de três milhões e meio de euros, sem incluir o IVA, que estão envolvidos neste projeto. É apenas o valor da obra que está explanado neste Orçamento que é plurianual.

O Sr. Presidente já referiu, e bem, que é uma luta que ainda vai ter que ser ganha nomeadamente no que diz respeito à conquista financeira.

Dizer também que já se iniciaram as obras para a retirada do amianto nas coberturas da Sede do Agrupamento de Escolas.

Deixar aqui uma palavra de agradecimento ao Presidente da Câmara, também como Vice-Presidente da CIM, por todo o trabalho reivindicativo que tem feito, não só nesta área da educação, mas em todas as áreas.

As obras de requalificação da Escola Secundária envolvem um milhão de euros e, como disse, já estão a ser executadas.

Entretanto, também estão afetos cerca de seiscentos e cinquenta mil euros na requalificação das futuras instalações da ESTGOH.

Recordar que estamos a falar de um Concelho com cerca de três mil e duzentos alunos, desde o pré-escolar até ao Ensino Superior.

Depois dizer que há iniciativas e incentivos que estão associados ao Programa Cheque Mais Educação e às Bolsas de Estudo.

Queria dizer-vos que o agregado familiar, no arranque do ano lectivo, tem um privilégio muito grande aqui no nosso Concelho, na medida em que não tem muito que se preocupar com a entrada dos alunos do Primeiro Ciclo.

Hoje em Oliveira do Hospital podemos dizer que entrar para o Primeiro Ciclo é quase gratuito. Os pais têm apenas que se preocupar com a aquisição das mochilas, dos ténis e do fato de treino.

Há um bolo financeiro também muito importante na área da Educação que está associado à Associação Escolar e que provavelmente os Senhores

Deputados não terão noção da importância que tem, não só para a vida do agregado familiar e para as nossas crianças, mas também para a economia circular no nosso Concelho. Refiro-me às refeições escolares, onde mais uma vez eu quero deixar um agradecimento aos Presidentes de Junta que se associaram a este procedimento dos Contratos Interadministrativos, assim como a todas as IPSS deste Concelho que são fornecedoras das refeições escolares. E aqui queria vincar a qualidade do serviço prestado por todas as IPSS porque a qualidade da refeição não foi beliscada, e tem-se mantido, e no momento é resolvido qualquer problema que surja nesse fornecimento. Estes Contratos Interadministrativos que vão sempre a reunião de Câmara no início de cada ano lectivo com uma adenda onde está afeto um valor que é previamente negociado com as IPSS.

Deixar aqui destacado de que não há nenhum encarregado de educação que pague na totalidade o valor da refeição que a Câmara está a pagar às IPSS.

É publicado o valor da refeição e não somos nós que definimos o valor a pagar por parte dos encarregados de educação.

Ao longo de onze meses é feito este pagamento das refeições escolares que é extremamente importante e que provavelmente ninguém se apercebe deste investimento na qualidade e este investimento em estimular a boa alimentação.

Os transportes escolares são também outra nossa preocupação. Temos vindo a fazer melhorias e já há um forte investimento de cerca de meio milhão de euros. Dizer que ultimamente foram adquiridos dois veículos e que está previsto adquirir mais um veículo de trinta e cinco lugares.

Há também uma preocupação extrema em ajudar as escolas do nosso Concelho no combate ao abandono e insucesso escolar com medidas que vamos implementando e que são também discutidas e analisadas no Conselho Municipal de Educação.

Dizer ainda que a CIM e os Srs. Presidentes de Câmara dos dezanove Concelhos decidiram fazer aqui também um forte investimento na área da Educação e também na área da Cultura. Implementar ambientes inovadores na área da Educação. Há várias iniciativas que estão a ser implementadas através deste apoio que vem do Quadro Comunitário e que foi devidamente reivindicado pelos Presidentes de Câmara para que a Educação também tivesse apoio e para que pudéssemos melhorar o sucesso escolar.

A Câmara Municipal teve sempre projectos inovadores em parceria com a CPCJ e com a Ação Social como por exemplo a Escola mais Feliz, as Férias Ativas, as actividades de verão.

No ano passado lançámos pela primeira vez a Oficina do Território. Há um princípio que tentamos incutir nos nossos jovens que é promover o nosso território e o património concelhio. Só se ama aquilo que se conhece, e esse é o principal objectivo da Oficina do Território.

O programa Clique Educar, que certamente já ouviram falar nas GOP de 2018 onde estava explanado este grande objectivo de equipar as escolas do Pré-Escolar e do Primeiro Ciclo com equipamento informático. Uma preocupação que também o agrupamento tinha porque também se preocupa em caminhar no ensino de aprendizagem de acordo com os novos tempos e de acordo com o que é exigido a nível pedagógico.

Depois, devem também ter dado conta que há um projecto novo que está a ser implementado nas turmas do Primeiro Ciclo, no primeiro ano, em Oliveira do Hospital: Ensinar a Voar é o tema deste projecto que permite aos alunos ter um outro nível de ensino e outro sistema de aprendizagem. O intento é ajudar a potencializar as capacidades dos nossos alunos.

Já é conhecido o interesse e a preocupação das Bolsas de Estudo assim como o Reconhecimento e Mérito Escolar. Continuamos a atribuir os cinquenta mil euros e todos os anos temos mais alunos do Ensino Superior a participar.

No que diz respeito à Cultura, dizer que as obras de requalificação da Casa da Cultura já se encontram a decorrer, todos já se aperceberam dessas obras. É um Complexo Cultural que vai certamente alavancar o nosso Concelho nesta área.

Já aqui foi mencionado também pela Sra. Presidente de Junta de Lagares da Beira que vamos ter um novo espaço cultural no antigo quartel dos Bombeiros que já está praticamente requalificado.

As Ruínas Romanas da Bobadela já têm mais um espaço expositivo que é o Centro de Interpretação e brevemente irão arrancar as obras da Casa Amarela. Também brevemente irão avançar as obras de requalificação do adro da igreja de São Pedro de Lourosa.

Dizer ainda que há muitas iniciativas que procuramos apoiar mas a nossa principal preocupação na área da Cultura é descentralizar a cultura. Ou seja, que ela não fique apenas assente na sede do Concelho de Oliveira do Hospital, mas oferecer cultura a todas as Freguesias, e há muitos movimentos culturais que nós temos apoiado e promovemos em várias Freguesias."

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Vereador, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

"Vou falar essencialmente sobre os objectivos da Ação Social, Saúde, Turismo, Ambiente e Urbanismo, muito rapidamente.

Num quadro de um Orçamento de cerca de trinta e dois milhões de euros, e de um Plano de Investimentos e Grandes Opções do Plano, que estão estimados em vinte e um milhões, setecentos e cinquenta e três mil euros.

Dizer-vos que em termos de família, solidariedade e ação social, estão previstos novecentos e cinquenta e seis mil, e setecentos euros, subdivididos em alguns projectos interessantes: Concluir e dar todas as condições à Casa da Criança de Travanca de Lagos, que esteve em queda e hoje está em crescimento em termos de acolhimento de crianças.

Fazer referência a cento e cinquenta mil euros para o Projeto Casa Digna, continuar a apoiar a reabilitação de habitações e dar-lhes dignidade.

O Fundo de Emergência Municipal, tem vinte mil euros.

Para habitação Social, temos mais de quinhentos mil euros, para reabilitarmos o Bairro João Rodrigues Lagos, no Quadro do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano no plano de ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas, reabilitar o edificado, reabilitar as zonas confinantes e o espaço público. Em termos de habitação Social, o Município prevê investir trezentos e setenta e um mil euros, em termos plurianuais para o ano 2019, trezentos e vinte mil euros.

No Incentivo à Natalidade estão previstos cento e cinquenta mil euros.

Tudo isto perfaz quase um milhão de euros.

Relativamente ao Turismo: Temos previsto duzentos e catorze mil, setecentos e cinquenta e quatro euros, para acções de promoção turística, para projetos aprovados e integrados no âmbito do Pacto da CIM da Região de Coimbra e, naturalmente, a participação em vários programas de valorização de recursos endógenos.

Dar relevo à importância de fazer educação e sensibilização ambiental para reduzir os resíduos produzidos em casa e encaminhados para aterro, e reduzir a deposição em aterro. Vamos investir fortemente, mais de quatrocentos e quarenta mil euros, na criação de ilhas ecológicas e melhorar o ambiente urbano.

Temos aqui previstos cerca de dez mil euros para ações de sensibilização e educação ambiental, essencialmente para promover a redução da produção de resíduos.

Na área da Saúde: Temos investimentos nas Extensões de Saúde em Ervedal da Beira e Avô.

Temos o Programa Saúde Oral para Todos e que prevê trinta mil euros de investimento.

Apoio à equipa de Saúde Mental comunitária.

Temos aqui previsto no objectivo da Saúde setenta mil euros de investimento direto do Município, e isto ainda não integra a possibilidade de acolhermos novas competências.

Urbanismo Comercial: Temos previsto oitenta mil euros para dinamização do comércio local e do centro urbano de Oliveira do Hospital, ações de sensibilização e apelo às compras no comércio local e animação do espaço público.

Em grosso modo seriam estes os destaques que daria."

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Vereador, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro, que fez a seguinte intervenção:

"Relativamente ao Desporto dizer-vos que também esta rúbrica assenta nos princípios gerais das GOP, ou seja, no equilíbrio e na sustentabilidade financeira da Câmara Municipal.

Importa dizer também que o Executivo Municipal continua a considerar a importância do Desporto no Concelho e na própria sociedade onde complementa o papel do Estado e assume funções educativas, sociais, culturais e naturalmente também desportivas.

Nesse sentido, o Município tem assumido uma política de desporto para todos, considerando todos e os mais de setecentos atletas que praticam desporto federado no Concelho de Oliveira do Hospital, mas também todos aqueles que praticam desporto pelo laser, pelo bem-estar, e pela adoção de hábitos de vida saudáveis.

Nesse sentido, as rúbricas e os valores que integram as GOP consideram também alguns eventos desportivos que nos ajudam, no nosso entender, a promover o Concelho de Oliveira do Hospital.

Hoje, orgulhamo-nos de dizer que temos um Concelho vivo e dinâmico também pelo desporto e com o desporto.

De uma forma simples, dizer-vos que as verbas consideram intervenções de eficiência energética em equipamentos desportivos municipais, aqui referimos as Piscinas Municipais, os Cortes de Ténis e o Pavilhão Desportivo, que neste momento já foi alvo de melhorias no que à eficiência energética diz respeito, e já foi substituído todo o sistema de aquecimento por uma caldeira a

peletes muito mais eficiente, e onde foram também instalados painéis solares e, hoje, foram instalados termoacumuladores.

Esta rúbrica de intervenções de eficiência energética contempla uma verba de duzentos e quinze mil euros.

Relativamente ao apoio aos Clubes e às Associações Desportivas, que têm um papel fundamental na dinamização do desporto no nosso Concelho, na dinamização da prática desportiva para estes jovens que acabei de vos referir, está contabilizada uma verba de quatrocentos e cinquenta mil euros. Esta verba é também para poder viabilizar as actividades que os Clubes potenciam.

Relativamente às iniciativas desportivas diversas, como vos disse, temos algumas que são já marca no nosso Concelho, o Programa Move-te, as iniciativas que temos desenvolvido também na Freguesia de Aldeia das Dez e no Monte do Colcorinho, Trail do Colcorinho, a subida épica, são um conjunto de iniciativas. E teremos no dia 18 de janeiro, e aproveito para vos convidar, a quinta edição da Gala do Desporto, onde reconhecemos a importância e o trabalho que todos os agentes desportivos desenvolvem em Oliveira do Hospital.

Por último, referir também o apoio a investimentos de criação de beneficiação e ao apetrechamento de infraestruturas desportivas que não são municipais.

Na rúbrica do desporto temos um total de novecentos e trinta e cinco mil euros.

Relativamente à Juventude, dizer que o Executivo Municipal continua a considerar o importante papel da juventude na nossa sociedade.

Como se percebeu pelas intervenções anteriores, os apoios à juventude estão comtemplados em todas as áreas: Na Ação Social, na Educação, na Cultura.

Numa rúbrica específica para a juventude temos um valor para apoiar o Orçamento Participativo Jovem, que como já foi referido, foi retomado este ano. Fica também o desafio para que no próximo ano, mais jovens se envolvam porque têm grande capacidade, têm grande dinamismo, temos boas iniciativas no Concelho, e esta é mais uma oportunidade para os nossos jovens terem aqui uma forma de se financiarem e de poderem potenciar ainda mais toda a sua capacidade."

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Vereadora, Eng.ª Teresa Maria Mendes Dias, que fez a seguinte intervenção:

"Antes de me referir às Grandes Opções do Plano para 2019, gostaria de vos dar a conhecer a todos que durante o ano de 2018 foram plantadas cerca de dez mil árvores em quinze hectares de áreas públicas. Desde já agradeço a todas as empresas e voluntários que ofereceram as árvores e participaram nas ações de reflorestação apoiadas pela Câmara Municipal.

Falando então das GOP e porque a Câmara Municipal está também preocupada com o futuro das propriedades privadas, aprovou em reunião de Câmara as normas de participação ao Projeto ReFlorestar para o ano de 2019 com o objetivo de investir, no próximo ano, duzentos e cinquenta mil euros em árvores autóctones, incentivando os proprietários privados a gerirem a floresta para que esta não seja votada ao abandono. A par deste investimento destaco ainda quatrocentos e cinquenta mil euros do protocolo com a Agência Portuguesa do Ambiente para a beneficiação de açudes e a sua envolvente, com o objetivo de melhorar a qualidade da água dos nossos rios, a quantia de duzentos e sessenta e cinco mil euros para a prevenção e combate a fogos florestais e beneficiação de rede viária florestal, duzentos mil euros em segurança e proteção civil através das Corporações de Bombeiros e oitenta e cinco mil euros para aquisição de maquinaria de apoio à equipa de proteção civil municipal. Para além deste investimento direto à floresta tenho ainda a destacar a quantia de quinhentos e setenta mil euros para investimento em higiene dos espaços públicos, parques, jardins e cemitérios municipais."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Para concluir gostaria de dar aqui uma nota que acho que é muito importante: No Ponto 1 relativo ao saneamento e salubridade a Câmara Municipal realizou um milhão, setecentos e oitenta e três mil euros, e vai haver mais um investimento de saneamento.

Temos orçamentado um milhão, cento e quarente e três mil euros para fecharmos o ciclo do saneamento no próximo ano.

Também é importante dizer que a nossa despesa salarial com o pessoal vai aumentar relativamente a 2018 porque a Câmara Municipal contratualizou com os precários cinquenta e oito pessoas. Destas cinquenta e oito pessoas muitas delas são jovens que ajudamos a fixar em Oliveira do Hospital e entraram também muitos licenciados.

Vamos formar duas equipas de sapadores e o trabalho deles será na limpeza das bermas e o corte das árvores e vamos também fazer um forte investimento em maquinaria.

Penso que será um ano muito exigente para todos nós e para conseguirmos lançar todo este conjunto de obras.

Pretendemos continuar a modernizar os serviços da Câmara Municipal e neste momento estamos a fazer a desmaterialização e vai deixar de haver papéis. Já gastámos cerca de cem mil euros num sistema informático. Há aqui uma forte aposta na modernização da Câmara Municipal.

Este Orçamento é o que é. É um Orçamento que tem ambição.

Poderiam dizer que o Orçamento provavelmente está empolado mas isso deve-se sobretudo à flexibilidade orçamental daquilo que nós podemos conquistar e se não o tivermos empolado temos que fazer constantemente revisões e criação de rubricas.

Espero que seja um ano de grande execução por causa do número de obras que estamos a lançar.

A nossa política em relação às Freguesias também é clara e continuaremos a apoiar financeiramente da mesma forma as nossas Juntas de Freguesia. Precisamos de trabalhar em parceria com as Juntas de Freguesia.

As Junta de Freguesia também têm que perceber que não basta darmos dinheiro porque as Juntas de Freguesia também têm que ter competências e há determinadas coisas que têm que ser as Juntas a realizar e não podem estar sempre à espera da Câmara Municipal. Também acho que devemos encontrar outra forma para apoiar os eventos das Juntas. Há eventos que nós consideramos de grande dimensão e é preciso também clarificar quais são.

Tenho muitas expectativas neste Orçamento e é um Orçamento que tem muita ambição.

Continuaremos a apoiar as colectividades, continuaremos a apoiar a Educação e nunca faltará dinheiro para as pessoas mais necessitadas porque queremos também um Concelho coeso.

Dizer ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge que as Águas de Lisboa e Vale do Tejo vão fazer as ligações técnicas este ano.

Nesta fase iremos dar prioridade ao abastecimento de água e logo a seguir devemos resolver uma série de problemas de saneamento.

Brevemente também haverá a possibilidade de criarmos uma empresa supramunicipal para a área da água e saneamento com os Municípios de Seia e Gouveia.

Vão reformar-se também alguns trabalhadores, e desde que entraram estes cinquenta e oito trabalhadores penso que já se reformaram quatro, e isto é um bom sinal para os jovens."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

"Já percebemos que este é um Orçamento participado por uma equipa e liderado pelo Sr. Presidente, José Carlos Alexandrino, e é assim que deve ser e é assim que é habitual.

Aquilo que me interessa neste Plano e Orçamento é ver qual é o seu caminho e não estou muito preocupado em ver se determinada obra tem mais cem mil euros, ou menos cem mil euros, ou ver se determinada rúbrica tem mais, ou menos, euros porque acho que a equipa da Câmara Municipal saberá melhor do que nós direccionar esses valores.

Aquilo que me apraz fundamentalmente neste Orçamento é ver a direcção que ele tem para o futuro dos Oliveirenses.

Obviamente que vos devo dizer que gostaria muito de ter sido confrontado, na altura de outros Executivos Municipais, com um Plano e Orçamento deste tipo e com esta grandeza.

Todos nós sabemos que este ano de 2018 que está a terminar foi um ano extremamente difícil. Foi um ano difícil para os Executivos das Freguesias e particularmente difícil para o Executivo da Câmara Municipal.

Todos nós sabemos que algumas destas obras que iremos ver realizadas ou iniciadas em 2019, já deviam estar em 2018 executadas, mas as circunstâncias não o permitiram e isso foi resultado de tudo o que nos aconteceu.

Estamos a entrar no segundo ano do mandato e não estamos a assistir a um lançamento de obras eleitoralistas. Aqui está a pensar-se no desenvolvimento do Concelho. Trinta e dois milhões de euros é muito dinheiro.

Este Plano e Orçamento tem uma visão estratégica de desenvolvimento do nosso Concelho para o futuro. Em tempos idos havia muito dinheiro disponível mas não assistíamos a nada disto.

Estamos a lutar pelo Concelho e pelos Oliveirenses.

Quando estamos a analisar o que vai ser o ano de 2019 é com grande agrado que eu vejo que somos confrontados com um Orçamento deste tipo.

Obviamente que não poderia deixar de votar a favor e só quem não estiver de boa-fé é que não vota a favor deste orçamento.

Desejo um bom ano de 2019 para todos e desejo que tenhamos um ano de grandes realizações, em contraponto com este ano de 2018 que foi um ano muito mau para todos nós."

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que fez a seguinte intervenção:

"Estamos a discutir o Orçamento para 2019 mas não o podemos dissociar de algumas decisões que esta Assembleia Municipal tomou a nível fiscal e à receita que isso nos permite alocar para determinadas despesas, e transformando o Orçamento também num instrumento de distribuição de riqueza, diminuição de desigualdades e de acesso a serviços essenciais, como é a educação e habitações condignas.

Nesse sentido eu gostaria de destacar algumas medidas: As Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, que ascendem ao valor de cinquenta mil euros; O Projeto Casa Digna, de cento e cinquenta mil euros; As medidas de Apoio à Natalidade, de cento e cinquenta mil euros; O cheque Mais Educação, de vinte e cinco mil euros; e depois a Ação Social Escolar, por exemplo na alimentação, e no caso das transferências para as Freguesias que ascendem ao valor de duzentos e cinquenta mil euros.

Estas medidas que eu acabei de enunciar, andarão há volta de um valor superior a meio milhão de euros, e que é sensivelmente a receita que vamos acomodar com a taxa que aprovámos de IRS e de IMI.

No caso da posição do PSD, ela é legítima e coerente, votou contra a taxa de IMI e contra a taxa de IRS, mas seria relevante que neste momento primeiro dissesse qual era, de facto, a taxa que propunham, e depois, neste Orçamento o que é que cortariam?"

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Paulo Sérgio Dias Minas, que fez a seguinte intervenção:

"Vou confessar que não tive o tempo que necessitava para analisar profundamente este documento dando-lhe toda a importância que ele merece, e peço desculpa à Assembleia por isso. Ainda assim, posso fazer uma resenha deste Orçamento a partir de quatro vectores que considero fundamentais para o desenvolvimento económico do Concelho. Esses vectores são: O investimento; As oportunidades; A cultura e o turismo.

No que toca ao investimento para o ano de 2019, penso que podemos analisá-lo de dois modos: Numa base comparativa com anos anteriores e numa base sustentada só num ano, sem ter em consideração o contexto em que ele se insere. E se é verdade que no Orçamento do próximo ano estão comtempladas obras como a requalificação da Rua Alexandre Herculano, a zona envolvente, o Centro Histórico da Cidade, Parque dos Marmelos, Zona da Ribeira de Cavalos, Bairro Social João Rodrigues Lagos, convém não esquecer que estas mesmas obras também já se inseriam no Orçamento Municipal para 2017, e admito as dificuldades do último ano e o esforço que teve de ser feito em alguns aspectos extraordinários mas, uma vez ultrapassadas estas dificuldades, espero que este investimento público seja feito no próximo ano e que seja finalmente concretizado.

Quero ainda dar destaque à questão do Centro Escolar, que é uma obra muito importante para o Município, e dotá-lo e modernizá-lo ao nível do melhor que temos no País é, sem dúvida, muito meritório e importante para os nossos jovens.

Quero ainda saudar todo o investimento que se está a planear fazer em espaços de localização empresarial, nomeadamente na vertente sul da Zona Industrial. É isso que me leva precisamente ao segundo vetor, o das oportunidades.

O Concelho precisa de uma estratégia de crescimento económico, porque não há crescimento económico sem empresas, e não há um investimento público que defina isso. São precisas mais empresas sejam elas locais, nacionais ou multinacionais, que se queiram instalar em Oliveira do Hospital.

Quero perguntar também ao Executivo o que é que está a ser feito em relação a isso e qual é que é a estratégia do Município e do Executivo em relação a este tópico?

Na cultura, não haja dúvida que há que elogiar o esforço que está a ser feito para dotar a Casa da Cultura de condições que permitam receber outro nível de actividades artísticas e culturais, pese embora o atraso na concretização desta obra, mas o que é importante é que ela esteja concluída no próximo ano e, estou em crer, que sortirá um efeito positivo em toda a comunidade.

No entanto, não deixo de estar preocupado com a ausência de público neste espaço. Não lhe quero chamar inércia, mas creio que devia ter sido feito algum esforço nos últimos anos para ir criando públicos que sustentem regularmente as iniciativas culturais, porque tudo isto pode por um bocadinho

em causa toda a funcionalidade do projecto. Esperemos que não! Esperemos que haja uma grande adesão do público.

Só faz sentido ter uma nova e moderna Casa da Cultura se ela tiver dinâmica semanal com pequenos eventos frequentes, e não com grandes nomes, pontualmente.

Também fazer referência ao Centro Interpretativo das Ruínas Romanas da Bobadela. Acredito que seja um bom ponto de partida para o futuro, e agora com o novo Museu do Azeite, espero que se consiga ali criar uma dinâmica semelhante à que se vê, por exemplo, em Belmonte, com vários espaços museológicos na mesma localidade, conseguindo atrair muitos e variados públicos.

Para finalizar, o Turismo. Este é um sector que dispensa apresentações e, para quem não sabe, o turismo é o sector que mais cresce em Portugal há vários anos consecutivos. Só por isso, ver que a rúbrica do desporto que representa quase 5% do Orçamento, comtempla quatro vezes mais verba que a rúbrica do turismo, não quero com isto desvalorizar o papel do desporto e da actividade desportiva, muito menos quero que os Clubes deixem de ser apoiados, mas não há dúvida alguma que o desporto é o parente rico deste Orçamento, e é de elementar justiça que no futuro a formação desportiva ganhe mais peso do que tem hoje.

Voltando ao turismo, e ver duzentos e sessenta e cinco mil euros, para os quatro anos, nesta rúbrica também acho que é um pouco desanimante, sabendo nós do potencial que existe no Vale do Alva e Alvôco.

Seria conveniente que as palavras não se desgastassem tão rapidamente como as pedras do rio e surgisse da tentativa de criar novos e mais modernos espaços balneários, circuitos pedestres, transportes públicos de acesso às praias fluviais que possam não só servir as unidades hoteleiras e os turistas mas também todos os Oliveirenses.

O meu voto neste Orçamento, e em conformidade com o que foi definido com a Coligação Construir o Futuro será pela abstenção, e não é que isso me dê prazer. Obviamente que acho que ninguém pode votar contra este Orçamento porque comtempla obras muito importantes, mas gostava de votar num Orçamento que fosse mais voltado para a economia real, que fosse um bocadinho mais amigo das empresas, empreendedor e visionário em outros aspectos."

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

"Quero referir-me precisamente a duas áreas. Uma mais em jeito de agradecimento ao Sr. Vereador Nuno Ribeiro porque falou aqui no Orçamento Participativo Jovem.

Quero agradecer ao Sr. Vereador Nuno Ribeiro a colaboração que sempre procurou e o espirito de abertura democrática fantástica que se vive no Conselho Municipal da Juventude. Faço votos para que esse clima se possa transportar aqui para a Assembleia Municipal.

Mais concretamente sobre a área do turismo quero fazer uma pergunta direta ao Sr. Vereador Francisco Rolo:

Esta cota de vinte e cinco mil euros, nas Aldeias de Montanha, e de vinte mil euros ao GEOPARK Estrela, são pagas todos os anos?

Qual será o tempo necessário para que o Município tenha o retorno financeiro desse mesmo investimento?"

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

"Ao analisar as Grandes Opções do Plano, verifica-se que há um grande desinvestimento no resto do Concelho, privilegiando Oliveira do Hospital. Existe, por isso uma forte queda do investimento nas Freguesias, tornando o plano demasiado concentrado só numa região, o que é mau. Deveria haver um desenvolvimento mais harmonioso, contemplando as ambições das Freguesias.

Nós defendemos que a coesão territorial seria mais desenvolvida, se fossem contempladas obras que as Freguesias ainda carecem.

É certo que neste plano existe transferência para as Freguesias para fazerem algumas obras mais prioritárias, mas com o montante a transferir, são obras de pouco valor, mas mesmo assim necessárias, o que dá aos Srs. Presidentes das Freguesias uma maior responsabilização dos atos que pratiquem.

Quero também salientar o grande investimento que se irá fazer no ensino com este novo projecto do Centro Escolar Educativo para Oliveira do Hospital.

A requalificação da Zona Histórica de Oliveira do Hospital já vem em três anos consecutivos nas grandes opções do plano, ou seja, já foi incluída no ano de 2017 e 2018 e agora para o próximo ano. Será que é desta vez que se vão iniciar as obras?

Espero que este ano de 2019 seja um ano de grande desenvolvimento e de execução de obras que são necessárias e prometidas há diversos anos.

É com agrado que vejo para investimento para o próximo ano a recuperação, valorização e refuncionalização do Parque dos Marmelos, só que também já estava previsto para este ano, sem que tenham sido feitas quaisquer obras. Porque se trata de uma infraestrutura muito importante para a cidade, espero que desta vez se façam as obras necessárias para tornar aquele lugar num sítio aprazível, para que todos os Oliveirenses possam usufruir.

Gostaria de ter visto nas Grandes Opções, a requalificação, por exemplo da Avenida Dr. Afonso Amaral, já que se trata da principal entrada da cidade. É uma obra que terá que ser realizada a breve trecho.

Outra obra que gostaríamos de ver era a requalificação da Rua 21 de Junho em Lagares da Beira, já que se trata de uma das principais entradas daquela localidade e ainda está com era ao tempo da EN 230, com mau piso e estreita, obra esta que está em plano nas GOP, o que se agrada.

Como este não é um Plano e Orçamento, que gostaríamos de ver, mas mesmo assim, concordamos com muitas das obras nele incorporado, pelo que damos o benefício da dúvida ao Executivo para a sua concretização, e sendo assim, vamos abster-nos na votação."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

"Fico satisfeito com a notícia que o Sr. Presidente da Câmara deu. Finalmente está previsto fazer as Ligações Técnicas em Meruge.

Neste Orçamento estão comtempladas verbas para obras na minha Freguesia que já há muito que gostava de as ver concretizadas e espero que seja este ano.

Todos nós sabemos que os Orçamentos da Freguesias dependem muito do Orçamento da Câmara Municipal, nomeadamente das verbas a transferir para as Freguesias.

Neste Orçamento para 2019 eu vou votar favoravelmente."

De seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, que fez a seguinte intervenção:

"Como o Sr. Presidente da Câmara sabe este ano não vamos realizar as obras todas e por isso vamos ter de fazer uma alteração às obras que estão no protocolo.

A minha Freguesia gastou muito dinheiro nos aquedutos, na limpeza das ruas, na construção de dois muros. Alvôco tem uma situação complicada com a estabilização dos solos. Temos lá duas situações muito urgentes. É necessário fazer uma análise técnica para a estabilização dos solos

Neste Plano e Orçamento estão alocadas verbas para caminhos e estradas e por isso pedia ao Sr. Presidente que fosse generoso com a minha Freguesia porque ela bem necessita.

Vou votar favoravelmente este Plano e Orçamento para 2019."

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

"Já foi dito tudo pelo Sr. Presidente da Câmara e pelos Srs. Vereadores e por isso não vale a pena estar a repetir absolutamente nada.

Dizer apenas que temos um Orçamento de regresso à normalidade. Um Orçamento que aposta no investimento para o Concelho. Estão comtempladas as obras do PEDU.

Queria realçar as obras no Colégio Brás Garcia de Mascarenhas para remodelação da Casa da Cultura. Espero que no próximo ano possamos fazer o convívio do Colégio Brás Garcia de Mascarenhas nas novas instalações da Casa da Cultura.

Referir também as obras em Lourosa e Bobadela para valorizar os Monumentos Históricos.

Neste Orçamento estão também as obras de recuperação do Bairro João Rodrigues Lagos em Oliveira do Hospital.

Vê-se aqui também uma aposta clara no âmbito dos incêndios e da Protecção Civil que é de realçar.

Também devemos enaltecer a valorização dos precários até porque é muito importante dar estabilidade profissional às pessoas para que possam ter perspectiva de futuro. É uma grande medida.

Queria também realçar o aumento das receitas do Orçamento Geral do Estado e o grande apoio no financiamento que vem do Quadro Comunitário 2020. Este Orçamento prova que este Município, e o Sr. Presidente, tem uma grande dinâmica.

Finalmente temos aqui um Orçamento de muita ambição, de muita confiança, de muito planeamento, de muito trabalho e de forte sustentabilidade financeira e económica que só é possível num Município que tem uma forte capacidade de endividamento e por isso é um Município de futuro.

Naturalmente que o Deputados eleitos pelo Partido Socialista vão votar a favor.

Os Deputados do CDS e do PSD vão abster-se nesta votação por uma questão de tática política de qualquer das maneiras podiam fazer um ato de contrição e votar a favor porque este é dos melhores Orçamentos que já tivemos na Assembleia."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Acredito que se estivesse aqui outro Executivo teria feito outro Orçamento porque todos nós temos visões e estratégias diferentes.

Este Orçamento também podia ter caminhos diferentes para se chegar ao mesmo local, para se chegar aos mesmos objectivos, e para servir os Munícipes.

Na história deste Concelho, até hoje, este foi o Executivo que arranjou mais dinheiro do Quadro Comunitário porque não se deixou ficar fechado nestas paredes da Câmara Municipal. Esta é uma grande verdade que é indesmentível e pode ser comprovada com números.

Este Executivo pode apresentar este Orçamento e é verdade que andam aqui obras há dois anos, como disse o Deputado João Esteves, mas nós temos o dinheiro para as fazer. O dinheiro para fazer as obras foi conquistado nas mesas de negociação.

Eu tenho orgulho em apresentar este Orçamento porque outros nunca foram capazes de o fazer e isto prende-se com a nossa capacidade de nos relacionarmos e a nossa capacidade reivindicativa para o nosso Concelho.

As pessoas fazem opções diferentes mas nós ganhámos as eleições e por isso governamos o Concelho com as nossas ideias e com as ideias da maioria dos membros desta Assembleia porque estamos cá para os ouvir.

Também devemos fazer um gesto de humildade e ouvir as outras forças políticas porque as boas ideias não são só nossas e se a oposição tiver boas ideias devemos até aceitá-las com humildade. Isto chama-se democracia. É essa a minha característica e é também a característica do meu Executivo e de toda a minha equipa.

Hoje, nas reuniões de Câmara discutimos os assuntos com lealdade e temos que ter em conta os interesses do Concelho e temos que nos deixar de "partidarite aguda" e até porque eu sou um homem livre e independente.

Os projectos que me dão mais gozo já foram aqui referidos pelo Tiago Martins, e são os seguintes: Bolsas de Estudo - Quando cheguei à Câmara Municipal as Bolsas de Estudo tinham uma verba de oito mil euros e hoje a verba é de cinquenta mil euros. Há uma visão diferente e há um caminho diferente.

Quando eu cheguei à Câmara Municipal não havia o projecto Casa Digna e algumas pessoas só se lembraram depois dos incêndios que havia gente que não vive em condições mas esqueceram-se do número de pessoas de idade que viviam sem terem condições nas suas casas. No âmbito deste projecto da Casa Digna já recuperamos cerca de setenta casas e gastámos cerca de quinhentos mil euros. Estas casas não vêm nos jornais, nem vão lá as televisões mostrar como é que as pessoas viviam. Estas são as políticas que me dão mais gozo fazer e isto é que faz a diferença!

Lançámos também o projecto de Incentivo à Natalidade e lançámos o Cheque Educação.

São estas políticas que estão plasmadas neste Orçamento e por isso é que é um bom Orçamento.

Outra coisa que eu não aceito é o seguinte: O Deputado João Esteves disse que este Orçamento era muito centrado em Oliveira do Hospital e que as Freguesias ficavam abandonadas. Eu quero dizer ao Deputado João Esteves que quem fez o PEDU para as cidades foi o Governo do PSD/CDS. Por isso quem abandonou as aldeias, quem fez a extinção das Freguesias, não fui eu, foi o Governo do partido que o Deputado João Esteves representa aqui. Nós precisamos de saber o que é que estamos a falar.

E também temos todos que ter consciência que as necessidades das Freguesias não são as mesmas do que eram há dez anos, e há aqui um grande trajeto que nós fizemos.

O PSD até podia votar contra o Orçamento porque para mim não me fazia diferença nenhuma e eu até fico contente com a vossa abstenção.

Ainda pergunto o seguinte há quantos anos andam as obras do Parque dos Marmelos no Orçamento? E alguém fez alguma coisa pela Zona Histórica de Oliveira do Hospital? E quantos anos é que cá esteve o PSD?

Eu estou cá há muito menos anos e vou apresentar o projecto para a reabilitação da Zona Histórica em janeiro.

Há muita gente que mede a capacidade de um Presidente pelas obras que faz, e os Presidentes de Junta passam pelo mesmo, mas eu acho que capacidade de um Presidente mede-se pelas dinâmicas que somos capazes de implementar.

Gostava de perguntar ao Sérgio Minas se ele sabe qual é a taxa de desempego em Oliveira do Hospital neste momento. Eu digo-te que a taxa é de 4,5 %. É muito abaixo da média nacional.

Dizer ainda ao Sérgio Minas que eu não tenho uma varinha mágica! E o que nós precisamos é de trabalho mais qualificado e precisamos de criar empresas diferenciadoras e não pode ser mais do mesmo.

Relativamente à Cultura penso que a agenda Cá Acontece que chega ao Vale do Alva, e estão lá muitas actividades porque tem havido um trabalho extraordinário na área da cultura por parte da Sra. Vereadora, e isso é um trabalho que todo o Concelho reconhece e com a nova Casa da Cultura teremos novos desafios. Dizer ainda que o meu grande sonho é levar os nossos Grupos Culturais de qualidade aos grandes palcos. Nós temos Grupos em Oliveira do Hospital que podem atuar no Centro Cultural de Belém, na Casa das Artes, no Porto, ou em qualquer outro lado, e isso dá-me um orgulho imenso.

Dizer-lhe ainda que o desporto é uma escola, e que temos setecentas crianças a praticar desporto em Oliveira do Hospital. Na érea do desporto somos um Concelho altamente eclético. O dinheiro que aplicamos no desporto e na cultura é muito bem empregue e eu enquanto for presidente continuarei a apoiar o desporto e a cultura.

Meus caros amigos, este Orçamento pode não ser o melhor do mundo mas é sem dúvida um bom Orçamento."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Tivemos uma excelente explanação sobre o Orçamento. E muito rapidamente quero dizer-vos o seguinte: Este foi um ano atípico e, é verdade que tendo as frentes e os desafios que tivemos, considero que temos um orçamento bem estruturado. Não será o Orçamento perfeito, e nunca nenhum será, mas não estava à espera, depois de passarmos o ano difícil que passámos, de ter havido a reflecção e a capacidade de criar condições para nos ser presente um Orçamento com estas componentes e com estes caminhos que se abrem."

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto X - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º

75/2013, de 12 de setembro, das propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes para o Quadriénio 2019/2022, o Orçamento da Receita e da Despesa para 2019, a Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para 2019, que foi aprovado por maioria, com cinco abstenções.

De seguida procedeu-se à votação da presente Ata em minuta que foi aprovada por unanimidade.

E, não havendo mais nada a tratar, sendo vinte horas e cinquenta e cinco minutos, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, da qual para constar se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos Membros da Mesa e por mim _____ Primeira Secretária, que a subscrevi.

(Presidente) _____

(Primeiro Secretário) _____

(Segundo Secretário) _____

Ata da Sessão da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia vinte e oito de dezembro do ano de dois mil e dezoito.

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência da Sra. Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro.

Ao iniciar a sessão, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

"Boa tarde a todos. Quero cumprimentar todos os presentes e desejar que estejam a ter um bom período festivo.

Antes de dar início aos trabalhos vamos dar posse à nova Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sra. Ana Teresa Ferreira dos Santos Falcão de Brito, porque houve uma alteração no Executivo da Junta de Freguesia em resultado do pedido de renúncia do Sr. Dr. António Manuel Nunes Soares.

Passo a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes. Para proceder à leitura da ata de tomada de posse."

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, procedeu à leitura da ata de tomada de posse e informou que, nos termos do nº 4 do artigo 76º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, foi verificada pela Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, a identidade e legitimidade da eleita, Ana Teresa Ferreira dos Santos Falcão de Brito.

Verificada a identidade e legitimidade da eleita, Ana Teresa Ferreira dos Santos Falcão de Brito, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, considerou-a investida nas suas funções, podendo consequentemente entrar em atividade.

Seguidamente foi assinada a ata avulsa da tomada de posse do Membro da Assembleia Municipal, Ana Teresa Ferreira dos Santos Falcão de Brito, que ficará apensa à ata da Sessão da Assembleia Municipal.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Neste momento não poderia deixar de felicitar a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sra. Ana Teresa Ferreira dos Santos Falcão de Brito, e desejar-lhe as maiores felicidades nesta função que passa a exercer ao serviço da sua Freguesia e também do nosso Concelho."

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, efetuou a chamada dos Membros deste Órgão tendo-se verificado que não estava presente a Sra. Deputada Maria Alice Antunes Mendes Gouveia, que solicitou a sua substituição, tendo sido substituída pelo Dr. Paulo Sérgio Dias Minas.

Igualmente o Sr. Deputado Dr. Rui Paulo Martins Monteiro está ausente e solicitou substituição, tendo sido substituído pelo Dr. André Duarte Pereira.

O Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa está ausente e apresentou a respetiva justificação.

O Sr. Deputado Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo também está ausente e solicitou substituição tendo sido substituído pela Dra. Patrícia Alexandra Tavares Santos.

Também o Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, estava ausente e foi substituída pelo Tesoureiro da Junta Sr. Vitor Manuel Mendes Curinha.

Igualmente o Presidente da Junta da União das Freguesias de Lagos da Beira e Lageosa, Sr. Nuno Marco Ferreira Batista, estava ausente e informou que seria substituído pelo Secretário da Junta de Freguesia, Sr. Paulo Sérgio Campos de Brito, que também ficou impedido de estar presente e solicitou a justificação da falta.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos Membros da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do n.º1 do artigo 6º do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Carlos Alexandrino Mendes e os Srs. Vereadores, Dr. José Francisco Tavares Rolo, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, Eng.º João Paulo Pombo Albuquerque, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro, Dr. Carlos Jorge Mamede de Carvalheira Almeida, e Eng.ª Teresa Maria Mendes Dias.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Feita a chamada e verificada a existência de quórum declaro aberta a Sessão.

Passamos de imediato à apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária de vinte e oito de setembro de dois mil e dezoito e pergunto se há alguma alteração ao teor da ata. Não havendo alterações ao teor da ata passávamos à votação."

Efetuada a votação, a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e oito de setembro de dois mil e dezoito, foi aprovada por unanimidade.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"O Sr. Presidente da Câmara Municipal solicitou a inclusão de mais dois Pontos na Ordem do Dia e, por isso, coloco à consideração dos Membros desta Assembleia Municipal a aprovação da inclusão destes dois Pontos na Ordem do Dia. Estes Pontos, caso seja aprovada a sua inclusão, passam a ser o Ponto VIII e IX e o Ponto VIII passa a ser o Ponto X da nova Ordem do Dia.

Solicito ao Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia para fazer a leitura dos respetivos Pontos."

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

"Os dois Pontos a incluir são referentes aos seguintes assuntos:

Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 16º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de isenções em matéria de tributos próprios.

Ponto IX - Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 33º e para efeitos da alínea a) do nº1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da 3ª Revisão das Grandes Opções do Plano, Constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para o Quadriénio 2018/2021.

Dizer ainda que a informação referente aos processos judiciais, que faz parte do Ponto I, chegou-nos depois da saída da convocatória e dos documentos e, por isso, será distribuída agora."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Todos os Membros da Assembleia já têm a documentação referente a estes dois novos Pontos e também foi distribuída uma nova Ordem do Dia com o alinhamento dos Pontos.

Assim sendo, submeto à vossa consideração a inclusão destes Pontos na Ordem do Dia."

Efetuada a votação, a inclusão do Ponto VIII e do Ponto IX na Ordem do Dia, foi aprovada por unanimidade.

Da presente Sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no nº 4, do artigo 4º, do Decreto-Lei nº 130/2017, de 9 de outubro, da Proposta de Dispensa de Elemento Instrutório no Âmbito do Regime Excecional de Controlo Prévio.

III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Avô, como apoio à aquisição de mobiliário para equipar a Extensão de Saúde de Avô, no montante de 14.172,14 € (catorze mil, cento e setenta e dois euros e catorze cêntimos).

IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea n) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o previsto no n.º 1, do art.º 53.º, aplicável por remissão do n.º 3, do art.º 56.º, ambos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, da proposta de alteração dos Estatutos da Associação de Municípios do Portugal Romano.

V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Regulamento para Atribuição de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes Afetadas pelos Incêndios de 2017.

VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Regulamento de Atribuição dos Donativos Financeiros - Conta Solidária.

VII - Apreciação e votação, nos termos do disposto no artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de fixação da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano de 2019, em 5%.

VIII - Apreciação e votação, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 16º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de isenções em matéria de tributos próprios.

IX - Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 33º e para efeitos da alínea a) do nº1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da 3ª Revisão das Grandes Opções do Plano, Constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para o Quadriénio 2018/2021.

X - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, das propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes para o Quadriénio 2019/2022, o Orçamento da Receita e da Despesa para 2019, a Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para 2019.

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, fez a seguinte intervenção:

"Relativamente ao expediente recebido e expedido esta informação já está na vossa posse."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Na sequência do falecimento do Dr. Vicente da Costa Pinto, a Mesa da Assembleia Municipal, sentiu necessidade de expressar um Voto de Pesar.

Vou proceder à leitura desse Voto de Pesar: *"Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Vicente da Costa Pinto - Foi com profundo pesar que tomámos conhecimento, no dia vinte e dois de dezembro de dois mil e dezoito, da triste notícia de falecimento do Dr. Vicente da Costa Pinto.*

Natural da Freguesia de Meruge, Concelho de Oliveira do Hospital, onde nasceu em um de maio de mil novecentos e vinte e quatro, Vicente da Costa Pinto licenciou-se em Ciências Médico-Veterinárias, na Escola Superior de Medicina veterinária, no ano de mil novecentos e cinquenta e cinco.

Civicamente empenhado, assumiu desde sempre os valores da democracia e da liberdade.

Profissionalmente, desenvolveu, durante muitos anos, uma intensa atividade como médico veterinário e, em mil novecentos e setenta e sete, foi nomeado, numa comissão de serviço, Diretor Regional de Agricultura da Beira Litoral.

No início dos anos oitenta, o prestigiado médico veterinário foi incumbido de proceder à elaboração do Programa de Ovinicultura para a área de produção do queijo Serra da Estrela e passa a assumir um papel de grande relevo no setor em colaboração com a ANCOSE - Associação Nacional de Criadores de Ovinos Serra da Estrela.

Foi também um dos fundadores da Confraria Queijo Serra da Estrela.

Tendo feito parte de um grupo de trabalho que tinha como incumbência estudar e melhorar os ovinos leiteiros da Serra da Estrela, Vicente da Costa Pinto teve um grande protagonismo nesta área e esteve sempre intimamente ligado a todo o processo de preservação e evolução de um dos mais afamados tesouros gastronómicos de Oliveira do Hospital e de toda a região - O Queijo Serra da Estrela.

Em consequência do seu valiosíssimo trabalho em prol da agricultura, do desenvolvimento rural e, especialmente, do Queijo Serra da Estrela, a Câmara Municipal decidiu homenageá-lo, no dia sete de outubro de dois mil e quinze, através da atribuição da Medalha de Mérito do Município de Oliveira do Hospital.

O desaparecimento do Dr. Vicente da Costa Pinto, representa uma enorme perda para o Concelho e para a região, propondo-se assim que a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, neste momento de tristeza, e como forma de expressar a sua gratidão, delibere aprovar um Voto de Pesar, expressando à família as suas mais sentidas condolências."

É este Voto de Pesar que eu ponho à consideração dos Membros da Assembleia Municipal."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

"Também trazia uma proposta de um Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Vicente da Costa Pinto.

Penso que estas propostas de Voto de Pesar podem ser votadas em conjunto e, por isso, solicitava ao Sr. Secretário da Mesa para fazer a sua leitura."

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, fez a leitura da proposta de Voto de Pesar apresentada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia:

"*Proposta de Voto de Pesar ao Dr. Vicente da Costa Pinto - No passado dia vinte e dois de dezembro faleceu, em Coimbra, com noventa e quatro anos, Dr. Vicente da Costa Pinto, nosso ilustre concidadão. As cerimónias fúnebres tiveram lugar no dia vinte e três, nessa cidade, sendo posteriormente sepultado, por sua expressa vontade, em campa de família no Cemitério Paroquial de Meruge.*

Nascido a um de maio de mil novecentos e vinte e quatro, na localidade de Meruge, licenciado em Ciências Médico-Veterinárias, pela Universidade de Lisboa o Dr. Vicente da Costa Pinto, exerceu os mais destacados e prestigiados cargos, decorrentes da sua capacidade e alta formação profissional.

Destacam-se nesse campo o exercício do cargo de Veterinário Municipal do Concelho de Arganil, Veterinário da Intendência Pecuária de Coimbra, Diretor Regional de Agricultura da Beira Litoral, primeiro Diretor do Parque Natural da Serra da Estrela, responsável pela elaboração do Programa de Ovinicultura para a criação da Região Demarcada do Queijo Serra da Estrela, delegado do Livro Genealógico da Ovelha Bordalesa da Serra da Estrela, para além de ter sido escolhido pela sua competência e conhecimentos científicos,

para representar várias Direções Gerais de Agricultura em simpósios e grupos de trabalho nacionais e internacionais, associados à melhoria dos efetivos pecuários de várias raças de ovinos e caprinos.

Como cidadão o Dr. Vicente da Costa Pinto, destacou-se pela sua intervenção corajosa pela liberdade e a democracia no nosso país, antes e depois do 25 de Abril de 1974, tendo-se destacado em vários cargos como militante do Partido Socialista.

Como merugense, nutriu sempre um amor profundo pela sua terra natal, mantendo, até à sua morte, uma ligação afetiva que o trouxe, enquanto a saúde lho permitiu, regularmente até ao nosso convívio, fosse em eventos, como a Feira do Porco e do Enchido ou, simplesmente, para matar saudades e encher a alma com os cheiros e a paisagem da sua adorada aldeia. No exercício das inúmeras tarefas de responsabilidade que exerceu com brio, procurou sempre que a sua terra não ficasse fora das oportunidades de obtenção de meios do Estado proporcionadores de desenvolvimento. Aconteceu assim com a construção da Sede da Associação dos Amigos de Meruge e com a construção do regadio em toda a extensão da Freguesia.

A Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital reconheceu já todo este percurso, com a justa homenagem que lhe prestou no feriado municipal de 2015, outorgando-lhe em vida a Medalha de Mérito Municipal.

O Notável percurso de vida cívica e profissional do Dr. Vicente da Costa Pinto é um exemplo maior que honra a Freguesia de Meruge, o Concelho de Oliveira do Hospital e o Portugal nascido do 25 de Abril de 1974.

Em sua memória e como preito de merecido reconhecimento, proponho que a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital aprove o presente Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Vicente da Costa Pinto e que manifeste à sua família as mais sentidas condolências e ainda que este voto seja enviado à Comunicação Social."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Naturalmente que o espírito é o mesmo e cabe-me salientar a honra que representa num momento de transição a comunidade do Concelho sentir necessidade de tecer elogios desta natureza a um cidadão. Isto é bom. Ele teve a capacidade de suscitar esse reconhecimento.

Parece-me que os dois Votos de Pesar podem ser votados conjuntamente e, por isso, coloco à consideração da Assembleia a apreciação destes dois Votos de Pesar."

De seguida foi efetuada a votação das propostas dos Votos de Pesar pelo falecimento do Dr. Vicente da Costa Pinto, que foram aprovados por unanimidade.

Seguidamente, foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sra. Ana Teresa Ferreira dos Santos Falcão de Brito, que fez a seguinte intervenção:

"Tenho a dizer que assumi este cargo com muito orgulho e acredito que tenho a confiança de quem represento.

Tudo farei para contribuir de forma positiva, solidária, e com sentido de responsabilidade, a função que agora exerço.

Não posso deixar de dar um agradecimento muito especial à minha equipa, que fez questão de estar aqui presente, e agradecer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, o Prof. josé Carlos Alexandrino, e aos seus Vereadores.

Agradecer também aos funcionários municipais com quem tenho trabalhado, aos meus amigos e a todas aquelas pessoas que, de algum modo, manifestaram o seu total apoio e confiança em mim.

Aos meus colegas, Presidentes de Junta, quero dizer que a Junta de Freguesia de Travanca de Lagos está aberta e disponível para trabalhar e colaborar em tudo o que e for possível com todos vós.

Desejo a todos um bom ano novo.

O meu bem-haja."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Neste momento quero também exprimir algumas palavras de agradecimento ao Presidente da Junta de Freguesia de Travanca demissionário, Sr. Prof. António Manuel Nunes Soares. Independentemente das razões que o terão levado a demitir-se das suas funções, quero, para além de lhe desejar felicidades e um bom ano, agradecer os contributos que ele deu para o bom andamento dos trabalhos desta Assembleia e para a vida política do nosso Concelho. Acho que foi uma pessoa que tinha uma atitude construtiva e que procurou sempre ajudar-nos a fazer caminho."

Seguidamente iniciaram-se as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia e foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, que fez a seguinte intervenção:

"Primeiro quero dar os parabéns e as boas vindas à Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos e desejar-lhe todos os êxitos para o seu mandato.

A minha intervenção é relativa à Estrada Nacional 230 simplesmente para, mais uma vez, falar da injustiça que cometeram com a nossa região. Sei que o Sr. Presidente da Câmara se tem preocupado bastante e que tem tido alguns contactos com as entidades e, por isso, gostaria que nos fizesse o ponto da situação.

Em conjunto com os meus colegas do Partido Socialista resolvemos apresentar uma moção que passo a ler:

"*Moção de reivindicação pela imediata requalificação do troço da E.N. 230 entre a Ponte das Três Entradas e o limite da Freguesia de Alvôco das Várzeas.*

Os Membros da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital vêm propor que seja aprovada uma moção de reivindicação pela imediata requalificação da Estrada Nacional 230, no troço entre a Ponte das Três Entradas e o limite da Freguesia de Alvôco das Várzeas, que é também o limite do Distrito de Coimbra, de acordo com os seguintes pressupostos:

1 - Decorre neste momento a requalificação do troço da EN 230 entre as Vendas de Galizes e a Ponte das Três Entradas, numa extensão de 9 km, obra que consideramos de extrema importância para a melhoria das condições de segurança e circulação naquele troço;

2 - Só após o início da referida obra foi dado a conhecer, pelas Infraestruturas de Portugal, a extensão da obra a realizar nesta fase, a qual não corresponde à totalidade da extensão da EN 230 no Concelho de Oliveira do Hospital, num total de 17 km, tal como seria de esperar;

3 - O restante troço, num total de 8 km, entre a Ponte das Três Entradas e o limite da Freguesia de Alvôco das Várzeas com o concelho de Seia, apresenta um elevado estado de degradação, que piorou bastante, logo após os incêndios podendo mesmo colocar em causa a segurança rodoviária;

4 - Este é um troço que serve também de entrada para a Serra da Estrela, sendo uma via importantíssima para a promoção turística do Concelho de

Oliveira do Hospital, nomeadamente dos vales dos rios Alvôco e Alva, sendo, por isso, uma via de grande tráfego e de grande importância para o desenvolvimento do Concelho e das Freguesias que serve;

5 - Dado que já se encontra adjudicada a requalificação do troço entre as Vendas de Galizes e a Ponte das Três Entradas, não se compreende que não se conclua o troço restante, aproveitando os recursos já existentes no terreno, o que levaria a uma poupança financeira na extensão da referida obra.

Face a todos estes argumentos, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, vem exigir junto das Infraestruturas de Portugal, junto do Ministério das Infraestruturas e do Planeamento e junto do Governo, a imediata conclusão da requalificação da EN 230 no troço entre a Ponte das Três Entradas e o limite da Freguesia de Alvôco das Várzea."

Desejo a todos um bom ano de 2019."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Esta situação da Estrada Nacional 230 diria que é, como o Sr. Presidente da Junta disse, e bem, uma coisa esquisita. É uma coisa esquisita por duas ou três razões: Falei, aqui, na Assembleia Municipal, várias vezes, no relatório das Infraestruturas de Portugal que considerava esta estrada, desde a Ponte das Três Entradas até ao limite do Concelho, na Freguesia de Alvôco das Várzeas, como uma estrada péssima. Neste relatório, numa pontuação de 1 a 5, era atribuída uma classificação de 1,4.

A Câmara Municipal nunca deixou de reivindicar a requalificação desta estrada, mas há algumas coisas que são estranhas. As Infraestruturas de Portugal lançaram uma obra entre a Ponte das Três Entradas e as Vendas de Galizes e esqueceram-se da outra parte. Fizeram também aquela parte para Avô.

Nós não estamos contra a realização destas obras mas estamos contra as obras que não fizeram e que deveriam ter feito. Mais grave do que isso é que a Câmara Municipal só foi informada do início da obra por aquela placa que foi afixada. As Infraestruturas de Portugal nunca deram uma satisfação à Câmara Municipal de Oliveira do Hospital e isto faz toda a diferença porque havia um conjunto de obras que poderiam e deviam ter sido lançadas e não foram.

Relativamente às Infraestruturas de Portugal há uma deselegância e há obras que não foram lançadas na Ribeira de Santiago, em Vila Pouca da Beira. Nós tínhamos o projeto feito para a rede de saneamento e para a substituição da rede de água e não nos deram ordem para fazer a obra. A obra estava

orçamentada em cerca de duzentos mil euros e era fundamental que a obra fosse feita.

As Infraestruturas de Portugal não nos autorizaram a realização destas obras porque aquando da realização das obras de saneamento na Estrada Nacional 17 houve muita gente que escreveu e atacou por causa das condições da estrada e até houve alguns que colocaram uns filmes. Eles disseram-me: Sr. Presidente, não nos vai acontecer aquilo que nos aconteceu com a Estrada Nacional 17 e, por isso, nós não vamos autorizar. Encontre outras soluções.

As Infraestruturas de Portugal indeferiram a realização das obras e, por isso, não tivemos possibilidade de as executar.

Espero desbloquear este processo e não deixaremos cair esta luta, mas é verdade que temos aqui um problema que ainda não conseguimos resolver e que já devia estar resolvido.

Lamento muito que as Infraestruturas de Portugal não tenham lançado a obra, que era aquilo que eles deveriam ter feito. Por isso, Sr. Presidente de Junta, o Senhor tem toda a razão para protestar e o Senhor conta com a solidariedade do Presidente da Câmara. O Senhor sabe, e teve oportunidade de ver, que falei várias vezes com o Sr. Ministro mas parece que as Infraestruturas de Portugal estão, de certa forma, a boicotar. Havemos de perceber porquê?"

Efetuada a votação, a Moção de reivindicação pela imediata requalificação do troço da E.N. 230 entre a Ponte das Três Entradas e o limite da Freguesia de Alvôco das Várzeas, foi aprovada por unanimidade.

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado, José Ferreira da Cruz Loureiro, que fez a seguinte intervenção:

"Sr. Presidente, o assunto que trago aqui não será um assunto fácil, mas é importante esclarecer esta Assembleia e esclarece o povo de Oliveira do Hospital. Na Zona Industrial há cerca de dezanove tratores. Não sei se são da Câmara ou se são da Cáritas. Houve-se dizer que foi a Cáritas que os ofereceu para as pessoas lesadas com os incêndios.

Solicito ao Sr. Presidente que nos informe de quem é a responsabilidade da entrega dos mesmos. Acredito que em 15 de outubro não arderam só dezanove tratores e que arderam muitos mais e, por isso, acredito que há muita gente com necessidade deles mas, os dezanove tratores, não chegam para todos e essa parte será muito complicada. Não sei se a Cáritas entregou alguma

listagem para a sua distribuição ou se definiu critérios de seleção para a entrega dos tratores.

Solicito ao Sr. Presidente que nos informe porque é que os tratores estão ali e porque é que ainda não foram entregues.

Desejo que o ano de 2019 seja bom para todos nós e também para o nosso Concelho."

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

"Sr. Presidente da Câmara Municipal, trago aqui algumas questões que gostaria que depois nos esclarecesse. Começo por dizer o seguinte: Ontem à noite esteve muito nevoeiro, demorei cerca de meia hora para chegar desde Lagares da Beira até aqui a Oliveira do Hospital. Sabemos que está a ser reposta alguma sinalização vertical e gostaria que o Sr. Presidente nos dissesse em que ponto está a recuperação da sinalética horizontal, nomeadamente a pintura dos pavimentos.

Relativamente aos incêndios de 2017 e àquilo que o incêndio destruiu, aparecem, às vezes, em alguns programas de televisão e em alguma Comunicação Social, e, como não sou maldoso e penso que certamente por escassez de tempo dos programas, ficamos com a sensação de que nem tudo está bem e que há mais coisas que estão mal que bem. Aqui no terreno sabemos que não é assim. Sabemos que há coisas que estão a ser recuperadas e também sabemos que tudo leva o seu tempo.

A bem da defesa da democracia e para tentar evitar alguma forma de populismo, gostaria que o Sr. Presidente esclarecesse esta Assembleia sobre a reconstrução das casas de primeira habitação. Felizmente vimos hoje na televisão que foram entregues mais algumas casas.

Relativamente às empresas dizer que se perderam muitos postos de trabalho. Houve empresas que ficaram completamente destruídas. Também sabemos que este Município, o Sr. Presidente e todo o seu Executivo, têm estado a fazer o possível e o impossível para que estas situações se vão resolvendo. Gostaria também que o Sr. Presidente nos fizesse o ponto da situação relativamente à recuperação das empresas.

Relativamente às casas de segunda habitação sabemos que tem um plano, sabemos que tem algumas formas de tentar ajudara a resolver este problema e gostaríamos também que nos dissesse o que pensa fazer neste ponto.

Para terminar gostaria de fazer aqui um agradecimento ao Ex-Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Prof. António Soares, que deu, durante o seu mandato, um contributo, quer para esta Assembleia, quer para a população de Travanca, e também para o Concelho.

Dar as boas vindas à nova Presidente de Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Ana Teresa Ferreira dos Santos Falcão de Brito. Desejar-lhe as maiores felicidades no cumprimento destas novas funções.

Desejo um bom ano de 2019 para todos vós. Desejo que seja um ano com muitas obras e sobretudo com muita solidariedade."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Luciano Marques Correia, que fez a seguinte intervenção:

"Sr. Presidente da Câmara Municipal a minha intervenção é sobre o subsídio relativo à recolha do lixo na Freguesia de São Gião. Como sabe fazemos a recolha do lixo e continuamos a fazer o trabalho que já fazíamos antes da Câmara Municipal entregar a recolha do lixo a esta empresa e já lá vão dois anos sem recebermos nada. Se alguma coisa correu mal entre a negociação da Câmara Municipal e a empresa que faz a recolha do lixo, nós, na Junta de Freguesia, somos alheios a essa situação, essa negociação não foi connosco e não venha cá ninguém dizer que quem devia pagar é a empresa que recolhe o lixo. Venho pedir ao Sr. Presidente da Câmara para resolver esta situação porque, como disse, vão dois anos decorridos sem receber o subsídio.

Para terminar, desejo um feliz ano novo para todos."

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho, que fez a seguinte intervenção:

"Começo por saudar todos e desejar um ótimo ano de 2019.

Saudar a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Ana Teresa Falcão de Brito, e desejar-lhe os maiores sucessos nesta empreitada que se avizinha.

Queria também saudar o Agrupamento de Escolas, na pessoa do Prof. Carlos Carvalheira, por terminar com a venda de garrafas de plástico. Parece-me que é uma excelente medida e lançava o desafio à Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal para que aqui também pudéssemos seguir exatamente o mesmo exemplo. Sei que a Mesa já o segue mas deste lado continuamos a usar a garrafa de plástico. Parece-me que era bom seguirmos o exemplo do Agrupamento de Escolas que neste caso tem sido pioneiro.

Por fim não podia deixar de aproveitar o facto de estarmos aqui todos para dar um grande abraço publicamente ao ilustríssimo Deputado Municipal e meu amigo Zé Ferreira pelo seu aniversário.

No âmbito do espírito de concórdia da época, quero salientar um facto que, estou certo, nos honra a todos, independentemente da bancada a que pertencemos, nos enche de satisfação: O Município de Oliveira do Hospital ficou entre os três primeiros Municípios do País classificados como melhores exemplos de boa governação local, no estudo "Qualidade da Governação Local em Portugal" da Fundação Francisco Manuel dos Santos(FMS), na Jornada do Poder Local que decorreu em Portalegre. Neste estudo editado pela FMS, o trabalho das autarquias é analisado em cinco dimensões - Voz dos cidadãos e prestação de contas; Estabilidade política; Eficácia governamental; Acesso e regulamentação do mercado; Estado de direito e prevenção - e vinte e dois indicadores como, por exemplo, a transparência, gestão da dívida, procedimentos de contratação pública ou a qualidade dos contratos submetidos à fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

Depois de ponderados todos os resultados alcançados naqueles cinco pontos de um estudo independente e idóneo que avalia a qualidade da governação local nos trezentos e oito municípios portugueses, o Município de Oliveira do Hospital acaba assim por ver o seu desempenho autárquico premiado com um terceiro lugar ao nível das autarquias consideradas como melhor exemplo de governação local.

Esta distinção chegou-nos pela mão de uma instituição idónea, altamente reputada, como é a Fundação Francisco Manuel dos Santos, que avalia a qualidade da governação local em Portugal. Bem sabemos que não fazemos mais do que a nossa obrigação mas afirmar Oliveira do Hospital como um Município em que as boas práticas de governação vêm sendo reconhecidas e premiadas por diversas instituições, é motivo de orgulho para todos os Oliveirenses.

Paralelamente, Oliveira do Hospital foi também considerado como sétimo Município mais transparente do País e o primeiro classificado ao nível do Distrito de Coimbra, no Índice de Transparência Municipal (ITM) 2017, pela Associação "Transparência e Integridade, Associação Cívica (TIAC)" - a entidade que em Portugal avalia o grau de transparência dos trezentos e oito municípios do país.

Na região centro do país e também no território composto pelos dezanove municípios que integram a Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra,

Oliveira do Hospital posicionou-se como o município melhor classificado, ao subir catorze lugares comparativamente ao *ranking* de 2016.

Neste estudo da TIAC, mais exigente que o de anos anteriores, a média alcançada pelos municípios portugueses cifrou-se em cinquenta e um pontos, numa escala de zero a cem, e os dez municípios melhores classificados - onde se inclui Oliveira do Hospital - obtiveram pontuação acima dos oitenta e dois pontos. A TIAC, representante em Portugal da rede global anticorrupção Transparência Internacional, é uma ONG sem fins lucrativos que tem como missão combater a corrupção.

Anualmente, e pelo quinto ano consecutivo, elabora o Índice de Transparência Municipal, com base numa análise à informação disponibilizada pelas câmaras municipais aos munícipes nos seus *web sites*, com várias dimensões cruciais para a vida do município, desde a organização do município, até à transparência económico-financeira, à prestação de contas, aos contratos celebrados pela autarquia, num total de setenta e seis indicadores.

Ou seja, também quanto ao índice transparência municipal, Oliveira do Hospital está bem e recomenda-se. Também aqui, com base em estudos independentes e realizados por entidades idóneas, numa avaliação feita a trezentos e oito municípios, Oliveira do Hospital classifica-se nos dez municípios mais transparentes do país. É o reconhecimento da gestão de transparência e rigor que este Executivo vem imprimindo à governação autárquica.

Uma vez mais, Sr. Presidente, bem sei que pensa que estes resultados não são mais do que a nossa obrigação no cumprimento escrupuloso do mandato autárquico que nos foi conferido, no entanto, ainda assim, quando outros tentam beliscar a nossa governação é sempre motivo de satisfação saber que outros, de olhar independente e idóneo, nos classificam como bom exemplo de gestão autárquica. É para mim, como Deputado Municipal e como Oliveirense, um motivo de orgulho neste Executivo."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Sobre a questão da sugestão da supressão do plástico também vou pedir à Câmara Municipal que nos apoie. Obviamente que a comodidade imediata das pessoas vai ficar um pouco prejudicada se colocarmos uma mesa com copos e jarras como aqui temos na Mesa da Assembleia mas acho que a sustentabilidade do planeta também justifica essa incomodidade imediata.

Sr. Deputado, João Ramalhete, a sua sugestão não vai "*cair em saco roto*" e é muito bem-vinda."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Bobadela, Sr. Vasco Marques Brantuas Ribeiro, que fez a seguinte intervenção:

"Não vou fazer uma retrospetiva do ano de 2018 porque isso roubar-me-ia o tempo todo. Faço apenas um pequeno balanço: Não me canso de elogiar o grande investimento que foi feito na Bobadela pela família Dias nomeadamente o Museu do Azeite. Dizer também que tanto a Câmara Municipal como a Junta de Freguesia estiveram sempre desde a primeira hora de acordo e sempre com uma grande ansiedade de ver o projeto crescer.

Agradecer também o trabalho que tem sido feito ao nível do turismo nomeadamente no caso do Centro Interpretativo que já conta, em tão pouco tempo, com cerca de cinco mil visitas.

Uma palavra para a Sra. Vereadora da Cultura que, de facto, tem feito um trabalho exemplar e que quero enaltecer.

Desejar-vos um bom ano de 2019."

Seguidamente foi dada a palavra à Sra. Deputada, Dra. Ana Marta Mendes Garcia, que fez a seguinte intervenção:

"A minha intervenção, hoje, pretende dar nota que atualmente Oliveira do Hospital tem uma cobertura assistencial médica total. Finalmente não existem utentes sem médico de família no Concelho, o que já não acontecia há muitos anos.

Temos um Centro de Saúde cada vez mais organizado, otimizado, mais próximo dos padrões que se preconizam. São poucos os Concelhos nos quais existem médicos de família para todos os utentes. Atendimento de doença aguda durante vinte e quatro horas e um conjunto de profissionais a trabalhar em equipa no Centro de Saúde nomeadamente equipa de saúde mental, com psiquiatra, psicólogos; Unidade de cuidados à comunidade, Assistente Social, Delegada de Saúde e em breve Dentista.

Vive-se também um momento de estabilidade na organização encontrada. Estão-se a colher os frutos dos esforços realizados por este Executivo que muito para além daquilo que são as suas competências na área da saúde tem tudo feito para que a população de Oliveira do Hospital possa ter os melhores cuidados de saúde. Como profissional da área o meu reconhecimento por esse esforço.

Estamos no caminho certo e cada vez mais próximos de alcançar os cuidados de saúde que os Oliveirenses merecem.

Bom ano para todos."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, Sr. Rui Jorge Campos Coelho, que fez a seguinte intervenção:

"Começo por dar as boas vindas e desejar um bom mandato à nossa colega Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos. Seja muito bem-vinda ao grupo dos Presidentes de Junta que tanto fazem por este Concelho.

Já tive a oportunidade de abordar este assunto numa reunião com o Sr. Presidente e com os restantes membros das Juntas de Freguesia. Vou referir-me concretamente à zona do Vale do Alva e dizer que as bermas das estradas continuam ameaçadas por árvores que estão em risco eminente de tombar para cima de pessoas e veículos que circulam nas nossas estradas.

Sr. Presidente, pedia-lhe, uma vez mais, que fossem tomadas medidas que reduzissem esses riscos. Cada vez mais se vão somando episódios de queda de árvores, ainda não tivemos nenhum acontecimento trágico, mas seria bom que fizéssemos uma intervenção que diminuísse o risco e não estarmos à espera de que algo mais grave possa vir a acontecer para depois irmos a terreiro.

Depois deixar aqui um alerta que também me tem deixado bastante preocupado, e também já tivemos oportunidade de falar, que tem a ver com a Estrada Municipal 514, no troço Penalva de Alva/Ponte de São Gião/Sandomil. Houve uma derrocada bastante grande e a estrada está consolidada mas se as condições atmosféricas se alterarem e as chuvas começarem a cair poderemos ter ali problemas graves. Gostava que a Câmara Municipal fizesse uma avaliação aprofundada, sei que os técnicos já estiveram no terreno, mas pedia-lhe uma vez mais a sua melhor atenção para aquele episódio.

Depois, desejar a todos um bom ano de 2019."

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que fez a seguinte intervenção:

"Começo por desejar um feliz ano de 2019 a todos.

Gostaria de enaltecer a retoma do Orçamento Participativo Jovem. De facto foi um processo, do ponto de vista da participação de candidaturas, que teve um número elevado de candidaturas. Houve uma boa envolvência das

Freguesias. Podíamos ter tido uma maior participação de votação e penso que esse será o único ponto a melhorar no futuro.

Quero aproveitar a ocasião para dar os parabéns ao projeto vencedor.

O nosso colega João Ramalhete teve a oportunidade de falar sobre a classificação do Município de Oliveira do Hospital como terceiro melhor exemplo de governação. De facto, no primeiro parâmetro, da voz dos cidadãos, os orçamentos participativos são um dos elementos avaliados, e nessa medida é um trabalho a continuar.

Por fim gostaria de reconhecer, aqui, a relevância do reconhecimento do Município de Oliveira do Hospital, pelo quarto ano consecutivo, e por ter sido galardoado como a autarquia mais familiarmente responsável. De certa forma este reconhecimento não deixa esta Assembleia Municipal surpresa porque temos votado a redução de taxas de IMI para famílias numerosas, temos votado opções do plano que preveem medidas de apoio à natalidade e ainda hoje vamos votar uma medida de cento e cinquenta mil euros. Também não surpreende porque no ano passado votámos o Regulamento dos Serviços de Água onde se previa um tarifário social especial para famílias numerosas."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, Sr. Eng.º Bruno Ricardo Dias Amado, que fez a seguinte intervenção:

"Começo por desejar a todos vós um bom ano de 2019 a nível pessoal e profissional.

Felicitar a nova Presidente de Junta de Freguesia de Travanca de Lagos e dizer-lhe que a União de Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira está ao seu dispor para o que pretender dentro das nossas capacidades e limitações.

Trago um discurso que me vou arrepender de o dizer e vou começar desta forma: Vinha fazer um resumo do ano que, como sabem, foi bastante atribulado. Foi um campeonato à parte. Tivemos que lutar via judicial e tivemos que executar o trabalho da Freguesia, com uma casa literalmente desarrumada.

Estamos numa época de Natal e chegar aqui e ser o mau da fita não fica nada bem.

Sr. Presidente, a União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira tem sido prejudicada. Não sei se fui eu que dei o passo errado consigo, não sei se fui eu que dei o passo errado com todos vós, mas é certo que quando me propus ser Presidente e as pessoas votaram em maioria, é porque

acreditavam nessa diferença. Dessa fase para cá sempre nos propusemos trabalhar e é com esse intuito que estamos cá.

Não sou uma pessoa de guerras e de intrigas, muito pelo contrário. Sou amigo do meu amigo e se puder dar a minha camisola eu dou.

Não vale a pena estar aqui a criar atritos porque todos temos cores diferentes, todos temos ideologias diferentes, mas todos nós sabemos respeitar. E isso é que é fundamental.

Sr. Presidente, a União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, está disposta para começar 2019 com o pé direito e no que for necessário estaremos cá."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

"Começo por desejar um bom ano para todos.

Felicito também a nossa nova colega, Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, e desejar-lhe muitas felicidades no exercício das suas funções.

Referir que fiquei muito satisfeito com a intervenção da minha conterrânea, Dra. Ana Marta Mendes Garcia. O que ela veio dizer é bom para os nossos fregueses. É bom para os nossos fregueses terem uma cobertura mais digna no que diz respeito à saúde.

No entanto também quero chamar a atenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal porque nem tudo ainda está bem.

Quero agradecer à Câmara Municipal, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara, todo o apoio que foi dado para a realização do evento Feira do Porco e do Enchido. Infelizmente este ano o tempo não esteve bom, o que não nos ajudou muito, mas, mesmo assim e apesar de ter sido um dia bastante chuvoso, ainda fomos visitados por muita gente o que quer dizer que estamos no caminho certo. A Feira do Porco e do Enchido é um evento que tem de ser apoiado, já está num determinado patamar e temos que manter o nível de exigência. Temos de continuar a trabalhar nesse sentido e isso dignifica muito a nossa Freguesia e o Concelho. É com eventos desta natureza que nos podemos afirmar ao nível do País.

Este ano não nos correu muito bem, os incêndios de 15 de outubro vieram baralhar isto tudo, e trouxeram-nos muitos problemas. Esperamos que o ano de 2019 venha a ser melhor, no que diz respeito à realização de obras e à realização do que nos tínhamos proposto quando nos candidatámos.

Após os incêndios, a preocupação era repor as comunicações em todo o lado e isso foi feito no tempo mais célere possível, no entanto penso que esse serviço foi um bocado atabalhoado e mal feito. Podíamos ter aproveitado essa oportunidade para arrancar todos os fios velhos e meter a fibra. Penso que devemos chamar a atenção de quem de direito de que os fios velhos deviam ser todos retirados.

Sr. Presidente, peço desculpa por voltar a insistir nisto, a ser chato, já andamos há seis anos a falar nas Ligações Técnicas. Este assunto nunca mais tem fim. Isto incomoda-me tanto que o Senhor nem pode imaginar! Mas eu tenho que ser chato e tenho que continuar a insistir enquanto não vir este assunto resolvido."

Seguidamente, foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Seixo da Beira, Sra. Isabel Margarida Neves Claro Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

"Começo por endereçar um cumprimento especial à nova colega, Presidente de Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, desejando-lhe as maiores felicidades no novo cargo.

Enquanto Presidente de Junta de Freguesia do Seixo da Beira, e porque visito regularmente as localidades anexas e contacto com as comunidades, têm-me sido colocadas questões que considero pertinentes e para as quais peço um esclarecimento por parte do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, nomeadamente a questão que se prende com os plátanos existentes ao longo da EM 231, junto à Felgueira Velha e até à ponte do rio Mondego.

Atendendo ao corte de que foram alvo os plátanos do Ervedal da Beira e não tendo o Executivo daquela União de Freguesias sido contactado ou tido qualquer informação sobre os trabalhos que foram desenvolvidos, questiono o Sr. Presidente, se há, ou não, intenção de abater aquelas árvores na Felgueira Velha e, a existir, quais são os critérios a considerar?

Aproveito ainda esta intervenção para comunicar a esta Assembleia Municipal que amanhã será inaugurada a sede requalificada do Clube Desportivo e Recreativo Vasco da Gama, obra de extrema importância quer para o clube quer para a população. Agradeço, em nome da direção do clube, todo o apoio dado pela Câmara Municipal de Oliveira do Hospital e endereço a todos os presentes o convite para nos visitarem amanhã a partir das dezasseis horas e trinta minutos.

Desde já os meus votos de um ano de 2019 cheio de sucessos pessoais e profissionais."

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

"Chegados ao final do primeiro ano de mandato cumpre ao Partido Popular fazer um pequeno balanço daquilo que foi o primeiro ano deste Executivo, sendo certo, não o escamoteamos, que este se desenrolou em condições historicamente adversas e condicionará o mandato de todos os autarcas oliveirenses exigindo, como nunca na história do município, um compromisso político sincero e constante com exigência máxima por parte dos oliveirenses.

Não obstante, também devido a essas condicionantes se devem como nunca exigir resultados a este Executivo dada a miséria, o desespero e a angústia que se assolou sobre centenas de famílias de um Município já hostilizado por sucessivos Governos, tendo perdido competências jurídicas, sendo lesado no direito à saúde que lhe compete assegurar, primeiro por falta de médicos e, depois, pelo encerramento do Serviço de Urgências, não estando, em boa verdade, nenhum dos partidos aqui representados isento de culpas pelo sucessivo abandono e depauperização a que o Estado nos tem sujeitado.

O que também não é menos verdade é o facto deste Executivo ter sido conivente com algumas destas situações e, em última instância, até solidário com alguns dos seus intervenientes mais recentes, condecorando-os, pasme-se, neste mesmo espaço, Salão Nobre do Município, com uma desfaçatez e despudor incomensuráveis que granjearam algo tão inédito quanto a concordância de todas as outras forças políticas do Concelho, desde o Partido Popular, passando pelo PSD e terminando no PCP, deixando o Partido Socialista sozinho numa distopia política tão atroz que só no "Admirável Mundo Novo" de *Aldous Huxley* ou no "1984" de *George Orwell* encontra paralelo.

Já que a este Executivo escolheu associar-se aos atos da CCDR-C de forma clara e laudatória atribuindo-lhe de forma oprobriante a mais alta distinção do Município a essa Senhora, o Partido Popular por uma questão de transparência escolhe associar os atos da CCDR-C a este Executivo.

O Partido Popular quer responder aos problemas do Município, e já que o Sr. Presidente tem andado numa azáfama para legitimar o trabalho dessa Senhora, nós, pelo contrário, escolhemos ouvir os Oliveirenses, deslocámo-nos

a Nogueira do Cravo, que é a maior Freguesia do Concelho, excetuando o polo urbano da cidade, dando voz àqueles que infelizmente não a têm, fomos perceber se, afinal, era, ou não, sensacionalismo aquilo que nos disse a tão famigerada reportagem. Facilmente se conclui que não, e que a incompetência que os Senhores optaram por premiar, de facto, existe. De facto, as adjudicações diretas foram dúbias, de facto, as verbas contratualizadas pela CCDR-C nesses contratos são insuficientes, a seu tempo denunciadas pelos empresários Oliveirenses, e que o nosso Presidente, mais uma vez, escolheu ignorar.

Sr. Presidente, estão obras paradas por falta de verbas, famílias que passam o segundo Natal em condições precárias e inadmissíveis.

Temos o setor primário ao abandono, e que este Governo considera um setor económico de segunda, dado ao facto de atribuir indemnizações por demais reduzidas face aos outros agentes económicos.

Temos ainda sinalização por colocar no Concelho.

Tempos houve, Sr. Presidente, em que lhe era reconhecida capacidade reivindicativa. De vigílias e buzinões sobram agora bajulações a quem tanto mal faz às nossas gentes. No Partido Popular ficamos com a dúvida se será pela mudança partidária no governo ou se é o Partido Socialista que o pressiona à defesa dos interesses partidários em detrimento do interesse dos Oliveirenses?"

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Sr. Luís Filipe Nina Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Começo por felicitar a nossa nova colega, Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, e desejar-lhe as maiores felicidades no exercício do seu mandato.

Foi aqui dito que foi feita uma visita, por parte dos membros do CDS, a essa grande Freguesia chamada Nogueira do Cravo, a segunda maior Freguesia do Concelho e com muito orgulho.

Dizer-lhes que, no âmbito dessa visita para ver o ponto de situação das casas que foram destruídas nos incêndios de outubro de 2017, temos sete casas de perda total e das quais ainda hoje, o Sr. Presidente da Câmara Municipal e a Sra. Presidente da CCDR-C, convidaram-me para os acompanhar e entregar as chaves de duas casas que já estão prontas. Há uma terceira que também já está pronta mas o proprietário não está cá.

É muito bom que visitem o nosso Concelho e digam o que ainda não foi feito mas muita coisa também já foi feita.

Estas entrevistas também servem para denegrir o trabalho de muita gente de bem que anda aqui desde a primeira hora a ouvir as pessoas e a "dar a cara". Nós estamos lá desde a primeira hora, bem como o Sr. Presidente da Câmara Municipal, os Técnicos da Câmara Municipal que têm estado no terreno e os Técnicos da CCDR-C.

Para além das três casas que estão concluídas, hoje, as outras quatro estão em reconstrução. Eu também gostava que estivessem todas prontas. Eu ficava muito mais satisfeito se isso acontecesse mas também já há casas reconstruídas na sua totalidade.

Gostaria de dizer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e ao seu Executivo que continue como tem estado e sem abrandar o seu espírito de reivindicação. Continue a desempenhar as suas funções com sentido de responsabilidade, com proximidade, dando a cara, indo ao terreno sem ter medo de coisa nenhuma. Também sei que há casas que arderam, que estão abandonadas há muitos anos, e que não vão ser reconstruídas.

Nem tudo serve para fazer propaganda política, ainda por cima com a desgraça alheia. Temos que ver aquilo que está feito. É bom realçar os aspetos positivos. Realçar somente os aspetos negativos é propaganda política de muito baixo nível e é triste.

Gostaria de elogiar a os agentes de Proteção Civil do nosso Concelho porque têm respondido com muita celeridade às várias solicitações.

Para concluir quero desejar um feliz ano novo para todos, e para os respetivos familiares, e desejo que o que falta fazer na reconstrução das casas de perda total que seja concluído o mais brevemente possível."

De seguida, foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Sra. Dra. Olga Maria Filipe Bandeira, que fez a seguinte intervenção:

"Venho aqui a esta Assembleia para dar conta de três pontos que gostava que fossem mais esclarecidos afim de eu poder prestar mais alguns esclarecimentos à população de Lagares: Um dos pontos é referente à requalificação do antigo quartel dos Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira, cuja obra pertence à da Câmara, e, sem dúvida nenhuma, vai engrandecer a Vila de Lagares da Beira mas também o Concelho, uma vez que terá, certamente esse âmbito concelhio.

Como o Sr. Presidente sabe, Lagares da Beira tem várias Associações de índole cultural, com atividades ao longo de todo o ano. Um espaço como o que

foi requalificado era, sem dúvida, imperioso realizar. Por isso, endereço os parabéns à Câmara Municipal pelo investimento que está naquele espaço.

Pelo que sei a obra já deveria estar concluída mas outras circunstâncias não o permitiram o que é perfeitamente compreensível. Sei que algumas retificações vão ter de ser feitas, há mobiliário também para adquirir, e a minha intervenção vem no sentido de que dentro da brevidade possível os trabalhos possam ser concluídos a fim de dinamizar e rentabilizar o equipamento existente, e prende-se também com o facto de solicitar ao Sr. Presidente que me possa facultar mais alguma informação sobre o ponto de situação.

O segundo ponto prende-se com o abastecimento de água aos habitantes do lugar de Adarnela: Já tivemos a oportunidade de reunir com as pessoas, como o Sr. Presidente sabe, porque também esteve presente, e tem havido por parte dos moradores abordagens no sentido de saber para quando será possível responder a este anseio dos habitantes da Adarnela. Solicito também alguma informação adicional.

Outro ponto tem a ver com a estrada Lagares/Ervedal – a estrada da ribeirinha - que em certos sítios necessita de railes de proteção para prevenir que algum despiste ou distração resulte num acidente grave, nomeadamente a queda de algum veículo para o precipício. Solicitava ao Sr. Presidente a ida de técnicos para fazerem a devida avaliação.

Cumprimento a nova Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sra. Ana Teresa, e dizer-lhe que há um ponto de ligação entre Lagares e Travanca que é a ponte. Espero que para além desse ponto de ligação possamos também defender os interesses das nossas Freguesias. Desejo que tenha sucesso nesse cargo que vai começar agora a desempenhar.

Desejar ao Presidente cessante, ao Prof. António Manuel, um bom ano e dizer que também ele contribuiu para o desenvolvimento da sua Freguesia.

Por último, desejar a todos um ano novo com muita saúde e paz, e que cada um de nós possa contribuir para um ano mais solidário e fraterno. Bom ano novo."

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. André Duarte Pereira, que fez a seguinte intervenção:

"Começo por felicitar o Rafael Dias pela sua eleição para as Estruturas Federativas da Juventude Popular, bem como felicito o Sebastião Barbosa pela sua eleição para as Estruturas Nacionais da Juventude Socialista.

Dar já uma nota rápida ao Rafael: Só tenho a dizer-te que tu és um pouco mais novo e eu também não sou muito mais velho, para ti que só conheceste a realidade deste Executivo é normal que penses assim, mas podes ter a certeza de uma coisa: Este é o melhor Executivo que Oliveira já conheceu. E se tiveres dúvidas disso, pergunta à população porque acho que os votos foram por eles.

O que venho aqui dizer pode ser um pouco diferente do que se estava à espera, em função daquilo que já se pôde ouvir hoje: Embora a Saúde em Oliveira do Hospital não seja da competência da Câmara, nem da Assembleia Municipal, é algo que nos deve preocupar.

O que vos venho transmitir é que o Dr. Avelino Pedroso, Diretor Executivo do Agrupamento dos Centros de Saúde do Pinhal Interior Norte, suspendeu o protocolo de contratação dos médicos de urgência permanentes a partir do dia 2 de janeiro do próximo ano. Como sabem temos doze médicos de família, não temos ninguém sem médico, mas apenas temos dois médicos que garantem o serviço de urgência permanente.

Com a suspensão deste protocolo o Centro de Saúde passa a ter disponíveis apenas consultas de emergência. O problema é que estas consultas ficam disponíveis nos horários das 11 horas às 14 horas e das 17 horas às 20 horas. Com isto desaparece mais um pouco o nosso serviço de urgências e torna-se importante que as pessoas tomem precauções para não se magoarem entre as 14 horas e as 17 horas. É cada vez mais um luxo ter um serviço de urgências sem surpresas. Sr. Presidente, se souber de algo que contrarie esta informação seria bem-vindo.

O segundo ponto que gostaria de partilhar convosco é uma comparação com concelhos vizinhos e com condições semelhantes: A Pampilhosa da Serra tem quatro mil e quinhentos habitantes, tem um Serviço de Atendimento Permanente durante 24 horas e sete dias por semana; Góis tem quatro mil e duzentos habitantes, tem o Centro de Saúde aberto todos os dias, incluindo sábados, domingos e feriados, das 10 horas às 20 horas; Tábua com doze mil e setecentos habitantes tem Centro de Saúde aberto todos os dias, sábados, domingos e feriados, das 8 horas à meia-noite; Oliveira do Hospital, com vinte mil e oitocentos habitantes, tem o Centro de Saúde fechado no próximo sábado, domingo, segunda-feira e terça-feira. É claro que nós temos a Fundação Aurélio Amaro Dinis durante o resto do tempo, onde o tão prometido raio-X também não funciona tal como não funcionava no Centro de Saúde, mas em termos de serviço de urgências foi conseguido aquilo a que podemos chamar de um mal menor. Perdemos um pouco mas não se perdeu tudo e para termos este serviço o

Estado paga cerca de vinte mil euros por mês à Fundação Aurélio Amaro Dinis, e não sendo o ideal é, pelo menos, uma solução. Então qual é o problema?

O problema é que a Fundação Aurélio Amaro Dinis não pertence ao Serviço Nacional de Saúde e, como tal, não pode fazer domicílios.

O que são domicílios? São tratamentos, pensos, injetáveis ou algaliações. Uma algaliação é a introdução de um tubo pela uretra até à bexiga. Este é um tratamento que o cidadão português tem direito a receber no seu domicílio, menos em Oliveira do Hospital. Em Oliveira do Hospital chama uma ambulância para o levar à Fundação Aurélio Amaro Dinis e depois aguarda por outra para o levar para casa. Só pode haver domicílios quando o Centro de Saúde está aberto mas em Oliveira do Hospital o Centro de Saúde fecha fins de semana e feriados e faz pontes.

Terminando, se a solução de quem decide estas coisas é passar as urgências definitivamente para a Fundação Aurélio Amaro Dinis, que assim seja. Perdem-se umas coisas mas ganham-se outras. O que não faz sentido é o funcionamento mínimo do Centro de Saúde estar a ser constrangido pelas sucessivas decisões e contradições.

Posto isto, será que vamos continuar a ter urgências em Oliveira e será que vamos voltar a ter domicílios?

Sra. Presidente da Assembleia Municipal, se me conceder mais dois minutos gostaria de partilhar com os presentes uma breve história: Hoje, às oito da manhã, deu entrada no Centro de Saúde uma Senhora com sinais de enfarte, uma mãe com cerca de quarenta anos. Relembro que às oito horas é o momento das dúvidas existenciais dos Bombeiros, que têm de decidir se seguem para o Centro de Saúde ou para a Fundação Aurélio Amaro Dinis, e que a partir do dia dois, se calhar, nem um nem outro.

A Senhora dá entrada no Centro de Saúde às oito horas. A médica liga para o CODUS e são solicitados os Bombeiros de Lagares da Beira para que a levem para Coimbra. O estado da Senhora piora. A médica liga para o CODUS novamente e é solicitado aos Bombeiros de Oliveira do Hospital que a levem para Coimbra. A dor irradia para as costas, estende-se para os braços, e tudo indica que se trata mesmo de um enfarte. A médica liga novamente para o CODUS, e desta vez vem o Suporte Imediato de Vida. O Suporte Imediato de Vida de Seia demora vinte minutos a chegar a Oliveira, o Suporte Imediato de Vida de Arganil demora trinta e cinco minutos a chegar. Chegaram, estabilizaram a doente, administraram morfina, o quadro clínico melhora e acabam por ser os Bombeiros de Lagares a levar a Senhora para Coimbra.

A moral da história depende da opinião de cada um, mas gostaria de propor uma conclusão analítica: Só as SUB - Serviço de Urgência Básico é que dispõem de stock de morfina e a SIV - Suporte Imediato de Vida naturalmente também, mas em Oliveira do Hospital há mais de vinte mil pessoas que se tiveram um enfarte podem ter a certeza que não é em Oliveira que encontram morfina. Hoje correu tudo bem mas amanhã podemos ser nós e podemos não ter a mesma sorte."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Avô, Sr. Enf.º José Carlos Martins Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

"Começo por dar os parabéns e desejar um bom mandato à nova Presidente de Junta de Travanca de Lagos e dizer-lhe que a Junta de Avô estará sempre disponível para o que necessitar.

Gostaria de propor uma pequena reflexão: Há cerca de três semanas estava a prestar cuidados domiciliários a uma utente e em conversa com o marido da Senhora ele colocou-me esta questão: Muitas vezes nós os autarcas não pensamos mas esta é a realidade dos factos. O fogo veio, ardeu tudo e mais alguma coisa, o Ministério da Agricultura deu algum dinheiro, e há de facto plantações de oliveiras e videiras mas quando é que vai haver fruto?

A questão é esta, já passaram dois anos, e em termos de colheitas, nesta altura era feita a colheita da azeitona com a qual se fazia o azeite. Quando é que vamos ter novamente azeite? Esta era a questão do Senhor. Segundo os entendidos só daqui a dez anos é que as novas oliveiras vão produzir azeite mas dez anos é muito tempo para haver novas colheitas. Isto é apenas só uma reflexão.

Também quero abordar um tema que o Presidente da Junta de São Gião, Sr. Luciano, também já abordou. Já tivemos uma reunião com o Executivo no passado dia treze de novembro e focámos este aspeto. A Freguesia de Avô também é uma das Freguesias em que atendendo às ruas estreitas que tem os funcionários da Junta têm que fazer a recolha do lixo e têm que o colocar num determinado local onde depois o Planalto Beirão faz a recolha. De facto nós recebíamos um subsídio anual e em dois mil e dezassete e dois mil e dezoito não foi pago. O Sr. Presidente nessa reunião prometeu que ia resolver a situação e, por isso, quero questionar se vamos receber, ou não, esse dinheiro.

Um terceiro aspeto tem a ver com um agradecimento público, que já tinha feito em privado. Quero fazer um agradecimento ao Sr. Presidente da Câmara, Prof. José Carlos Alexandrino, e ao Sr. Vereador, Prof. Nuno Ribeiro. No

passado dia um de novembro participaram num ato nobre, um evento simples que foi a transmissão da missa de Todos os Santos pelo canal 1 da RTP e que foi transmitida para os quatro cantos do mundo. Ou seja, Avô, a sua pequena freguesia, a sua igreja matriz e também um pouco de Oliveira do Hospital foi vista por esse mundo fora com a transmissão da missa de Todos os Santos. Por isso, o meu muito obrigado.

Gostaria de terminar desejando a todos os presentes, sem exceção, continuação de boas festas, e um ano novo cheio de paz e principalmente com muita saúde."

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Paulo Sérgio Dias Minas, que fez a seguinte intervenção:

"Como poderão notar esta é a primeira vez que participo ativamente nesta Assembleia embora esteja a substituir a Sra. Maria Alice. Não será necessariamente a primeira vez que venho neste dia ao Salão Nobre do Município porque quem me conhece sabe seguramente que já me viu aqui algumas vezes no local destinado ao público onde com interesse venho assiduamente assistir ao debate sobre o meu Concelho.

Hoje estou aqui enquanto cidadão eleito pela Coligação Construir o Futuro um facto que em nada, ou quase nada, me diz respeito porque este mérito é sem dúvida todo do Luís Lagos, alguém em quem eu sempre vi espelhada a minha opinião nesta Assembleia, alguém com conhecimento elevado de valor acerca do concelho e da região. No fundo uma pessoa que ainda terá muito para dar à sua terra e muita gente quererá contar com a sua participação no futuro.

Estou aqui acima de tudo porque gosto de participar enquanto cidadão independente. Não tenho qualquer filiação partidária. Estou aqui exclusivamente a pensar pela minha cabeça e estou, ainda mais, porque existe um claro défice de pensamento crítico, autónomo e criativo nesta Assembleia, neste Concelho, quer entre os jovens, quer entre os mais velhos. É esse contributo que eu posso e espero dar.

Antes de começar pelos pontos que trago aqui e porque ouvi a intervenção do André, que agora não está aqui, e queria dizer que foi das intervenções mais sóbrias e das intervenções mais necessárias que alguma vez ouvi nesta Assembleia e, por isso, quero agradecer as palavras dele porque realmente são mesmo muito necessárias.

O primeiro ponto que me traz aqui, e eu refleti muito antes de o trazer, mas acabei por faze-lo quase por dever de consciência. Enquanto Oliveirense

entristeceu-me muito ver, no passado dia sete de outubro, que a mais alta distinção do Município fosse atribuída à Sra. Presidente da CCDR-C, Dra. Ana Abrunhosa. Não lhe quero tirar o mérito do seu trabalho, as circunstâncias foram difíceis e raramente foram as ideais mas aquilo que a Sra. Presidente da CCDR-C fez foi precisamente e simplesmente o seu trabalho. Aliás nem sequer se distinguiu um pouquinho que fosse para lá das suas competências para merecer uma Medalha de Ouro Municipal, pois, se o tivesse feito, passado um ano dos incêndios, todas as casas de primeira habitação estariam reconstruídas, para lá caminhamos, e ainda bem, e não estaria uma única empresa ainda no chão. Neste momento não senti essa necessidade de atribuir uma Medalha de Ouro Municipal à Dra. Ana Abrunhosa mas obviamente que respeito a decisão democrática do Executivo e desta Assembleia como sempre o farei, mas quando fá-lo em défice de pensamento crítico é também aqui que eu quero chegar.

Segundo ponto, e aqui numa perspetiva mais utópica e admito que muita gente possa vê-la dessa forma mas o Copérnico também tinha a ideia que a terra era redonda e de facto era: Sr. Presidente, quero deixar-lhe aqui um repto e espero que faça uso da sua influência na Comunidade Intermunicipal de Coimbra, junto do Primeiro-Ministro, junto do Presidente da República, junto de quem quiser, e concentre-se naquela que será porventura a obra mais relevante de sempre para a nossa região. Se o IC6 é fundamental, é claro que sim! A requalificação das estradas nacionais é importante, sem qualquer dúvida! Mas, é o aeroporto de Coimbra, uma ideia criada pelo Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Prof. Manuel Machado. O aeroporto de Coimbra é uma questão estratégica e essencial que nos pode aproximar definitivamente da linha de desenvolvimento do litoral e dos grandes centros urbanos muito mais rapidamente do que o IC6 e que dará relevância europeia e mundial às nossas empresas e que irá projetar as nossas unidades hoteleiras nos principais países emissores de turistas.

Pergunto se Oliveira do Hospital isoladamente tem algum peso na decisão de criar uma ponte aérea a partir de Coimbra? Infelizmente eu creio que não, mas com todos os Municípios da Comunidade Intermunicipal alinhados nesta luta, com o peso do Prof. Manuel Machado enquanto Presidente da Associação Nacional de Municípios, eu creio que essa luta será possível de concretizar e não tenho dúvidas que a relevância política a nível nacional será indubitavelmente diferente.

Sr. Presidente, se quer deixar uma marca de futuro para as próximas gerações, se quer reverter a tendência acelerada de perda de população, não

tenho dúvidas que esta é a obra pela qual o Sr. Presidente, toda a região e cada um de nós deve lutar mais do que o IC6, mais do que a requalificação das estradas. Não quero dizer mais do que os médicos mas, a verdade é que, com um maior fluxo de turismo e serviços na nossa Região a tarefa de captar mais médicos sairia muito facilitada. Isto não é sonhar, isto é ter ambição pelo nosso Concelho, pela nossa Região, pela reconversão do interior do País porque nem tudo se resume a Lisboa.

Desejo um bom ano para todos."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

"Sr. Presidente da Câmara, já aqui foi referido que alguma coisa mudou na área da Saúde no nosso Concelho. Na parte que concretamente me diz mais respeito, na União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, a situação piorou recentemente. Se bem que temos ali uma Unidade de Saúde com ótimas condições, uma Unidade de Saúde que já em tempos teve dois médicos para os cerca de mil e quinhentos utentes desta União de Freguesias. Já há uns tempos largos que só tem um médico e esse médico que por sinal é coordenador do Centro de Saúde de Oliveira do Hospital, acerca de dois meses, não temos médico ou se o tivemos foi num ou outro dia em que o médico que lá presta serviço terá ido pontualmente, num ou outro dia. O que quer dizer que há dois meses o médico está de baixa, deduzo que será para continuar, e muito possivelmente dentro de algum tempo pedirá a reforma. Quero dizer que vamos ter ali um problema e já o estamos a começar a ter.

Hoje as pessoas questionam-nos na Junta de Freguesia porque querem uma receita e não têm, querem uma consulta e não têm, e estamos com um problema e estou convencido que se vai agravar. Isto é uma alerta porque neste momento enquanto se ouve dizer que no Concelho de Oliveira do Hospital, depois das últimas colocações de médicos no nosso concelho, que não há pessoas sem médico de família. É bom que isso seja assim mas simplesmente nós neste momento estamos com problemas na União de Freguesias de Ervedal e Vila franca e espero que esta situação não se venha a agravar e que haja uma solução. Se há médicos suficientes neste momento acho que para colmatar este problema poderia, eventualmente, uma ou duas vezes por semana, deslocar-se um médico que esteja disponível no Centro de Saúde para poder ir ao Ervedal prestar algum serviço às populações.

Isto é um alerta e espero que não se agrave mais. Se a situação se vier a degradar nós cá estaremos para tomar as devidas providências junto de quem de direito.

Quero também cumprimentar a nossa nova colega da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos. Em meu nome pessoal, enquanto Presidente de Junta e como responsável político do Partido Socialista, bem-vinda às novas funções. Espero que saiba desempenhar e que tenha coragem para isso, com a sua equipa, para levar a bom porto os anseios das populações da Freguesia de Travanca. Obviamente, tudo o que for necessário, da nossa parte, estaremos sempre disponíveis para a todo o momento dar a colaboração possível.

Quanto à questão das casas, dizer o seguinte: Fazer-se muito em pouco tempo não é fácil e por vezes isso é impossível. Quando se faz muito em pouco tempo por vezes faz-se mal.

Penso que todas as coisas têm o seu tempo para serem feitas. Se neste percurso, e depois de tudo o que aconteceu, houve casos que não correram de acordo com as expectativas das pessoas, não foram contemplados para eventuais recuperações, mas tenho a perceção do seguinte: No concelho de Oliveira do Hospital, e nós temos visto passar coisas nas televisões que nos devem preocupar a todos e que é haver processos pouco limpos mas em Oliveira do Hospital não se passou isso. Acho que houve critérios, houve rigor. À luz desses critérios e desse rigor as situações têm-se vindo a desenvolver dentro da sua normalidade. Bem sabemos que são processos que não são fáceis, são processos burocráticos e que exigem aos interessados comprovativos de muita coisa. Foi essa burocracia que complicou o processo mas, relativamente às casas de primeira habitação, ninguém foi deixado para trás. Não vale a pena andarem a fazer demagogias, como alguns que por aí andam, e a carregar as televisões. Não vale a pena!

Eu também tive casos em que me "tentaram convencer" que as casas eram de primeira habitação e sei que seguramente há aqui mais colegas das Freguesias que com certeza tiveram casos destes mas em Oliveira do Hospital houve muito rigor e por isso não temos as televisões com as baterias apontadas para aqui como existe em outros lados.

Fazer demagogia é muito fácil e pode ser feita seja por quem for desde que queira fazê-la."

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

"Nesta intervenção pretendo fazer o balanço do mandato de 2018 que foi naturalmente influenciado pelos incêndios de 2017.

Há uma situação que tenho de referir: Caro Paulo Sérgio Dias Minas, vejo pela primeira vez, da parte da oposição, um modo diferente de estar aqui, de acreditar no futuro, de acreditar nesta Assembleia, de acreditar na política. Dou-lhe os meus parabéns!

Estou de acordo consigo relativamente à questão do aeroporto de Coimbra e percebo que no seu partido de coligação têm uma opinião claramente contra. Hoje veem-se cartazes em Coimbra, pagos não sei por quem, contra o aeroporto, a dizer mal do Manuel Machado e a dizer mal da Câmara.

Concordo completamente consigo e digo que é a melhor coisa que nos pode acontecer na Região Centro. Um aeroporto é o maior polo de desenvolvimento que pode existir para todas as atividades e veja-se o caso de Lisboa, Porto de Faro. A construção do aeroporto atrai desenvolvimento, atrai pessoas e nós ficaríamos a cinquenta minutos do aeroporto.

Dizer ainda que hoje tivemos aqui uma nova versão da Assunção Cristas. Assistimos a demagogia pura, palavras sem significado, sem qualquer perspetiva de futuro. Estiveram cinco anos no Governo, fizeram o pior, e hoje andam com cartazes a dizer aquilo que não fizeram. Estradas que inauguraram e que estão a cair mas foram eles que as inauguraram e hoje andam a pôr em causa o que fizeram. Mas a isto nós já estamos habituados!

Relativamente ao balanço do mandato quero dizer o seguinte: Como já disse o ano foi claramente marcado pelos incêndios de 2017. Assistimos constantemente a uma resposta imediata, uma mão amiga, ao estar no local, a dar resposta a quem sente a dor e a quem sente um problema, estar sempre ao lado da população, quer do Sr. Presidente da Câmara Municipal, quer do seu Executivo.

Este Executivo tem uma marca nestes anos todos, e continua a ter, que é o apoio na área Social. Também na área da Saúde, como disse a minha colega de bancada, temos assistência médica como nunca tivemos e isso é importante. Também temos o Hospital da Fundação que complementa a questão da Saúde. Temos o apoio às famílias que é constante, como por exemplo a questão do IMI entre outros.

Nesta adversidade toda, tivemos engenho e arte e capacidade para dar a volta.

Tivemos eventos, talvez sem a grandiosidade que tiveram em outros anos, mas que a população aderiu, nomeadamente a Feira do Queijo, EXPOH e Feira

do Porco e do Enchido, entre outros. Temos uma praia fluvial com Bandeira de Ouro devido a cinco anos seguidos com Bandeira Azul. Isto é que nos orgulha.

Referir também o índice de boa governação e o galardão que nos foi atribuído como reconhecimento de Autarquia Familiarmente Mais Responsável. Temos, na hotelaria, uma aposta clara no setor do Turismo, e também já aqui foi falado no Museu do Azeite. Temos uma unidade hoteleira deste Concelho que é um exemplo de referência a nível de todo o País. Temos unidades hoteleiras em construção que nos orgulham. Temos feito um grande esforço para reconstruir as habitações e as empresas. Temos uma excelente relação com a CIM e da qual o Sr. Presidente da Câmara Municipal é Vice-Presidente. Temos uma excelente relação com a Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, e contrariamente ao que outros dizem aqui, a Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro tem sido uma nossa aliada e tem estado sempre ao nosso lado.

Meus caros amigos, aquilo que mais me orgulha é que nesta Câmara Municipal, quer através do Sr. Presidente, quer através do Executivo, quer através dos diversos órgãos ou gabinetes da Câmara, ninguém fica sem resposta, ninguém fica sem apoio e há sempre uma palavra de aconchego, de esperança no futuro e de solidariedade. Todos devemos ter orgulho de ser Oliveirenses, de ter o Presidente de Câmara que temos, de ter o Executivo que temos e devemos orgulhar-nos por estarmos a construir o futuro todos os dias."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Terminaram as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia e de seguida vou dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que naturalmente vai esclarecer algumas questões e responder a outras.

Quero salientar que tivemos uma ou outra intervenção mais assertiva mas dentro do normal e dentro do que é espectável quando se debatem os interesses do nosso Município.

Parece-me, e também estou expectante relativamente ao que vamos ouvir da parte do Sr. Presidente mas eu fiquei um pouco confusa com a questão da Saúde porque houve intervenções com sentidos um pouco contraditórios. Acho que é importante que esse aspeto seja esclarecido, sem prejuízo de todos os outros e, por isso, Sr. Presidente, pedia-lhe que não poupasse as palavras necessárias."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"As minhas primeiras palavras são também para a Sra. Ana Teresa Falcão de Brito. Quero desejar-lhe um bom mandato como Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos. Dizer que a Câmara Municipal está com a Junta de Freguesia de Travanca de Lago tal com está com todas as Juntas de Freguesias porque sou o Presidente de todas as dezasseis Freguesias do Concelho, e essa tem sido uma das minhas características.

Até gostaria de recordar, com alguma saudade, o meu primeiro mandato: Há dez anos, nesta Assembleia, eu tinha seis Freguesias eleitas pelo Partido Socialista e tinha 15 Freguesias sem serem do meu projeto político. Foi muito interessante trabalhar com a diversidade de opiniões e com Presidentes completamente diferentes eleitos por forças diferentes. Já cá estava o Aníbal, o Carlos Artur, o João Dinis. Foi sempre uma grande honra trabalhar também com essa diversidade de presidentes de Junta de Freguesia.

A primeira coisa que eu gostaria de fazer ressaltar era o seguinte: Quem quiser olhar para este ano como um ano normal parte logo de um pressuposto errado. Este foi um ano muito difícil em termos de gestão autárquica. Para a Câmara Municipal e para o seu Executivo foi, de longe, o pior ano para o nosso mandato autárquico, e foi muito difícil o nosso desempenho, mas isso não nos tirou a força, não nos tirou a coragem, não nos tirou a determinação. Se bem que, todos nós, porque somos humanos, às vezes, temos momentos mais fracos. Mas as fraquezas transformam-se em forças de montanha e conseguem-se levar as coisas para a frente.

Também queria deixar uma palavra ao Prof. António Manuel Soares: O Prof. António Manuel Soares foi um parlamentar brilhante. Foi um parlamentar sempre solidário com este Executivo e com a Assembleia e eu quero-lhe agradecer.

De qualquer das maneiras também não deixarei de dizer que tenho muita expectativa com a Junta de Travanca de Lagos, com a sua Presidente e com a sua equipa. Acredito que haverá um compromisso para fazermos um bom trabalho em conjunto.

Às vezes o problema nas Juntas de Freguesia são as perspetivas porque algumas pessoas acham que as Freguesias devem ser tratadas todas de forma igual. Há princípios acordados para a atribuição de subsídios e é preciso perceber que as Freguesias não se podem tratar todas da mesma forma. Nunca se pode tratar de forma igual aquilo que é diferente.

Gostaria de recordar duas Freguesias que durante o meu primeiro mandato foram tratadas de forma completamente diferenciadora, e eram do PSD. Eram as Freguesias mais atrasadas, em termos de desenvolvimento. Era Lourosa e Seixo da Beira. Hoje, olhamos para elas e verificamos que se aproximaram muito das outras.

Não podemos deixar de perceber que os tempos mudam e temos que perceber o fenómeno aglutinador da própria cidade de Oliveira do Hospital.

O projeto do PEDU foi feito e negociado durante o Governo de Passos Coelho e não foi por acaso que as cidades foram transformadas em polos aglutinadores. Esta é a perspetiva do futuro. Deveremos ter tudo isto em conta.

Meus caros amigos, nós não fazemos tudo bem, às vezes também erramos e seria mau se nós não fizéssemos nada e não tomássemos opções. Às vezes as nossas opções também poderão não ser as melhores.

Já todos me conhecem o suficiente para perceberem que dou muita importância à área de cariz social e nesta área há grandes desafios.

Também tenho que dizer que há quem seja mais especialista a fazer comunicados para me criticarem, mas também têm legitimidade para o fazer. O problema é que não os vejo a fazer nada, não vejo prática, não vejo ação. Essa é uma grande diferença.

Quero saudar o Nuno Rafael Dias, e quero dar-lhe os parabéns pela eleição para a Juventude Popular. Agora tens responsabilidades como dirigente distrital e, com certeza, quando estiver com alguns dos meus amigos em Coimbra, terei orgulho, como Presidente do Município, de dizer que tenho um Oliveirense à frente da Juventude Popular e dizer-lhes-ei, ajudem lá o rapaz! Da minha parte não há problema nenhum com a nossa diversidade de opinião.

Também saudar o Sebastião Barbosa, pela sua eleição e o Sérgio Minas pela sua estreia na Assembleia Municipal.

Dizer-vos o seguinte: Este ano foi muito difícil!

Neste momento estamos a cortar os pinheiros junto às estradas. Depois pedia à Eng.ª Teresa Dias para fazer um pequeno balanço do que estamos a fazer na área da floresta.

O Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, Eng.º José Carlos Marques, que é o responsável da Proteção Civil, é testemunha do dinheiro que temos gasto. Temos feito um grande trabalho e também não nos peçam para fazermos tudo num dia.

Estamos a fazer um trabalho interessante, marcamos as árvores que são para abater e até vos posso contar que um proprietário em Andorinha colocou

um cartaz que dizia: “não cortem porque já estão vendidos e serão cortados em breve”. Há outros proprietários que quando veem os pinheiros marcados são eles que os cortam.

O Zé Ferreira levantou aqui um problema e confesso-vos que me incomoda bastante: É o problema dos tratores. Os tratores não pertencem à Câmara Municipal. Os tratores pertencem à Cáritas. Eu até já expliquei isto na última Assembleia. Há nove proprietários que têm a titularidade do trator e, por isso, nove tratores vão ser entregues. O grande problema, entre a visão da Cáritas e a minha, é que a Cáritas quis que eu entregasse um conjunto de tratores sem ter havido critérios que fossem bastante claros.

Deixei-me também dizer-vos, e vocês vão todos perceber muito bem isto: Relativamente às candidaturas para a reconstrução das casas as pessoas queixam-se que há burocracia a mais. E sabem o que é que o Governo fez? O Governo criou legislação para permitir a simplificação dos processos.

E vejam como é que são as coisas: Sabem o que é que aconteceu a seguir? Os mesmos que diziam que havia burocracia a mais, agora, estão a dizer que se estão a fazer ajustes diretos para ajudarmos os amigos.

Era preciso simplificar os processos, mas depois já se critica porque os processos estão simplificados demais.

Digo-vos o seguinte: Isto revela numa mentalidade completamente retrograda porque mesmo no ajuste direto é preciso cumprir com o que está estipulado na Portaria.

Dou-vos ainda a seguinte nota: Há pouco, o PSD, na minha opinião, foi mais inteligente que o CDS, porque não voltou a falar na Medalha atribuída à Dra. Ana Abrunhosa.

Hoje já entregamos quatro casas. Já estão validadas cento e vinte e quatro casas. Estão entregues setenta casas. Por isso, meus caros amigos, ainda faltam cinquenta e quatro casas. Mas, destas cinquenta e quatro casas, há umas que estão quase prontas. Entregaremos na primeira semana de janeiro mais quatro ou cinco, mas há outras que ainda estão atrasadas porque os proprietários não tinham documentos e foi dificílimo fazer esse trabalho.

Relativamente à reconstrução das casas, acho que a Sr. Secretária Geral do CDS foi bastante comedida relativamente à forma como abordou este assunto.

Dizer ainda que não é verdade que tenha havido falta de dinheiro ou que tenha havido falta de pagamentos.

Hoje, estiveram aí as televisões todas e também foi dito que a CCDR tem o dinheiro todo para pagar as casas e tem as faturas todas pagas. O que aconteceu é que alguns empreiteiros demoraram mais tempo a pagar aos subempreiteiros. Dizer ainda que o Vice-Presidente da CCDR, Dr. Luís Caetano, é militante do CDS e é o responsável pelos pagamentos e, por isso, tinham ali uma fonte boa para que não viessem aqui à Assembleia Municipal dizer mentiras.

Os Senhores lembram-me de quando eu tinha dezoito anos: Nessa altura, quando o meu carro não pegava, eu passava a vida a dar à chave até gastar a bateria. Por isso, deixem lá a Medalha da Dra. Ana Abrunhosa porque vocês gastam a bateria e não ganham nada com isso. Peçam a alguém que vos dê um empurrão para andarem para a frente e deixem isso!

Ainda a propósito dos tratores, quero dizer-vos que apetece-me entregar os tratores às nove pessoas que provaram a titularidade e mandar os outros tratores para a Cáritas de Coimbra e o Padre Luís Costa que diga a quem os entrega. Eu já expliquei isto, mas volto a dizer que foram apresentadas mais de oitenta candidaturas para os tratores. Destas candidaturas houve pessoas que tiveram financiamento para o trator e há outros que não tinham nenhum documento para comprovar a titularidade do trator.

Os mesmos que agora dizem que o Presidente da Câmara não entrega os tratores, eram os mesmos que diziam que eu entreguei os tratores sem critério. E eu, aqui, “não tenho filhos nem enteados” e gostaria que o processo fosse o mais transparente possível.

Agora, quanto aos outros dez tratores, estamos a tentar resolver e espero que os Serviços de Ação Social os entreguem.

O Sr. Raúl Dinis falou sobre a recuperação da sinalização vertical e horizontal: Sobre este assunto quero dizer que tem havido um esforço para repor a sinalização. Como já podem ver, com o conjunto de obras que foram realizadas, o Concelho já não é o mesmo. Neste momento a sinalização do Concelho está, mais ou menos, resolvida.

Os Senhores Presidentes de Junta de São Gião e Avô queixaram-se devido à falta de subsídio para a recolha do lixo e eles têm razão e, por isso, acho que devemos pagar.

A recolha do lixo nos meses de agosto e setembro deu-nos de prejuízo cerca de trinta e cinco mil euros. Não houve mês nenhum este ano em que o défice tarifário do lixo fosse menos de dez mil euros. O valor máximo do défice tarifário do lixo foi no verão devido ao aumento do número de pessoas no

Concelho. Como sabem o lixo é pago à tonelada. Temos que lançar uma campanha para baixarmos este défice até porque não pretendo mexer no tarifário.

Dizer ainda que iremos fazer uma Assembleia Municipal Extraordinária em janeiro para falarmos sobre a descentralização de competências porque a Assembleia Municipal tem que dar resposta até ao dia trinta e um de janeiro de quais são as competências que aceita. Se não respondermos passam-nos as competências todas. A Assembleia Extraordinária ainda terá outro fim. Será apresentado o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano pela equipa que a Câmara Municipal contratou para fazer a requalificação de Oliveira do Hospital.

Relativamente à área da Saúde ouvimos dois depoimentos contraditórios. Não estou aqui para fazer nenhum debate sobre a saúde porque se alguém tem lutado para que haja melhores condições na área da Saúde em Oliveira do Hospital, com certeza, que sou eu e o meu Executivo.

Dou a minha opinião sincera: Do que vou constatando, neste momento, acho que estamos melhor do que estávamos. Acredito que há sempre coisas para melhorarmos. Nós chegámos a ter dezasseis mil utentes sem médico de família e isto hoje não acontece.

Tive pena, e digo isto com mágoa, que o Ministro Adalberto Campos tivesse saído do Governo porque o que tinha tratado com ele, nas reuniões que tivemos, “foi tudo por água abaixo”.

Hoje, tenho uma opinião diferente sobre o funcionamento do Centro de Saúde, e não tenho uma visão tão crítica. Fiquei muito contente com a intervenção da Dra. Ana Marta até porque ela é uma profissional que trabalha no Centro de Saúde e que constata a realidade de todos os dias.

Como já disse, não quero fazer um debate sobre o tema da saúde, mas todos devemos ter direito a ter melhores cuidados de saúde, sobretudo para aqueles que têm menos posses e que têm reformas de miséria. Quem tem dinheiro pode recorrer às Clínicas, e eu também não sou contra as Clínicas, nem sou contra a iniciativa privada. Eu sou contra a falta de cuidados de saúde para aqueles que não têm possibilidades. A nossa Constituição defende o direito aos cuidados de saúde para todos os cidadãos.

Relativamente às empresas quero dizer o seguinte: Foram aprovadas, até este momento, oitenta e seis candidaturas. O investimento solicitado foi de vinte e três milhões de euros. O investimento que foi considerado elegível foi de vinte e dois milhões de euros. Até este momento, aquilo que já foi aprovado

foram dezanove milhões, trezentos e quatro mil euros. Estas candidaturas têm um financiamento de 85%, como vocês sabem, e o apoio é de dezasseis milhões de euros que estão aprovados para o Concelho de Oliveira do Hospital.

O que é que falta e está em audiência prévia?

Em Oliveira do Hospital só faltam quatro empresas que têm elegível um valor de trezentos e vinte e seis mil euros.

Isto são os dados de hoje. Estes dados estão na internet. Está aqui o esforço da CCDR-C e da Sra. Presidente. Temos os problemas de todas as empresas, quase, todos resolvidos. Estas verbas são disponibilizadas com a apresentação das faturas e é pago 85 % do valor da fatura.

Relativamente ao Museu do Azeite e ao Centro de Interpretação quero dizer o seguinte: O Museu do Azeite está muito bonito e o Centro de Interpretação já teve cinco mil visitas.

Peço agora à Sra. Vereadora, Eng.ª Teresa Maria Mendes Dias, para vos falar sobre os trabalhos que estão a ser desenvolvidos na área florestal."

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Vereadora, Eng.ª Teresa Maria Mendes Dias, que fez a seguinte intervenção:

"Considerando que passou mais de um ano após o incêndio de 15 e 16 de outubro de 2017 e que o valor da madeira em pé após este período começa a decrescer a Câmara Municipal deu início ao processo de abate de árvores ardidas confinantes com as estradas municipais, numa lógica de proteção civil atendendo à segurança das pessoas que nelas circulam.

Importa referir que, mais uma vez, a Câmara Municipal se substitui aos proprietários numa operação delicada e dispendiosa, que é da competência dos donos das árvores já que como refere o Decreto Lei n.º 124/2006 de 28 de junho, em áreas atingidas por incêndios, são estes que devem remover os materiais queimados numa faixa de 25 metros.

Como está em causa a circulação de pessoas e bens, em segurança, a Câmara Municipal através de notificação por edital complementada com a marcação das árvores, colocou já em marcha esta operação que levará algum tempo até estar totalmente concluída já que como todos sabem o território concelhio ardeu todo.

A saber, encontra-se já concluído o corte das árvores nas estradas: Lagares da Beira - Travanca de Lagos; Ancose - Negrelos, até ao limite do concelho com Tábua em Midões; Cruzamento de Andorinha - estrada Vila do Mato; Ervedal da Beira - Póvoa de S. Cosme e em curso a estrada que liga

Ervedal da Beira à Felgueira Velha passando por Vila Franca, Aldeia Formosa e Seixo da Beira.

As freguesias com árvores já sinalizadas são: Lagares da Beira; Travanca de Lagos; União de Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira; Seixo da Beira; Meruge; União de Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa.

Este trabalho terá continuidade em 2019 com a constituição de uma a duas equipas de intervenção municipal, com adjudicação de serviços e o projeto de estabilização de emergência.

Para esclarecer relativamente aos plátanos da Felgueira Velha, apenas serão cortados 2 a 3 neste momento, que são os que se encontram efetivamente mortos, os restantes vamos aguardar pela primavera para verificar o seu estado fitossanitário."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Dizer à Presidente de Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Dra. Olga Bandeira o seguinte: Relativamente ao abastecimento de água à Adarnela nós vamos dar prioridade a esta obra até porque o abastecimento de água tem prioridade em relação ao saneamento.

Penso que já respondi a todas as questões e por isso dou a minha intervenção por terminada."

De seguida entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município, e foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"A primeira informação que eu gostaria de dar neste Ponto I é relacionada com a conta solidária. No dia vinte e sete de dezembro de dois mil e dezoito a conta solidária tem um saldo de setenta e dois mil, setecentos e noventa e um euros e cinquenta e dois cêntimos.

Neste Ponto I, e a propósito de uma das intervenções do Deputado João Esteves relacionada com dívidas a fornecedores quero dizer que depois fui consultar os documentos e havia lá a aquisição de uma máquina em que a fatura tinha entrado há poucos dias. Não sei se entretanto o Sr. Deputado viu porque tirando isso a dívida era residual."

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

"Em primeiro lugar quero desejar a todos um bom ano. Que o ano de 2019 seja cheio de venturas para todos e que consigam tudo aquilo que pretendem para vocês e para as vossas famílias.

Queria também desejar as boas vindas à nova Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos. Desejar-lhe que dentro da sua Freguesia consiga resolver todos os problemas dos seus fregueses e que aqui na Assembleia Municipal seja colaboradora com os trabalhos.

Do relatório da revisão limitada às demonstrações financeiras, elaborado pela empresa BDO, queria salientar o seguinte:

Denota-se um aumento dos custos com o pessoal e uma diminuição das receitas próprias, bem como nos impostos diretos e indiretos, recebidos do Orçamento Geral do Estado. Existe também uma subida das transferências correntes concedidas às Juntas de Freguesia, Grupos Desportivos, Associações, Bombeiros e Agrupamentos Escolares.

Esta minha informação baseia-se essencialmente no que diz respeito ao relatório que refere junho de 2017 e junho de 2018.

Outra situação que aqui quero referir é o gasto com a eletricidade, que todos os anos tem vindo a aumentar, apesar da equipa multidisciplinar criada para esse efeito, para controlar e reduzir os custos energéticos. Pelos vistos os munícipes só têm sentido é a redução das fontes de iluminação, que nalguns casos é sintomática.

Noto a falta de luz em determinados locais. Sou um individuo que ando um bocado à noite e pratico desporto. Vou para certas zonas onde havia luz e agora há uma insuficiência de luz. Tenho receio de me balançar nesses trajectos porque tenho mede de cair em buracos e ter lesões.

Já foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara que há uma redução nos gastos energéticos mas no relatório não aparece isso vinculado. Este é um ponto que eu queria assinalar.

Quanto ao ponto em causa, nota-se uma gestão equilibrada no que concerne à situação financeira do Município, que vem já desde os exercícios anteriores, mas no que respeita ao grau de execução das GOP'S é muito baixo, o que tenho vindo a referir ao longo das Assembleias e cujas causas, também já tenho referido.

Acho que a gestão autárquica é uma gestão cuidadosa, é uma gestão que não deixa o Município endividar-se, o que é muito bom, e, por isso, tenho que enaltecer o trabalho de Executivo."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"O Deputado João Esteves referiu aqui uma coisa que é verdade. As GOP têm uma taxa de execução baixa, e não vale a pena esconder. As GOP vão ter no final do ano uma taxa de execução baixa mas a justificação é clara. É que o nosso Orçamento tinha um conjunto de obras de maior volume do PEDU que não se conseguiram lançar.

O Tribunal de Contas recomenda que as GOP tenham 85% de execução e muitos dos meus colegas de outros municípios fazem uma Assembleia Extraordinária no final do ano para reduzirem os valores.

Eu reconheço que a taxa de realização é realmente pouca. Penso que para o ano teremos uma realização muito melhor porque estamos neste momento com uma série de adjudicações.

Relativamente ao problema da electricidade quero dizer-vos que nós recebemos as faturas separadas por ruas. E há ruas que custam três mil euros por mês à Câmara Municipal.

Isto não faz sentido, na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital gastamos em energia todos os meses quase quatro mil euros. Gastamos mais com a Escola Superior do que no Edifício da Câmara Municipal. Eu já disse ao Sr. Presidente do IPC que essa responsabilidade nem deve ser nossa e que deve ser do IPC porque eles têm orçamento para isso.

A equipa da eficiência energética fez um grande trabalho mas ainda temos aqui outro problema com as leituras e a EDP continua sempre a aumentar as tarifas todos os anos.

Os gastos com a electricidade são uma preocupação porque o que gastamos em iluminação pública é uma quantia muito elevada."

De seguida entrou-se no Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no nº 4, do artigo 4º, do Decreto-Lei nº 130/2017, de 9 de outubro, da Proposta de Dispensa de Elemento Instrutório no Âmbito do Regime Excecional de Controlo Prévio.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Esta proposta é uma forma de agilizarmos e simplificarmos os processos. Tendo-se verificado que o elemento instrutório Levantamento Topográfico e Planta de Implantação em formato vetorial no sistema de coordenadas PT-TM06/ETRS89 é excessivamente oneroso e, com vista a simplificar os procedimentos do controlo prévio, propõe-se a dispensa da entrega deste referido elemento instrutório, excetuando-se os casos em que é manifestamente indispensável e necessária para a correta análise do processo."

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

"Esta dispensa de elemento instrutório é relacionada principalmente com os incêndios. Este procedimento tem vindo a ser feito nos procedimentos que já foram apresentados ou está suspenso?

Este procedimento é só a partir de agora? Este procedimento veio a meio e também é verdade que mais vale tarde do que nunca.

No entanto queria saber o seguinte: Há coisas que são indispensáveis na formação de certos processos, como é o caso do levantamento topográfico, do enquadramento das obras no local. Quais são mesmo indispensáveis? Acho que é essencial saber onde é que vai ser enquadrado um determinado edifício porque senão o processo torna-se um bocado anárquico.

Isto poderá ser dispensado, concordo perfeitamente com isso porque é para simplificar, a partir do momento em que os serviços tenham conhecimento das infraestruturas que havia e onde estão implantadas e que não vão ser alteradas. Isso é essencial e é preciso haver cuidado."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"A informação técnica que está na documentação é clara e diz que a dispensa da entrega do elemento instrutório exceptuando-se os casos em que é manifestamente indispensável e necessária para a correta análise do processo.

Esta é uma proposta dos meus serviços técnicos que tem a ver com a simplificação de processos e que tem a ver com a reconstrução dos edifícios destruídos ou gravemente danificados em resultado da catástrofe de 15 de outubro."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Realmente isto é uma questão muito específica. Fui sensível a uma questão que colocou, nomeadamente que a partir de uma determinada altura é decidido dispensar. Talvez porque os serviços técnicos tivessem concluído que os outros que não estavam dispensados o fizeram desnecessariamente. Nós já tínhamos dispensado anteriormente algumas formalidades.

É verdade que esta é uma matéria muito técnica e reparo que os documentos estão assinados por técnicos de várias especialidades, nomeadamente por um dirigente responsável por esta área. Não me sinto muito capacitada para pôr isto em causa e acho que devemos confiar.

Também é verdade, como diz o Sr. Presidente, que há aqui a salvaguarda para determinadas situações mas, que fique claro, que acho importante a reflexão que o Sr. Esteves levantou. Acho que nós estamos sempre a aprender e tendemos, às vezes, a aprovar um pouco de cruz porque isto é um bocado hermético. Acho que é bom que haja esse espírito de aprofundamento."

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no nº 4, do artigo 4º, do Decreto-Lei nº 130/2017, de 9 de outubro, da Proposta de Dispensa de Elemento Instrutório no Âmbito do Regime Excecional de Controlo Prévio, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Avô, como apoio à aquisição de mobiliário para equipar a Extensão de Saúde de Avô, no montante de 14.172,14 € (catorze mil, cento e setenta e dois euros e catorze cêntimos).

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Os Senhores já aprovaram aqui um subsídio para a Junta de Freguesia porque foi a titular das obras da Extensão de Saúde e agora o que vamos propor é um subsídio de catorze mil, cento e setenta e dois euros e catorze cêntimos para se comprar o mobiliário. Já temos as obras feitas há algum tempo e derivado a alguma burocracia a Extensão de Saúde ainda não está a funcionar.

Há aqui um investimento de oitenta e três mil, quinhentos e setenta e sete euros.

Como podem perceber, para mim, as Juntas são todas iguais e têm os mesmos direitos."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Avô, Sr. Enf.º José Carlos Martins Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

"Os procedimentos, de facto, têm sido demorados. Algum mobiliário já começou a chegar e para a semana virá o resto. Penso que durante o mês de janeiro a Extensão de Saúde já está a funcionar porque as pessoas precisam e escusam de subir doze degraus.

A Junta de Freguesia é a promotora da obra e, por isso, em nome da Junta os nossos agradecimentos."

Seguidamente foi dada a palavra à Sra. Deputada, Dra. Ana Marta Mendes Garcia, que fez a seguinte intervenção:

"Queria aqui dizer que isto não é só importante para os utentes, é também importante para a médica e enfermeira que lá trabalham. Realmente a Dra. Margarida, que é quem está na Extensão de Avô, apesar de ter tido muitas oportunidades de vir para a Sede e apesar de trabalhar em condições pouco dignas, tem-se mantido fiel aos seus utentes e tem-se mantido na Extensão de Avô. Como colega também estou contente porque ela vai ter melhores condições de trabalho.

Dizer ainda, no âmbito da saúde, e não posso deixar de comentar, até porque a Exma. Sra. Presidente da Assembleia ficou um bocadinho confusa com as intervenções que ocorreram na área da saúde.

Gostava de esclarecer um bocadinho alguns pontos: O primeiro é relativo às médicas que estão na urgência. Como é óbvio elas foram contratadas no momento em que não havia médicos de família suficientes, foi essa a base da contratação. A partir do momento em que há uma cobertura total por médicos de família as consultas agudas, à partida, deveriam ser asseguradas por esses mesmos médicos.

Portanto, é normal que, de alguma forma, eles não queiram renovar o contrato com essas médicas mas eu acho que há sempre algumas formas de as manter e de contrapor, nomeadamente pelo facto de continuar uma médica, que sou eu, em licença de maternidade, haver alguns médicos que têm vindo a ter baixas perlongadas, o facto de muitos colegas estarem há muito pouco tempo no

Centro de Saúde e ainda com ficheiros pouco trabalhados e se tiverem mais disponibilidade para esses ficheiros seria óptimo. Penso que há aqui pontos que se podem contra-argumentar e manter estas colegas durante mais algum tempo.

Relativamente aos horários intermédios dá a ideia que entre as 11 horas e as 14 horas se acontecer alguma coisa a algum utente ninguém lhe vai fazer nada e isto não é assim! Os utentes que ficam à espera são utentes sem situações emergentes mas se chegar um utente com uma ferida ou com uma suspeita de fratura ele é atendido entre estes horários. Ou seja, os doentes com situações verdadeiramente emergentes não deixam de ser atendidos entre estes horários de urgência. Acho que era importante terem esta noção.

Convém também esclarecer a questão do serviço privado: E a questão é haver serviço privado ou não haver serviço nenhum porque, desde 2015, com o acordo coletivo da carreira médica, os médicos de família não são obrigados a fazer SAP. Chegou-se a um ponto em que se deixou de poder contar com a boa vontade da gente da terra e começaram a vir médicos novos e não havia forma de vincular esses médicos àquele serviço porque eles não são obrigados a fazê-lo. Estávamos a chegar a um ponto em que a população ia ficar sem serviço de urgência também durante a noite. Podendo, eventualmente, julgar-se que não é a solução ideal mas se não fosse esta solução as pessoas tinham ficado sem assistência. Esta é que é a realidade.

Ainda relativamente ao SAP dizer o seguinte: Os médicos não vinham para cá e não escolhiam as vagas de Oliveira do Hospital quando elas abriam por causa do SAP. Os médicos sabiam que havia aqui SAP e iam ter de entrar em conflito para não o fazer.

Também não posso deixar de falar na questão da morfina. O objetivo da morfina não é tratar o enfarte. A morfina não melhora, nem piora o prognóstico de um enfarte. A morfina é para aliviar a dor. É claro que devia existir morfina mas em termos de prognóstico vital para o utente, a existência ou não de morfina não vai alterar nada.

Outro aspeto é em relação aos domicílios porque dá a ideia que agora, aos fins de semana, não se fazem domicílios no Centro de Saúde mas os domicílios nunca se fizeram. Ou seja, as pessoas que queriam fazer pensos, ou que queriam mudar algálias, ou outro procedimento de enfermagem, tinham que se dirigir ao Centro de Saúde, os enfermeiros não iam a casa, e agora dirigem-se à Fundação. A única coisa em que as pessoas realmente tinham cuidados de enfermagem e que mantêm não é pela Unidade de Cuidados de Saúde Primários ou Personalizados era, e continua a ser, pela UCC que é uma entidade diferente e

que continua a fazer domicílios. Isto nada tem a ver com o SAP nem com a manutenção aos fins de semana.

Em relação ao Ervedal da Beira também não posso deixar de dizer que hoje em dia os médicos de família têm cerca de mil e novecentos utentes. Ter dois médicos para mil e quinhentos utentes, hoje em dia, é impossível. Se calhar há uns anos atrás fazia sentido ter dois médicos porque existiam mais utentes mas hoje em dia é impossível.

Relativamente à substituição do médico que durante dois meses esteve de baixa dizer que na medicina as substituições não funcionam como nas substituições dos professores que se podem contratar por um ou dois meses porque isso não é possível.

Os utentes do Ervedal, neste momento, podem fazer como fazem os meus utentes. Eu estou de licença de maternidade e, enquanto eu não estou, os meus utentes vão ao Centro de Saúde e são atendidos por outros colegas. É isso que eventualmente pode acontecer porque se os médicos do Centro de Saúde de Oliveira se dirigirem ao Ervedal esses médicos vão deixar de ver os utentes deles. Não é uma solução fácil porque não se podem contratar médicos e família por um ou dois meses."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Avô, Sr. Enf.º José Carlos Martins Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

"Quero referir um assunto que a Dra. Ana Marta não falou nomeadamente a questão das receitas médicas. Dizer que a Secretária Clínica traz os pedidos e os outros médicos passam as receitas e, por isso, os utentes não ficam sem receitas para os medicamentos. O mesmo acontece com as análises ou outro tipo de exames que também são vistos. Portanto a saúde tem funcionado."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"A Dra. Ana Marta fez aqui uma intervenção muito importante e falou aqui uma "verdade de *la Palice*" que muitos não queriam acreditar. Esta luta na área da saúde foi uma luta duríssima e a Dra. Ana Marta é testemunha de como eu a tentei convencer para ela vir para Oliveira do Hospital. A Dra. Ana Marta era a segunda, ou terceira, na lista a nível nacional e ela ficava onde queria.

Relativamente ao fecho do SAP houve muita gente que tentou colocar o ónus da culpa sobre o Presidente da Câmara e a Dra. Ana Marta disse, e bem,

que ficaríamos sem nada se não encontrássemos alternativa na Fundação Aurélio Amaro Dinis. E isso é que foi importante dizer."

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Avô, como apoio à aquisição de mobiliário para equipar a Extensão de Saúde de Avô, no montante de 14.172,14 € (catorze mil, cento e setenta e dois euros e catorze cêntimos), que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea n) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o previsto no n.º 1, do art.º 53.º, aplicável por remissão do n.º 3, do art.º 56.º, ambos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, da proposta de alteração dos Estatutos da Associação de Municípios do Portugal Romano.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Dou a palavra à Sra. Vereadora Graça Silva para apresentar este Ponto IV."

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Vereadora, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, que fez a seguinte intervenção:

"Antes de mais desejar a todos um bom ano e cumprimentar também a recente empossada, Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Ana Teresa, bem-vinda, e espero que consiga realizar um bom mandato junto com a sua equipa.

Relativamente a esta proposta de alteração dos Estatutos da Associação de Municípios do Portugal Romano como devem estar recordados esta Associação ainda não está criada mas pretende aprovar os estatutos. Já veio aqui, numa outra reunião de Assembleia, a proposta de aceitação. A Câmara Municipal de Oliveira do Hospital em conjunto com doze autarquias estão a fazer esta proposta de forma a pertencerem a uma rede que se chama Portugal Romano. O intuito é promover o período romano de acordo com aquilo que está elencado no objetivo desta Associação e que está vertido no documento que

veio aqui. O intento deste Ponto IV é fazer este ajuste legal. Esta proposta de alteração decorre de uma Lei que foi publicada recentemente."

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea n) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o previsto no n.º 1, do art.º 53.º, aplicável por remissão do n.º 3, do art.º 56.º, ambos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, da proposta de alteração dos Estatutos da Associação de Municípios do Portugal Romano, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Regulamento para Atribuição de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes Afetadas pelos Incêndios de 2017.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Este Regulamento para Atribuição de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes Afetadas pelos Incêndios tem que ser aprovado pela Assembleia Municipal e depois também tem que ser aprovado pela Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro. A Câmara Municipal de Oliveira do Hospital terá no fundo de apoio municipal em 2021 cerca de seiscentos mil euros e na possibilidade de utilizarmos esses recursos financeiros e mais alguns do nosso orçamento para haver a possibilidade da recuperação de algumas casas.

Este Regulamento está muito parecido com o Regulamento da Câmara Municipal da Pampilhosa da Serra, no entanto, há aqui algumas diferenças: Determinámos que as obras poderiam ir até sessenta mil euros e que a Câmara Municipal pode financiar até 50%.

Depois do Regulamento aprovado e publicado em Diário da Republica vai haver um prazo de candidaturas. Da experiência que tenho vindo a ver das outras Câmaras Municipais que têm este processo mais adiantado acredito que haja menos candidaturas. Por isso, primeiro temos que ver as condições financeiras para verificarmos se é possível não irmos ao Fundo de Apoio Municipal.

Acho que há uma omissão no Regulamento. No nosso Regulamento para Atribuição de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes Afetadas pelos Incêndios deveria estar um artigo onde fosse definido que as casas que fossem financiadas pela Câmara Municipal só poderiam ser vendidas ao final de cinco anos. Não sei se juridicamente poderemos acrescentar este artigo.

Se vocês concordassem, hoje aprovávamos o Regulamento, porque ele tem que ser publicado em Diário da República, e deixaríamos uma nota para incluir mais um artigo, se isso fosse possível juridicamente.

Acho que todos concordam que deveria ficar salvaguardado que as pessoas não poderiam vender as casas antes dos cinco anos. Na minha opinião acho que fazia sentido."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Na minha opinião fica toda a gente mais salvaguardada se houver uma disposição no regulamento sobre essa matéria."

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

"Primeiro realçar a importância deste Regulamento para resolver o problema das pessoas que perderam as casas de segunda habitação e que regularmente visitam o nosso Concelho.

Podem-se colocar aqui algumas questões mas penso que o Regulamento para Atribuição de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes Afetadas pelos Incêndios é claramente explícito. Só tem direito ao subsídio para a segunda habitação as pessoas que fazem usufruto anual da habitação. Isso para mim é claro.

Relativamente ao período de carência, e tendo em conta o que o Sr. Presidente disse, ele poderia ser de cinco anos ou de dez anos mas este assunto deveria ter uma análise jurídica profunda.

O artigo 19º do Regulamento é relativo às dúvidas e omissões mas esta dúvida não deve cair neste artigo e deve ser devidamente clarificada."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Mesmo não estando nada definido no Regulamento sobre esta matéria há legislação geral de enquadramento que poderia ser chamada e bastaria

introduzir-se uma cláusula para que se estivesse em causa a venda num determinado período teria que ser objeto de análise específica, mas o melhor é ficar plasmado no Regulamento.

Agora, temos que ser equilibrados e não vamos pôr aqui uma coisa sem consistência porque a atribuição de fundos comunitários a privados para vários fins tem regras. Não vamos prejudicar as pessoas que têm uma segunda casa que ardeu até porque estamos num ambiente de catástrofe.

Este assunto deve ser estudado juridicamente e só depois deverá ser introduzido no Regulamento. Não vale a pena usarmos os poderes desta Assembleia para sermos excessivos porque isso também não é correto."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Este assunto tem que ter apoio jurídico e se calhar era mais sensato não votarmos hoje porque primeiro é necessário ver qual será a redação."

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

"Estive a analisar o Regulamento e realmente esse é um ponto que deve mesmo constar pelos factos que já aqui foram enumerados.

Concordo também com esta proposta do Sr. Presidente da Câmara para não votarmos hoje porque depois há aqui uma incongruência no Regulamento. Nós iríamos aprovar este Regulamento e o artigo 17º relativo aos prazos diz o seguinte: "*O prazo para apresentação dos requerimentos de pedido de apoio constará de edital a publicar para o efeito devidamente completo de 15 dias úteis contados do dia seguinte à entrada em vigor do presente regulamento,* …".

Ora, se aprovássemos hoje o prazo de 15 dias começava a contar. Se viéssemos aqui numa reunião extraordinária para alterar o Regulamento já não tinha qualquer efeito porque já tinha passado aquele prazo dos 15 dias.

Acho que se deve retirar isto e na próxima Assembleia trazer o Regulamento já com essa alteração para depois se aprovar."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Queria esclarecer o seguinte: Estivemos a falar com o Sr. Presidente do Fundo de Apoio Municipal e ele disse-nos que o Regulamento para Atribuição

de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes Afetadas pelos Incêndios tem que ser aprovado até trinta e um de dezembro.

O Regulamento tem que ser aprovado e depois vamos fazer-lhe a alteração.

Se não aprovarmos o Regulamento até trinta e um de dezembro não podemos ir buscar o dinheiro que é nosso ao Fundo de Apoio Municipal."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"O Regulamento será então aprovado. Isto terá que ser publicado em Diário da República e só depois é que podem apresentar as candidaturas. Entretanto nós vamos fazer a tal reunião extraordinária e a alteração ao Regulamento também tem que ser publicada em Diário da República mas como é uma coisa pequena pode-se pedir uma urgência. Se há esta condicionante, que agora foi esclarecida, penso que será preferível aprovar-se o Regulamento sabendo que depois tem que ser proposta uma redação para uma cláusula que acautele esse aspeto."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

"Vinha falar na salvaguarda do período temporal quanto à questão de utilização de dinheiros públicos que deveria ser prevista no Regulamento mas temos também aqui o problema, que já foi referido pelo Deputado João Esteves, que é a questão da entrada em vigor do Regulamento, e do prazo de apresentação de candidaturas, já que ele tem que ser aprovado pela Assembleia Municipal até ao fim de dezembro. Temos aqui, efetivamente, dois problemas e o mais fácil era tirar este Ponto da Ordem do Dia mas isso não é possível.

Se calhar vamos ter de alterar duas coisas na retificação deste Regulamento. Por um lado será a impossibilidade das pessoas venderam as casas antes de cinco anos sob pena de ter que ressarcir a Câmara na totalidade ou eventualmente numa percentagem sobre o montante de que foram beneficiadas e outra coisa que temos que retificar será este prazo de 15 dias úteis. Se calhar vamos ter que mexer nisto também."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Há aqui juristas que dominam esta matéria mas eu também tive experiência suficiente em matérias destas e isto é assim: O Regulamento, se for hoje aprovado, depois vai para publicação em Diário da República e ele só entra em vigor depois da publicação. Entretanto, a Câmara Municipal vai estudar juridicamente esta questão e vai fazer uma proposta equilibrada que vai trazer à Assembleia Extraordinária e nessa altura ainda não teremos o Regulamento publicado. Depois do Regulamento publicado os destinatários têm 15 dias para apresentar candidaturas. No entretanto, a tal alteraçãozinha já estará prestes a sair."

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

"A minha intervenção extrapola este imbróglio jurídico que agora aqui sucedeu e é para fazer algumas questões quanto ao Regulamento.

No Regulamento está explanado que as casas que terão direito a este apoio foram alvo de um levantamento por parte da CCDR-C e da Câmara Municipal. Gostaria de perceber o que é que diferenciará uma casa de primeira habitação para uma casa de segunda habitação?

Uma outra questão idêntica e que também não me pareceu explicita no Regulamento é a seguinte: As licenças de construção bem como o projeto são também cobertas por esse apoio?

Finalizando quero dizer que concordamos com o Executivo e, de facto, este é um Regulamento premente e esta casas de segunda habitação são um fator de desenvolvimento económico e social e permitem uma continuidade com as raízes da terra, não obstante, parece-nos que a percentagem de 50% se revela pouca e basta olhar para aquilo que é o PIB *per capita* Oliveirense que não seria de mau tom aumentar este apoio na casa dos 75% porque sabemos bem que em algumas Freguesias, nomeadamente São Gião, a população aumenta substancialmente no verão e que depende muito deste residentes de segunda habitação.

Dizer ainda que este Regulamento já vem com algum atraso porque Poiares, Pampilhosa, Arganil já o tem aprovado.

Para finalizar quero deixar uma nota, que extrapola este Ponto, para dizer ao Sr. Presidente que nós não mentimos e não fomos ver estes dados a sítio nenhum e que fomos falar com a D. Maria Alice que nos disse que aquela obra estava parada por falta de verbas que o empreiteiro não recebeu. Nós não estamos aqui a inventar nada.

Depois parabenizar o Sr. Presidente de Junta de Nogueira do Cravo pela sua intervenção e dizer-lhe que esse era o nosso objetivo. O nosso objetivo era levar lá as câmaras para o Sr. Presidente de Junta se lembrar que esses Fregueses existem e que essas casas têm mesmo de ser concluídas e que as pessoas precisam mesmo delas."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

"Como se pode ver isto é um assunto muito complexo e, muitas vezes, quando temos que tomar uma decisão até temos algum receio. Se aprovamos este regulamento para ajudar as pessoas a reconstruirem as casas, e para que não fiquem aquelas marcas nas nossas Freguesias, estamos a contribuir para os ajudar, mas, por outro lado, as verbas podem também não chegar para as pessoas que têm menos posses. Se calhar devíamos trabalhar com escalões e consoante os rendimentos das pessoas, o que poderia complicar mais o processo, mas ajudaríamos mais as pessoas que têm menos possibilidades. Deixo este alerta no ar."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Sr. Luís Filipe Nina Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Sr. Deputado Nuno Rafael Oliveira Dias, conheço muito bem a minha Freguesia e conheço muito bem os fregueses da minha Freguesia. Tenho acompanhado os processos desde o início. Sei o que é uma casa de primeira habitação e uma casa de segunda habitação. Estou perfeitamente ciente dos problemas.

Dizer ainda ao Sr. Deputado que muito próximo da sua residência tem uma casa em avançado estado de reconstrução e não a foram visitar.

Dizer ainda que conheço bem a D. Alice e conheço bem a D. Laurinda da Conceição, que é a proprietária da casa, tenho conhecimento de todas as necessidades e sei o que falta fazer e não admito lições de moral porque conheço muito bem a minha Freguesia."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"No que diz respeito ao Regulamento para Atribuição de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes Afetadas pelos Incêndios e a

propósito da intervenção do Presidente de Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal Correia, acho que temos também de flexibilizar algumas coisas.

Dizer ainda que tenho ouvido muita gente e eu não visito as casas em reconstrução uma vez. Eu e os Presidentes de Junta visitamos as casas em reconstrução muitas vezes e fazemos reuniões com as pessoas e com as empresas.

Há pessoas que nos dizem o seguinte: Se nos ajudarem com o material nós arranjamos a mão-de-obra e com a ajuda de alguns amigos vamos fazendo.

Também aqui há alguma solidariedade entre as pessoas. O Presidente de Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal Correia, conhece um caso flagrante na Freguesia dele: Há uma família que vem de Lisboa para Meruge, são pessoas determinadas em reconstruir a casa e haviam de ver o desespero daquelas pessoas. Eu vi o quanto eles gostavam de Meruge e até arranjaram uma casa para poderem vir passar as férias na sua aldeia. Nós falamos com as pessoas, isto não são teorias.

Também há pessoas que tinham cá as casas há mais de dez anos abandonadas e hoje querem recuperar as casas para as venderem a seguir."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Este Regulamento foi preparado por pessoas com capacidade e competência para o fazerem e se calhar até foi feita a comparação com o Regulamento de outros Municípios. Se repararem no artigo 5º - Modalidades de apoio, tem a seguinte frase: "*O apoio a conceder ao abrigo do presente Regulamento reveste a forma de concessão de subsídio financeiro*".

Ora bem, ao dizer aqui qual é o formato do apoio isto pode já ter incluído um conjunto de regras, quer para a utilização, quer para a eventualidade da transacção do bem. Existe legislação nacional de enquadramento de tudo o que são apoios financeiros de dinheiros públicos.

Parece-me que face ao que foi expresso, no interesse do Município e do andamento do processo, teremos que aprovar o Regulamento e depois a alteração."

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Regulamento para Atribuição de Apoio à Reconstrução de Habitações Não

Permanentes Afetadas pelos Incêndios de 2017, que foi aprovado por maioria, com uma abstenção.

De seguida entrou-se no Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Regulamento de Atribuição dos Donativos Financeiros - Conta Solidária.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"A Conta Solidária vai ter um Regulamento e a atribuição dos donativos vão ter parecer e relatórios do Gabinete de Ação Social e depois serão apreciados na reunião de Câmara Municipal. Acho que este Regulamento está muito claro."

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Deputada, Dra. Sofia Alexandra Alves Duarte Clara, que fez a seguinte intervenção:

"Queria também felicitar a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos e desejar-lhe um excelente mandato.

Desejo também para todos vós e respectivas famílias um feliz 2019.

Foi apresentado a esta Assembleia o Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição dos Donativos Financeiros - Conta Solidária.

Pois bem, de forma inequívoca, deixo bem claro que aplaudo o surgimento deste documento, o qual talvez apenas peque por tardio, e, porquanto é por demais evidente e sabido que existem imensos munícipes a necessitar de apoio financeiro para tentarem minimamente refazer as suas vidas.

Sucede que, o documento que nos é apresentado, salvo o devido respeito, poderia estar melhor elaborado, no sentido de precisar ou esclarecer algumas situações que poderão suscitar algumas dúvidas ao nível da sua aplicação prática.

Desde logo, estabelece-se, e muito bem, no artigo 3º, a ordem de prioridades na atribuição dos donativos monetários.

No entanto, quer na alínea a), quer na b), encontra-se o conceito de "Pessoas Isoladas".

Ora, além da aparente repetição, eventualmente a eliminar, a verdade é que o conceito de pessoas isoladas é muito subjetivo, carecendo, parece-me, de ser devidamente concretizado.

Além disso, em momento algum é referida a forma de distribuição do dinheiro, mais concretamente qual o montante mínimo e/ou máximo a atribuir, se o montante é fixo ou variável, e neste último caso, qual a forma de o determinar.

Ora, não colocando em causa a bondade das decisões que vierem a ser tomadas, bem sabemos que os recursos são escassos, e as necessidades são imensas, pelo que, de forma a fazer uma distribuição justa, equitativa e transparente, deveria constar do regulamento o modo concreto como será distribuído o donativo monetário.

Para terminar esta intervenção, queria apenas deixar uma sugestão. Ao que parece, e porque o parque de estacionamento subterrâneo ainda se encontra encerrado, existem ainda muitos bens resultantes dos generosos donativos dos portugueses por distribuir a quem deles necessita.

Seria razoável e útil proceder à distribuição desses mesmos bens, ainda antes de se proceder à atribuição dos donativos monetários, sob pena de algumas das pessoas a quem tal lhe for atribuído o possam utilizar para adquirir produtos que lhes poderiam ser entregues de forma totalmente gratuita.

Apenas depois de efetuado o levantamento dessas necessidades, e de distribuídos os bens existentes, se deveria distribuir o dinheiro, evitando até dessa forma a duplicação de atribuição de donativos às mesmas pessoas.

Mas isto, é apenas uma sugestão, de quem pretende que sejam abrangidas pelos donativos o maior número possível de situações e pessoas."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Os Senhores Vereadores e o Sr. Vereador da oposição sabem que até agora nunca foi feito nenhum levantamento desta conta solidária.

Até hoje todo o esforço financeiro foi feito pela Câmara Municipal e todas as situações que o Gabinete de Ação Social vem sinalizando tem sido do orçamento municipal que têm saído as verbas.

Atribuição dos donativos financeiros tem que ser um processo transparente para que as pessoas que contribuíram para a Conta Solidária saibam qual o destino dos seus donativos.

Quero dizer-vos que nunca faltou apoio financeiro a ninguém e os apoios concedidos têm sido sempre aprovados por unanimidade. Nós não deixámos as pessoas para trás e os apoios são concedidos desde que o Gabinete de Ação Social sinalize e faça o respetivo relatório.

Dizer ainda que alugámos dois pavilhões para tirarmos os bens doados do parque de estacionamento subterrâneo porque também pretendemos desocupar aquele espaço. Temos os bens organizados e prontos para entregar nas casas reconstruídas e o que queremos é entregar estes bens o mais depressa possível.

Dizer ainda que as sugestões feitas pela Sra. Deputada Sofia não me parece que sejam descabidas e que até fariam algum sentido, mas a atribuição dos donativos terão que respeitar o Regulamento. As propostas terão que ser feitas pelos técnicos do Gabinete de Ação Social que nos farão os respetivos relatórios.

Depois das candidaturas devemos fazer a lista das prioridades para percebermos o que vamos distribuir e também acho que faria sentido que houvesse um apoio mínimo e um apoio máximo."

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Regulamento de Atribuição dos Donativos Financeiros - Conta Solidária, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos do disposto no artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de fixação da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano de 2019, em 5%.

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que fez a seguinte intervenção:

"Baixar ou subir imposto, dentro da margem de atuação da Assembleia Municipal e do Município, não é um fim em si mesmo e parece-me que o que nós devemos ter em conta quando estamos a decidir a nossa margem de autonomia tributária é perceber quais são os objectivos de determinado imposto.

No caso do IRS, o IRS é um instrumento de distribuição de riqueza e também um instrumento para redução de desigualdades, e prevermos a captação de 5% no IRS para as receitas do Município, será uma boa medida se forem aplicadas em projectos sociais, em distribuição de riqueza, e é isso que tem sido feito, como vamos ver nas GOP de 2019 isso está vertido, e acho que deve ser

uma medida a continuar a aprovar e, dessa forma, merece o meu voto favorável e penso que de toda a Assembleia Municipal."

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

"O Grupo do PSD tem-se batido pela diminuição dos impostos municipais. Foi o caso do IMI e agora do IRS.

A diminuição do IRS foi um ponto da nossa campanha eleitoral. Um dos pontos que nós batemos foi abdicar da taxa do IRS e devolver o IRS às pessoas.

Nós estamos aqui a criar desigualdades a nível dos outros Concelhos. Nós temos conhecimento que nos concelhos limítrofes como é o caso de Tábua e Arganil, a taxa de IRS não é de 5% é inferior, inclusivamente é devolvido às pessoas. Isso vai criar uma desigualdade social em relação às pessoas que vivem nesses concelhos limítrofes e que inclusivamente trabalham aqui em Oliveira do Hospital.

Esta taxa de 5% para o IRS, nós não concordamos com ela e vamos votar contra. Não quer dizer que a nossa proposta seja a extinção total dessa taxa mas sim uma redução.

Não vale a pena estarmos a propor porque eu sei que essa proposta não seria aprovada e não vale a pena estar a dizer qual o ponto que nós queríamos para efeitos de taxa de IRS. No entanto, como já disse, vamos votar contra."

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

"No ano passado votámos contrariamente. Ainda há pouco na minha intervenção transacta, pedi à Câmara Municipal que na questão dos apoios às casas houvesse um aumento para 75%. Esse dinheiro terá que vir de algum lado.

Por outro lado, compreendo e advogo muito daquilo que o Sr. Deputado Esteves aqui disse, parece-nos um exagero que a taxa máxima seja praticada porque se olharmos para Arganil, esses 5% são devolvidos na íntegra aos cidadãos, mas, por uma questão de coerência, o sentido de voto do PP será a abstenção porque se por um lado não concordamos politicamente com a medida, entendemos que, e por uma questão de excepção, terão de haver rendimentos extraordinários para a Câmara Municipal poder ter uma margem de manobra financeira para executar este regimes de excepção, como é o caso do apoio às casas de segunda habitação."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Nós podemos utilizar como comparação alguns concelhos vizinhos, mas também poderíamos comparar, o nível de endividamento que têm esses concelhos, e o nível de endividamento que tem Oliveira do Hospital.

Depois, ainda há outro pormenor que era muito importante dizer: Há um conjunto de medidas que vêm de um conjunto de impostos que outros pagam, como a tarifa social da água ou o IMI para quem tem filhos.

Pela quinta vez fomos considerados uma das autarquias Familiarmente Mais Responsável. Isto quer dizer que temos tido um conjunto de políticas que se medem por aquilo que nós fazemos pelas famílias.

Eu percebo o que o Deputado João Esteves disse. O João Esteves disse aqui uma coisa claramente: andei a prometer na campanha que abolíamos o IRS. Mas esqueceu-se que o mesmo João Esteves foi Deputado do PSD aqui no tempo da Governação do PSD e nunca fez esta proposta de diminuir o IRS.

É preciso termos memória porque a taxa de 5 % não fui eu que a inventei, já vem do tempo quando a autarquia era governada pelo PSD.

A vida é mesmo assim, é mais fácil falarmos quando estamos no lado da oposição do que quando estamos no lado do poder. Mas isto não tem problema nenhum porque cada um tem a sua visão."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Sou cada vez mais de opinião que a vida pública ganhava se os políticos fossem mais coerentes. Penso que os cidadãos olhavam para os políticos com mais credibilidade.

A verdade é que quem está a governar "tem que ter ovos para fazer as omeletes". Depois é fácil os outros serem simpáticos e procurarem aliviar a carga.

Cada vez estou mais convicta que deveríamos ser mais coerentes e deixarmo-nos desses números, mas lá chegaremos quando tivermos mais maturidade política."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Quero deixar isto bastante explícito: Eu considero o João Esteves uma pessoa altamente coerente e uma pessoa credível e com pensamento próprio. Não é esta divergência que me faz mudar de opinião."

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos do disposto no artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de fixação da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano de 2019, em 5%, que foi aprovado por maioria, com três votos contra e três abstenções.

De seguida entrou-se no Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 16º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de isenções em matéria de tributos próprios.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Este Ponto VIII é referente a uma concessão genérica à Câmara Municipal para que não tenham que vir todas as isenções à Assembleia Municipal."

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 16º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de isenções em matéria de tributos próprios, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto IX - Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 33º e para efeitos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da 3ª Revisão das Grandes Opções do Plano, Constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para o Quadriénio 2018/2021.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Este Ponto IX tem a ver com a distribuição das verbas deste ano e do próximo ano no Plano Plurianual de Investimentos.

Algumas obras não decorreram este ano e as verbas que não foram gastas transitaram para o ano seguinte."

Depois o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, usou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

"Esta revisão prende-se com as verbas que estavam no Orçamento de 2018 e algumas delas não foram gastas na sua totalidade e têm que passar para 2019."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Vamos ler o que aqui está proposto: "*A Câmara Municipal após análise, e sob proposta do Presidente da Câmara, deliberou por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal a proposta de terceira revisão das Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para o Quadriénio 2018/2021, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata.*"."

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IX - Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 33º e para efeitos da alínea a) do nº1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da 3ª Revisão das Grandes Opções do Plano, Constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para o Quadriénio 2018/2021, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto X - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, das propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes para o Quadriénio 2019/2022, o Orçamento da Receita e da Despesa para 2019, a Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para 2019.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Eu faria uma pequena apresentação e depois peço aos Senhores Vereadores para apresentem as propostas das suas áreas.

Este Plano e Orçamento é um Plano e Orçamento de continuidade com algumas variáveis. É um Plano e Orçamento que está muito ligado a obras que estão no Pacto e que têm financiamento. Por exemplo, neste momento temos adjudicadas as obras em todos aqueles terrenos anexos à Central de Camionagem e temos a obra da rua Virgílio Ferreira.

Há aqui um Orçamento de continuidade e com alguma elasticidade.

Este Orçamento tem uma coisa absolutamente nova que é um Campus Educativo que poderá custar cerca de quatro milhões de euros.

Acho que será uma nova forma de ver Oliveira do Hospital. Haverá uma avenida que começará junto às Piscinas Municipais e irá até à Zona Industrial. E depois da Zona Industrial haverá outra avenida que vem sair ao cruzamento para Lagos.

Depois vão ver o projeto do Centro Escolar nesta Assembleia.

Também quero dizer que não tenho a certeza se vamos conseguir financiamento para este Centro Escolar mas a ambição não me falta, até podemos depois chegar à conclusão que não conseguimos financiamento para ele. Hoje só é possível termos a esperança de o fazer porque quando negociei o Pacto na Comunidade Intermunicipal deixei lá uma coisa inscrita como Campos Educativo com duzentos e trinta e seis mil euros.

Nós já fizemos a candidatura do Centro Escolar, e já gastamos no projecto cerca de cem mil euros. Estou convencido que vai ser possível. Também já adquirimos o terreno, mas há aqui uma coisa que eu não tenho a certeza é se vou conseguir o financiamento de 85% destes quatro milhões de euros.

Depois podemos requalificar a atual Escola do Primeiro Ciclo e nestas instalações passará a funcionar a Escola Superior de Tecnologia e Gestão e desta forma ficamos com a Escola Superior dentro da cidade de Oliveira do Hospital. Nas atuais instalações da Escola Superior podem ficar os laboratórios e alguns serviços da Câmara Municipal.

Se conseguirmos este financiamento deixamos de ter o Pré-Escolar no Pavilhão Gimnodesportivo, deixamos de ter o Pré-Escolar no Bairro do Ferreiro e ficará tudo centralizado.

Este Centro Escolar será um dos mais modernos do País e será o nosso orgulho. Há, por outro lado, um desenvolvimento estratégico em termos de estradas e nascerá ali um loteamento do proprietário do terreno.

Há uma nova reorganização e se nós realizarmos isto acho que Oliveira do Hospital ficará diferente para melhor.

Este Centro Escolar terá todas as condições e o Complexo Escolar ficará todo ligado.

Acho que devemos fazer este esforço para lançarmos estas bases.

Neste Orçamento continuaremos com o Programa Casa Digna e continuaremos a apoiar a área social e a área da educação.

Passo agora a palavra aos meus Vereadores para que de uma forma sintética possam apresentar os projectos nas suas áreas."

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Vereadora, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, que fez a seguinte intervenção:

"Volto a falar do Campus Educativo porque é a obra de maior referência dentro das GOP. São cerca de três milhões e meio de euros, sem incluir o IVA, que estão envolvidos neste projeto. É apenas o valor da obra que está explanado neste Orçamento que é plurianual.

O Sr. Presidente já referiu, e bem, que é uma luta que ainda vai ter que ser ganha nomeadamente no que diz respeito à conquista financeira.

Dizer também que já se iniciaram as obras para a retirada do amianto nas coberturas da Sede do Agrupamento de Escolas.

Deixar aqui uma palavra de agradecimento ao Presidente da Câmara, também como Vice-Presidente da CIM, por todo o trabalho reivindicativo que tem feito, não só nesta área da educação, mas em todas as áreas.

As obras de requalificação da Escola Secundária envolvem um milhão de euros e, como disse, já estão a ser executadas.

Entretanto, também estão afetos cerca de seiscentos e cinquenta mil euros na requalificação das futuras instalações da ESTGOH.

Recordar que estamos a falar de um Concelho com cerca de três mil e duzentos alunos, desde o pré-escolar até ao Ensino Superior.

Depois dizer que há iniciativas e incentivos que estão associados ao Programa Cheque Mais Educação e às Bolsas de Estudo.

Queria dizer-vos que o agregado familiar, no arranque do ano lectivo, tem um privilégio muito grande aqui no nosso Concelho, na medida em que não tem muito que se preocupar com a entrada dos alunos do Primeiro Ciclo.

Hoje em Oliveira do Hospital podemos dizer que entrar para o Primeiro Ciclo é quase gratuito. Os pais têm apenas que se preocupar com a aquisição das mochilas, dos ténis e do fato de treino.

Há um bolo financeiro também muito importante na área da Educação que está associado à Associação Escolar e que provavelmente os Senhores

Deputados não terão noção da importância que tem, não só para a vida do agregado familiar e para as nossas crianças, mas também para a economia circular no nosso Concelho. Refiro-me às refeições escolares, onde mais uma vez eu quero deixar um agradecimento aos Presidentes de Junta que se associaram a este procedimento dos Contratos Interadministrativos, assim como a todas as IPSS deste Concelho que são fornecedoras das refeições escolares. E aqui queria vincar a qualidade do serviço prestado por todas as IPSS porque a qualidade da refeição não foi beliscada, e tem-se mantido, e no momento é resolvido qualquer problema que surja nesse fornecimento. Estes Contratos Interadministrativos que vão sempre a reunião de Câmara no início de cada ano lectivo com uma adenda onde está afeto um valor que é previamente negociado com as IPSS.

Deixar aqui destacado de que não há nenhum encarregado de educação que pague na totalidade o valor da refeição que a Câmara está a pagar às IPSS.

É publicado o valor da refeição e não somos nós que definimos o valor a pagar por parte dos encarregados de educação.

Ao longo de onze meses é feito este pagamento das refeições escolares que é extremamente importante e que provavelmente ninguém se apercebe deste investimento na qualidade e este investimento em estimular a boa alimentação.

Os transportes escolares são também outra nossa preocupação. Temos vindo a fazer melhorias e já há um forte investimento de cerca de meio milhão de euros. Dizer que ultimamente foram adquiridos dois veículos e que está previsto adquirir mais um veículo de trinta e cinco lugares.

Há também uma preocupação extrema em ajudar as escolas do nosso Concelho no combate ao abandono e insucesso escolar com medidas que vamos implementando e que são também discutidas e analisadas no Conselho Municipal de Educação.

Dizer ainda que a CIM e os Srs. Presidentes de Câmara dos dezanove Concelhos decidiram fazer aqui também um forte investimento na área da Educação e também na área da Cultura. Implementar ambientes inovadores na área da Educação. Há várias iniciativas que estão a ser implementadas através deste apoio que vem do Quadro Comunitário e que foi devidamente reivindicado pelos Presidentes de Câmara para que a Educação também tivesse apoio e para que pudéssemos melhorar o sucesso escolar.

A Câmara Municipal teve sempre projectos inovadores em parceria com a CPCJ e com a Ação Social como por exemplo a Escola mais Feliz, as Férias Ativas, as actividades de verão.

No ano passado lançámos pela primeira vez a Oficina do Território. Há um princípio que tentamos incutir nos nossos jovens que é promover o nosso território e o património concelhio. Só se ama aquilo que se conhece, e esse é o principal objectivo da Oficina do Território.

O programa Clique Educar, que certamente já ouviram falar nas GOP de 2018 onde estava explanado este grande objectivo de equipar as escolas do Pré-Escolar e do Primeiro Ciclo com equipamento informático. Uma preocupação que também o agrupamento tinha porque também se preocupa em caminhar no ensino de aprendizagem de acordo com os novos tempos e de acordo com o que é exigido a nível pedagógico.

Depois, devem também ter dado conta que há um projecto novo que está a ser implementado nas turmas do Primeiro Ciclo, no primeiro ano, em Oliveira do Hospital: Ensinar a Voar é o tema deste projecto que permite aos alunos ter um outro nível de ensino e outro sistema de aprendizagem. O intento é ajudar a potencializar as capacidades dos nossos alunos.

Já é conhecido o interesse e a preocupação das Bolsas de Estudo assim como o Reconhecimento e Mérito Escolar. Continuamos a atribuir os cinquenta mil euros e todos os anos temos mais alunos do Ensino Superior a participar.

No que diz respeito à Cultura, dizer que as obras de requalificação da Casa da Cultura já se encontram a decorrer, todos já se aperceberam dessas obras. É um Complexo Cultural que vai certamente alavancar o nosso Concelho nesta área.

Já aqui foi mencionado também pela Sra. Presidente de Junta de Lagares da Beira que vamos ter um novo espaço cultural no antigo quartel dos Bombeiros que já está praticamente requalificado.

As Ruínas Romanas da Bobadela já têm mais um espaço expositivo que é o Centro de Interpretação e brevemente irão arrancar as obras da Casa Amarela. Também brevemente irão avançar as obras de requalificação do adro da igreja de São Pedro de Lourosa.

Dizer ainda que há muitas iniciativas que procuramos apoiar mas a nossa principal preocupação na área da Cultura é descentralizar a cultura. Ou seja, que ela não fique apenas assente na sede do Concelho de Oliveira do Hospital, mas oferecer cultura a todas as Freguesias, e há muitos movimentos culturais que nós temos apoiado e promovemos em várias Freguesias."

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Vereador, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

"Vou falar essencialmente sobre os objectivos da Ação Social, Saúde, Turismo, Ambiente e Urbanismo, muito rapidamente.

Num quadro de um Orçamento de cerca de trinta e dois milhões de euros, e de um Plano de Investimentos e Grandes Opções do Plano, que estão estimados em vinte e um milhões, setecentos e cinquenta e três mil euros.

Dizer-vos que em termos de família, solidariedade e ação social, estão previstos novecentos e cinquenta e seis mil, e setecentos euros, subdivididos em alguns projectos interessantes: Concluir e dar todas as condições à Casa da Criança de Travanca de Lagos, que esteve em queda e hoje está em crescimento em termos de acolhimento de crianças.

Fazer referência a cento e cinquenta mil euros para o Projeto Casa Digna, continuar a apoiar a reabilitação de habitações e dar-lhes dignidade.

O Fundo de Emergência Municipal, tem vinte mil euros.

Para habitação Social, temos mais de quinhentos mil euros, para reabilitarmos o Bairro João Rodrigues Lagos, no Quadro do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano no plano de ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas, reabilitar o edificado, reabilitar as zonas confinantes e o espaço público. Em termos de habitação Social, o Município prevê investir trezentos e setenta e um mil euros, em termos plurianuais para o ano 2019, trezentos e vinte mil euros.

No Incentivo à Natalidade estão previstos cento e cinquenta mil euros.

Tudo isto perfaz quase um milhão de euros.

Relativamente ao Turismo: Temos previsto duzentos e catorze mil, setecentos e cinquenta e quatro euros, para acções de promoção turística, para projetos aprovados e integrados no âmbito do Pacto da CIM da Região de Coimbra e, naturalmente, a participação em vários programas de valorização de recursos endógenos.

Dar relevo à importância de fazer educação e sensibilização ambiental para reduzir os resíduos produzidos em casa e encaminhados para aterro, e reduzir a deposição em aterro. Vamos investir fortemente, mais de quatrocentos e quarenta mil euros, na criação de ilhas ecológicas e melhorar o ambiente urbano.

Temos aqui previstos cerca de dez mil euros para ações de sensibilização e educação ambiental, essencialmente para promover a redução da produção de resíduos.

Na área da Saúde: Temos investimentos nas Extensões de Saúde em Ervedal da Beira e Avô.

Temos o Programa Saúde Oral para Todos e que prevê trinta mil euros de investimento.

Apoio à equipa de Saúde Mental comunitária.

Temos aqui previsto no objectivo da Saúde setenta mil euros de investimento direto do Município, e isto ainda não integra a possibilidade de acolhermos novas competências.

Urbanismo Comercial: Temos previsto oitenta mil euros para dinamização do comércio local e do centro urbano de Oliveira do Hospital, ações de sensibilização e apelo às compras no comércio local e animação do espaço público.

Em grosso modo seriam estes os destaques que daria."

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Vereador, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro, que fez a seguinte intervenção:

"Relativamente ao Desporto dizer-vos que também esta rúbrica assenta nos princípios gerais das GOP, ou seja, no equilíbrio e na sustentabilidade financeira da Câmara Municipal.

Importa dizer também que o Executivo Municipal continua a considerar a importância do Desporto no Concelho e na própria sociedade onde complementa o papel do Estado e assume funções educativas, sociais, culturais e naturalmente também desportivas.

Nesse sentido, o Município tem assumido uma política de desporto para todos, considerando todos e os mais de setecentos atletas que praticam desporto federado no Concelho de Oliveira do Hospital, mas também todos aqueles que praticam desporto pelo laser, pelo bem-estar, e pela adoção de hábitos de vida saudáveis.

Nesse sentido, as rúbricas e os valores que integram as GOP consideram também alguns eventos desportivos que nos ajudam, no nosso entender, a promover o Concelho de Oliveira do Hospital.

Hoje, orgulhamo-nos de dizer que temos um Concelho vivo e dinâmico também pelo desporto e com o desporto.

De uma forma simples, dizer-vos que as verbas consideram intervenções de eficiência energética em equipamentos desportivos municipais, aqui referimos as Piscinas Municipais, os Cortes de Ténis e o Pavilhão Desportivo, que neste momento já foi alvo de melhorias no que à eficiência energética diz respeito, e já foi substituído todo o sistema de aquecimento por uma caldeira a

peletes muito mais eficiente, e onde foram também instalados painéis solares e, hoje, foram instalados termoacumuladores.

Esta rúbrica de intervenções de eficiência energética contempla uma verba de duzentos e quinze mil euros.

Relativamente ao apoio aos Clubes e às Associações Desportivas, que têm um papel fundamental na dinamização do desporto no nosso Concelho, na dinamização da prática desportiva para estes jovens que acabei de vos referir, está contabilizada uma verba de quatrocentos e cinquenta mil euros. Esta verba é também para poder viabilizar as actividades que os Clubes potenciam.

Relativamente às iniciativas desportivas diversas, como vos disse, temos algumas que são já marca no nosso Concelho, o Programa Move-te, as iniciativas que temos desenvolvido também na Freguesia de Aldeia das Dez e no Monte do Colcorinho, Trail do Colcorinho, a subida épica, são um conjunto de iniciativas. E teremos no dia 18 de janeiro, e aproveito para vos convidar, a quinta edição da Gala do Desporto, onde reconhecemos a importância e o trabalho que todos os agentes desportivos desenvolvem em Oliveira do Hospital.

Por último, referir também o apoio a investimentos de criação de beneficiação e ao apetrechamento de infraestruturas desportivas que não são municipais.

Na rúbrica do desporto temos um total de novecentos e trinta e cinco mil euros.

Relativamente à Juventude, dizer que o Executivo Municipal continua a considerar o importante papel da juventude na nossa sociedade.

Como se percebeu pelas intervenções anteriores, os apoios à juventude estão comtemplados em todas as áreas: Na Ação Social, na Educação, na Cultura.

Numa rúbrica específica para a juventude temos um valor para apoiar o Orçamento Participativo Jovem, que como já foi referido, foi retomado este ano. Fica também o desafio para que no próximo ano, mais jovens se envolvam porque têm grande capacidade, têm grande dinamismo, temos boas iniciativas no Concelho, e esta é mais uma oportunidade para os nossos jovens terem aqui uma forma de se financiarem e de poderem potenciar ainda mais toda a sua capacidade."

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Vereadora, Eng.ª Teresa Maria Mendes Dias, que fez a seguinte intervenção:

"Antes de me referir às Grandes Opções do Plano para 2019, gostaria de vos dar a conhecer a todos que durante o ano de 2018 foram plantadas cerca de dez mil árvores em quinze hectares de áreas públicas. Desde já agradeço a todas as empresas e voluntários que ofereceram as árvores e participaram nas ações de reflorestação apoiadas pela Câmara Municipal.

Falando então das GOP e porque a Câmara Municipal está também preocupada com o futuro das propriedades privadas, aprovou em reunião de Câmara as normas de participação ao Projeto ReFlorestar para o ano de 2019 com o objetivo de investir, no próximo ano, duzentos e cinquenta mil euros em árvores autóctones, incentivando os proprietários privados a gerirem a floresta para que esta não seja votada ao abandono. A par deste investimento destaco ainda quatrocentos e cinquenta mil euros do protocolo com a Agência Portuguesa do Ambiente para a beneficiação de açudes e a sua envolvente, com o objetivo de melhorar a qualidade da água dos nossos rios, a quantia de duzentos e sessenta e cinco mil euros para a prevenção e combate a fogos florestais e beneficiação de rede viária florestal, duzentos mil euros em segurança e proteção civil através das Corporações de Bombeiros e oitenta e cinco mil euros para aquisição de maquinaria de apoio à equipa de proteção civil municipal. Para além deste investimento direto à floresta tenho ainda a destacar a quantia de quinhentos e setenta mil euros para investimento em higiene dos espaços públicos, parques, jardins e cemitérios municipais."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Para concluir gostaria de dar aqui uma nota que acho que é muito importante: No Ponto 1 relativo ao saneamento e salubridade a Câmara Municipal realizou um milhão, setecentos e oitenta e três mil euros, e vai haver mais um investimento de saneamento.

Temos orçamentado um milhão, cento e quarente e três mil euros para fecharmos o ciclo do saneamento no próximo ano.

Também é importante dizer que a nossa despesa salarial com o pessoal vai aumentar relativamente a 2018 porque a Câmara Municipal contratualizou com os precários cinquenta e oito pessoas. Destas cinquenta e oito pessoas muitas delas são jovens que ajudamos a fixar em Oliveira do Hospital e entraram também muitos licenciados.

Vamos formar duas equipas de sapadores e o trabalho deles será na limpeza das bermas e o corte das árvores e vamos também fazer um forte investimento em maquinaria.

Penso que será um ano muito exigente para todos nós e para conseguirmos lançar todo este conjunto de obras.

Pretendemos continuar a modernizar os serviços da Câmara Municipal e neste momento estamos a fazer a desmaterialização e vai deixar de haver papéis. Já gastámos cerca de cem mil euros num sistema informático. Há aqui uma forte aposta na modernização da Câmara Municipal.

Este Orçamento é o que é. É um Orçamento que tem ambição.

Poderiam dizer que o Orçamento provavelmente está empolado mas isso deve-se sobretudo à flexibilidade orçamental daquilo que nós podemos conquistar e se não o tivermos empolado temos que fazer constantemente revisões e criação de rubricas.

Espero que seja um ano de grande execução por causa do número de obras que estamos a lançar.

A nossa política em relação às Freguesias também é clara e continuaremos a apoiar financeiramente da mesma forma as nossas Juntas de Freguesia. Precisamos de trabalhar em parceria com as Juntas de Freguesia.

As Junta de Freguesia também têm que perceber que não basta darmos dinheiro porque as Juntas de Freguesia também têm que ter competências e há determinadas coisas que têm que ser as Juntas a realizar e não podem estar sempre à espera da Câmara Municipal. Também acho que devemos encontrar outra forma para apoiar os eventos das Juntas. Há eventos que nós consideramos de grande dimensão e é preciso também clarificar quais são.

Tenho muitas expectativas neste Orçamento e é um Orçamento que tem muita ambição.

Continuaremos a apoiar as colectividades, continuaremos a apoiar a Educação e nunca faltará dinheiro para as pessoas mais necessitadas porque queremos também um Concelho coeso.

Dizer ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge que as Águas de Lisboa e Vale do Tejo vão fazer as ligações técnicas este ano.

Nesta fase iremos dar prioridade ao abastecimento de água e logo a seguir devemos resolver uma série de problemas de saneamento.

Brevemente também haverá a possibilidade de criarmos uma empresa supramunicipal para a área da água e saneamento com os Municípios de Seia e Gouveia.

Vão reformar-se também alguns trabalhadores, e desde que entraram estes cinquenta e oito trabalhadores penso que já se reformaram quatro, e isto é um bom sinal para os jovens."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

"Já percebemos que este é um Orçamento participado por uma equipa e liderado pelo Sr. Presidente, José Carlos Alexandrino, e é assim que deve ser e é assim que é habitual.

Aquilo que me interessa neste Plano e Orçamento é ver qual é o seu caminho e não estou muito preocupado em ver se determinada obra tem mais cem mil euros, ou menos cem mil euros, ou ver se determinada rúbrica tem mais, ou menos, euros porque acho que a equipa da Câmara Municipal saberá melhor do que nós direccionar esses valores.

Aquilo que me apraz fundamentalmente neste Orçamento é ver a direcção que ele tem para o futuro dos Oliveirenses.

Obviamente que vos devo dizer que gostaria muito de ter sido confrontado, na altura de outros Executivos Municipais, com um Plano e Orçamento deste tipo e com esta grandeza.

Todos nós sabemos que este ano de 2018 que está a terminar foi um ano extremamente difícil. Foi um ano difícil para os Executivos das Freguesias e particularmente difícil para o Executivo da Câmara Municipal.

Todos nós sabemos que algumas destas obras que iremos ver realizadas ou iniciadas em 2019, já deviam estar em 2018 executadas, mas as circunstâncias não o permitiram e isso foi resultado de tudo o que nos aconteceu.

Estamos a entrar no segundo ano do mandato e não estamos a assistir a um lançamento de obras eleitoralistas. Aqui está a pensar-se no desenvolvimento do Concelho. Trinta e dois milhões de euros é muito dinheiro.

Este Plano e Orçamento tem uma visão estratégica de desenvolvimento do nosso Concelho para o futuro. Em tempos idos havia muito dinheiro disponível mas não assistíamos a nada disto.

Estamos a lutar pelo Concelho e pelos Oliveirenses.

Quando estamos a analisar o que vai ser o ano de 2019 é com grande agrado que eu vejo que somos confrontados com um Orçamento deste tipo.

Obviamente que não poderia deixar de votar a favor e só quem não estiver de boa-fé é que não vota a favor deste orçamento.

Desejo um bom ano de 2019 para todos e desejo que tenhamos um ano de grandes realizações, em contraponto com este ano de 2018 que foi um ano muito mau para todos nós."

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que fez a seguinte intervenção:

"Estamos a discutir o Orçamento para 2019 mas não o podemos dissociar de algumas decisões que esta Assembleia Municipal tomou a nível fiscal e à receita que isso nos permite alocar para determinadas despesas, e transformando o Orçamento também num instrumento de distribuição de riqueza, diminuição de desigualdades e de acesso a serviços essenciais, como é a educação e habitações condignas.

Nesse sentido eu gostaria de destacar algumas medidas: As Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, que ascendem ao valor de cinquenta mil euros; O Projeto Casa Digna, de cento e cinquenta mil euros; As medidas de Apoio à Natalidade, de cento e cinquenta mil euros; O cheque Mais Educação, de vinte e cinco mil euros; e depois a Ação Social Escolar, por exemplo na alimentação, e no caso das transferências para as Freguesias que ascendem ao valor de duzentos e cinquenta mil euros.

Estas medidas que eu acabei de enunciar, andarão há volta de um valor superior a meio milhão de euros, e que é sensivelmente a receita que vamos acomodar com a taxa que aprovámos de IRS e de IMI.

No caso da posição do PSD, ela é legítima e coerente, votou contra a taxa de IMI e contra a taxa de IRS, mas seria relevante que neste momento primeiro dissesse qual era, de facto, a taxa que propunham, e depois, neste Orçamento o que é que cortariam?"

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Paulo Sérgio Dias Minas, que fez a seguinte intervenção:

"Vou confessar que não tive o tempo que necessitava para analisar profundamente este documento dando-lhe toda a importância que ele merece, e peço desculpa à Assembleia por isso. Ainda assim, posso fazer uma resenha deste Orçamento a partir de quatro vectores que considero fundamentais para o desenvolvimento económico do Concelho. Esses vectores são: O investimento; As oportunidades; A cultura e o turismo.

No que toca ao investimento para o ano de 2019, penso que podemos analisá-lo de dois modos: Numa base comparativa com anos anteriores e numa base sustentada só num ano, sem ter em consideração o contexto em que ele se insere. E se é verdade que no Orçamento do próximo ano estão comtempladas obras como a requalificação da Rua Alexandre Herculano, a zona envolvente, o Centro Histórico da Cidade, Parque dos Marmelos, Zona da Ribeira de Cavalos, Bairro Social João Rodrigues Lagos, convém não esquecer que estas mesmas obras também já se inseriam no Orçamento Municipal para 2017, e admito as dificuldades do último ano e o esforço que teve de ser feito em alguns aspectos extraordinários mas, uma vez ultrapassadas estas dificuldades, espero que este investimento público seja feito no próximo ano e que seja finalmente concretizado.

Quero ainda dar destaque à questão do Centro Escolar, que é uma obra muito importante para o Município, e dotá-lo e modernizá-lo ao nível do melhor que temos no País é, sem dúvida, muito meritório e importante para os nossos jovens.

Quero ainda saudar todo o investimento que se está a planear fazer em espaços de localização empresarial, nomeadamente na vertente sul da Zona Industrial. É isso que me leva precisamente ao segundo vetor, o das oportunidades.

O Concelho precisa de uma estratégia de crescimento económico, porque não há crescimento económico sem empresas, e não há um investimento público que defina isso. São precisas mais empresas sejam elas locais, nacionais ou multinacionais, que se queiram instalar em Oliveira do Hospital.

Quero perguntar também ao Executivo o que é que está a ser feito em relação a isso e qual é que é a estratégia do Município e do Executivo em relação a este tópico?

Na cultura, não haja dúvida que há que elogiar o esforço que está a ser feito para dotar a Casa da Cultura de condições que permitam receber outro nível de actividades artísticas e culturais, pese embora o atraso na concretização desta obra, mas o que é importante é que ela esteja concluída no próximo ano e, estou em crer, que sortirá um efeito positivo em toda a comunidade.

No entanto, não deixo de estar preocupado com a ausência de público neste espaço. Não lhe quero chamar inércia, mas creio que devia ter sido feito algum esforço nos últimos anos para ir criando públicos que sustentem regularmente as iniciativas culturais, porque tudo isto pode por um bocadinho

em causa toda a funcionalidade do projecto. Esperemos que não! Esperemos que haja uma grande adesão do público.

Só faz sentido ter uma nova e moderna Casa da Cultura se ela tiver dinâmica semanal com pequenos eventos frequentes, e não com grandes nomes, pontualmente.

Também fazer referência ao Centro Interpretativo das Ruínas Romanas da Bobadela. Acredito que seja um bom ponto de partida para o futuro, e agora com o novo Museu do Azeite, espero que se consiga ali criar uma dinâmica semelhante à que se vê, por exemplo, em Belmonte, com vários espaços museológicos na mesma localidade, conseguindo atrair muitos e variados públicos.

Para finalizar, o Turismo. Este é um sector que dispensa apresentações e, para quem não sabe, o turismo é o sector que mais cresce em Portugal há vários anos consecutivos. Só por isso, ver que a rúbrica do desporto que representa quase 5% do Orçamento, comtempla quatro vezes mais verba que a rúbrica do turismo, não quero com isto desvalorizar o papel do desporto e da actividade desportiva, muito menos quero que os Clubes deixem de ser apoiados, mas não há dúvida alguma que o desporto é o parente rico deste Orçamento, e é de elementar justiça que no futuro a formação desportiva ganhe mais peso do que tem hoje.

Voltando ao turismo, e ver duzentos e sessenta e cinco mil euros, para os quatro anos, nesta rúbrica também acho que é um pouco desanimante, sabendo nós do potencial que existe no Vale do Alva e Alvôco.

Seria conveniente que as palavras não se desgastassem tão rapidamente como as pedras do rio e surgisse da tentativa de criar novos e mais modernos espaços balneários, circuitos pedestres, transportes públicos de acesso às praias fluviais que possam não só servir as unidades hoteleiras e os turistas mas também todos os Oliveirenses.

O meu voto neste Orçamento, e em conformidade com o que foi definido com a Coligação Construir o Futuro será pela abstenção, e não é que isso me dê prazer. Obviamente que acho que ninguém pode votar contra este Orçamento porque comtempla obras muito importantes, mas gostava de votar num Orçamento que fosse mais voltado para a economia real, que fosse um bocadinho mais amigo das empresas, empreendedor e visionário em outros aspectos."

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

"Quero referir-me precisamente a duas áreas. Uma mais em jeito de agradecimento ao Sr. Vereador Nuno Ribeiro porque falou aqui no Orçamento Participativo Jovem.

Quero agradecer ao Sr. Vereador Nuno Ribeiro a colaboração que sempre procurou e o espirito de abertura democrática fantástica que se vive no Conselho Municipal da Juventude. Faço votos para que esse clima se possa transportar aqui para a Assembleia Municipal.

Mais concretamente sobre a área do turismo quero fazer uma pergunta direta ao Sr. Vereador Francisco Rolo:

Esta cota de vinte e cinco mil euros, nas Aldeias de Montanha, e de vinte mil euros ao GEOPARK Estrela, são pagas todos os anos?

Qual será o tempo necessário para que o Município tenha o retorno financeiro desse mesmo investimento?"

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

"Ao analisar as Grandes Opções do Plano, verifica-se que há um grande desinvestimento no resto do Concelho, privilegiando Oliveira do Hospital. Existe, por isso uma forte queda do investimento nas Freguesias, tornando o plano demasiado concentrado só numa região, o que é mau. Deveria haver um desenvolvimento mais harmonioso, contemplando as ambições das Freguesias.

Nós defendemos que a coesão territorial seria mais desenvolvida, se fossem contempladas obras que as Freguesias ainda carecem.

É certo que neste plano existe transferência para as Freguesias para fazerem algumas obras mais prioritárias, mas com o montante a transferir, são obras de pouco valor, mas mesmo assim necessárias, o que dá aos Srs. Presidentes das Freguesias uma maior responsabilização dos atos que pratiquem.

Quero também salientar o grande investimento que se irá fazer no ensino com este novo projecto do Centro Escolar Educativo para Oliveira do Hospital.

A requalificação da Zona Histórica de Oliveira do Hospital já vem em três anos consecutivos nas grandes opções do plano, ou seja, já foi incluída no ano de 2017 e 2018 e agora para o próximo ano. Será que é desta vez que se vão iniciar as obras?

Espero que este ano de 2019 seja um ano de grande desenvolvimento e de execução de obras que são necessárias e prometidas há diversos anos.

É com agrado que vejo para investimento para o próximo ano a recuperação, valorização e refuncionalização do Parque dos Marmelos, só que também já estava previsto para este ano, sem que tenham sido feitas quaisquer obras. Porque se trata de uma infraestrutura muito importante para a cidade, espero que desta vez se façam as obras necessárias para tornar aquele lugar num sítio aprazível, para que todos os Oliveirenses possam usufruir.

Gostaria de ter visto nas Grandes Opções, a requalificação, por exemplo da Avenida Dr. Afonso Amaral, já que se trata da principal entrada da cidade. É uma obra que terá que ser realizada a breve trecho.

Outra obra que gostaríamos de ver era a requalificação da Rua 21 de Junho em Lagares da Beira, já que se trata de uma das principais entradas daquela localidade e ainda está com era ao tempo da EN 230, com mau piso e estreita, obra esta que está em plano nas GOP, o que se agrada.

Como este não é um Plano e Orçamento, que gostaríamos de ver, mas mesmo assim, concordamos com muitas das obras nele incorporado, pelo que damos o benefício da dúvida ao Executivo para a sua concretização, e sendo assim, vamos abster-nos na votação."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

"Fico satisfeito com a notícia que o Sr. Presidente da Câmara deu. Finalmente está previsto fazer as Ligações Técnicas em Meruge.

Neste Orçamento estão comtempladas verbas para obras na minha Freguesia que já há muito que gostava de as ver concretizadas e espero que seja este ano.

Todos nós sabemos que os Orçamentos da Freguesias dependem muito do Orçamento da Câmara Municipal, nomeadamente das verbas a transferir para as Freguesias.

Neste Orçamento para 2019 eu vou votar favoravelmente."

De seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, que fez a seguinte intervenção:

"Como o Sr. Presidente da Câmara sabe este ano não vamos realizar as obras todas e por isso vamos ter de fazer uma alteração às obras que estão no protocolo.

A minha Freguesia gastou muito dinheiro nos aquedutos, na limpeza das ruas, na construção de dois muros. Alvôco tem uma situação complicada com a estabilização dos solos. Temos lá duas situações muito urgentes. É necessário fazer uma análise técnica para a estabilização dos solos

Neste Plano e Orçamento estão alocadas verbas para caminhos e estradas e por isso pedia ao Sr. Presidente que fosse generoso com a minha Freguesia porque ela bem necessita.

Vou votar favoravelmente este Plano e Orçamento para 2019."

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

"Já foi dito tudo pelo Sr. Presidente da Câmara e pelos Srs. Vereadores e por isso não vale a pena estar a repetir absolutamente nada.

Dizer apenas que temos um Orçamento de regresso à normalidade. Um Orçamento que aposta no investimento para o Concelho. Estão comtempladas as obras do PEDU.

Queria realçar as obras no Colégio Brás Garcia de Mascarenhas para remodelação da Casa da Cultura. Espero que no próximo ano possamos fazer o convívio do Colégio Brás Garcia de Mascarenhas nas novas instalações da Casa da Cultura.

Referir também as obras em Lourosa e Bobadela para valorizar os Monumentos Históricos.

Neste Orçamento estão também as obras de recuperação do Bairro João Rodrigues Lagos em Oliveira do Hospital.

Vê-se aqui também uma aposta clara no âmbito dos incêndios e da Protecção Civil que é de realçar.

Também devemos enaltecer a valorização dos precários até porque é muito importante dar estabilidade profissional às pessoas para que possam ter perspectiva de futuro. É uma grande medida.

Queria também realçar o aumento das receitas do Orçamento Geral do Estado e o grande apoio no financiamento que vem do Quadro Comunitário 2020. Este Orçamento prova que este Município, e o Sr. Presidente, tem uma grande dinâmica.

Finalmente temos aqui um Orçamento de muita ambição, de muita confiança, de muito planeamento, de muito trabalho e de forte sustentabilidade financeira e económica que só é possível num Município que tem uma forte capacidade de endividamento e por isso é um Município de futuro.

Naturalmente que o Deputados eleitos pelo Partido Socialista vão votar a favor.

Os Deputados do CDS e do PSD vão abster-se nesta votação por uma questão de tática política de qualquer das maneiras podiam fazer um ato de contrição e votar a favor porque este é dos melhores Orçamentos que já tivemos na Assembleia."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Acredito que se estivesse aqui outro Executivo teria feito outro Orçamento porque todos nós temos visões e estratégias diferentes.

Este Orçamento também podia ter caminhos diferentes para se chegar ao mesmo local, para se chegar aos mesmos objectivos, e para servir os Munícipes.

Na história deste Concelho, até hoje, este foi o Executivo que arranjou mais dinheiro do Quadro Comunitário porque não se deixou ficar fechado nestas paredes da Câmara Municipal. Esta é uma grande verdade que é indesmentível e pode ser comprovada com números.

Este Executivo pode apresentar este Orçamento e é verdade que andam aqui obras há dois anos, como disse o Deputado João Esteves, mas nós temos o dinheiro para as fazer. O dinheiro para fazer as obras foi conquistado nas mesas de negociação.

Eu tenho orgulho em apresentar este Orçamento porque outros nunca foram capazes de o fazer e isto prende-se com a nossa capacidade de nos relacionarmos e a nossa capacidade reivindicativa para o nosso Concelho.

As pessoas fazem opções diferentes mas nós ganhámos as eleições e por isso governamos o Concelho com as nossas ideias e com as ideias da maioria dos membros desta Assembleia porque estamos cá para os ouvir.

Também devemos fazer um gesto de humildade e ouvir as outras forças políticas porque as boas ideias não são só nossas e se a oposição tiver boas ideias devemos até aceitá-las com humildade. Isto chama-se democracia. É essa a minha característica e é também a característica do meu Executivo e de toda a minha equipa.

Hoje, nas reuniões de Câmara discutimos os assuntos com lealdade e temos que ter em conta os interesses do Concelho e temos que nos deixar de "partidarite aguda" e até porque eu sou um homem livre e independente.

Os projectos que me dão mais gozo já foram aqui referidos pelo Tiago Martins, e são os seguintes: Bolsas de Estudo - Quando cheguei à Câmara Municipal as Bolsas de Estudo tinham uma verba de oito mil euros e hoje a verba é de cinquenta mil euros. Há uma visão diferente e há um caminho diferente.

Quando eu cheguei à Câmara Municipal não havia o projecto Casa Digna e algumas pessoas só se lembraram depois dos incêndios que havia gente que não vive em condições mas esqueceram-se do número de pessoas de idade que viviam sem terem condições nas suas casas. No âmbito deste projecto da Casa Digna já recuperamos cerca de setenta casas e gastámos cerca de quinhentos mil euros. Estas casas não vêm nos jornais, nem vão lá as televisões mostrar como é que as pessoas viviam. Estas são as políticas que me dão mais gozo fazer e isto é que faz a diferença!

Lançámos também o projecto de Incentivo à Natalidade e lançámos o Cheque Educação.

São estas políticas que estão plasmadas neste Orçamento e por isso é que é um bom Orçamento.

Outra coisa que eu não aceito é o seguinte: O Deputado João Esteves disse que este Orçamento era muito centrado em Oliveira do Hospital e que as Freguesias ficavam abandonadas. Eu quero dizer ao Deputado João Esteves que quem fez o PEDU para as cidades foi o Governo do PSD/CDS. Por isso quem abandonou as aldeias, quem fez a extinção das Freguesias, não fui eu, foi o Governo do partido que o Deputado João Esteves representa aqui. Nós precisamos de saber o que é que estamos a falar.

E também temos todos que ter consciência que as necessidades das Freguesias não são as mesmas do que eram há dez anos, e há aqui um grande trajeto que nós fizemos.

O PSD até podia votar contra o Orçamento porque para mim não me fazia diferença nenhuma e eu até fico contente com a vossa abstenção.

Ainda pergunto o seguinte há quantos anos andam as obras do Parque dos Marmelos no Orçamento? E alguém fez alguma coisa pela Zona Histórica de Oliveira do Hospital? E quantos anos é que cá esteve o PSD?

Eu estou cá há muito menos anos e vou apresentar o projecto para a reabilitação da Zona Histórica em janeiro.

Há muita gente que mede a capacidade de um Presidente pelas obras que faz, e os Presidentes de Junta passam pelo mesmo, mas eu acho que capacidade de um Presidente mede-se pelas dinâmicas que somos capazes de implementar.

Gostava de perguntar ao Sérgio Minas se ele sabe qual é a taxa de desempego em Oliveira do Hospital neste momento. Eu digo-te que a taxa é de 4,5 %. É muito abaixo da média nacional.

Dizer ainda ao Sérgio Minas que eu não tenho uma varinha mágica! E o que nós precisamos é de trabalho mais qualificado e precisamos de criar empresas diferenciadoras e não pode ser mais do mesmo.

Relativamente à Cultura penso que a agenda Cá Acontece que chega ao Vale do Alva, e estão lá muitas actividades porque tem havido um trabalho extraordinário na área da cultura por parte da Sra. Vereadora, e isso é um trabalho que todo o Concelho reconhece e com a nova Casa da Cultura teremos novos desafios. Dizer ainda que o meu grande sonho é levar os nossos Grupos Culturais de qualidade aos grandes palcos. Nós temos Grupos em Oliveira do Hospital que podem atuar no Centro Cultural de Belém, na Casa das Artes, no Porto, ou em qualquer outro lado, e isso dá-me um orgulho imenso.

Dizer-lhe ainda que o desporto é uma escola, e que temos setecentas crianças a praticar desporto em Oliveira do Hospital. Na érea do desporto somos um Concelho altamente eclético. O dinheiro que aplicamos no desporto e na cultura é muito bem empregue e eu enquanto for presidente continuarei a apoiar o desporto e a cultura.

Meus caros amigos, este Orçamento pode não ser o melhor do mundo mas é sem dúvida um bom Orçamento."

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

"Tivemos uma excelente explanação sobre o Orçamento. E muito rapidamente quero dizer-vos o seguinte: Este foi um ano atípico e, é verdade que tendo as frentes e os desafios que tivemos, considero que temos um orçamento bem estruturado. Não será o Orçamento perfeito, e nunca nenhum será, mas não estava à espera, depois de passarmos o ano difícil que passámos, de ter havido a reflecção e a capacidade de criar condições para nos ser presente um Orçamento com estas componentes e com estes caminhos que se abrem."

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto X - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º

75/2013, de 12 de setembro, das propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes para o Quadriénio 2019/2022, o Orçamento da Receita e da Despesa para 2019, a Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para 2019, que foi aprovado por maioria, com cinco abstenções.

De seguida procedeu-se à votação da presente Ata em minuta que foi aprovada por unanimidade.

E, não havendo mais nada a tratar, sendo vinte horas e cinquenta e cinco minutos, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, da qual para constar se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos Membros da Mesa e por mim _____ Primeira Secretária, que a subscrevi.

(Presidente) _____

(Primeiro Secretário) _____

(Segundo Secretário) _____